

SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

pesquisas, relatos e reflexões
Vol. IV

André Luiz Nunes Zogahib
Dorli João Carlos Marques
Maxwell Marques Mesquita
Ailton Luiz dos Santos
Flávio Carvalho Cavalcante
Romulo Garcia Barros Silva
Guilherme Keese Diogo Campos
[Organizadores]

Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos: pesquisas, relatos e reflexões Vol. 4

André Luiz Nunes Zogahib
Dorli João Carlos Marques
Maxwell Marques Mesquita
Ailton Luiz dos Santos
Flávio Carvalho Cavalcante
Romulo Garcia Barros Silva
Guilherme Keese Diogo Campos

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadores

André Luiz Nunes Zogahib
Dorli João Carlos Marques
Maxwell Marques Mesquita
Ailton Luiz dos Santos
Flávio Carvalho Cavalcante
Romulo Garcia Barros Silva
Guilherme Keese Diogo Campos

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva
Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa
Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos
Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACES

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira
Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos
Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva
Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão
Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior
Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti
Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.^a Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.^o Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.^o Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.^o Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.^o Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.^a Dr.^a Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.^o Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^o Dr. Rafael da Silva Fernandes

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus
Pauapebas*

Prof.^a Dr.^a Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.^o Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.^a Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.^o Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.^o Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.^a Dr.^a Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.^a Dr.^a Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.^a Dr.^a Sueli de Fátima de Oliveira Miranda
Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.^a Dr.^a Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2023 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas nos capítulos deste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a opinião desta editora.

S4566 Segurança pública, cidadania e direitos humanos: pesquisas, relatos e reflexões [recurso eletrônico]. / André Luiz Nunes Zogahib (organizador)...[et al.] -- Ponta Grossa: Aya, 2023. 217 p.

v.4

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-228-9

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177

1. Segurança pública - Brasil. 2. Prisão preventiva – Brasil. 3. Mulheres narcotraficantes - Brasil - Condições sociais. 4. Integração social - Brasil. 5. Brasil - Política social. 6. Ressocialização. 7. Prisões- Brasil. 8. Prisão preventiva – Brasil. 9. Violência contra as mulheres. I. Zogahib, André Luiz Nunes. II. Marques, Dorli João Carlos. III. Mesquita, Maxwell Marques. IV Santos, Ailton Luiz dos. V. Cavalcante, Flávio Carvalho. VI. Silva, Romulo Garcia Barros. VII. Campos, Guilherme Keese Diogo. VIII Título

CDD: 353.36

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação.....10

01

Falência do sistema carcerário e a criação de APAC11

Catia Regina Gallas
Cleonice Zimpel
Daiana Diel Pires
Felipe Odorizzi
Janser Franciel Philippsen
Leandro Felipe Dapper Oppermann
Luiz Fernando Pasqualotto
Renato Reis
Robson Alessandro Stochero
Tiago Francisco Garcia da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.1

02

Sistema prisional brasileiro: entre a superlotação e as tentativas de ressocialização18

Pedro Ricardo Gierg

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.2

03

Trabalho x sistema prisional: análise legislativa quanto a reserva de vagas para presos e egressos nas contratações públicas26

Daniela Bonina de Farias
Gleidy Braga Ribeiro

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.3

04

Criminologia e garantismo penal: considerações sobre a prisão cautelar43

Júlio César Soares

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.4

05

A criminalização secundária de mulheres no tráfico de drogas em uma perspectiva dos direitos humanos49

Matheus Santos Medeiros

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.5

06

Homens em armas: a trajetória do policial civil para análise sobre vida, organização e poder.61

Rodrigo Guimarães Motta

Maria Amélia Jundurian Corá

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.6

07

Possibilidade da relação constitucional entre segurança pública, cidadania e direitos humanos na atualidade77

Pablo Assis Almeida Fraga

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.7

08

O imperialismo dos direitos humanos ocidentais.....85

Ronaldo Silva Dimas

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.8

09

Percepções de feminismos e a legislação para coibir a violência contra a mulher no Brasil....97

João Batista Flores de Moraes

Fabio Alves Gomes

Dorli João Marques

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.9

10

Feminicídio: a face do machismo.....117

Arthur Sant'Anna Ferreira Macedo

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.10

11

Limitações de direitos fundamentais128

Jair Ilídio da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.11

12

A cadeia de custódia segundo a lei 13.964/2019.141

Renan Matheus Mendes Cruz

Arthur Braga de Souza

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.12

13

Especialização do agente de segurança de autoridades157

Wellington Klimpel do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.13

14

A teoria do estado de coisas inconstitucional e a realidade das prisões brasileiras.....166

Bruno José Vigato

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.14

15

Importância e necessidade de políticas públicas de inclusão social172

Simone Isabel Timm dos Santos

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.15

16

A influência do clima sobre a violência no sertão paraibano o clima espanta o crime.....179

Gutemberg José da Costa Marques Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.16

17

Análise crítica quanto ao descumprimento do direito à educação das crianças em fase inicial da primeira infância de 0-3 anos.....188

Denise Cristina Ferreira Leite

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.17

18

Acordo de não persecução penal como reflexo da nova onda da justiça negociada.....201

Ramon Oliveira de Azevedo

João Thomas Luchsinger

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.18

Organizadores209

Índice Remissivo212

Apresentação

O livro **“Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pesquisas, relatos e reflexões – Volume 4”** apresenta uma coletânea de 18 capítulos que trazem reflexões sobre a falência do sistema carcerário e as tentativas de ressocialização por meio da criação de APAC, a análise legislativa quanto à reserva de vagas para presos e egressos nas contratações públicas, a criminalização secundária de mulheres no tráfico de drogas, a trajetória do policial civil e a relação constitucional entre segurança pública, cidadania e direitos humanos.

Também são abordados temas como a limitação dos direitos fundamentais, a teoria do estado de coisas inconstitucional e a realidade das prisões brasileiras, a importância de políticas públicas de inclusão social, a influência do clima sobre a violência no sertão paraibano e a análise crítica quanto ao descumprimento do direito à educação das crianças em fase inicial da primeira infância de 0-3 anos.

Os autores também discutem o trabalho no sistema prisional, a prisão cautelar, o imperialismo dos direitos humanos ocidentais, as percepções de feminismo e a legislação para coibir a violência contra a mulher no Brasil, o feminicídio como reflexo do machismo, a cadeia de custódia segundo a lei 13.964/2019, a especialização do agente de segurança de autoridades e o acordo de não persecução penal como reflexo da nova onda da justiça negociada.

Por meio de uma abordagem científica e reflexiva, os autores buscam contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e práticas na área de segurança pública, cidadania e direitos humanos no Brasil.

Boa leitura!

Os Organizadores



Falência do sistema carcerário e a criação de APAC

Catia Regina Gallas

Cleonice Zimpel

Daiana Diel Pires

Felipe Odorizzi

Janser Franciel Philippsen

Leandro Felipe Dapper Oppermann

Luiz Fernando Pasqualotto

Renato Reis

Robson Alessandro Stochero

Tiago Francisco Garcia da Silva

DOI: [10.47573/ayd.5379.2.177.1](https://doi.org/10.47573/ayd.5379.2.177.1)

RESUMO

O Brasil vive, no momento, um dos períodos mais críticos com relação ao sistema carcerário, a superlotação de presídios brasileiros tem preocupado todas as esferas. O número de presos ultrapassa o número de vagas em praticamente todos os estabelecimentos penais, a impressão que se tem é que seria preciso construir mais presídios que escolas, o que nunca é um bom sinal. Sendo assim, autoridades, doutrinadores e juristas, tem se empenhado em descobrir alternativas ao encarceramento em massa, bem como um modo de frear o aumento da criminalidade e do número de presos. Assim nasceu o chamado sistema APAC – Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, surgido no Estado de Minas Gerais, visando facilitar a ressocialização do apenado.

Palavras-chave: lei de execução penal. APAC. preso. ressocialização. associação de proteção e assistência ao condenado. superlotação.

INTRODUÇÃO

É sabido que atualmente, no Brasil, o número de encarcerados no sistema prisional só tem aumentado fazendo índices também de criminalidade aumentar. Embora se tenha a idéia de que se existe um número maior de detentos é preciso que se tenham mais presídios, isso têm se mostrado ineficiente no combate a criminalidade.

Com o aumento da massa carcerária tornou-se necessário considerar alternativas para evitar o chamado encarceramento em massa, considerando ainda que o a superlotação dos presídios deixa a desejar na função principal que é a reintegração do preso para voltar ao convívio em sociedade. Sendo assim, surgiu no Estado de Minas Gerais, o chamado método APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) que é o objeto de estudo do presente artigo.

No primeiro capítulo vamos abordar mais sobre as penas e sua função ao condenado, um retrospecto de como o sistema carcerário vem sendo levado até o presente momento. Será abordado também o quanto a crise carcerária, atualmente vivida, contribuiu para o nascimento de métodos diferenciados, como o que será estudado neste artigo.

No segundo capítulo será dada abordagem ao sistema Apac, como foi criado, qual é seu objetivo, bem como dados que apontam o sucesso ou não desse programa, dados sobre os locais em que foram implantados, bem como se essa seria a solução futura para o problema carcerário no País.

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

É preciso que se diga que o sistema de encarceramento, no mundo, teve início por volta do ano de 1700 a.C, onde tal encarceramento tinha a finalidade de aprisionar pessoas transformadas em escravas por ser espólios de guerra, bem como eram feitas prisões de pessoas por dívidas, desrespeito as autoridades da época. Porém essas prisões não eram apenas usadas como castigo para algum delito, elas antecedia outras penas mais severas como tortura e morte, e não obedecia nenhum código penal preestabelecido. Assim, o encarceramento não tinha

finalidade de recuperação social, era apenas punitivismo.

Carvalho Filho, descreve em sua obra que os locais em que pessoas eram mantidas eram masmorras, calabouços, ou seja, locais insalubres, onde os detentos, pelo ambiente, adoeciam e morriam, as vezes antes mesmo de qualquer tipo de julgamento.

Houve ainda a época da conhecida como Lei de Talião, a ideia do “olho por olho e dente por dente”, toda pena imposta era na mesma medida e proporção do crime cometido.

Na idade média, com a economia feudal e a ascensão e domínio da Igreja Católica com o período Inquisitivo, os locais de encarceramento ainda mantinham o objetivo apenas de punição, não existia um local próprio para as prisões. Esse período ficou caracterizado pelo grande número de punições por castigo físico, a maioria impostos pela Inquisição da Igreja, que prendiam, julgavam, condenavam e ainda executavam a pena.

Ainda no século XVIII, com a chegada do Iluminismo, mudaram-se alguns conceitos de direito penal, bem como das prisões e das penas privativas de liberdade. Considerando que os filósofos e pensadores iluministas tinham como ideal a extensão dos princípios do conhecimento crítico a todos os campos do mundo humano, era lógico que seriam pensadas maneiras diferentes de punição, visando a melhoria do Estado e da sociedade. Nesta época surgiu o escritor Cesare Beccaria, com sua obra, intitulada “Dos delitos e das Penas”, e que condenou a violência e o caráter vexatório das penas impostas ao criminoso, bem como defendeu o princípio da reserva legal, bem como defendeu as garantias processuais pelo acusado. Com isso, nasceu a necessidade de discussão sobre humanização das penas privativas de liberdade, não sendo mais aceitas modelos de penas com castigos cruéis ou em locais degradantes.

Já no período da Revolução Industrial, com a evolução do capitalismo, e como consequência do aumento da criminalidade, ocasionada pelo aumento da pobreza, houve uma racionalização do direito e da execução penal, bem como algum reconhecimento na questão dos direitos humanos ao apenado. Porém, somente no ano de 1830 houve o que chamamos de individualização das penas, e a criação de um código penal.

Sendo assim, alguns momentos históricos deram o início do sistema de privação de liberdade como é conhecido atualmente, como bem preceitua Foucault (1998):

“Com as novas formas de acumulação de capital, de relações de produção e de estatuto jurídico da propriedade, todas as práticas populares que se classificavam, seja numa forma silenciosa, cotidiana, tolerada, seja uma forma violenta, na ilegalidade dos direitos, são desviadas à força para a ilegalidade dos bens... “ a ilegalidade dos bens foi separada da ilegalidade dos direitos.”(pag.74)...”O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade”...(pag.76)

Esse mesmo autor ainda defende que a finalidade da prisão deixou de ser então o de causar dor e tormento físico e o objeto de punição deixou de ser o corpo do infrator, passou a ser sua alma. Assim, a lei penal passou a ser um método e uma disciplina, sendo assim seguida até hoje.

Então o cenário atual do sistema carcerário é um cenário mais desenvolvido quanto a questões de humanização e amadurecimento das ciências penais, com o respeito à integridade física e psicológica de quem comete um crime e precisa ser punido por tal conduta.

O sistema penitenciário brasileiro, embora não use penas cruéis ou degradantes, conta

com um número maior de apenados para um número menor de vagas em presídios, e isso não é apenas em um local ou Estado, o País todo conta com uma superlotação, o que demonstra além de uma falha no encarceramento, uma desumanização do apenado.

No ano de 2014, o Brasil se tornou no ranking mundial, o terceiro País a ter a maior massa carcerária, somando-se o número de 715.592 (setecentos e quinze mil e quinhentos e noventa e dois) pessoas sob custódia, sendo que desse número 567.655 (quinhentos e sessenta e sete mil seiscentos e cinquenta e cinco) pessoas encontram-se no sistema prisional e 147.937 (cento e quarenta e sete mil e novecentos e trinta e sete), encontram-se em prisão domiciliar.

Já no ano de 2018 o Conselho Nacional do Ministério Público, apresentou dados do sistema penitenciário, após visitas as unidades do País, dados estes que geraram muita preocupação. Segundo esses dados a taxa de ocupação dos estabelecimentos é de 175%, sendo a região Norte a que mais preocupa, já que recebem em seus presídios três vezes mais detentos do que pode suportar. A pesquisa ainda mostrou que cerca de 40% dos apenados ainda não haviam recebido condenação pelo seu crime, ou seja, estavam aguardando julgamento. Todo esse estudo mostrou que o encarceramento em massa não tem cumprido seu papel ressocializador. É como se voltássemos ao período em que a prisão servia apenas como castigo e não como pagamento do crime cometido.

Autores como Canto (1999) e Silva (2003) também argumentam em suas obras que o sistema carcerário brasileiro se encontra em colapso pela falência gerencial do Estado, ressaltando que a maneira como tem sido gerenciado, esse sistema se apresenta tão cruel quanto o período em que eram cometidos castigos cruéis ou degradantes, principalmente pelo fato de presos de baixa periculosidade precisar conviver com presos de alto risco.

O mau gerenciamento do sistema carcerário traz ainda o problema da reincidência criminal, já que o preso não é ressocializado, não tendo a opção de ter algo mais benéfico para deixar o crime, como bem aponta Reis (2001):

“A dificuldade em exercer um controle social eficaz, a apresentação de obstáculos na aplicação da justiça penal, as incongruências dos códigos e das leis que disciplinam as sanções penais, além de conflitos dentro do sistema penitenciário, inviabilizam um tratamento humanitário da pessoa presa e, consequentemente, não têm contribuído para a redução do comportamento criminal” (p. 02)

Por tudo isso, surgiu a necessidade de criação de outros sistemas para cumprimento de penas privativas de liberdade, nascendo o sistema Apac, como veremos a seguir.

APAC – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO

O sistema Apac, nasceu no ano de 1974, na cidade de São José dos Campos, por um grupo de religiosos, comandado pelo advogado Marcio Ottoboni. Tal grupo visitava prisões e tinha o objetivo de oferecer suporte religioso e moral aos detentos. Por esse trabalho, receberam a incumbência de gerir a prisão de Humaitá, em São José dos Campos.

Na sua época de criação, a Apac caracterizava-se principalmente por seu cunho religioso, porém, sua atuação se expandiu para o

As Apac possuem, principalmente, três características: é uma prisão sem agentes peni-

tenciários ou policiais, ou seja, quem faz a manutenção são os próprios presidiários; não há armas e são os presos que possuem as chaves de suas celas, além de que os presos são chamados de recuperandos e não de detentos, pois o objetivo supremo é a recuperação desse detento.

Como conceitua Guimarães Junior (2005):

“Método revolucionário e eficiente no modo de execução de pena que hoje, decorridos mais de trinta anos, se tornou conhecido e adotado em grande parte do Brasil e em diversos países do mundo. É o Método APAC, que veio trazer condições ao condenado de se recuperar e ressocializar-se, tornando aquilo que parecia ser impossível de ser alcançado em realidade.”

Por tornar-se uma entidade que cresceu na área de execução penal e assistência jurídica, nasceu uma necessidade de regulamentação o que ocorreu no ano de 1974, tendo assim se transformado na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, uma entidade sem fins lucrativos, com o escopo de auxiliar na execução da pena, com auxílio do Estado, tendo por tudo isso, reconhecimento jurídico.

Após, a criação da entidade, o Estado de Minas Gerais, no município de Itaúna, começou-se a estudar a metodologia para sua implantação na casa prisional, no ano de 1984, isso se deu após intensa comoção da sociedade daquela cidade, através de doação e serviços voluntários, culminando com a construção do Centro de Reintegração Social, sendo inaugurado já no ano de 1997. Esse local funciona até o presente momento, contando principalmente o serviço prestado exclusivamente pelos próprios detentos. Possui ainda três regimes de cumprimento de pena, o fechado, o semiaberto e o regime aberto. Com tudo isso a Apac da cidade de Itaúna tornou-se a segunda casa prisional a ter esse sistema em todo País.

O método Apac possui doze elementos importantes que devem ser trabalhados quando de sua implantação, e o preso, ao ser aceito deve assinar um termo de concordância e compromisso, que expõe seus direitos e deveres. Vamos agora analisar os doze aspectos:

a) Participação da Comunidade: o sistema Apac precisa contar com o apoio da população e da comunidade para execução da pena do acusado, o apoio também tem importância para recuperação do acusado uma vez que sua inclusão social é fundamental, considerando ainda que esse recuperando precisará voltar ao convívio social após o cumprimento de sua pena.

b) O recuperando ajudando o recuperando: talvez esse seja o preceito mais curioso de todos, cada recuperando deve se auxiliar, visto que todos estão ali com os mesmos objetivos, e a fim de amenizar os dias e o ambiente estranho os detentos devem cooperar entre si para um bom funcionamento do local, porém é preciso que se esclareça que não é permitido a dominação de um preso sobre o outro, não é permitido nenhum tipo de violência física, tentando assim manter o ambiente em harmonia.

c) Trabalho: embora o trabalho de um apenado seja um direito constitucional o mesmo não é garantido na prática e se torna impossível a todos os estabelecimentos penais por diversos motivos, entre eles falta de estrutura. Porém no sistema Apac o trabalho é de extrema importância e o trabalho lá efetuado deve contribuir para sua capacitação profissional, considerando suas habilidades.

d) Religião: a religião no método Apac tem a função de servir como elo ao mundo externo, seria como uma ligação, bem como um incentivo a uma mudança de vida no sentido positivo

e contribuindo para recuperação do detento.

e) Assistência Jurídica: a assistência jurídica, inclusive gratuita, é um direito do detento garantido pela Constituição Federal e pela Lei de Execução Penal, e no sistema Apac ele é garantia pois assim o recuperando fica ciente o tempo todo de como se encontra sua situação jurídica.

f) Assistência a Saúde: é outro direito garantido pela Lei de Execução Penal e que muitas vezes não é cumprido pela infraestrutura da casa prisional, porém é garantia pelo sistema Apac pois o bem estar do recuperando o ajuda a cumprir sua pena sem maiores complicações emocionais.

g) Valoração Humana: o método Apac tenta, por toda sua estrutura, trazer valores muitas vezes esquecidos pelo detento, tais como compaixão, solidariedade, isso tudo também com escopo de resgatar a autoestima do recuperando. Isso tem a finalidade de resgatar a dignidade e humanidade do preso, muitas vezes perdido no sistema prisional tradicional.

h) Família: pela perspectiva o sistema Apac valoriza muito a família, tentando resgatar a ligação muitas vezes perdida dos familiares, bem como estruturar os detentos como família para que a convivência diária seja harmoniosa e mais leve. A família é estimulada a fazer visitas ao recuperando para que sua ligação seja fortalecida e ele tenha apoio dentro e fora do presídio quando terminar de cumprir sua pena.

i) Voluntário: grande parte dos trabalhos desenvolvidos dentro desse tipo de sistema é feito de forma voluntária, tendo apenas o setor administrativo remuneração. Dentre esses voluntários existem os chamados “padrinhos” que possuem a função de apoio emocional ao detento e a inclusão a ele de valores morais.

j) Centro de Reintegração Social (CRS): nesse sistema existe a obrigatoriedade de a pena ser cumprida em Centros de Reintegração Social, que é composto por três pavilhões, destinado a cada um dos regimes, com a incumbência de reintegração do recuperando.

l) Mérito do Recuperando: a autorização para que o preso seja transferido do sistema prisional comum para um local do sistema Apac deve ser feito através de decisão judicial e a partir da entrada do recuperando sua conduta é observada, pois seu comportamento deverá ser bom inclusive com os demais recuperandos para ter direito a regimes menos severos.

m) Jornada de libertação: é um encontro anual, com palestras que abordam temas como valoração humana e religião além de testemunhos de sucesso de outros apenados, para mostrar o quanto funciona o método.

Por tudo que foi mostrado é preciso que se diga que o sistema Apac, até agora tem tido sucesso em todos os locais em que tem sido adotado, ele traz benefícios ao detento, que recupera sua dignidade e ele traz benefícios também a sociedade já que esse detento se encontrará mais apto para voltar ao convívio em sociedade, sendo quase nula sua reincidência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o aumento da violência, aumento do número de detentos no país todo é quase impossível não perceber que o modo tradicional de encarceramento não tem surtido efeito positivo, a superlotação dos presídios tem trazido desumanização da pena e não tem cumprido com seu papel, qual seja de recuperar o detento para voltar ao convívio social, lhe dando educação e aperfeiçoamento profissional, bem como fazê-lo pagar pelo seu delito e entender as gravidades e negatividades de continuar no mundo do crime. Sem acesso a condições humanas o detento comum acaba perdendo sem senso de identidade e perde também sua dignidade, pensando assim ser o crime o único meio viável de subsistência, isso precisa mudar.

Com tudo que foi exposto é importante lembrar que o sistema Apac tem mantido bons resultados, tanto em questão de ressocialização, bem como o sucesso no baixo número de detentos reincidentes após deixarem a casa prisional, sendo assim a conclusão que temos é que esse método poderia ser mais explorado em todo território nacional a fim de tentar diminuir a grande massa carcerária.

REFERÊNCIAS

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. 11ªed. São Paulo: Hemus, 1998.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão: causas e alternativas. São Paulo: Saraiva 3ª Ed., 2004.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 24ªed. Rio de Janeiro: LUMEN JURIS, 2002.

CARVALHO, FL. A Prisão. Publifolha. São Paulo, 2002.

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 5ªed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. 6ªed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

GUIMARÃES JÚNIOR, Geraldo Francisco. Associação de proteção e assistência aos condenados: solução e esperança para a execução da pena. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 882, 2 dez. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7651/associacao-de-protecao-e-assistencia-aos-condenados>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

Lei de Execução Penal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm.

OTTOBONI, Mário. Vamos matar o criminoso? : método APAC. São Paulo: Paulinas, 2001.

REALIDADE CARCERÁRIA DO BRASIL EM NÚMEROS. <http://www.justificando.com/2018/07/02/realidade-carceraria-do-brasil-em-numeros/> Acessado em 10 de janeiro de 2019.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A desigualdade e a subversão do Estado de Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.



Sistema prisional brasileiro: entre a superlotação e as tentativas de ressocialização

Pedro Ricardo Gierg

DOI: [10.47573/aya.5379.2.177.2](https://doi.org/10.47573/aya.5379.2.177.2)

RESUMO

Considerada um direito social fundamental para a vida em sociedade, a segurança pública enfrenta uma grave crise no Brasil. Sendo essa uma realidade problemática, é necessário discuti-la dentro dos meios cabíveis. Para compreender as questões relativas às dificuldades enfrentadas pelos estabelecimentos prisionais no cumprimento de seu papel com a segurança pública, o presente trabalho tem por objetivo abordar a realidade dos estabelecimentos penais por meio do estudo de estatísticas reveladas em relatórios e do estudo teórico de autores e leis que discutam sobre o assunto. Para discutir o assunto, expomos dados obtidos por relatórios emitidos por entidades como IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) e SIESPB (Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro), abordamos o funcionamento dos estabelecimentos penais descrito na Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal (LEP). A análise foi fundamentada em autores como Foucault (2000), Ibáñez (2001) e Marcão (2007). Este trabalho, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, discute as relações entre os elementos teóricos acima citados e destaca sua importância na sociedade brasileira atual. Por fim, busca-se que o bom funcionamento da gestão e administração do sistema prisional sirva ao propósito social para o qual deve ser direcionado, possibilitando melhores serviços à população.

Palavras-chave: sistemas prisionais. estatísticas. segurança pública.

ABSTRACT

Considered a fundamental social right for life in society, public security faces a serious crisis in Brazil. This being a problematic reality, it is necessary to discuss it within the appropriate means. To understand the issues related to the difficulties faced by prisons in fulfilling their role with public security, the present work aims to address the reality of penal institutions through the study of statistics revealed in reports and the theoretical study of authors and laws who talk about it. To discuss the matter, we expose data obtained by reports issued by entities such as IPEA (Institute of Applied Economic Research), INFOPEN (National Survey of Penitentiary Information) and SIESPB (Statistical Information System of the Brazilian Penitentiary System), we discuss the functioning of penal institutions described in Law No. 7,210, of July 11, 1984 - Criminal Execution Law (LEP). The analysis was based on authors such as Foucault (2000), Ibáñez (2001) and Marcão (2007). This work, of a qualitative, exploratory and descriptive nature, discusses the relationship between the theoretical elements mentioned above and highlights its importance in current Brazilian society. Finally, it is sought that the proper functioning of the management and administration of the prison system serves the social purpose to which it should be directed, enabling better services to the population.

Keywords: prison systems. statistics. public security.

INTRODUÇÃO

A situação do sistema prisional brasileiro é grave devido à superlotação das instituições prisionais. Dados fornecidos pelo Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro (INFOPEN), do Ministério da Justiça, indicam que até o mês de junho de 2017 o Brasil

possuía 726.354 pessoas em privação da liberdade, colocando o país em quarto lugar no ranking de maiores populações carcerárias do mundo. O relatório acima citado apresenta o total de vagas nos sistemas prisionais como sendo de 423.242, consequentemente gerando um déficit de 303.112 vagas. Percebe-se assim uma taxa de ocupação de 171,62%, situação que revela um grave problema social e de segurança pública.

Sendo essa uma realidade problemática, é necessário discuti-la dentro dos meios cabíveis. Para compreender as questões relativas às dificuldades enfrentadas pelos estabelecimentos prisionais no cumprimento de seu papel com a segurança pública, o presente trabalho tem por objetivo abordar a realidade dos estabelecimentos penais por meio do estudo de estatísticas reveladas em relatórios e do estudo teórico de autores e leis que dissertam sobre o assunto.

O trabalho desta pesquisa, em linhas gerais, foi organizado seguindo a seguinte disposição: após a introdução, temos no primeiro capítulo a exposição de dados obtidos por relatórios emitidos por entidades como IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações

Penitenciárias) e SIESPB (Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro), que revelam a realidade que o sistema prisional brasileiro enfrenta. Optou-se, no segundo capítulo, por desenvolver uma revisão sobre a literatura, principalmente sobre as normativas para o funcionamento dos estabelecimentos penais descritas na Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal (LEP). Objetivou-se contextualizar a realidade apresentada nos relatórios com o disposto na LEP, criando um paralelo para compreender os desafios e dificuldades dos estabelecimentos penais no cumprimento do seu papel na segurança pública. A análise foi fundamentada em autores como Foucault (2000), Ibáñez (2001) e Marcão (2007).

Ao final do trabalho são apresentados a metodologia, as considerações finais e as referências. Destacamos a complexidade e relevância do tema proposto, apresentando conflitos e incongruências em especial no que se refere ao campo teórico e prático que versa sobre a questão da privação de liberdade versus a ressocialização.

REVISÃO DE LITERATURA

Este referencial teórico aborda duas questões centrais referentes à gestão dos sistemas prisionais. Aborda, primeiramente, a realidade vivenciada pelo sistema prisional brasileiro com relação aos desafios e dificuldades decorrentes da superpopulação carcerária e da falta de agentes penitenciários. Em seguida aborda o papel dos estabelecimentos penais na segurança pública destacando a problemática gerada pela privação da liberdade e a ideia potencial de ressocialização de criminosos.

A lotação do sistema prisional brasileiro

A realidade preocupante da segurança pública no país é refletida nas instituições prisionais. O aumento da criminalidade, principalmente a urbana, envolvendo homicídios, tráfico e o consumo crescente de drogas e entorpecentes, dentre outros delitos, transformam os estabelecimentos penais em cadeias superlotadas e denunciam uma realidade preocupante em nosso país.

O déficit de vagas, o crescimento vertiginoso da população em privação de liberdade, a superlotação, as organizações criminosas instaladas dentro dos estabelecimentos prisionais, as rebeliões e a falta de pessoal são apontados como os problemas principais que as penitenciárias brasileiras enfrentam. Dados fornecidos pelo último relatório emitido pelo sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, o INFOPEN, informam que:

Em linhas gerais, podemos observar que o grupo drogas (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06) registra um total de 156.749 pessoas detidas por crimes desta natureza. Os crimes contra o patrimônio somam 234.866 incidências e os crimes contra a vida representam 64.048. Ao compararmos a distribuição entre homens e mulheres, destaca-se a maior frequência de crimes ligados ao tráfico de drogas entre as mulheres. (BRASIL, 2019, p.45).

A eficiência do serviço de segurança pública, especificamente do serviço prestado pela polícia penal, depende de condições dignas como recursos humanos em número suficiente, devidamente qualificados e em condições dignas de trabalho, estabelecimentos prisionais com estrutura adequada para abrigar os indivíduos em privação de liberdade e políticas públicas eficientes. Esse conjunto grande de demandas dificulta esse ambiente, considerando que o planejamento centralizado ainda é comum e um entrave para que as instituições prisionais inovem e procurem novas alternativas para solucionar os problemas.

Os recursos humanos disponíveis nas unidades prisionais do Brasil também são considerados insuficientes. O relatório emitido pelo INFOPEN também informa que no Brasil temos 9.30 presos para cada agente no sistema prisional, sendo que

[...] a Resolução nº 9, de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) recomenda a proporção de 1 agente para cada 5 pessoas presas como padrão razoável para a garantia da segurança física e patrimonial nas unidades prisionais. (BRASIL, 2019, p.51).

Uma alternativa criada pelo Estado para melhorar a situação dos presídios foi buscar reduzir o problema da superlotação por meio da criação da Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011. Essa lei possibilita algumas alternativas para a prisão provisória de sujeitos que não são reincidentes e que tenham cometido delitos leves. Essa medida é reflexo de algo comum no Brasil, busca-se resolver o problema de superlotação deixando de prender criminosos ou ainda criminalizando os indivíduos pelos chamados 'crimes sem vítima', que incluem sonegação fiscal e consumo de drogas ilícitas, entre outros.

O Estado do Rio Grande do Sul, segundo dados apresentados pela Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE, apresenta atualmente uma população carcerária de aproximadamente 42.339 pessoas, dessas 2.144 são mulheres e 40.195 são homens (Departamento de Segurança e Execução Penal - SUSEPE - Atualizado em 19/02/2020). O estado busca amenizar a realidade de falta de agentes por meio da ampliação do quadro efetivo de agentes penitenciários. Conforme dados coletados no próprio site da SUSEPE (2019), no último concurso realizado no ano de 2017, foram nomeados, no ano de 2018, aproximadamente 282 agentes e, no ano de 2019, foram nomeados aproximadamente 250 agentes penitenciários. A estimativa é que até o ano de 2021 sejam nomeados mais 450 agentes.

As nomeações que vem ocorrendo no estado visam amenizar a falta de agentes penitenciários e administrativos dentro do Departamento de Segurança e Execução Penal, no entanto ainda não foram emitidos relatórios ou estudos que demonstrem a eficácia dessa ação na melhoria do serviço de segurança pública desempenhado pela instituição. Além disso, como é

possível observar em praticamente todo o país, o problema de superlotação decorre da ausência de vagas, o que somente poderá diminuir com o aumento da infraestrutura prisional e com a modificação da legislação que envolve os crimes sem vítima.

O papel dos estabelecimentos penais na segurança pública

Os estabelecimentos penais desempenham um importante papel na efetivação da segurança pública, pois é no interior deles que ocorrem as execuções penais, onde os transgressores, além de punidos pelo ato cometido, devem passar por um processo de reintegração social. Conforme disposto no Artigo 1º da Lei de Execução Penal, “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984).

A reintegração social é entendida no campo penal como ressocialização, processo no qual o indivíduo que está cumprindo pena passa a aceitar e se disponibilizar a seguir as normas sociais. O dicionário de sociologia caracteriza a ressocialização como:

O processo pelo qual o indivíduo volta a internalizar as normas, pautas e valores – e suas manifestações – que havia perdido ou deixado. (...) O termo ressocialização se aplica especificamente ao processo de nova adaptação do delinquente à vida normal, a posteriori de cumprimento de sua condenação, promovido por agências de controle ou assistência social (IBÁÑEZ, 2001, 143 e 144 *apud* JULIÃO, 2003, p.63).

A garantia do alcance do objetivo da ressocialização de transgressores e preparo para a inserção social dos apenados promovida no interior dos estabelecimentos penais é de responsabilidade do Estado, conforme o Artigo 10 da LEP: “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 1984). Os Estabelecimentos Penais são destinados, segundo o Art. 82 da LEP “ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso” (BRASIL, 1984). Essas medidas buscam recuperar os indivíduos que apresentam condutas sociais indevidas, promovendo a sua ressocialização. Tendo como base o texto da Lei Nº 7.210, isso é possível mediante a oferta aos apenados de serviços como: assistência material (Art. 12 e 13), assistência à saúde (Art. 14), assistência jurídica (Art. 15 e 16), assistência educacional (Art. 17 a 21), assistência social (Art. 22 e 23), assistência religiosa (Art. 24), assistência ao egresso (Art. 25 a 27) e do trabalho (Art. 28 a 37).

Como forma de correção comportamental dos apenados, está previsto ainda, na Lei de Execução Penal, as normas disciplinares (Art. 44 a 48), formas de correção das faltas disciplinares (Art. 49 a 52), sanções e recompensas (Art. 53 a 58) e procedimento disciplinar (Art. 59 a 60). Autores como Foucault fazem uma crítica à dualidade que apresentam as atribuições das penitenciárias, ou seja, punir as transgressões por meio da privação da liberdade e recuperar o indivíduo por meio de sua ressocialização: “as prisões não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar a sua periculosidade, a modificar as suas disposições criminosas, a cessar somente após obtenção de tais modificações” (FOUCAULT, 2000, p.20).

Referente ao cumprimento do papel social das penitenciárias e das cadeias públicas, Marcão (2007, p. 94) denuncia a ineficácia dos sistemas prisionais brasileiros:

[...] é público e notório que o sistema carcerário brasileiro ainda não se ajustou à programação visada pela LEP. Não há, reconhecidamente, presídio adequado ao idealismo programático da LEP. É verdade que, em face da carência absoluta nos presídios, notada-

mente no Brasil, os apenados recolhidos sempre reclamam mal-estar nas acomodações, constrangimento ilegal e impossibilidade de readaptação à vida social. Por outro lado, é de sentir que, certamente, mal maior seria a reposição à convivência da sociedade de apenado não recuperado provadamente, sem condições de com ela coexistir.

Tendo em vista o relato das condições desumanas apresentadas no cenário prisional brasileiro, podemos destacar que a punição dos crimes proporcionada pelos sistemas prisionais não oferece as condições necessárias para a reintegração dos transgressores à coletividade. Essa falência do sistema também pode ser comprovada por meio do elevado índice de reincidência criminal e penitenciária que pode ser observada em todo o país.

Com relação à questão da reincidência, nos termos do Código Penal Brasileiro, Art. 63, “Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior” (BRASIL, 1941), no entanto há uma certa dificuldade por parte de pesquisadores na definição do conceito, encontrando-se conceitos variados para o termo. Como consequência, apresentam-se dificuldades em definir uma taxa confiável da reincidência no Brasil. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou em 2015 o Relatório de Reincidência Criminal, que busca mapear a realidade e o perfil dos sujeitos reincidentes.

O referido relatório apresenta uma pesquisa que constatou uma taxa de reincidência de 24,4% (IPEA, 2015, p. 23), representando que um a cada quatro excondenados no país volta a ser condenado por algum crime em um tempo inferior a cinco anos. Dados como os apresentados sobre reincidência comprovam a dificuldade dos sistemas prisionais em cumprirem o seu papel na segurança pública e na ressocialização dos sujeitos condenados.

Uma medida imediata que o estado tomou a fim de melhorar as questões vivenciadas pela segurança pública em especial no tocante às dificuldades enfrentadas pelo sistema penitenciário, foi a criação da polícia penal. A Polícia Penal foi criada recentemente pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019, tendo em vista a atual e crescente demanda social pelos serviços por ela prestados. A responsabilidade desse órgão, descritas no parágrafo quinto, estende-se às esferas federal, estadual e do Distrito Federal, no que cabe à segurança dos estabelecimentos penais. Segundo o texto constitucional o quadro de efetivos dessa corporação será composto mediante concurso público, e os agentes penitenciários seguirão a carreira policial, se equiparando aos demais órgãos policiais brasileiros, mas com papel e atribuições específicas, definidas em lei (BRASIL, 2019).

Considerando a realidade da segurança pública brasileira, em partes já destacada no presente trabalho, é possível perceber que os problemas enfrentados nos estabelecimentos penais são amplos e complexos, logo a criação da polícia penal não resolve questões importante de infraestrutura deficiente, salários inadequados, falta de recursos materiais e humanos para a prevenção e combate a criminalidade, dentre outros fatores que contribuem para o desempenho deficitário dos sistemas prisionais. Passamos então às etapas finais do presente trabalho.

METODOLOGIA

A classificação geral deste trabalho é definida como básica, exploratória e qualitativa (GIL, 2007). A pesquisa básica busca observar os fenômenos, mas não apresenta soluções para os problemas observados, apenas refletindo sobre as características dos fenômenos observa-

dos. A pesquisa exploratória expõe as características de uma problemática de modo a torná-la mais acessível a um maior número de pessoas. A pesquisa qualitativa apresenta a subjetividade do pesquisador ao possibilitar uma visão situada em contexto, ou seja, o contexto de atuação do autor do trabalho como profissional da segurança pública torna possível discutir a problemática de um ponto de vista situado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os fatos ocorridos no presente trabalho, percebe-se que o Estado, principal responsável pela segurança pública brasileira, apesar de angariar alguns esforços para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, ainda tem demonstrado dificuldades e ineficiência para com a proteção dos sujeitos em liberdade e garantia da segurança pública. Ao analisar o disposto na Lei de Execução Penal (LEP) é possível compreender que o trabalho e o estudo são considerados as principais opções para os transgressores conseguirem se ressocializarem, no entanto os presídios brasileiros não têm apresentado condições básicas para cumprir essa função, o que tem gerado uma séria crise em todo o sistema penitenciário brasileiro.

O tema proposto na pesquisa deste trabalho revela a preocupante realidade vivenciada pelos estabelecimentos prisionais brasileiros. Revela também a necessidade do estudo e criação de novos meios, que tenham maior eficiência na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, tanto daqueles em privação de liberdade quanto os livres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil.

Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Código Penal Brasileiro (1941). República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 11 dez. 2019.

_____. LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 – Lei de Execução Penal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 11 dez. 2019.

_____. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 104, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019.

Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm> Acesso em: 16.01.2020

_____. LEI Nº 12.403, DE 4 DE MAIO DE 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12403.htm>. Acesso em 11 dez. 2019.

_____. MINISTÉRIO Da Justiça E Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, atualização, junho de 2017. Organização Marcos Vinícius Moura. – Brasília, Ministério da Justiça e Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional. Departamento Penitenciário Nacional, 2019.

_____. EMENDA Constitucional nº 104, de 2019. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 11 dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2000.

IBÁÑEZ, Enrique del Acebo; BRIE, Roberto J. Diccionario de Sociología. Buenos Aires: Claridade, 2001

INFOPEN — Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>>. Acesso em 11 dez. 2019.

IPEA. Reincidência Criminal no Brasil. Relatório de pesquisa. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2011/02/716becd8421643340f61dfa8677e1538.pdf>

MARCÃO, Renato. Curso de execução penal. 5 ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

RIO GRANDE DO SUL - SUSEPE. Departamento de Segurança e Execução Penal – Superintendência de Serviços Penitenciários - Atualizado em 19/02/2020. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=18>.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2016. Homicídios por arma de fogo no Brasil.



Trabalho x sistema prisional: análise legislativa quanto a reserva de vagas para presos e egressos nas contratações públicas

Work x prison system: legislative analysis regarding the reservation of vacancies for prisoners and releases in public contracting

Daniela Bonina de Farias

Acadêmica do curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, campus Dianópolis.

Gleidy Braga Ribeiro

Doutora em Direito Constitucional (IDP); Docente do curso de Direito da UNIRG.

DOI: 10.47573/ayd.5379.2.177.3

RESUMO

O trabalho prisional, seja interno ou externo, desempenha papel de grande importância na efetiva ressocialização e reintegração do preso à sociedade, todavia, não bastasse a real situação do sistema carcerário brasileiro, a sociedade ainda não reconheceu sua importância, pois ainda se observa uma resistência de caráter emocional e preconceituoso no que tange a atividade laborativa exercida pelos encarcerados e egressos, de modo que é extremamente difícil o retorno dos mesmos ao ofício, seja durante a execução da penalidade ou quando se tornam egresso. Diante disso, este estudo possui como objetivo abordar acerca do trabalho como mecanismo de ressocialização, analisando a legislação que assegura a reserva de vagas de trabalho para presos e egressos nas contratações públicas e a efetividade do direito do preso de trabalhar. O presente trabalho utilizou o método indutivo, fundamentando-se em material bibliográfico. Verificou-se grande avanço legislativo, quanto ao tema, através da promulgação do decreto federal 9.450/2018, além de várias legislações estaduais.

Palavras-chave: trabalho. sistema prisional. ressocialização. reserva de vagas.

ABSTRACT

Prison work, whether internal or external, plays a very important role in the effective rehabilitation and reintegration of the prisoner into society, however, the real situation of the Brazilian prison system was not enough, society has not yet recognized its importance, as there is still a resistance of an emotional and prejudiced nature regarding the work activity carried out by incarcerated and former prisoners, so that it is extremely difficult for them to return to the office, either during the execution of the penalty or when they become egress. In view of this, this study aims to address work as a mechanism for resocialization, analyzing the legislation that ensures the reservation of job vacancies for prisoners and former prisoners in public contracts and the effectiveness of the prisoner's right to work. The work used the inductive method, based on bibliographic material. There was great legislative progress, on the subject, through the enactment of federal decree 9.450/2018, in addition to several state legislations.

Keywords: work. prison system. resocialization. reservation of vacancies.

INTRODUÇÃO

O trabalho prisional está consagrado na legislação pátria como um direito e um dever. A Lei de Execuções Penais (LEP) cujo propósito, conforme seu artigo 1º, é dar efetividade ao disposto na sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social dos apenados, estabelece em seu artigo 28º o labor do condenado como dever social e condição de dignidade humana, possuindo finalidade educativa e produtiva. Logo, percebe-se que seu objetivo é ressocializar os apenados, propiciando por meio da reeducação, a reintegração dos mesmos ao convívio social.

O trabalho a ser desenvolvido dentro dos estabelecimentos prisionais tem que se atentar às futuras necessidades do apenado, ou seja, não se busca apenas a reintegração social, como também o retorno ao mundo do trabalho, pois só assim o apenado conseguirá garantir seu

próprio sustento e o de seus dependentes, não voltando a delinquir. No entanto, devido a discriminação da sociedade, os presos e egressos encontram enorme dificuldade de trabalhar fora do cárcere (ALVIM, 1991). Diante disso, reconhecendo a dificuldade dos mesmos de se reinserção, surgiram leis que preveem a reserva de vagas de trabalho para presos, egressos e demais atingidos pelo sistema penal.

Neste contexto, o objetivo deste estudo é abordar acerca do trabalho prisional como estratégia de ressocialização, das leis que reservam vagas de trabalho para presos, egressos e demais atingidos pelo sistema penal e discutir a respeito da efetividade do direito de trabalhar do preso. Embora seja dever do Estado proporcionar atividades laborativas aos encarcerados, os estabelecimentos prisionais carecem de recursos naturais e humanos suficientes para ofertar trabalho digno a todos os reclusos (ALVIM, 1991).

Inicialmente, o estudo aborda acerca do trabalho prisional como estratégia de ressocialização. Na segunda seção é apresentada a legislação que prevê a reserva de vagas para presos e egressos, com especial destaque ao Decreto 9.450/2018. Por fim, busca-se analisar a efetividade do direito assegurado aos presos de trabalhar.

O presente estudo utiliza o método dedutivo, pois parte do geral, qual seja, a atividade laborativa como estratégia de ressocialização, para buscar analisar especificamente a legislação que assegura a reserva de vagas para presos e egressos nas contratações públicas e a efetividade do direito ao trabalho do preso. A pesquisa é qualitativa: para alcançar os objetivos propostos, foram realizados levantamento e análise qualitativa de dados, sendo necessário lançar mão da pesquisa bibliográfica (PRODANOV, 2013).

O TRABALHO PRISIONAL E SUA FINALIDADE EDUCATIVA E PRODUTIVA

O trabalho sempre esteve presente na vida em sociedade e dada sua importância na vida humana, a Constituição Federal (CF/88), em seu art. 1º, inciso IV, estabeleceu o valor social do trabalho como um dos fundamentos da República. Ademais, também estabeleceu como fundamento da República a dignidade da pessoa humana. Esses dois fundamentos é uma via de mão dupla, pois não há que se falar em trabalho sem dignidade tampouco dignidade sem trabalho (OLIVEIRA, 2019).

Trabalhar é direito que se estende a todos, e o preso não está excluído desta ótica, uma vez que, segundo o artigo 38º do Código Penal: “O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral”. No mesmo sentido, o artigo 3º da LEP prevê: “Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”. Diante disso, a prática laborativa, acima de tudo é direito dos detentos, devendo ser garantido pela legislação, pelo Estado e pela sociedade.

Cumprir destacar que o labor passou a integrar o sistema repressivo penal no século XVI. No entanto, não possuía a mesma finalidade que possui hoje, uma vez que inicialmente possuía o objetivo de regeneração do preso e sua finalidade era apenas afastar o detento do pecado. Foi, somente, posteriormente, que o trabalho passou a ser tratado como punição, de modo que se o indivíduo que cometesse o ilícito penal deveria pagá-lo através do trabalho, que na

maioria das vezes era cruel ou degradante (OLIVEIRA, 2019). Ou seja, o trabalho estava ligado à ideia de castigo e forma de endurecimento de pena, sem nenhuma finalidade ressocializadora.

Atualmente, a atividade laborativa é tanto um direito quanto um dever do preso, sendo um importante mecanismo de ressocialização, no entanto, é necessário conferir aos trabalhadores presos direitos semelhantes aos demais trabalhadores. Neste sentido, assevera Cabral e Silva (2010, p. 158):

Atualmente, a doutrina jurídica dominante concebe o trabalho do presidiário como uma forma de ressocialização, a qual somente pode ocorrer na medida em que forem concedidos ao preso trabalhador direitos semelhantes àqueles conferidos aos demais trabalhadores caso contrário, haveria uma barreira a plena reinserção social do recluso até mesmo porque a sociedade dele estaria negando direitos que são conferidos a todos os outros membros da mesma.

A CF, em seu art. 5º, inciso XLVII, alínea “c”, veda a pena de trabalhos forçados, logo, não restam dúvidas acerca da intenção do legislador ao fazer tal previsão, que é a de rechaçar toda e qualquer possibilidade de se vincular trabalho com castigo e sofrimento.

Neste contexto, ao analisar as Regras mínimas das Nações Unidas para Tratamento de Presos, conhecidas como Regras Mandela, que traz diretrizes mínimas a serem observadas pelos Estados no tratamento dos encarcerados, com a finalidade de garantir um tratamento mais digno aos presos, percebe-se que a pena imposta deve se atentar ao seu caráter ressocializador com respeito à dignidade do preso (ONU, 2015).

A laborterapia no ambiente prisional não é castigo, uma vez que colabora para reduzir os efeitos negativos da prisão. Através da análise da redação do art. 28, da LEP, pode-se concluir que a atividade laborativa realizada nos estabelecimentos prisionais possui finalidade educativa e produtiva, portanto, não deve ser forçada, caso isso aconteça, a mesma não irá atingir seu objetivo.

Nucci (2012, p.1007) ao tratar da constitucionalidade dessa obrigatoriedade, entende que:

O principal é a obrigação de trabalhar, que funciona primordialmente como fator de recuperação, disciplina e aprendizado para a futura vida em liberdade. Não se cuida de trabalho forçado, o que é constitucionalmente vedado, mas de trabalho obrigatório. Se o preso recusar a atividade que lhe foi destinada, cometerá falta grave (ARTIGO 50, VI, LEP).

Avena (2014, p. 51) tem o mesmo entendimento:

Como já dissemos, a LEP contempla no trabalho do preso um direito (artigo 41, II) e também um dever (artigo 39, V). Logo, é obrigatório, de acordo com as suas aptidões e capacidade (artigo 31). Muito embora o segregado não possa ser forçado a sua execução, a recusa importa no cometimento de falta grave (artigo 50, VI), sujeitando-o às sanções disciplinares previstas em lei. Ressalva, porém, que existe em relação ao condenado por crime político, que, nos termos do artigo 200 da LEP, não está obrigado a trabalhar.

Importante destacar também que o Brasil e todos os países que ratificaram a Convenção nº 29 da OIT, se comprometeram a abolir o trabalho forçado ou obrigatório, salvo hipóteses trazidas pela própria Convenção. O instrumento legal traz, inclusive, a definição de trabalho forçado, em seu artigo 2º, como todo aquele exigido de alguém de forma não espontânea e sob ameaça de sanção.

Ademais, o pacto de São José da Costa Rica (CADH) em seu art. 6º traz previsão quanto

a proibição do trabalho escravo e da servidão, deixando claro que o labor no ambiente prisional não deve ser escravo ou degradante, exaltando assim, a condição humana e dignidade do preso. Diante disso, pode-se inferir que o trabalho do preso não é forçado dada a previsão expressa, na CF/88, nas Regras Mandela, na Convenção nº 29 da OIT e no Pacto de São José da Costa Rica e demais dispositivos legais. Assim, embora estejam privados de liberdade, é necessário garantir ao apenado tratamento o mais digno possível; desta maneira a pena imposta cumprirá sua finalidade ressocializadora.

O TRABALHO DO PRISIONAL COMO ESTRATÉGIA DE RESSOCIALIZAÇÃO

A Lei nº 7210/84, LEP, cuja finalidade, conforme dispõe seu art. 1º é: “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”, dedica o capítulo III exclusivamente para tratar acerca do trabalho do preso. O referido capítulo prevê tanto o trabalho interno quanto o externo, aplicável a quase todos os tipos de penas privativas de liberdade- regime fechado, semiaberto e aberto.

O trabalho prisional também está disciplinado no Código Penal. O artigo 34 do referido diploma legal, ao dispor as regras do regime fechado, determinou que o condenado ficará sujeito à trabalho durante o dia e a isolamento durante a noite, o trabalho será realizado dentro dos estabelecimentos prisionais levando-se em conta as aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com o cumprimento da punição. Apenados em regime fechado poderão realizar trabalho externo, no entanto sua admissão é excepcional e apenas em serviços ou obras públicas.

No mesmo sentido, o artigo 36 da LEP, ao trazer acerca do trabalho externo em regime fechado, estabelece: “O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina”.

Em relação ao disposto anteriormente, o encarcerado poderá prestar serviços em atividades privadas, ou seja, no ambiente externo, nesse caso, o detento deve consentir expressamente, conforme previsto no art. 36, § 3º da LEP. Ademais, é necessário que sua realização seja autorizada pela direção do estabelecimento, e vai depender da aptidão, disciplina e responsabilidade, conforme prevê o art. 37 da LEP; caso o apenado cometa fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos, a autorização para cumprimento do trabalho externo será revogada.

Acerca do trabalho prestado em atividades privadas, o artigo 37 da LEP prevê que para o detento trabalhar fora do presídio, ele deve cumprir um sexto da pena. Todavia, o STJ entende que ao condenado em regime semiaberto, desde que presentes as condições favoráveis, deve ser concedida autorização para realização do trabalho externo, independentemente do cumprimento de um sexto da pena.

Na prática, é sabido por todos que os apenados em regime fechado normalmente realizam atividade laborativa dentro dos estabelecimentos prisionais. Nesse sentido, Oliveira (2019, p. 89) entende que:

Na prática, há pouquíssimas hipóteses de trabalho externo. As empresas não costumam procurar por esse tipo de mão de obra em razão do cuidado e zelo que terão de ter para manter a disciplina dos detentos. Ademais, muitas empresas não têm quaisquer condições de tomarem alguma medida contra a fuga.

Cumpra agora destacar as regras quanto ao trabalho no regime semiaberto e aberto. Conforme artigo 35 do Código Penal, no regime semiaberto o apenado fica sujeito à trabalho em comum durante o dia, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar, nesse regime o trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior. Por fim, no regime aberto, conforme artigo 36 do Código Penal, o apenado exerce atividade externa, como um trabalhador livre, uma vez que o regime aberto, conforme disposição do próprio artigo, baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado. Nesse caso não se aplica os benefícios do trabalho prisional, como a remição da pena.

Uma questão a ser discutida, é a hipótese na qual o apenado quer trabalhar, porém o Estado não fornece meios adequados para tanto, nesse caso, conforme Oliveira, (2021, p.99) a resposta é simples:

A todos eles deverá ser deferida a remição, pois eles não podem ser prejudicados pela inércia do Estado. Para Alvim (1991, p. 86), como o trabalho é um direito subjetivo do preso em face do Poder Público, os estabelecimentos penais e as cadeias deverão ser providas de recursos materiais e humanos suficientes para ofertar trabalho digno a todos os encarcerados.

Outro aspecto relevante está na observação por parte do Estado do que dispõe o artigo 32 da LEP que prevê: “Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado”. Diante disso, não basta apenas que os apenados desenvolvam alguma atividade laborativa, é necessário que essa atividade os prepare para a vida fora dos estabelecimentos prisionais, uma vez o labor prisional só irá cumprir sua finalidade se além de ocupar o tempo ocioso do preso também prepará-los, para o retorno à sociedade, com capacidade técnica o suficiente para se inserir no mercado de trabalho, e não volte às mesmas ocupações de antes do encarceramento. (OLIVEIRA, 2019).

Por outro lado, é preciso superar a ausência da sociedade no processo de ressocialização dos encarcerados. A sociedade ainda hoje não enxerga o trabalho como um mecanismo capaz de recuperar os apenados e retirá-los do mundo da criminalidade. Esta perpétua a pena como a única forma de reparação do injusto praticado, e mesmo que o preso, o egresso e demais atingidos pelo sistema penal estejam aptos e qualificados a realizar determinado trabalho, serão vistos de maneira preconceituosa.

Alvim (1991) ao explicar acerca das dificuldades dos presos ao retornarem ao convívio social conseguir emprego assevera que:

[...] observa-se uma resistência, de fundo emocional e preconceituoso, da sociedade em relação aos trabalhadores presos. Isso pode ser uma demonstração de que estes mesmos trabalhadores terão dificuldades para se recolocar no mercado de trabalho, devendo guardar o pouco dinheiro que ganham como prisioneiros, para conseguir se manter fora da prisão, sem cometer ilícitos. (ALVIM, 1991)

Desta maneira, cabe ao Estado promover ações que favoreçam o desenvolvimento de atividades laborativas de acordo com a aptidões técnicas dos encarcerados e, na sua incapacidade

dade, para não prejudicar aqueles que querem trabalhar mas não têm oportunidades, assegurar o direito de remição da pena pelo trabalho, conforme dispõe a LEP.

O trabalho do preso e os direitos sociais

A LEP, nos arts. 28 e 29, dispõe que a atividade laborativa executada pelos reclusos não está sujeita ao regime da CLT, devendo ser paga em valor não inferior a 3/4 do salário mínimo. Diante dessa disposição grande é a discussão na doutrina acerca da remuneração do preso. Para Ceia (2020, p.11), a laborterapia, caso não observada a legislação pertinente, pode se transformar em uma “ferramenta de mercantilização e exploração econômica dos condenados, sem observância dos direitos preconizados na ordem jurídica. Já Mirabete (2007), assevera que a atividade desenvolvida pelo apenado, seja interna ou externamente, deve ser paga de maneira adequada, e não de maneira simbólica, sendo esta, uma necessidade ética, jurídica e prática.

Diante de todo o exposto, percebe-se que há uma discussão a respeito da remuneração do preso, levando-se a questionar a constitucionalidade do art. 29 da LEP, frente ao disposto no artigo 7º, inciso IV da CF/88, que prevê como direito dos trabalhadores o salário mínimo. Outro aspecto a ser considerado é o valor irrisório percebido e a possibilidade de poupar recursos para o processo de reintegração a sociedade pós-cárcere, já que durante o cumprimento da pena deve com seu trabalho destinar recursos para ressarcir o Estado, atender a indenização dos danos advindos do crime, garantir assistência familiar, além de arcar com pequenas despesas pessoais(OLIVEIRA, 2019).

Por todo o exposto, cabe ressaltar que ressocializar o preso é dar ao mesmo, durante e até mesmo após a saída do cárcere, suporte necessário para reintegrá-lo à sociedade, buscando compreender o que o levou a praticar o delito. Acima de tudo é dar a ele a chance de ter uma nova vida fora das grades, de cuidar da sua família e sonhar por um futuro independentemente do que tenha feito no passado. Cabendo ao Estado investir nos estabelecimentos prisionais pois carecem de recursos naturais e humanos suficientes para garantir trabalho digno aos encarcerados. Por outro lado, é preciso que a sociedade participe, gerando nova oportunidade aos mesmos.

LEGISLAÇÃO QUE ASSEGURA A RESERVA DE VAGAS DE TRABALHO PARA PRESOS E EGRESSOS

Conforme discutido anteriormente, a atividade laborativa é sem dúvidas um importante mecanismo para a ressocialização dos apenados. O trabalho do preso está assegurado tanto na legislação nacional (CF, LEP, Código Penal etc.), quanto em tratados internacionais que versam sobre o tema, contudo, para que cumpra sua função ressocializadora é necessária uma atuação conjunta entre o Estado em cumprir seu papel investindo nos estabelecimentos prisionais e garantindo o direito do trabalho do preso e a sociedade, pois de nada adianta o preso aprender alguma atividade laborativa se não consegue exercê-la no ambiente externo.

Diante das inúmeras dificuldades para os egressos conseguirem emprego, cabe destacar o preconceito da sociedade. A sociedade insiste em não reconhecer o trabalho como um mecanismo de ressocialização e reintegração; neste contexto conforme aduz Alvim (1991):

[...] observa-se uma resistência, de fundo emocional e preconceituoso, da sociedade em relação aos trabalhadores presos. Isso pode ser uma demonstração de que estes mesmos trabalhadores terão dificuldades para se recolocar no mercado de trabalho, devendo guardar o pouco dinheiro que ganham como prisioneiros, para conseguir se manter fora da prisão, sem cometer ilícitos.

Ademais, Segundo Oliveira (2019, p. 87) o trabalho “é uma das mais importantes soluções que, ao mesmo tempo que o dignifica, o ressocializa. Infelizmente a sociedade ainda não percebeu a importância desse instituto para o direito processual penal e execução penal”.

Diante disso, surge no direito pátrio leis que preveem a reserva de vagas no mercado de trabalho. Assim, busca-se por intermédio dessa seção, abordar acerca do Decreto Federal nº 9.450/2018 que institui a PNAT- Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional e leis estaduais que reservam vagas para presos e egressos e demais indivíduos atingidos pelo sistema penal.

Por força da lei 13.500/17, foi introduzido o § 5º ao art. 40 da lei 8.666/93, prevendo a possibilidade de reserva de vagas nos editais para trabalhadores oriundos ou egressos, conforme dispositivo assim lançado:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

§ 5º A Administração Pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização do reeducando, na forma estabelecida em regulamento. (INCLUÍDO PELA LEI nº 13.500, de 2017).

Com o intuito de regulamentar o disposto no art. 40, § 5º da Lei 8.666/93 o poder Executivo Federal editou o Decreto 9.450/18 que instituiu a PNAT para que as pessoas privadas de liberdade e egressas possam retornar ao mundo laboral visando a ressocialização e reintegração dos mesmos à sociedade, estimulado ofertas de vagas de trabalho aos presos (em qualquer regime) e aos egressos.

O referido Decreto, no artigo 4º traça os objetivos da PNAT; de maneira sucinta, essa política busca proporcionar aos presos e egressos a ressocialização e reintegração social através da incorporação dos mesmos ao mundo trabalhista, promovendo sua qualificação e independência profissional, ampliando a disponibilidade de vagas de trabalho e a cooperação entre os diversos entes, além de promover a sensibilização e conscientização da sociedade e dos órgãos públicos acerca do trabalho como mecanismo de reintegração social e a remição da pena pelo trabalho.

Segundo o Art. 5º do Decreto:

Art. 5º Na contratação de serviços, inclusive os de engenharia, com valor anual acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão exigir da contratada o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos disposto no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

As disposições contidas no artigo citado anteriormente, conforme o próprio decreto, será previsto no edital sendo requisito de habilitação jurídica, consistindo na declaração do licitante

que caso vença irá contratar presos ou egressos, acompanhada ainda de declaração do órgão responsável pela execução penal, dispondo acerca de pessoas presas aptas a executar trabalho externo.

Para a implementação da Política Nacional de Trabalho (PNAT) não basta apenas transferir às empresas licitantes a obrigação de contratar pessoas presas ou egressas, é necessário a integração de vários órgãos juntamente com a sociedade para o reingresso do apenado ao convívio social (GUSMÃO, 2018). A própria redação do decreto prevê essa integração no art. 1º, §§ 2º ao 4º, vejamos o que diz os referidos parágrafos:

§ 2º A Pnat será implementada pela União em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 3º Para a execução da Pnat, poderão ser firmados convênios ou instrumentos de cooperação técnica da União com o Poder Judiciário, Ministério Público, organismos internacionais, federações sindicais, sindicatos, organizações da sociedade civil e outras entidades e empresas privadas.

§ 4º Será promovida a articulação e a integração da Pnat com políticas, programas e projetos similares e congêneres da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Acerca dessa previsão, Gusmão (2018, p. 7), procurador Federal, entende que:

[...] a formalização dos convênios e acordos de cooperação não é só possível, mas essencial e fundamental para a correta operacionalização da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, em especial a reserva de vagas nos contratos de terceirização de serviços pela Administração Pública Federal. Sem esses instrumentos complementares, a Pnat será praticamente inviabilizada no âmbito das contratações públicas federais, uma vez que o universo de pessoas beneficiadas pela reserva de vagas é muito vasto e heterogêneo, com regimes jurídicos de cumprimento de pena distintos, mas que não foram discriminados pelo Decreto 9.450, de 2018, e somente com a especificação em documentos complementares é que será factível a reserva de vagas nos contratos de terceirização de serviços para a Administração Pública Federal.

É necessário dispor em documentos complementares se reserva de vagas para presos e egressos será para contratos de prestação exclusiva ou sem exclusividade, vez que não ficou claro no decreto. Ademais para que não ocorra injustiças ou discriminação, é necessário que o documento complementar também traga a respeito do trabalho que cada preso ou egresso pode realizar, considerando as peculiaridades de cada caso. Diante disso, é necessária essa integração para a efetiva aplicação da PNAT.

Em busca realizada nos sites dos Diários Oficiais dos estados, foram encontradas diversas leis que prevê a reserva de vagas de trabalhos para presos, egressos e demais atingidos pelo sistema penal. Os estados brasileiros onde essas leis foram encontradas são: Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Primeiramente, para saber quem tem direito à reserva de vagas, é necessário saber quem é egresso; conforme o art. 26 da LEP, o egresso é todo o indivíduo liberado em definitivo, pelo prazo de um ano a contar de sua saída do cárcere e o liberado condicional em período de prova. Saber que são os egressos é importante porque as leis estaduais, além de reservar vagas para eles, reservam também aos presos (em qualquer regime), aos que cumprem penas alternativas, desinternados, sursis, anistiados, agraciados, indultados e perdoados; que tenham cumprido toda a pena; cumpridores de medida de segurança e egresso de medida de internação no sistema socioeducativos (CAMARGO, 2020).

Cumprе salientar que das categorias citadas anteriormente as que os estados adotam mais são a reserva para presos em regime aberto e semiaberto e condenados a penas restritivas de direitos.

Ao analisar a quantidade de beneficiários trazidos por cada lei estadual, percebe-se uma diferença muito grande, alguns estados são muito restritos ao elencar o rol de beneficiários, como é o caso de Alagoas, que prevê a reserva de vagas de trabalho apenas aos egressos, já São Paulo por exemplo traz um rol de beneficiários muito maior, senão vejamos o art. 2º do Decreto nº 55.126/2009:

I – O egresso do sistema penitenciário, assim considerado para os fins deste decreto:

a) o que tenha sido liberado definitivamente, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da saída do estabelecimento prisional, conforme preceitua o inciso I do artigo 26 da Lei de Execução Penal e alterações posteriores;

b) o que tenha cumprido sua pena integralmente há mais de 1 (um) ano;

c) o desinternado nos termos do § 3º do artigo 97 do Código Penal Brasileiro;

d) o que esteja no gozo do benefício de Livramento Condicional, durante o período de prova, nos termos do inciso II do artigo 26 e artigo 131 e seguintes da Lei de Execução Penal e alterações posteriores e artigo 83 e seguintes do Código Penal Brasileiro e alterações posteriores;

II – o que cumpre pena em regime semiaberto ou aberto, nos termos do artigo 33 e seguintes do Código Penal Brasileiro e alterações posteriores c/c o parágrafo único do artigo 19, § 1º do artigo 82, artigos 89, 91 a 95 e 110 a 119, todos da Lei de Execução Penal e alterações posteriores;

III – o favorecido pela concessão da suspensão condicional da pena – “SURSI”, regulada pelo artigo 77 e seguintes do Código Penal Brasileiro e alterações posteriores, e artigo 156 e seguintes da Lei de Execução Penal e alterações posteriores;

IV – o condenado a penas restritivas de direitos, nos termos do artigo 43 e seguintes do Código Penal Brasileiro e alterações posteriores, ou contemplado com o benefício da transação penal, oferecido e aceito conforme dispõe o artigo 76 e seus §§ da Lei federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e alterações posteriores;

V – o anistiado, agraciado, indultado e perdoado judicialmente e os demais casos cuja punibilidade tenha sido declarada extinta nos termos do artigo 107, incisos II a VI e IX, do Código Penal Brasileiro e alterações posteriores e artigos 187 a 193, da Lei de Execução Penal e alterações posteriores” (SÃO PAULO, 2009).

Diante disso, observa-se que o Estado de São Paulo trouxe um rol maior de beneficiários, o que torna visível a falta de uniformidade entre as legislações estaduais, essa diferença se torna ainda maior quando se analisa as legislações municipais que versam sobre o tema (CAMARGO, 2020).

Acerca de como é feita a reserva de vagas, existe dois modelos adotados pelos Estados para estimular a contratação de presos e egressos, nesse sentido esclarece Camargo (2020):

São dois os modelos adotados pelos estados para estimular a contratação dos egressos. O primeiro é a previsão de que nas licitações da administração pública, direta ou indireta, para a execução de obras e serviços, as pessoas jurídicas contratadas deverão empregar determinado percentual de egressos. O segundo modelo, é o da subvenção econômica. Tal medida econômica não se confunde com o subsídio, e se trata de uma política na qual ocorre uma transferência de recursos públicos para os cofres de um ente privado (ELALI, 2007, p. 47), nesse caso em específico, quando a empresa contrate determinado percentual de egressos.

Acerca do primeiro modelo, os Estados que o adotaram tomaram duas posturas diferentes, alguns decidiram por tornar a presença da cláusula nos editais de licitação facultativa, enquanto outros estados optaram por determinar a obrigatoriedade do preenchimento do percentual mínimo de egressos contratados.

Ao optar pela facultatividade da cláusula de reserva de vagas nos editais, os Estados deixam à mostra a fragilidade dessas leis, neste sentido, Camargo (2020, p.12) entende que: “A opção de tais estados pela facultatividade da exigência em editais demonstra o caráter tímido de tais legislações, as quais correm grande risco de se tornarem somente cartas de intenção sem eficácia prática.”

O segundo modelo, o da subvenção econômica, conforme dito anteriormente, é uma política onde há uma transferência de recursos públicos para um ente privado (ELALI, 2007, p.47), devendo a empresa contratar determinado percentual de egressos. O ente privado que se interessar deverá se credenciar junto ao Estado, onde valor financeiro será feito de forma trimestral.

No primeiro modelo, a maioria das leis determinam patamares mínimos, normalmente de acordo com o quantitativo de pessoas que trabalham na empresa. Nas leis, onde o rol de beneficiários é mais extenso, que é o caso de São Paulo, conforme já foi demonstrado, não houve determinação de percentual específico. Ademais, algumas legislações não estabelecem patamares mínimos de funcionários para que haja obrigatoriedade de contratação de egressos. No entanto, de maneira geral, a legislação dos Estados que adotaram esse modelo tornou facultativa a contratação quando tiver apenas cinco funcionários e obrigatória uma vaga quando o número de funcionários estiver entre seis e dezenove. Já a partir de 20 funcionários é exigido 5%.

No segundo modelo, que é o da subvenção econômica, Minas Gerais criou uma série de patamares, onde a partir de 500 funcionários exige-se a contratação de 5%. Já na lei de Alagoas, conforme seu art. 6º, o edital irá definir o que será necessário para o credenciamento da pessoa jurídica.

No Tocantins não foi encontrada nenhuma lei que prevê a reserva de vagas de trabalho para presos e egressos e demais sujeitos atingidos pelo sistema penal. No entanto, cabe destacar que existem projetos voltados à atividade laboral do preso, conforme será aduzido mais adiante.

Comparação entre o decreto nº 9.450/2018 e as legislações estaduais

Primeiramente, através da análise do decreto 9.450/2018 e da legislação estadual percebe-se que esta traz maior número de beneficiários. No referido decreto federal cabe destacar, todavia, a inclusão de presos provisórios como beneficiários da reserva de vagas. Tal inovação é muito necessária e importante, já que conforme dados do IFOPEN- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, de dezembro de 2019, dos quase 800 mil presos existentes no Brasil, 222.459 são presos provisórios o que corresponde a 40% da população carcerária.

O modelo adotado a nível federal para estimular a contratação de presos, presos provisórios e egressos é o primeiro modelo (conforme abordado no tópico anterior), onde há reserva de vagas em licitações realizadas por parte da administração pública direta e indireta federal (art. 40, § 5º da lei 8666/93). Outra inovação trazida pelo Decreto federal está prevista em seu artigo 5º, ao estabelecer que a normativa só é exigida nos contratos de valor acima de R\$330.000,00.

Com base no tópico anterior, o percentual máximo de reserva de vagas nas legislações estaduais é de 5%, já a PNAT propõe percentual maior, de 6% quando da contratação de mais de mil funcionários. Neste quesito, o Decreto superou todas as legislações estaduais.

Nos termos do art. 1º, § 4º, do Decreto Federal é importante ressaltar que há a previsão de se estabelecer uma articulação entre as legislações estaduais e municipais congêneres a PNAT. Neste sentido é necessário trazer à baila o art. 4º do Decreto 9.450/2018, que possui a seguinte redação:

Art. 4º São objetivos da Pnat:

[...]

V – incentivar a elaboração de planos estaduais sobre trabalho no sistema prisional, abrangendo diagnósticos, metas e estratégias de qualificação profissional e oferta de vagas de trabalho no sistema prisional;

Ademais o art. 8º do referido decreto prevê:

Art. 8º O Ministério da Segurança Pública estimulará a apresentação, pelos Estados e Distrito Federal, a cada dois anos, de Plano Estadual da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, conforme as diretrizes e os objetivos dispostos neste Decreto, em articulação da secretaria responsável pela administração prisional com aquela responsável pelas políticas de trabalho e educação.

Neste contexto, percebe-se que o Decreto incentiva a adoção pelos Estados de políticas de trabalho no âmbito do sistema prisional, propondo a uniformidade das legislações congêneres, de maneira que não venham ser tão distantes do que determina o Decreto Federal 9.450/2018, caso seja, pode entrar em conflito com o mesmo e ser considerado inconstitucional (CAMARGO, 2020).

Diante disso, percebe-se que embora haja algumas diferenças entre o Decreto e as leis estaduais, ambos buscam efetivar a ressocialização e reintegração dos apenados ao convívio social buscando garantir também o retorno do mesmo à prática laboral da maneira mais digna possível.

EFETIVIDADE DO DIREITO AO TRABALHO DO PRESO

Hodiernamente, verifica-se uma situação de verdadeiro boom do encarceramento, uma vez que segundo os dados do Ifopen de dezembro de 2019, o Brasil conta com uma população carcerária de 748.009 mil presos, e desse total apenas 144.211, ou seja apenas 19,30%, encontram-se desenvolvendo alguma atividade laborativa seja dentro dos presídios ou fora deles.

O grande problema que assola o sistema carcerário é a superlotação, segundo dados do Ifopen até julho de 2019, as vagas nos presídios brasileiros eram pouco mais de 461.000, para abrigar todos os encarcerados que está chegando a quase 800 mil detentos. Com esse cenário, as condições degradantes às quais os presos ficam submetidos dentro dos presídios só pioram, aumentando ainda mais a violência no interior das prisões, fazendo com que a mesma não cumpra sua finalidade de reintegração e ressocialização dos apenados.

Ademais, segundo Oliveira (2019, p.88):

O grande mal que assola nossa sociedade é a reincidência, ocasionada principalmente pelo preconceito, pela exclusão social, pelo despreparo Educacional e profissional e pela falta de oportunidades de trabalho isso se deve ao fato de que os egressos do sistema prisional não estão saindo ressocializados.

O Estado deve investir nos estabelecimentos prisionais com o intuito de proporcionar trabalho aos apenados, para que eles possam voltar ao convívio social ressocializados, ademais a sociedade deve acolhê-los, dar chance aos mesmo de trabalhar e viver uma nova vida sem reincidir.

Os dados trazidos acima demonstram que o direito de trabalhar assegurado aos reclusos não está sendo efetivado conforme a legislação determina. Ainda há muito o que fazer, e a aplicabilidade das leis que reservam vagas de trabalho para presos, egressos e demais beneficiários é de suma importância, visto que, se o trabalho cumprir sua função, a reincidência irá diminuir, e consequentemente a quantidade de encarcerados também.

Trazendo para a realidade estadual, no Tocantins, segundo dados do Ifopen de dezembro de 2019, dos 4481 presos existentes, apenas 1004, encontram-se desenvolvendo alguma atividade laborativa e desse quantitativo, a maioria realizam trabalho interno. No Tocantins existem projetos voltados ao trabalho prisional, tais como o projeto Arte que faz crescer e o Bazar para recomeçar. No entanto, é preciso ir além, visto que é necessário garantir trabalho dentro e fora dos presídios, sendo a produção legislativa sobre o tema um passo importante para assegurar o direito ao trabalho às pessoas privadas de liberdade e egressas.

Conforme já foi aduzido, o Estado é obrigado a fornecer condições de trabalho aos presos, cabe ao mesmo investir no interior dos estabelecimentos prisionais, porém ele não age sozinho, cabendo também a sociedade reconhecer a importância do labor na ressocialização do apenado contribuindo assim com a reintegração social dos mesmos, além disso, os apenados devem enxergar o trabalho, não apenas como um mecanismo que irá lhe proporcionar alguns benefícios durante a execução da pena, como também algo que irá reintegrá-lo ao convívio social, lhe garantindo dignidade, prestígio e uma nova vida longe da criminalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou conhecer as leis (estaduais e federal) que preveem a reserva de vagas para presos, egressos e demais atingidos pelo sistema penal. Todavia, constatou-se que embora o encarcerado tenha o direito de trabalhar, consagrado tanto na legislação pátria quanto em tratados internacionais, a garantia do trabalho aos apenados ainda não é efetiva, uma vez que, conforme dados do Ifopen, dos quase 800 mil presos no Brasil, apenas 144.211 encontram-se desenvolvendo alguma atividade laborativa.

Para melhor compreensão do tema, o estudo delimitou-se a analisar o labor do apenado como estratégia de ressocialização, assim, definiu-se objetivos específicos, quais sejam: apresentar a legislação que assegura o direito ao trabalho do preso, analisar a legislação que assegura a reserva de vagas de trabalho para presos e egressos nas contratações públicas federais e estaduais e por fim analisar a efetividade do direito que o apenado tem de trabalhar. Nesse viés, percebeu-se que Tratados Internacionais, a Constituição Federal, a LEP, o Código Penal, estabelecem a atividade laborativa como um direito e um dever dos apenados, devendo o Estado garanti-la, para que a mesma cumpra sua função ressocializadora.

O trabalho prisional tornou-se mecanismo de ressocialização de grande importância, pois além de ocupar o tempo ocioso do encarcerado também o prepara para o futuro retorno à sociedade, devendo ser o mais próximo possível do trabalho realizado fora dos estabelecimentos prisionais, com intuito não só de reintegração social como também de reinserção dos mesmos às atividades trabalhistas, o que não é matéria tão fácil devido o preconceito da sociedade.

A nível federal, o Decreto 9.450/2018, prevê a reserva de vagas para presos, incluindo os provisórios, e egressos visando a ressocialização, reintegração social e retorno a alguma atividade laboral fora dos presídios. A nível estadual, dos 26 estados brasileiros e Distrito Federal foram encontradas leis voltadas à reserva de vagas em 14 deles e no Distrito Federal. As leis estaduais trazem um rol de beneficiários mais extenso que o Decreto Federal.

Por conseguinte, não basta apenas que o Estado garanta o trabalho aos detentos, pois de nada vai adiantar aos apenados aprenderem uma atividade laborativa se ao retornar ao convívio social não terá a oportunidade de exercê-la, devido principalmente o preconceito por parte da sociedade.

REFERÊNCIAS

ACRE (Estado). Lei nº 2305, de 30 de agosto de 2010. Diário Oficial do Estado. Acre, AC, 30 ago. 2010.

ALAGOAS (Estado). Decreto nº 23834, de 12 de dezembro de 2012. Diário Oficial do Estado. Alagoas, AL, 13 dez. 2012.

ALVIM, Rui Carlos Machado. O trabalho penitenciário e os direitos sociais. São Paulo: Atlas, 1991.

AMAZONAS (Estado). Lei nº 8443, de 19 de dezembro de 2013. Diário Oficial do Estado. Amazonas, AM, 15 jan. 2014.

ARAÚJO, Neli Trindade da Silva de. Trabalho penitenciário: um dever e um direito. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 3073, 30 nov. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20537>. Acesso em: 25 maio 2022.

ARÚS, Francisco Bueno. Panorama comparativo dos modernos sistemas penitenciários. RT, v. 441, p. 307, 1972

AVENA, Norberto. Execução penal: esquematizado. São Paulo: Método, 2014.

BAHIA (Estado). Decreto nº 14764, de 03 de outubro de 2013. Diário Oficial do Estado. Bahia, BA, 04 out. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Regras de Mandela: Regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília, 2016a. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/05/39ae8bd2085fdb4a1b02fa6e3944ba2.pdf>. Acesso. 25 nov. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. De 05 de outubro de 1988. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 678, de 09 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana de Direitos humanos (Pacto De São José da Costa Rica), de 22 de Novembro de 1969. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 06 nov. 1992.

BRASIL. Decreto nº 9450, de 24 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 jul. 2018.

BRASIL. Lei 13.500, de 26 de outubro de 2017, institui a gerencia do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13500.htm. Acesso em: 10 fevereiro 2022.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 22 jun. 1993.

CABRAL, Luisa Rocha; SILVA, Juliana Leite. O trabalho penitenciário e a ressocialização do preso no Brasil. Revista do centro acadêmico Afonso Pena, n. 1, 2010.

CAMARGO, Vinícius de. Ações afirmativas para egressos do sistema prisional no mercado de trabalho: uma análise das leis estaduais. Âmbito jurídico. 2020. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/acoes-afirmativas-para-egressos-do-sistema-prisional-no-mercado-de-trabalho-uma-analise-de-leis-estaduais/>. Acesso em: 24 de maio 2022.

CARVALHO, Raquel. Dos fundamentos das ações afirmativas ao Decreto Federal nº 9.450/2018: o poder de compra do Estado em favor dos presos e egressos do sistema penitenciário. 2018. Disponível em: <http://raquelcarvalho.com.br/2018/07/25/dos-fundamentos-das-acoes-afirmativas-ao-decreto-federal-no-9-450-2018-o-poder-de-compra-do-estado-em-favor-dos-presos-e-egressos-do-sistema-penitenciario/#comments>. Acesso em: 03 nov. 2021.

CEARÁ (Estado). Lei nº 15854, de 24 de setembro de 2015. Diário Oficial do Estado.Ceará, CE, 29 set. 2015.

CEIA, Matheus da Silva. O trabalho prisional e a marginalização de direitos como óbice intransponível à ressocialização: uma análise no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020. 77 f. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade Nacional de Direito. Bacharel em Direito. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/14471>. Acesso em: 03 nov. 2021.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização – Junho de 2016. Brasília, 2017. 65 p. Relatório.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4652, de 18 de outubro de 2011. Diário Oficial do Estado.Distrito Federal, DF, 19 out. 2011.

DUARTE, Ana Rebeca Cabral. Resenha do artigo intitulado de “Políticas de Ressocialização no sistema prisional: situação atual, limitações e desafios”. Revista Processus Multidisciplinar, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 564-568, nov. 2021. ISSN 2675-6595. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/501>. Acesso em: 09 nov.2021.

ELALI, André. Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico: a questão da redução das desigualdades regionais e sociais. Incentivos fiscais: questões pontuais nas esferas federal, estadual e municipal. São Paulo: MP, v. 1, n. 1, p. 37-66, 2007.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei Complementar nº 879, de 26 de dezembro de 2017. Diário Oficial do Estado. Espírito Santo, ES, 27 dez. 2017.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Lei regulamenta contratação de egressos do sistema prisional prevista na Lei de Licitações. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5507, 30 jul. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/67910>. Acesso em: 18 out. 2021.

FORTINI, Cristiana. Decreto 9.450/18 transfere ônus do Estado para a iniciativa privada. Consultor Jurídico, 23 ago. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-ago-23/interesse-publico-decreto-945018-transfere-onus-estado-iniciativa-privada>. Acesso em: 30 jul. 2019.

GOMES, Luiz Flávio. Nova Lei de Penas Alternativas, A competência de sua aplicação, Lei n.9714/98. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/bv/hemdig_txt/061027004.pdf Acesso em: 01 jun. de 2018.

GUSMÃO, Diego Ornellas de. Reserva de vagas para presos e egressos nas contratações públicas federais- ainda há muito o que fazer. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37248124/A_RESERVA_DE_VAGAS_PARA_PRESOS_E_EGRESSOS_NAS_CONTRATA%C3%87%C3%95ES_P%C3%9ABLICAS_FEDERAIS_AINDA_H%C3%81_MUITO_O_QUE_FAZER. Acesso em: 24 de maio de 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. (2015), “Reincidência criminal no Brasil”. Relatório final de atividades da pesquisa sobre reincidência criminal, conforme Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça e o IPEA. Rio de Janeiro, 2015.

KUHENE, Maurício. Lei de Execução Penal Anotada. 11. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2013.

LEAL, João José. O Princípio Constitucional do Valor Social Trabalho e a Obrigatoriedade do Trabalho Prisional. Novos Estudos Jurídicos. Itajaí, v. 9, n. 1, p.57-76, jan./abr. 2004, p. 63. Disponível em: <https://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/357/300>. Acesso em 14 nov. 2021.

MARANHÃO (Estado). Lei nº 10182, de 22 de dezembro de 2014. Diário Oficial do Estado. Maranhão, MA, 22 dez. 2014.

MATO GROSSO (Estado). Lei nº 9879, de 07 de janeiro de 2013. Diário Oficial do Estado. Mato Grosso, MT, 07 jan. 2013.

MINAS GERAIS (Estado). Lei nº 18401, de 28 de setembro de 2009. Diário Oficial do Estado. Minas Gerais, MG, 29 set. 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Execução Penal. 11ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Luiz Francisco de. A utilização prática do trabalho do apenado como causa de (re)inserção social no sistema penitenciário. 2019. 161f. Dissertação (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-

Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/1780>. Acesso em 26 nov. de 2021.

PANCERI, T.; RIES WINCK, D. ANÁLISE DO TRABALHO PRISIONAL APLICADO A

RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO. Ponto de Vista Jurídico, Caçador (SC), Brasil, v. 9, n. 2, p. 105 - 116, 2021. DOI: 10.33362/juridico.v9i2.2309. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/juridico/article/view/2309>. Acesso em: 21 maio. 2022.

PIAUÍ (Estado). Lei nº 6344, de 12 de março de 2013. Diário Oficial do Estado. Piauí, PI, 12 mar. 2013.

PIRES, Ariosvaldo de Campos. Alternativa à pena privativa de liberdade e outras medidas. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, n. 20, p. 75-76, 1997.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico/ Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Federal, 2013.

QUINTINO, Carla Jesus de Souza. Trabalho prisional: o caso das leis do Distrito Federal que asseguram a reserva de vagas de trabalho para presos e egressos do sistema penitenciário. 51 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 3940, de 09 de setembro de 2002. Diário Oficial do Estado. Rio de Janeiro, RJ, 09 set. 2002.

RONDÔNIA (Estado). Lei nº 2134, de 23 de julho de 2009. Diário Oficial do Estado. Rondônia, RO, 27 jul. 2009.

RORAIMA (Estado). Decreto nº 10908-E, de 05 de fevereiro de 2010. Diário Oficial do Estado. Roraima, RR, 09 fev. 2010.

SOARES, Yuri. Construtoras criticam reserva de vagas para presos e ex-detentos. AECweb. 30 jul. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 55126, de 07 de dezembro de 2009. Diário Oficial do Estado. São Paulo, SP, 07 dez. 2009.

TOLEDO, Isadora d'Ávila; KEMP, Valéria Heloisa; DA MATA MACHADO, Marília Novais. Os sentidos do trabalho para egressos do sistema prisional inseridos no mercado formal de trabalho. Cadernos de psicologia social do trabalho, v. 17, n. 1, p. 85-99, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.



Criminologia e garantismo penal: considerações sobre a prisão cautelar

Júlio César Soares

DOI: [10.47573/ayd.5379.2.177.4](https://doi.org/10.47573/ayd.5379.2.177.4)

RESUMO

A institucionalização do poder punitivo comumente ignora a tendência de construção política do direito processual penal invertendo totalmente a função protetiva teoricamente atribuída a este mecanismo. Considerando-se que a ciência se constrói a partir de uma relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta, a hipótese da presente pesquisa é de que, há, no discurso judicial, a manifestação inequívoca das intenções do encarceramento cautelar como antecipatório dos efeitos de uma pena e, conseqüentemente, do caráter visceralmente político da punição.

Palavras-chave: prisão cautelar. poder punitivo. criminologia. garantismo penal.

INTRODUÇÃO

O conhecimento não se inicia somente a partir de fatos ou números, mas, principalmente, da existência de um problema. No caso do presente estudo, a significância do problema é proporcional aos números que lhe envolvem: o Brasil é o quarto país com maior número absoluto de encarcerados no mundo. A cada cem mil brasileiros, cento e quatro estão presos provisoriamente. Em razão dessa realidade, dentre as diversas indagações suscitadas a partir do problema, são questionados os fundamentos inerentes à própria custódia cautelar, teoricamente justificada por finalidades estritamente instrumentais e processuais. No entanto, a vagueza e a imprecisão do principal argumento utilizado desenfreadamente pelas agências judiciais para decretar a prisão preventiva – a tutela da ordem pública, requisito previsto no Código de Processo Penal – levam à abertura e à carência de sólidos critérios dos métodos e conceitos que comumente fundamentam a contrição cautelar de sujeitos presumidamente inocentes.

PODER PUNITIVO E PRISÃO SEM SENTENÇA

Dentre os grandes padecimentos do poder punitivo no Brasil, indubitavelmente, está o exorbitante número de encarceramentos provisórios. Segundo diagnóstico do Conselho Nacional de Justiça do ano de 2014, o número de presos provisórios no sistema equivale a 41% da população carcerária brasileira. Conforme propõe a Criminologia Crítica, discorda-se da postura de aceitação inquestionável do Código processual penal e da aplicação subsuntiva da previsão do diploma legal. Desta forma, a referida linha teórica está pautada na construção política do Direito penal e, por que não, processual penal: “Como teoria crítica, cabe-lhe a tarefa de fazer parecer o invisível” (BATISTA, 1990, p. 32). Conseqüentemente, o seu objetivo é verificar funcional e estruturalmente o desempenho prático do sistema penal com vistas aos instrumentos formais de controle social a fim de compreender o discurso penal disciplinado por uma sociedade de classes historicamente determinada (BATISTA, 1990). Zaffaroni expõe que, no contexto da orientação seletiva, todas as assertivas do tipo “a prisão preventiva não é uma pena” ou “as penas mais graves diminuem o número de delitos” a respeito da realidade do comportamento humano não são submetidas à verificação (ZAFFARONI, 2008). No entanto, costuma-se considerá-las verdadeiras no Direito penal sem esse requisito elementar de relativa certeza científica, inclusive utilizando-as como próprio fundamento do discurso e não como mero complemento periférico. Esta é a melhor prova do erro metodológico consistente em “inventar dados sociais falsos como

próprios do saber jurídico e refutar dados sociais verdadeiros argumentando que são sociológicos” (ZAFFARONI, 2008, p. 66).

Segundo a concepção da epistemologia inquisitiva (ou antigarantista), o objeto de conhecimento e de tratamento penal, além do delito formalmente previsto, é o desvio criminal imoral ou antissocial e a pessoa do desviante, cujo delito é suficiente para justificar a punição. Nesse contexto, a técnica que mais se propaga é a previsão de figuras como a ordem pública, de conteúdo elástico e indeterminado, idôneas para conotar, conforme Ferrajoli, em termos vagos ou valorativos, modelos globais de desvio, ao invés de indicar tipos empiricamente determináveis. A prática comum de incluir a periculosidade do sujeito como um atentado à ordem pública e, dessa forma, decretar a prisão preventiva do indivíduo, por essência, se inclui em um dos tipos de execução da epistemologia inquisitiva. Assim, a garantia da presunção de inocência é minada pela tradição inquisitória, que, no caso da prisão preventiva, é marcada pela prévia contenção do agente que ainda é mero acusado, em nome da defesa social.

PRISÃO PREVENTIVA E PRESUNÇÃO DE CULPABILIDADE: A AMPLIAÇÃO DO ESTADO DE INSEGURANÇA

Para além do retrocesso inquisitório da cultura penal oitocentista, o legado da prisão preventiva perpetuou-se em todos os sistemas jurídicos europeus e, invariavelmente, foi apropriado pelo ordenamento brasileiro, consolidando-se nos códigos e cartas constitucionais. Com a funcionalização do indivíduo em relação ao estado, retratada fielmente pelo Fascismo, a presunção de inocência entrou em crise e a prisão preventiva foi amplamente legitimada, chegando a ser, no Código Rocco, hipótese de prisão obrigatória e automática.

O principal interesse do princípio da presunção de Inocência é que todos os inocentes, sem exceção, sejam protegidos. Disso decorre a concepção de Ferrajoli de que, se os direitos dos cidadãos são ameaçados não só pelos delitos, mas também pelas penas arbitrárias, a presunção de inocência não é apenas uma garantia de liberdade e de verdade, mas a segurança fornecida aos cidadãos, pelo estado, contra o próprio arbítrio punitivo. Não há qualquer provimento jurisdicional ou mesmo político que cause mais insegurança do que o encarceramento de um indivíduo sem processo. Ou seja, a presunção de inocência configura a mais relevante expressão da liberdade no processo penal, já que envolve a tutela não só da segurança jurídica dos indivíduos, como a própria legitimidade da atuação do poder judiciário (DELMANTO JÚNIOR, 1998).

No entanto, a utilização imoderada da prisão preventiva não é exclusiva do Brasil, tampouco dos países da América, ainda que a sua aplicação seja arbitrária e ilegal, apresentando-se como um problema realmente crônico em muitos países da região, tendo em vista a estrutura hierárquica excludente característica das sociedades latino-americanas. Entre os motivos para o excesso de uso da prisão preventiva na América, estão: retardo judicial, deficiências do acesso aos serviços de Defensoria pública, existência de legislação que privilegia a aplicação da prisão preventiva, falta de mecanismos para aplicação de outras medidas cautelares, inversão do ônus da prova na aplicação da prisão preventiva, uso desmedido em casos de delitos menores e a extrema dificuldade em lograr a sua revogação.

A ORDEM PÚBLICA COMO FUNDAMENTO PARA DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA: A JURIDICIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA (OU PUBLICADA)

A prisão para garantia da ordem pública remonta argumentos nazifascistas para justificar a punição através de conceitos vagos e desprovidos de qualquer referencial semântico (LOPES JR., 2013), o que recai na decretação de uma contrição cautelar fundamentada em uma opinião. Na Itália fascista, por exemplo, a política criminal era baseada em dois fatores: a maior severidade contra a delinquência em nome da defesa do estado e dos interesses individuais e coletivos por este considerados merecedores de tutela; e a introdução de institutos, como a medida de segurança, destinados à prevenção do delito. Tal política foi fundamentada na instrumentalização favorável a um rígido sistema de defesa social, em que os interesses gerais deveriam prevalecer sobre os particulares, através, inclusive, da possibilidade de emanar sanções limitadoras da liberdade pessoal dos suspeitos. Igualmente, na Alemanha nazista, o magistrado não se encontrava totalmente vinculado às leis, o que autorizava o recurso ao “são sentimento do povo” para punir.

Da mesma maneira, a subjetividade do conceito de ordem pública impossibilita o indivíduo de saber se a sua conduta, de fato, a viola ou não, o que é claramente inconciliável com o princípio constitucional da segurança jurídica. Segundo Ferrajoli, as medidas de ordem pública são, em suma, um conjunto heterogêneo de medidas atípicas. Ou seja, na sua utilização, não vige nem o princípio da estrita legalidade nem o princípio da submissão às garantias conexas da jurisdição (FERRAJOLI, 2014), já que pode produzir a dissolução total das garantias, por tratar-se de denotação jurídica indeterminada, que se refere a contiguidades genéricas, inclinações ou mesmo prognoses de periculosidade. A questão, portanto, não é decidida a partir de uma argumentação jurídica. Nas palavras do autor italiano, são minas vagantes do ordenamento jurídico (FERRAJOLI, 2014). Assim, a tipificação de conceitos genéricos para fins punitivistas, caracterizada pela produção legislativa autoritária, influi na constituição de uma jurisprudência da mesma natureza. A repressão, portanto, é institucionalizada pelo próprio sistema de justiça.

A atual estratégia de criminalização não está muito distante da realidade vivida na década de 30. Entre o fim do século XX e o início do século XXI, ocorreu uma clara resignificação do sujeito que figura como agente ativo nos crimes contra o estado. Se antes os comunistas representavam os maiores inimigos do poder, hoje, a construção do pânico coletivo é pautada na identificação do assaltante, do homicida, do criminoso sexual e do traficante de drogas como inimigos da segurança pública. O público, então, grita pela ação do governo – que seja rápida e forte – e abre mão de vínculos impostos pela legalidade a fim de fortalecer qualquer ação de cunho punitivo. Assim, é possível identificar o discurso de legitimação da punitividade no estado de permanente exceção, que é operacionalizado pelo poder punitivo sob a aparência do respeito às regras dos estados de direito, mas que, na verdade, atua no vácuo do(s) direito(s) e gera a gradual desestabilização das Constituições (CARVALHO, 2013). Nesse sentido, Daniel Pastor aponta o modo amplo de aplicação patológica das medidas de coerção com fins distorcidamente punitivos:

“ella misma ha sumido como propia la tarea de ‘llevar el derecho penal a todas partes’ y a partir de ello ha hecho una interpretación expansiva también de los preceptos penales clásicos para aplicarlos, sobre todo ante los oscuros y confusos reclamos públicos, mediáticos u iushumanistas de más cárcel”. (PASTOR, 1996)

Esse fenômeno pode ser entendido no conjunto de circunstâncias do processo descrito por Álvaro Pires como “juridicização da opinião pública e do público pelo sistema penal” (PIRES, 2004, p. 49). Nesse processo, o público deixa de ser um simples destinatário da norma jurídica para se tornar um critério na construção da justiça. Dessa forma, o juiz que decreta a prisão preventiva em função da garantia à ordem pública, fundamentando-a unicamente na prova da materialidade do crime e nos indícios suficientes de autoria, ignora as funções – se é que elas existem – da prisão sem juízo, especialmente se o faz levando em conta a gravidade do delito ou o clamor público. Além disso, a consequência em considerar o público na escolha do remédio legal para o problema é que o sistema penal passa a modificar seus critérios de decisão e o saber sobre as penas (PIRES, 2004).

Note-se que o artigo 312 do Código Processual Penal Brasileiro prevê a prisão preventiva através de clara debilidade semântica, pois basta um pouco de conhecimento de estrutura linguística para construir artificialmente esses requisitos, cuja falsificação é inverificável e, uma vez decretada, os argumentos falsificados são também inverificáveis e, portanto, irrefutáveis. Assim, o clamor público se confunde com opinião pública, ou seja, a veiculada na comunicação social (LOPES JR., 2013), o que perfaz claro exemplo de instrumento para nutrir a arbitrariedade. Dessa forma, a prisão preventiva cumpre funções de pena antecipada incompatíveis com sua natureza, violando o devido processo legal e a presunção de inocência, e acaba por assumir um caráter de prevenção geral e especial e de retribuição (SANGUINÉ, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura de um sistema penal fundado no encarceramento das massas tende ao aruinamento. Portanto, ratificamos que, tendo em vista a dificuldade em, por ordem política, modificar o sistema baseado na instituição das agências de criminalização primária e secundária referidas por Zaffaroni, depreendemos que a ferramenta dogmática para mantê-lo sob controle é o Garantismo penal empreendido por Ferrajoli. primeiramente por que, por essência, é simetricamente oposto à epistemologia inquisitiva. Em segundo plano, por concordamos com o enfoque proposto por esta linha teórica no sentido de conduzir o juiz ao lugar de garantidor dos direitos do réu.

O acusado, assim como a vítima, confia sua confiança ao poder judiciário. O processo penal não existe para nutrir o sentimento comum de justiça, mas para proteger, ainda que contra essa comunidade, os cidadãos individualizados que, apesar de suspeitos, não podem ser considerados culpados antes de uma sentença condenatória transitada em julgado (FERRAJOLI, 2014). Ou seja, o papel das agências judiciais é o de impedir os exercícios arbitrários de autoridade e não o de ratificá-los. No entanto, a utilização da garantia à ordem pública como fundamento para decretação da prisão cautelar, tendo em vista a sua justificação através de conceitos instáveis, reforça o sistema de justiça criminal que banaliza o encarceramento provisório. Tal degradação dos métodos utilizados para fundamentar a prisão sem sentença nos remete aos dizeres de Hannah Arendt sobre os elementos de autoritarismo que sobrevivem aos regimes ditos democráticos, que, apesar de teoricamente legais, recorrem à fonte de autoridade da qual as leis positivas recebem legitimidade (ARENDR, 1989, p. 512). Diante da presença frequente de um discurso centrado na repercussão social/opinião pública sobre o suposto delito perpetrado pelos acusados para decretar a prisão sem sentença, o método inquisitorial permanece no

ordenamento jurídico brasileiro e na decretação de prisões preventivas, consubstanciado no número elevado de encarceramentos provisórios no Brasil e na ineficácia da Lei 12.403/2011 para a pretendida redução da população carcerária, já que um dos fatores que contribuem para sua inutilidade reside na permanência da noção de garantia da ordem pública como justificativa para o acautelamento.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 10. ed., ed. Forense Universitária, 2007.

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao direito penal brasileiro. Rio de janeiro: Revan, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti. Introdução crítica à criminologia brasileira. 2. ed. Rio de janeiro: Revan, 2011.

CARVALHO, Salo de. Antimanual de Criminologia. 5. ed. São paulo: Saraiva, 2013.

DELMANTO JÚNIOR, Roberto. Desconsideração prévia de culpabilidade e presunção de inocência. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Boletim nº 70, 1998.

FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: teoria do Garantismo Penal.

LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. 10. ed. São paulo: Saraiva, 2013.

PIRES, Álvaro. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos. Novos estudos CeBRAP, nº 68, 2004.

SANGUINÉ, Odone. A Inconstitucionalidade do Clamor Público como Fundamento da Prisão Preventiva. Revista de estudos Criminais, 2003.

ZAFFARONI, eugenio Raul; BATISTA, Nilo; SLOKAR, Alessandro; ALAGIA, Alessandro. Direito penal brasileiro I: parte geral. 7. ed. rev. e atual. São paulo: Revista dos Tribunais, 2008.



A criminalização secundária de mulheres no tráfico de drogas em uma perspectiva dos direitos humanos

Matheus Santos Medeiros

Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário FIEO/SP, na linha de pesquisa “efetivação jurisdicional dos Direitos Fundamentais”. Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Catalão (2015). Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Cândido Mendes (2018), em Direito Constitucional pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (2020) e em Métodos e Técnicas de Ensino pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (2016). Assessor de Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado de Goiás. Advogado licenciado (OAB/GO).

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.5

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a criminalização secundária de mulheres no crime de tráfico de drogas dentro de um viés dos Direitos Humanos. Procura-se compreender os desdobramentos dos discursos de gênero em relação à mulher, ao crime, ao trabalho, à feminização da pobreza, e o quanto a mulher é, de fato, sujeito ativo nas relações de mercancia de drogas ilícitas. Há um recorte da criminologia feminista neste estudo, para fomentar o debate da criminalização da mulher no decorrer dos anos. A pesquisa tem como metodologia um estudo teórico, pautada em dados oficiais, oriundos do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), além de analisar dados secundários obtidos em outras pesquisas com o mesmo cunho. Notou-se que a questão é pouco discutida no mundo científico, uma vez que os estudos feitos com homens são aplicados à situação da mulher presa, como se a situação fosse mesma, o que se pode aferir que não é.

Palavras-chave: criminalização. gênero. mulher. drogas. direitos humanos.

INTRODUÇÃO

O presente estudo intenta analisar a criminalização secundária de mulheres no crime de tráfico de drogas ilícitas¹ e a questão dos Direitos Humanos. Em que pese à criminalidade feminina, é de suma importância recorrer aos números estatísticos para que possam sustentar a relevância da presente pesquisa. Segundo dados do ano de 2014, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)², órgão do Ministério da Justiça, o Brasil possui uma população carcerária de 579.781, entre custodiados e custodiadas pelo Estado, com um recorte de gênero, têm-se 37.380 mulheres e 542.401 homens. Quanto à tangência, os dados do DEPEN demonstram um crescente na criminalidade feminina, ao considerar o lapso temporal dos anos de 2000 a 2014, que resultou em um aumento da população carcerária de mulheres de 567,4%, enquanto isso, a média masculina, considerando o mesmo período, foi de 220,20%.

Em nível mundial, segundo dados da plataforma *online World Prison Brief*,³ gerida pelo *Institute for Criminal Policy Research* (ICPR), da Escola de Direito de Londres, o Brasil ocupa o quarto lugar na listagem de países que mais encarceram mulheres, sendo os EUA em primeiro, seguido da China e da Rússia e, então, o Brasil.

Para fomentar o debate dessas questões, é necessário mencionar a natureza interdisciplinar da presente pesquisa, ao considerar e utilizar o termo como forma de diálogo entre as especialidades, sendo que é “[...] estruturado na interconexão necessária das especialidades, cujo propósito, na maioria das vezes, vem sendo utilizado na solução de problemas complexos que à ciência fragmentada falta mecanismos de superação” (LEITE; LIMA, 2014, p. 273-274)⁴.

Dessa forma, o estudo aqui apresentado tem a natureza interdisciplinar, sendo que a

1 Conforme descrição, *ipsis litteris*, do artigo 1º da Lei 11.343/06: “esta Lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

2 Dados obtidos por meio do relatório denominado “INFOPEN mulheres”, de dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

3 Disponível em: <<http://www.prisonstudies.org/news/more-700000-women-and-girls-are-prison-around-world-new-report-shows>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

4 Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revfd/article/view/43605>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

comunicação com o Direito, enquanto ciência, não se limitará à análise de institutos legais, pois pautará na concepção dialética do jurista Roberto Lyra Filho (1982) e, segundo ele, o Direito é emancipação. O “Direito Achado na Rua” é essa tradução de libertação, que transplanta a ideia de um direito positivado de um “sujeito de Direito abstrato (todos são, logo ninguém é, concretamente), para o sujeito de Direito que se forma na sociedade e adquire este status pela concretude histórica de suas lutas”⁵.

Avançamos, então, na questão de como o espaço geográfico é eivado de desigualdades sociais, especialmente no que se refere ao campo do trabalho e, mais ainda, se considerarmos um recorte de gênero (não desconsiderando as questões étnicas/raciais). Posto isso, a presente pesquisa terá como norte o exame da situação socioeconômica da mulher inserida no tráfico de drogas ante à discussão de gênero, trabalho, espaço e criminalidade.

A justificativa da pesquisa debruça na questão de ser um tema que se apresenta atual a cada ano que se entra, pois, a criminalidade feminina só evolui, o que tem ocorrido de forma abrupta e proporcionalmente maior que a masculina. Este estudo se justifica, primeiro, pela eminência em se pensar o encarceramento em massa de mulheres; segundo, porque há um único crime sendo responsável pela grande maioria dessas prisões, logo, é necessário pensar nos motivos da inserção; terceiro, porque ele se apresenta como militante dos direitos dessas mulheres com pouca visibilidade e avesso a um sistema penal seletivo.

Ademais, a pesquisa aqui apresentada revela-se, também, como sequência a trabalhos que já iniciaram essa temática, pois embora sejam pouquíssimos, mostram-se esclarecedores e têm reverberado um (re) pensar da criminalidade feminina. Espera-se, então, contribuir para a análise dessa delicada situação que as mulheres encarceradas vivem.

Surge nessa conjuntura alguns questionamentos: o que tem levado essas mulheres ao comércio de drogas ilícitas? Há relação afetiva? (Iniciou na atividade como forma de auxiliar o marido, companheiro, filho?) Ou está em busca de uma vida financeira autônoma? Como se revela a mulher no tráfico, coadjuvante? Protagonista? As indagações aqui lançadas problematizam a relação gênero, trabalho (divisão sexista) e tráfico de entorpecentes⁶. São essas as questões que gravitaram o norte de seguimento que a presente pesquisa trilhará.

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

O objetivo geral aqui proposto é discutir como se dá a inserção da mulher no trabalho de comercialização de drogas ilícitas. Como objetivos específicos: apontar a criminalidade feminina (histórico); arguir a respeito da divisão sexista do trabalho, dificuldades de ingresso, remuneração; analisar os dados secundários, com base em pesquisas já feitas e em dados oficiais do DEPEN, para identificar questões sociodemográficas, familiares e históricos com possíveis envolvimento em delitos das mulheres; e analisar o ingresso e a possível permanência no trabalho de comercialização de drogas ilícitas.

⁵ COSTA, Alexandre Bernardino. *Teoria e prática de “O Direito Achado na Rua”*. In: *Introdução crítica ao Direito agrário*. Mônica castagna Molina, José Geraldo de Souza Junior, Fernando da Costa Tourinho Neto (Orgs.) – Módulo 2 – Brasília, Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, Grupo de Trabalho de apoio à Reforma Agrária, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

⁶ No decorrer do texto, ora aparecerá o termo “tráfico de entorpecentes”, “tráfico de drogas”, ou “tráfico de substâncias ilícitas”, em razão de valer-se de recurso linguístico: sinonímia, a fim de não tornar a escrita repetitiva, pois o significado das expressões utilizadas é igual para todos.

METODOLOGIA

O estudo teórico é a base metodológica desta pesquisa, na qual serão utilizadas informações já obtidas em outras pesquisas que tinham como objetivo analisar o binômio “tráfico de drogas e mulheres”. Desse modo, foram encontradas sete produções, entre teses e dissertações, que levantaram a temática aqui proposta. Das sete, seis são trabalhos desenvolvidos por meio de pesquisas de campo (MOURA, 2005; RAMOS 2012; HELPS, 2014; CHERNICHARO, 2014; GAUDAD, 2015; PRADO, 2016)⁷ e uma tese (MENDES, 2012),⁸ que contribuirá com a análise da criminologia sob a epistemologia feminista.

Além disso, como o centro desta pesquisa não é apenas trabalhar a criminalidade, mas interligá-la à divisão sexista do trabalho, à ausência de oportunidades, à feminização da pobreza, entre outros fatores que influenciam na precarização da mulher no meio laboral, como racial, por exemplo, necessário foi recorrer a outros dados, que não somente aqueles disponibilizados no Departamento Penitenciário Nacional. Por isso, levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foram de crucial importância para a elaboração do *corpus* argumentativo da pesquisa.

O TRÁFICO DE DROGAS

Em relação ao tipo penal⁹ que mais aprisiona mulheres, tem-se o tráfico de entorpecentes. No Brasil, desde 2006, com o advento da publicação da Lei 11.343/06, que veio para recrudescer a *guerra às drogas*. A nova Lei revogou a então 6.368/76, aumentou penalidades e deu outras providências, repisando, assim, uma política proibicionista e criminalizadora das drogas ilícitas. Tudo isso na contramão de uma política de prevenção e de redução de danos.

O resultado do enfrentamento às drogas de forma a punir usuários, ou dependentes que participam do *pequeno tráfico*, ou até mesmo aqueles que necessitam de meios de subsistência, tem sido o responsável hodierno pelo encarceramento em massa de homens e mulheres. Como consequência, surge um sistema carcerário defasado¹⁰, falho, desumano e em dívida com os Direitos Humanos da pessoa presa.

Recentes pesquisas, feitas em toda a América Latina,¹¹ revelam os efeitos das políticas atuais de *combate* ao tráfico de entorpecentes, que tem sido atingir grupos específicos, em outras palavras, afeta mulheres e minorias étnico/raciais. Em síntese, negras e negros estavam e estão na mira do sistema punitivo, pois representam maioria,¹² tanto no aprisionamento mascu-

7 São os trabalhos (teses e dissertações): Maria Juruena de Moura, *Porta fechada, vida dilacerada – Mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará* (UEF, 2005); Luciana de Souza Ramos, *Pelo amor ou pela dor? Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas* (UnB, 2012); Sintia Soares Helpes, *Vidas em jogo: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas* (UFJF, 2014); Luciana Peluzio Chernicharo, *Sobre mulheres e prisões: seletividade de gênero e de crime de tráfico de drogas no Brasil* (UFRJ, 2014); Ludmila Gaudad, *Mulas, olheiras, chefes & outros tipos: heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência das mulheres no tráfico de drogas em Brasília (DF) e na Cidade do México* (UnB, 2015); Hannah Zuquim Aidar Prado, *O comércio de drogas ilegais na trajetória de trabalho de mulheres presas na Penitenciária Feminina do DF* (UnB, 2016).

8 Soraia da Rosa Mendes. (Re) pensando a criminologia: reflexões sobre o novo paradigma desde a epistemologia feminista (UNB, 2012).

9 Crime/fato ilegal punível em código ou em lei.

10 “La cárcel es una institución cuestionada desde distintos espacios políticos, tradiciones y disciplinas. El paradigma de la resocialización se ha revelado como una falacia o un mito, y se ha demostrado que la pena, en el mejor de los casos, es un mal en sí mismo (CELS, 2011, p. 14)”.

11 Disponível em: <http://www.drogasyderecho.org/files/Castigos_Irracionales.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

12 Mulheres negras são 68%, segundo o Infopen mulher 2014.

lino quanto no feminino.

A CRIMINALIDADE FEMININA

Não houve, e ainda não há, uma preocupação científica em distinguir a fimco a criminalidade feminina da masculina. Talvez isso ocorra pelo fato de que a percentagem de mulheres presas seja pequena, se comparada à dos homens, conquanto, os números têm revelado um abrupto crescimento de encarceramento em massa de mulheres e é necessário investigar.

A mulher, enquanto sujeito de investigações/estudos científicos, apresenta-se quase que invisível, considerando um recorte de gênero, porque, primeiro, analisa o homem, depois, aplica-se a mesma situação à mulher ou busca-se uma adequação (FRANÇA, 2014). Destarte, para compreender o fenômeno do encarceramento feminino por tráfico de entorpecentes, é necessário buscar discutir as relações históricas e atuais da mulher na sociedade, pautando-se em um debate de gênero e outros marcadores, como a feminização da pobreza, precarização do trabalho, divisão sexista do trabalho e o trabalho no tráfico de drogas ilícitas.

Nesse tocante, é de suma relevância destacar as dificuldades de ser mulher em uma sociedade patriarcal¹³, machista e opressora. Os obstáculos se ressaltam quando se é mulher e, sobretudo, *criminosa*. Há, nesse contexto, um rompimento com padrões pré-estabelecidos e esperados de uma mulher, quais sejam, os ideais de ser doce, amorosa, cuidadora, zeladora dos filhos (as) e maridos, entre outros, que são totalmente subvertidos quando praticam delitos.

Sucedese que grande parte das mulheres envolvidas nos delitos com crime de drogas é vulnerável economicamente, de famílias monoparentais¹⁴, as únicas responsáveis pelo sustento da prole, dentre outros marcadores que devem ser levados em conta. Ademais, é cediço que o crime em comento possui vetores que vão muito além de simplesmente ser um usuário de entorpecentes, longe disso, revela-se como um mercado como qualquer outro, com demanda e oferta, e com traços de capitalismo.

De um lado, um cenário de trabalho forjado nas desigualdades, porque embora as mulheres tenham assumido postos relevantes nas instituições, privadas ou não, há disparidades como, por exemplo, na remuneração. De outro, um mercado fácil, com possibilidades de ganho às vezes superior a um serviço precarizado, como o trabalho doméstico, que se mostra como oportunidade.

Assim, com a inserção no trabalho de forma desigual, como a divisão sexual do trabalho, sua precarização e superexploração, o mercado de trabalho na comercialização de drogas ilícitas

¹³ Para Hartmann (1988, p. 22): “podemos definir el patriarcado como un conjunto de relaciones sociales entre los hombres que tienen una base material y que, si bien son jerárquicas, establecen o crean una interdependencia y solidaridad entre los hombres que les permiten dominar a las mujeres. Si bien el patriarcado es jerárquico y los hombres de las distintas clases, razas os grupos étnicos ocupan distintos puestos en El patriarcado, también les une su común relación de dominación sobre sus mujeres; dependen unos de otros para mantener esta dominación. Las jerarquías “funcionan” al menos en parte porque crean un interés personal en mantener el status quo. Los que están situados en los niveles superiores pueden “comprar” a los que están en los inferiores ofreciéndoles poder sobre los que están aún más abajo. En la jerarquía del patriarcado, todos los hombres, sea cual fuere su rango en el patriarcado, son comprados mediante la posibilidad de controlar al menos a algunas mujeres. Hay indicios de que cuando se institucionalizó por vez primera el patriarcado en las sociedades estatales, los dirigentes en alza hicieron literalmente a los hombres cabezas de su familia (imponiendo el control sobre sus mujeres e hijos) a cambio de que éstos cedieran algunos de sus recursos tribales a los nuevos dirigentes. Los hombres dependen unos de otros (a pesar de su ordenamiento jerárquico) para mantener su control sobre las mujeres”.

¹⁴ Por famílias monoparentais “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (art. 5º, § 4º, Constituição Federal) ”.

tas urge paralelamente como possibilidade. Quanto às trabalhadoras¹⁵ desse comércio de drogas ilícitas, tem-se, na sua maioria, mulheres com pouco ou nenhum estudo, negras, marginalizadas e, sobretudo, pobres¹⁶.

Alguns estudos têm se debruçado na perspectiva de demonstrar que muitas mulheres traficam em nome do “amor”, pois teriam algum vínculo afetivo determinante na introdução dela no crime (levando drogas ilícitas ao presídio em que se encontram seus maridos, companheiros, filhos, entre outros). Contudo, esse discurso imprime uma mulher subalterna, mas estudos recentes têm demonstrado um protagonismo, uma busca pela autonomia financeira, ou mesmo um meio de se sustentar e aos seus dependentes.

ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS DO ENCARCERAMENTO FEMININO

A respeito do dado estatístico da quantidade de mulheres presas no Brasil (segundo relatório do Infopen Mulheres 2014), mencionado no introito do projeto, que é de 37.380, necessário se faz acrescentar outras informações de extrema relevância. Dessas, 50% são jovens (idade entre 18 e 29 anos); 67% são negras (a taxa de negros no Brasil é de 51%); 57% solteiras, 68% foram presas pelo crime de tráfico de drogas, e metades delas não completou o ensino médio.

Nesse sentido, o aprisionamento de mulheres pelo crime de tráfico de entorpecentes deve ser combinado a alguns indicadores, como desemprego, baixa escolaridade, vulnerabilidade social, divisão sexista do trabalho, inserção no trabalho de maneira desigual, precarizada e superexplorada (CORTINA, 2015). E é nessa seara que a presente pesquisa se debruça.

Estudos empreendidos na América Latina a respeito da atual política de drogas têm demonstrado que esse modelo possui por característica maior afetar grupos minoritários, por essa razão, as mulheres têm se tornado alvos do sistema penal. Segundo o CEDD¹⁷ (2014, p. 25): *“en algunos países, las leyes de control de drogas se aplican discriminando a grupos étnicos minoritarios, pueblos indígenas y mujeres”*.

Nesse caminhar, várias correntes buscam empreender esforços para entender a crescente taxa de encarceramento de mulheres. No âmbito da sociologia e da criminologia, por exemplo, *“existe un consenso generalizado respecto de la idea de que el sistema penal castiga a los más débiles, a aquellos sectores más vulnerables y excluidos de la sociedad, que son sometidos a las violencias e inseguridades cotidianas”* (CELS, 2011, p. 13).

Na mídia, as notícias de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas têm crescido à medida que é o crime mais cometido por essas mulheres e, segundo Carneiro (2015, p. 33), esse fato é um “relativo atrativo”, ao passo que demonstra que houve uma ruptura da “ordem social entendida como certa/correta”. O fato é que essas mulheres se revelam como subversivas aos papéis socialmente impostos de que precisam ser dóceis, preparadas para o lar, para o cuidado do (s) filho (a), do marido, dos trabalhos domésticos entre outros afazeres. Enfim, é o que a autora descreve como a “monstrificação” do ser, do que é ser mulher.

¹⁵ O termo “trabalhadoras” é usado como rompimento de paradigmas, a fim de se analisar a questão das mulheres nesse crime como uma forma de geração de renda.

¹⁶ Alegação com base nos dados do Infopen 2014.

¹⁷ Grupo de investigadores/pesquisadores formado, em sua maioria, por juristas, de oito países latinoamericanos e “el CEDD busca generar información sobre las características y los costos, sean sociales o económicos, de las políticas en materia de drogas en América Latina” (CEDD, 2014, p. 4). Disponível em: <http://www.drogasyderecho.org/publicaciones/prop_del/reporte-completo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Ocorre que a maioria dessas encarceradas pelo crime de tráfico de entorpecentes, quando de suas prisões, portava pouca quantidade de drogas, não possuía vínculo com organizações criminosas, não portavam arma e não praticavam violência (ISHIY, 2014). Assim, em um sistema de justiça e penal, tem-se uma invisibilidade da realidade da mulher, revelando um Direito e uma Sociedade sexistas e eivados de androcentrismo.

A CRIMINOLOGIA FEMINISTA

Sem embargo, o presente projeto não tem como escopo máximo discutir a criminalidade feminina sob o viés da criminologia, mas entende ser necessária a compreensão de como a mulher é vista por essa ciência que, novamente, apresenta-se como uma ciência que tem ignorado um recorte de gênero que, no caso em específico, deixa de atribuir valor ao fato da mulher enquanto autora de crimes (SOUZA, 2009).

Nesse sentido, “raros são os livros e debates que contemplam a mulher autora de crimes. Quando muito, na literatura criminológica ou em romances, a mulher é tratada como coautora, cúmplice ou arquiteta de crimes, e raramente como criadora de sua criminalidade” (OLIVEIRA, 2014, p. 99). Soares e Ilgenfritz (2002) ponderam que, na virada do século XX, eram atribuídas à violência feminina, pelos teóricos, influências de cunho fisiológico (menstruação, parto etc.), ligadas, claramente, à sexualidade e à maternidade. Dessa forma, alguns crimes nem eram identificados, pois estavam na esfera privada, como envenenamento de velhos e crianças, infanticídio¹⁸, aborto, entre outros (SOUZA, 2009).

Na mesma direção, a sedução e a cumplicidade estavam atreladas ao crime de prostituição (MARTINS, 2009). Assim, a criminologia se legitimou como um saber androcêntrico (ANDRADE, 2016) e, somente após a segunda virada, ainda no século XX, com assídua contribuição do movimento feminista,¹⁹ é que se começou a desprender de ideias preconceituosas, deixando de ver a criminalidade da mulher atrelada a questões biológicas. A partir daí, passa-se a aderir as teorias sociológicas “baseadas em discussões sociais, econômicas e culturais, sobre a criminalidade feminina” (HELPS, 2014, p. 45). Desse modo, a criminologia feminista “[...] surgiu, primeiramente, criticando a concepção positivista de se olhar os crimes das mulheres de forma conservadora, em que estereótipos sexistas prevaleciam” (OLIVEIRA, 2014, p. 30).

É esse contexto que nos importa para a discussão do escopo aqui apresentado, a relação gênero com o crime, especialmente, no tráfico de entorpecentes. Essas acepções mencionadas alhures sobre as teorias criminológicas e de como a mulher era/é vista no sistema de justiça e penal, são de importância para a análise da criminalidade feminina e, mais, como se insere essa mulher no mundo no tráfico à luz da ideia de mercado e trabalho sob um recorte de gênero, o qual é “uma primeira maneira de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 14). E, para o projeto em questão, interessa discutir gênero, especialmente, desigualdades de gênero, e o quanto isso se constitui como fator principal para a criminalização das mulheres.

Nesse compasso, Butler (2003) também menciona que gênero institui algo mais que

¹⁸ “Artigo 123. Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após: Pena – detenção, de 2 a 6 anos (BRASIL, 2015)”.

¹⁹ Que segundo Smith apud kun-bhavnani e Coulson (2004, p. 51): “el feminismo es la teoría y la práctica políticas que lucha para liberar a todas las mujeres: a las mujeres de color, a las mujeres de la clase obrera, a las mujeres pobres, a las mujeres discapacitadas, a las lesbianas, a las mujeres ancianas, así como a las mujeres blancas, heterosexuales económicamente privilegiadas”.

poder. A autora coloca gênero enquanto norma, no sentido de que há visões normativas de masculino/feminino. Gênero, portanto, vai muito além do que é o sexo biológico (genitálias), mas surge exatamente nas lacunas dos binários (masculino/feminino), quando das permutações que ali não se enquadram.

Uma grande contribuição para tal entendimento é a da historiadora e feminista americana Joan Scott (1988), no artigo *“Gender: A useful category of historical analysis”*, que escreve:

Minha definição de gênero tem duas partes e vários itens. Eles estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente distintos. O coração da definição reside numa ligação integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado em diferenças percebidas entre os sexos [...]. Entretanto, minha teorização de gênero está na segunda parte: gênero como uma forma primária de significação das relações de poder. Talvez fosse melhor dizer que gênero é um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado (SCOTT, 1988, p. 42-44)²⁰.

Mas, no contexto do estudo, qual o papel do gênero com o tráfico? Aqui, pretende-se discutir qual a inferência do gênero no tráfico, se há relação e como ela se dá. O que se afere das pesquisas já feitas é que, no tráfico, há grande predominância sexista (predominância de um sexo sobre outro, no caso o masculino), em que a mulher pouco ocupa lugar de destaque. Essas diferenças também se imprimem em outras esferas, como no trabalho. E é esse o viés, verificar o quanto as diferenças ainda persistentes de subalternidade da mulher têm influenciado na criminalidade feminina, sendo assim, faz-se “importante que sejam evidenciadas as estruturas de gênero que vulnerabilizam as mulheres inclusive dentro das redes sociais do tráfico de drogas; como os processos de criminalização lançam mão de estratégias distintas para mulheres e para homens [...]” (CARNEIRO, 2015, p. 42).

GUERRAS ÀS DROGAS, ÀS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO

De início, é importante anotar que há, na atualidade, uma verdadeira guerra às drogas, iniciada nos Estados Unidos, com a ajuda militar, para coibir o comércio de drogas ilegais. Todavia, essa demanda tem atingido setores da sociedade menos favorecidos, revelando-se uma guerra às pessoas. Sobretudo, é algo contra as mulheres, como bem ponderou a criminóloga feminista Chesney Lind (2003).

A indagação, após a afirmação de que a guerra contra as drogas é uma guerra contra as mulheres, provoca debates quando vinculada ao perfil dessas mulheres. Como mencionado alhures, elas são, na grande maioria, negras, sem estudo e, sobretudo, pobres. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (1995, p. 43): “a pobreza tem o rosto de uma mulher – de 1.3 bilhão de pessoas pobres, 70% são mulheres”. São, portanto, as mulheres as mais atingidas pela pobreza, o que gera a feminização da pobreza, expressão cunhada por Eleanor Miller, socióloga que publicou a obra *Street Women* (1986) (DEL OLMO, 1998).

De acordo com a discussão em torno do tema, a concepção de trabalho é de suma rele-

²⁰ Na versão original: “My definition of gender has two parts and several subsets. They are interrelated but must be analytically distinct. The core of the definition rests on an integral connection between two propositions: gender is a constitutive element of social relationships based on perceived differences (between) the sexes [...]. The theorizing of gender, however, is developed in my second proposition: gender is a primary way of signifying relationships of (between) the sexes [...]. The theorizing of gender, however, is developed in my second proposition: gender is a primary way of signifying relationships of power. It might be better to say, gender is a primary field within which or by means of which power is articulated (...).” (Scott, Joan. *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*. In: *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988, p. 42-44). Tradução de Bete Suh.

vância para entender como se dá o modo de produção capitalista. Partimos, então, da premissa do que é trabalho para Kal Marx (1982), enquanto força humana que concede valor a mercadoria e assume poder de troca.

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por um lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (MARX, 1982, p. 54).

As relações capitalistas constituem relações de produção de valores de troca (mercadorias) para acumulação de capital, através da expropriação da mais-valia adicionada ao valor pelo trabalho livre, condição da produção capitalista e razão pela qual se provoca a separação entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 51).

É nesse contexto que surge o debate sobre o comércio de drogas e gênero, enquanto condição de existência dessas mulheres encarceradas. Há um processo de produção nesse comércio e, depois, a comercialização. Enquanto mercado informal e ilícito, também imprime precarização, violência e desigualdades de gênero. Como anota Mendes (2012, p. 199): “das mulheres presas por este crime, um número ínfimo, apresenta um status de comando dentro de alguma organização criminosa”. São meio de transporte (*mulas*²¹ ou *aviões*²²) ou empacotadoras (MENDES 2012; PRADO, 2016). Esses papéis predominantes, já identificados em pesquisas sobre a temática, revelam que no crime de tráfico de entorpecentes as mulheres têm ocupado o mercado, conquanto, de maneira desigual, com divisão sexista do trabalho, subalterna e precarizada.

Na mesma linha, observaram Bárbara Soares e Iara Ilgenfritz (2002)²³, em pesquisa realizada no Rio de Janeiro – RJ, que 78,4% das entrevistadas que estavam presas pelo crime de tráfico de entorpecentes informaram ocupar funções subsidiárias. Enquanto isso, uma pequena parcela mencionou ocupar papéis centrais no tráfico, como “abastecedora/distribuidora”, “caixa”, “dona de boca”, “gerente” ou “traficante”.

O mercado de trabalho²⁴ é um espaço onde, como em outros, enaltece as desigualdades raciais, étnicas, de gênero entre outras. Os dados censitários corroboram no sentido que as mulheres vêm apresentando aumento significativo na População Economicamente Ativa (PEA). Andrade (2016, p. 9) pondera que “a participação masculina na PEA passou de 80,8% para 67,1%, ao passo que a participação feminina mais que triplicou, saltando de 13,6% para 49,9%”, considerando o período de 1950 a 2010.

Entretanto, embora os dados reflitam uma intensificação da participação feminina no mercado de trabalho, o que seria motivo de se imaginar uma igualdade entre homens e mulheres, o fato é que, embora se tenha maior participação delas com emprego, isso se dá de forma desigual. No Brasil, as mulheres têm participação significativa no serviço público estatutário, pois a forma de ingresso é por concurso público, o que minimiza a possibilidade de discriminação. Por outro lado, no setor privado, assumem atividades em que são vistas como inerentes ao gê-

²¹ Papel de carregar.

²² O chamado *aviãozinho* realiza uma atividade bastante parecida com a da mula, ou seja, a de carregar. A diferença crucial é que a pessoa que exerce a função de *aviãozinho* tem a responsabilidade não só de levar, mas também de trazer. Não apenas droga é transportada, mas dinheiro, telefones, contatos, recados e, às vezes, alguma arma. Contudo, a quantidade de qualquer um destes materiais não costuma ser grande (CARNEIRO, 2015, p. 101).

²³ SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. (2002). *Prisioneiras: Vida e Violência atrás das Grades*. Rio de Janeiro: Garamond.

²⁴ O termo mercado de trabalho não só assumirá a roupagem de ser lícito e formal, mas também de informal e ilícito.

nero feminino e, conseqüentemente, recebem menos (ANDRADE, 2016). Assim, diversas são as formas que as mulheres buscam para sobreviver nas adversidades laborais sexistas e, são, segundo Encarna Bodelón (2000), afetadas por uma estrutura que discrimina.

Nessa linha de raciocínio, importante mencionar “que o emprego doméstico ainda é o nicho feminino por excelência” (ANDRADE, 2016, p. 20) e, por essa atividade, a remuneração é ainda mais ínfima, além disso, se a temática é salário, a desigualdade se torna ainda mais discrepante. Quanto maior o nível de escolaridade, por lógica, maior deveria ser a renda, “no entanto, em todos os grupos de anos de estudo analisados, as mulheres recebem menos que os homens, embora em média elas tenham maior escolaridade” (BRASIL/SPM, 2013, p.48).

Se o assunto for desemprego, segundo a OIT,²⁵ as mulheres possuem mais chances de ficarem desempregadas que os homens. Segundo a Organização, 6,2% para as mulheres e 5,5% para os homens, segundo taxas de desemprego global. Com tudo isso, as mulheres se encontram em um cenário laboral de extrema exclusão, pois somente apresentar maior inserção no mercado de trabalho não traduz que há igualdade de gênero.

Assim, as mulheres se situam em um estado de vulnerabilidade socioeconômica, ademais, a situação do trabalho hodierna corrobora para que essa situação potencialize, especialmente após a “reforma” trabalhista, como foi apelidada a Lei 13.467/07, que sucumbe direitos trabalhistas conquistados a anos fio pelos trabalhadores. Essa mudança representa, para as mulheres, uma maior fragilidade dentro das relações de trabalho, uma vez que se permite flexibilizar e acordar direitos pelos quais são elas fortemente atingidas.

É nesse cenário de desigualdade que surge um mercado de trabalho paralelo, informal, ilícito, porém, aparentemente e em alguns casos, revela-se como uma possibilidade de ascensão econômica. É a comercialização de drogas ilícitas. São vários os fatores que podem interferir nessa escolha: pode-se traduzir como uma complementação de renda correlacionada com os cuidados afetivos – criação dos filhos, visto que vivemos em uma sociedade patriarcal e que compreende que é função exclusiva da mulher – e os afazeres domésticos, ou mesmo mostrar-se superior, economicamente, aos serviços precarizados, como o doméstico, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, afere-se que os Direitos Humanos das mulheres têm sido deixados de lado, considerando a pouca visibilidade que a Lei de drogas dá à questão do gênero. Nesse sentido, o presente estudo debruçou-se a demonstrar o quanto a situação do encarceramento feminino pelo tráfico é mais complexa que simplesmente demonstrar números do seu aumento.

É preciso considerar todos os vetores apresentados no estudo para discutir se houve aumento da criminalidade feminina ou simplesmente uma criminalização do ser mulher, uma vez que, como anotado, a situação de desigualdade social contribui para a inserção dessa mulher

25 Organização Internacional do Trabalho – OIT, “foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Fundou-se sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social. É a única das agências do Sistema das Nações Unidas com uma estrutura tripartite, composta de representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. A OIT é responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho (convenções e recomendações). As convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico. O Brasil está entre os membros fundadores da OIT e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião”. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasilia/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

no tráfico.

Afinal, nas poucas linhas apresentadas, o intuito é levar a questão ao mundo acadêmico para fomentar debates e pesquisas, o que também é incipiente para, em seguida, discutir políticas públicas a fim de evitar o encarceramento feminino em massa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tânia. Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade? Estudo técnico. 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade>. Acesso em: 24 nov. 2017.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Lei 11.343/2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL/SPM. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2013. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, novembro de 2013. 170p. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2013/raseam-interativo>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Ludmila Gaudad Sardinha. Mulas, olheiras, chefas & outros tipos: heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília-DF e na Cidade do México. Brasília: Repositório Institucional UNB, 2015.

CELS. Ministério Público de la Defensa de la Nación. Procuración Penitenciaria de la Nación. Mujeres em prisión: los alcances del castigo. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011. Disponível em: <<https://www.cels.org.ar/web/wp-content/uploads/2011/04/Mujeres-en-prision.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. Revista Estudos Feministas, v. 23, n. 3, 2015.

CHESNEY-LIND, Meda. Imprisoning Women: The Unintended Victims of Mass Imprisonment. In: CHESNEY-LIND, M., MAUER, M. (orgs.). Invisible Punishment, The Collateral Consequences Mass Imprisonment. New York: New Press, 2003.

DEL OLMO, Rosa. Geopolítica de las drogas. Medellín: In: Revista Análisis, 1998.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. Revista Ártemis, vol. VVIII, nº 1, 2014, p. 212-227.

HELPS, Sintia Soares. Vidas em jogo: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. Juiz de Fora: repositório institucional UFJF, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/808/1/sintiasoareshelpes.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

ISHIY, Carla Tayumi. A desconstrução da criminalidade feminina. São Paulo: repositório institucional

USP, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-11022015-082103/en.php>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

LEITE, Aline Santos; LIMA, Ricardo Barbosa. Interdisciplinaridade e erro categorial na via da interconexão do campo dos direitos humanos e as ciências. v. 38, 2014, p. 273-274. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revfd/article/view/43605>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

MARTINS, Isabel Rocha. A Criminalização Feminina: o lugar da mulher no crime. Brasília: repositório institucional UnB, 2009. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/12625/1/2016_IsabelRochaMartins.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

MARX, Karl. O capital. V1 - Crítica da economia política, processo de produção do capital. Difel: São Paulo, 1982.

MENDES, Soraia da Rosa. (Re)pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista. Brasília: repositório institucional UNB, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/11867>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. Mulheres, saúde reprodutiva e prisão: um estudo da maternidade em uma perspectiva feminista na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. Brasília: repositório institucional UnB, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9665/1/2014_RayaneNoronhaOliveira.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

PRADO, Hannah Zuquim Aida. O comércio de drogas ilegais na trajetória de trabalho de mulheres presas na Penitenciária Feminina do DF. Brasília: repositório institucional UNB, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/20793>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS (PNUD). América Latina Genera. Igualdad de Género y Transferencias Monetarias Condicionadas. 2013. Cuatro estrategias para la reducción efectiva de la pobreza. Disponível em: <http://www.americalatinagenera.org/es/index.php?option=com_content&view=article&id=835&Itemid=227>. Acesso em: 24 nov. 2017.

SCOTT, Joan. Bete Suh (Trad.). Gender: a useful category of historical analysis. In: Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988, p. 42-44.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista educação e realidade. V. 20, n. 2, jul/dez. Porto Alegre, 1995.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. Prisioneiras: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUZA, Kátia Ovídia José de. A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. Psicologia em estudo, v. 14, n. 4, 2009.



Homens em armas: a trajetória do policial civil para análise sobre vida, organização e poder¹

Men in guns: the trajectory of a policeman to analyze life, organization, and power

Rodrigo Guimarães Motta
Maria Amélia Jundurian Corá

1 Esta pesquisa foi originalmente publicada em uma revista científica e revisada para nova publicação.

Referência: MOTTA, R. G.; CORÁ, M. A. J. Homens em armas: a trajetória do policial civil para análise sobre vida, organização e poder. GV Casos - Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-8, jan./jun. 2018. DOI: 10.12660/gvcasosv8n1c6.

DOI: 10.47573/ayd.5379.2.177.6

RESUMO

Este caso de ensino retrata a história de vida de um policial, que, por meio de entrevista cedida aos pesquisadores, relatou sua trajetória na Polícia Civil. O objetivo desta pesquisa narrativa é incentivar os professores e estudantes das disciplinas de Ética nas Organizações, Cultura Organizacional e Teoria Organizacional a refletirem sobre o trabalhador nas organizações, em geral, e na Polícia Civil, em particular, sob uma perspectiva crítica, diferente daquela que predomina nos estudos organizacionais. Uma vez que a crítica não possui uma escola ou um pensador dominante, este caso de ensino utiliza-se dos estudos de Michel Foucault e de sua analítica do poder como pilares para análise. Assim, além de introduzir os Estudos Críticos em Administração (ECA) aos estudantes de cursos de Administração, esta pesquisa busca permitir a eles que reflitam sobre o poder dentro da Polícia Civil e sobre quais são as hipóteses e estratégias adotadas pelos policiais para desenvolverem suas carreiras. Por fim, espera-se também que este estudo suscite reflexões tanto a respeito da remuneração e dos indicadores de desempenho da atividade profissional quanto a respeito da forma como o entrevistado entende sua profissão e qual o significado que atribui ao seu trabalho.

Palavras-chave: estudos críticos em administração. foucault. polícia civil. organizações. poder.

ABSTRACT

This teaching case study portrays the story of a policeman who recounted his journey in the civil police force through an interview granted to researchers. The objective of this narrative research is to encourage teachers and students of Ethics in Organizations, Organizational Culture and Organizational Theory to reflect about workers in organizations, in general, and in the civil police force from a critical perspective, different from that predominating in organizational studies. Since critique does not have a school or a dominant thinker, this teaching case study uses Michel Foucault's studies and analyses on power as pillars for this investigation. Thus, besides introducing Critical Management Studies (CMS) to students of Business courses, this research seeks to allow them to reflect about power within the civil police force and what the assumptions and strategies adopted by police officers to develop their careers are. Finally, it is also expected that this study will give rise to reflections both on earnings and performance indicators of this professional activity; how the interviewee understands his profession; and what meaning he attributes to his work.

Keywords: critical management studies. foucault. civil police force. organizations. power.

INTRODUÇÃO

O caso de ensino

A polícia é imprescindível para o funcionamento da sociedade moderna. Quem escolhe esse trabalho desempenha uma função necessária, mas que envolve não só riscos, pelo tipo de situações que devem ser enfrentadas, como também desgastes emocionais e físicos. A profissão de policial é marcada por muitas contradições, sendo a sua representação desde aqueles que garantem a segurança até aqueles que são violentos ou mesmo corruptos. Diante dessas circunstâncias, ao retratar a vida de um policial com tais dilemas, este caso de ensino demonstra

como essas questões se tornam mais complexas ao considerar as relações de poder que permeiam a trajetória profissional desses agentes.

O caso de ensino tem como objetivo incentivar os professores e estudantes a refletirem sobre o trabalhador nas organizações, em geral, e na Polícia Civil, em particular, sob uma perspectiva crítica, diferente daquela que predomina nos estudos organizacionais, em que são privilegiadas abordagens funcionalistas. Para este caso de ensino, foi eleita a analítica do poder de Michel Foucault para ser utilizada como pilar para essa análise.

O presente estudo retrata a história de vida do policial Maruan, ao longo da qual, durante sua trajetória profissional, as disputas de poder ficaram marcadas e passaram a constituir a carreira do policial, trazendo de maneira contínua uma reflexão sobre qual era o seu papel na organização e como o jogo de poder influencia tanto sua carreira quanto suas tomadas de decisão. O caso concentra-se na vida de Maruan e nas das pessoas mais próximas a ele, que são seus familiares — pais, irmãos, a esposa, Renata, e seus dois filhos — e também os policiais com quem conviveu em algum momento de sua carreira e que tiveram influência nela — Antônio (Academia de Polícia e Grupo Especial de Resgate, doravante GER), Adalberto e Rafael (Grupo de Operações Especiais, doravante GOE), Tássio e Manoel (GER), e José e Maricy (delegacia).

O sonho de ser policial

Maruan cresceu em um bairro de classe média na Zona Oeste de São Paulo. Filho de pai microempresário e mãe dona de casa, tem dois irmãos mais velhos: o irmão se tornou engenheiro e a irmã, fisioterapeuta. Durante a infância, na década de 1980, passava a maior parte do tempo brincando com seus amigos de rua no quintal de casa ou, principalmente, na própria rua onde morava. Esta, por ser muito movimentada, frequentemente era cenário de viaturas policiais que a atravessavam em alta velocidade, sirene ligada, rumo a uma ocorrência na região.

Foi ao assistir à passagem das viaturas que Maruan decidiu ser policial. A criança se encantou com os uniformes, com as armas, com as viaturas. Ele queria ser um herói, salvar vidas, proteger pessoas inocentes e ter da sociedade a admiração que não sentia em seu pai, talvez em função de ser uma pessoa muito séria e introspectiva, que vivia apenas para o seu pequeno negócio, o qual sempre passava por dificuldades. Quanto à sua mãe, submissa ao pai, concordava com as colocações dele. Maruan não se identificava com seus irmãos e sentia-se perseguido e discriminado pelos pais.

Na adolescência, Maruan, que era conhecido por todos como um rapaz muito valente, despertou a atenção do pai de Cristiano, seu amigo, que era treinador de boxe no clube local. Logo, Maruan foi convidado para treinar boxe e demonstrou talento, além de uma persistência extraordinária — treinava todos os dias, de domingo a domingo. No final de um ano, começou a participar de competições e chegou a ser campeão estadual, daí passou a sonhar em participar dos Jogos Olímpicos. Sua família, após alguma hesitação, apoiou-o; os irmãos mais velhos ajudariam os pais com o orçamento doméstico até as seletivas olímpicas.

Assim, Maruan teria quatro anos para se preparar com dedicação exclusiva para realizar seu sonho — e ele se preparou como poucos já se prepararam antes. Treinava e competia todos os dias, alimentava-se de maneira regrada, estudava os adversários... Ele fez absolutamente tudo o que podia. Enquanto seguia essa espartana rotina de treinos, foi aprovado no vestibular

e cursou a faculdade de Letras, período em que aproveitou para participar dos campeonatos universitários.

Tinha uma relação melhor com os pais e com os irmãos, mas se sentia deslocado, como se aquilo que o interessava — as histórias dos policiais heróis que continuava a acompanhar e o esporte — fosse algo desconectado da dura realidade que sua família enfrentava, sempre preocupada em pagar as contas no final do mês, com pouco espaço para o lazer, para a descontração e para as conversas triviais. Interesses muito diversos os separavam.

Infelizmente para Maruan, na sua categoria, havia pelo menos cinco outros jovens, quase tão dedicados quanto ele, porém muito mais talentosos. Ele participou das seletivas para os Jogos Olímpicos e perdeu. Nunca deixou de treinar boxe, mas aceitou o fato de que jamais chegaria aos Jogos Olímpicos. Com o diploma da faculdade, foi procurar emprego. Sua família o apoiou, mas mesmo esse apoio machucou o jovem; em certa ocasião, sua mãe disse o que, para Maruan, todos na sua casa pensavam: “Agora deixe essa bobagem de esporte de lado e vá ganhar o seu dinheiro, como os seus irmãos”.

À época tinha 20 anos e trabalhou em várias empresas (em cargos administrativos), em escolas (como professor) e também em vendas (em lojas de centros comerciais). Sempre muito mal remunerado, quando seu pai ficou doente e fechou o negócio, Maruan viu que tinha de buscar um emprego que fosse mais estável e mais bem remunerado para auxiliar seus irmãos, que já eram casados e tinham suas próprias famílias, a sustentar seus idosos pais. Foi, então, que Maruan decidiu combinar essa necessidade com o antigo sonho de ser policial.

À noite, após o trabalho, estudava para concursos. Nos primeiros anos, foi reprovado, porém, no segundo ano, foi aprovado como escrevente do Tribunal de Justiça. Enquanto trabalhava lá, continuou estudando para o concurso para a polícia e, enfim, após quatro anos tentando, Maruan foi aprovado para a Polícia Civil. No primeiro dia de Academia de Polícia, ele foi o primeiro a chegar; estava ansioso e animado com o seu novo trabalho: finalmente realizaria seu sonho de infância.

Para a sua família, essa conquista proporcionou uma sensação de alegria, pois as despesas seriam distribuídas de modo mais razoável entre os irmãos. Porém, novamente sua mãe expressou uma restrição: “Essa profissão não paga tão bem, e você ainda vai colocar sua vida em risco. Por que não encontra um emprego como o dos seus irmãos?”. Aquilo o entristeceu, mas também aumentou a sua vontade de se destacar no trabalho de policial para, quem sabe, ser aceito pela sua família.

A Academia de Polícia

Maruan e os 60 novos policiais civis que entraram com ele começaram sua trajetória na Academia de Polícia, localizada no bairro do Butantã, ao lado da Universidade de São Paulo. Nenhum deles tinha experiência com o uso de armas ou com qualquer outra das habilidades necessárias para o desempenho de sua nova profissão. Naquele momento, ele percebeu que o tempo de formação dos novos policiais seria de apenas seis meses e que dificilmente ele se capacitaria para uma profissão tão complexa em tempo tão exíguo. Mais perplexo ele ficou ao saber que os escrivães da Polícia Civil, que se interessavam em ser agentes policiais e se juntaram a eles na Academia, por já serem policiais, mesmo que exercessem apenas atividades

burocráticas, cursariam apenas um mês de Academia — ao longo de sua carreira, Maruan veria esse tempo ser reduzido muitas vezes, dadas a falta de recursos da polícia e a necessidade de mais policiais nas ruas; atualmente, um profissional recém-ingressado na polícia cursa apenas quatro meses de Academia.

Realmente, Maruan não se capacitou o suficiente para exercer sua profissão em seis meses, mas recebeu um conselho de seu professor preferido, Antônio, quem o auxiliaria muito nos 15 anos seguintes. Ao confidenciar para esse professor sua insegurança em função do escasso treinamento recebido, Antônio lhe respondeu: “Na polícia, você deve aprender a contar apenas com você para progredir ou mesmo para ficar vivo. No máximo, seus amigos e colegas mais próximos poderão prestar algum auxílio. Do governo, da Secretaria de Segurança Pública, da chefia, espere apenas injustiças. É assim que se joga o jogo”. Essas palavras o impressionaram muito, porém seus sonhos ainda estavam muito vivos em sua mente, e ele decidiu não prestar alta atenção a essas palavras. Mas, como veria mais para a frente, o próprio Antônio logo seria uma das pessoas com quem ele poderia contar.

Um outro ponto que o incomodou durante sua formação foi que diversas pessoas, amigos de sua família e vizinhos, ao saberem que ele havia ingressado na polícia, começaram a se afastar dele e de sua família. Ninguém dava muitas explicações, mas era evidente que essas pessoas não queriam ter nenhum tipo de vínculo com um policial. Piores ainda eram os mais ousados, que faziam brincadeiras e comentários depreciativos, como a proprietária da padaria onde a mãe de Maruan comprava pão todos os dias, de nome Débora.

Sempre que Maruan passava em frente àquele comércio, Débora, uma senhora com 50 anos de idade, baixa e um pouco obesa, cumprimentava-o e logo emendava: “Quando sair da delegacia, só não venha roubar aqui da padaria, que eu não vendo mais para sua mãe, hein?”. Todas as vezes que isso acontecia, ele se sentia humilhado, ainda que o tom fosse de brincadeira. Ignorava Débora, mas passava horas pensando por que ela tinha uma impressão tão negativa da polícia. Com o passar do tempo, entenderia melhor os motivos de Débora. Ele se entristecia, porque esses comentários eram feitos também para seus pais e irmãos, que, ainda que não contassem tudo o que ouviam para ele, às vezes deixavam escapar algo depreciativo sobre o seu trabalho que haviam ouvido de alguém próximo.

Finalmente, chegou o dia da formatura. Após receberem os cumprimentos protocolares, os novos policiais foram informados de que todos eles trabalhariam em Campinas, em uma tropa de elite da Polícia Civil, o GOE. Maruan pensou por um instante que era algo estranho jovens recém-formados na Academia serem designados para uma equipe que deveria ser composta apenas pelos melhores policiais. Mas a criança que se encantava com as sirenes na Zona Oeste logo falou mais alto em sua mente.

Ele finalmente realizaria o seu sonho de ir para as ruas, enfrentar os fora da lei e ser um dos condutores das viaturas policiais, além de que conseguiria isso ao mesmo tempo que auxiliaria seus pais com as despesas domésticas. Era isso que importava, não era necessário preocupar-se com detalhes. Sair de sua casa também seria algo bem-vindo naquele momento, pois ele não teria de enfrentar as tensões familiares todos os dias.

O GOE

O GOE é o “Grupo de Operações Especiais”, um time que não está vinculado a nenhuma delegacia, porém, quando policiais civis alocados em qualquer uma destas necessitam de apoio fortemente armado para alguma ação, podem acioná-lo. Os policiais desse grupo usam a farda toda preta e um impressionante colete à prova de balas, com o tipo sanguíneo do policial impresso no peito. Para os novatos e para a população em geral, um integrante do GOE é alguém preparado para tudo — um herói. Esses foram os primeiros heróis com quem Maruan trabalharia ao longo dos próximos anos.

Logo na sua primeira semana, foi solicitada uma viatura do GOE para apoiar uma operação contra traficantes de drogas pesadamente armados em uma favela da região. Maruan, que havia sido designado para trabalhar com um experiente policial, Adalberto, dirigiu-se para a viatura rapidamente. Adalberto assumiu o volante e eles se encaminharam para a favela; junto a eles foi Rafael, outro novato.

Trânsito intenso, ambos armados; enquanto Maruan estava muito agitado, seu parceiro permanecia concentrado ao volante. Ao estacionar, no momento em que Maruan e Adalberto saíam do carro, Rafael assumiu o volante e permaneceu na viatura. Tanto ele quanto Maruan obedeciam às ordens do policial mais experiente. Ao entrar na favela, Adalberto, que conhecia muito bem a região, ao contrário dos outros dois, que jamais haviam estado lá antes, correu para uma rua menos movimentada. Já ouviam os tiros à distância, ao passo que os dois avançavam. Após 400 metros, encontraram três traficantes armados com fuzis, virados para o lado oposto; aos gritos, Adalberto disse para os três se renderem: um saiu correndo, enquanto os outros dois largaram as armas e se deitaram.

Adalberto disse para Maruan cuidar daqueles dois, enquanto ele iria atrás do fugitivo. Sozinho, Maruan manteve a arma apontada para os dois traficantes, enquanto percebia que os tiros continuavam em outra parte da favela e que muitas pessoas, que ele não sabia se eram moradoras ou cúmplices dos traficantes, aproximavam-se dele. A tensão ficou insuportável. O que ele deveria fazer? Suando em seu uniforme preto do GOE, foi com alívio que, após alguns minutos — que pareceram horas —, Adalberto voltou sozinho. Tranquilamente, Adalberto novamente retomou o comando, e eles levaram os dois traficantes para a viatura onde Rafael esperava, suando tanto quanto Maruan.

Adalberto riu, disse que os dois tinham se saído muito bem, mas para Maruan algo não estava certo: em seu primeiro trabalho de campo, subira a uma favela desconhecida, apontara a arma para criminosos, ficara sozinho com eles e cercado por pessoas que poderiam ser amigas deles.... Definitivamente, não estava preparado para aquilo. Na semana seguinte, ao comentar seu desconforto com Adalberto, ele concordou, mas disse que era assim que as coisas aconteciam. Mais tarde, essa sensação incômoda aumentaria quando Rafael, que o acompanhou naquele primeiro dia, foi preso pela Corregedoria por ter atirado e matado duas pessoas que se aproximaram dele em uma ação em outra favela. Como se averiguou depois, estavam ambas desarmadas.

Com o tempo, na prática e sempre correndo riscos, Maruan adquiriu a experiência necessária para desempenhar suas funções no GOE com eficiência. Para isso, muito valeu o fato de ele ter Adalberto como parceiro. Policial experimentado, que gostava do que fazia, tratava de

maneira paternalista o jovem policial e o orientava e apoiava em todas as ações.

Algo que não melhorou em seu tempo do GOE, todavia, foi a inadequação dos equipamentos para trabalho, da mesma forma que, em sua primeira ação policial, ele tivera de enfrentar criminosos armados com fuzis, enquanto ele e os colegas de viatura utilizavam apenas os armamentos convencionais oferecidos pela polícia, em muito inferiores aos daqueles utilizados em especial pelos integrantes do crime organizado.

Pior era o que acontecia com os policiais feridos em ação. Além de afastados dos trabalhos, eles perdiam parte de sua remuneração, que já era reduzida (apesar de ser um concurso destinado àqueles com curso superior; na prática, o salário era o equivalente a um concursado com nível secundário). Essa realidade tornava os integrantes do GOE mais duros: sabiam que lutavam em função não só da lei e da ordem, mas também da necessidade de se manterem íntegros e assegurarem o mínimo de dignidade para si e para suas famílias.

Maruan vivia essa rotina quando soube que seu antigo professor preferido, Antônio, havia sido promovido para ser o novo chefe do GER — se havia um grupo em toda a Polícia Civil que superava o GOE em fama, este era o GER. Maruan, quando comentou a novidade com Adalberto, ouviu como resposta: “Se você quer um dia trabalhar no GER, vá falar com o Antônio. Se não for dessa forma, você nunca conseguirá. Aproveite, garoto”. Maruan respirou fundo e, no dia seguinte, foi procurar o seu antigo professor. Se era assim que as coisas funcionavam, ele estava disposto a arriscar.

O GER

O GER é o “Grupo Especial de Resgate”, criado para auxiliar a Delegacia Antissequestro em crimes dessa natureza quando fosse necessário o resgate de reféns, num período quando aconteciam muitos sequestros em São Paulo, muitas vezes dezenas simultaneamente. Uma vez que seus membros eram muito bem treinados, o GER passou também a ser utilizado em ações táticas contra criminosos de alto risco, como operações contra o crime organizado e o cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão. Apenas policiais da mais alta competência, provada em outros grupos de elite e muito bem-recomendados, fazem parte do GER.

Maruan, que não era especialmente experiente, foi bem aceito por Antônio. O novo chefe do GER fora indicado para esse posto pela amizade que tinha com o diretor da Polícia Civil, que fora seu colega de Academia muitos anos atrás. Sabia que os agentes do GER tinham muita autonomia e não respeitavam qualquer chefe, então tratou de levar consigo para lá Maruan, afinal já teria pelo menos um aliado, um jovem de quem ele conhecia o potencial e o bom trabalho realizado no GOE e que o respeitava e admirava pelos tempos de Academia.

No seu primeiro dia, estava visivelmente emocionado. Em pouco mais de um ano na polícia, ele estava junto às lendas da Polícia Civil, aos policiais mais experientes e capacitados entre todos. Ao se apresentar, encontrou policiais na faixa entre 30 e 40 anos, com roupas de grife, que mais pareciam executivos bem-sucedidos vestidos de modo casual do que policiais duros e experimentados nas piores situações possíveis. Foi ignorado pelos veteranos, mas também não deixou de olhar com desprezo para eles; certamente esses “playboys” não poderiam se equiparar a ele para enfrentar bandidos.

Logo na primeira ocorrência da qual participou, Maruan acompanhou o mais experiente entre todos os agentes do GER, Tássio, para invadir uma favela e libertar um refém que estava detido em um cativado, sendo naquele momento guardado por apenas um dos sequestradores. Qual não foi sua surpresa quando Tássio o levou para o estacionamento e entrou em uma caminhonete 4x4 importada e blindada. Lá dentro, havia um verdadeiro arsenal com fuzil, pistola importada, equipamentos que Maruan havia visto apenas em filmes de Hollywood ou em pesquisas na internet. Ao ver sua expressão de perplexidade, Tássio riu e explicou: “Todos aqui, se quiserem sobreviver, têm que ter os melhores equipamentos. Não utilizamos o que a polícia nos oferece, cada um compra aqui tudo de que precisa”. Sem dar mais explicações, saíram os dois.

Com segurança, Tássio assumiu desde o princípio o comando da situação. Se Maruan duvidava da competência da equipe do GER, aquela dúvida acabou muito rapidamente. Tássio invadiu a casa, imobilizou o sequestrador e logo encontrou o aposento onde estava o sequestrado, importante empresário da capital. A partir daquele momento, Maruan passou a ter, pelo menos no quesito de enfrentamento com os criminosos, uma referência, alguém que o inspirava: Tássio.

Após aquela ocorrência, ser parceiro de Tássio, entretanto, não foi tão positivo quanto Maruan imaginava. Se, do lado profissional, ele se tornou muito mais competente pela sua convivência com Tássio, problemas surgiram por outro lado. Todos os dias, após treinar com suas armas próprias, Tássio almoçava em alguma churrascaria da moda junto aos outros colegas do GER. Maruan simplesmente não tinha a menor condição financeira de manter um padrão de vida daqueles. Com o tempo, percebeu que todos os integrantes desse grupo eram policiais e empresários. Oriundos de famílias de classe média alta, entraram na polícia por vocação, por buscarem a mesma adrenalina que Maruan também almejava. Mas, com bons contatos, boa formação e diante da necessidade de se equiparem de modo melhor, os integrantes do GER abriam suas próprias empresas de segurança.

Alguns faziam segurança corporativa, outros eram especialistas em segurança pessoal para empresários e executivos. Tássio, que não era dos maiores policiais empresários do grupo, tinha 50 seguranças particulares em sua empresa, todos policiais civis ou militares, que assim também, em menor escala, complementavam sua renda. Com o dinheiro arrecadado, as lendas do GER adquiriam equipamentos que fariam inveja a qualquer exército ou polícia do mundo.

Evidentemente que tudo isto — equipamentos, empresas — era irregular. Quando comentou a esse respeito, Tássio olhou Maruan com desprezo: “E qual a sua sugestão? Ser morto por um menor de idade armado com um fuzil? E pense bem antes de falar qualquer coisa com alguém de fora. Ninguém mexe com um policial do GER”. Maruan percebeu que Tássio era muito mais do que um policial do GER: ele comandava o grupo, tinha muita influência sobre todos os policiais, e mesmo Antônio não questionava os caminhos do subordinado. Aos poucos, Maruan saiu da esfera de influência de Antônio e passou a ser um dos aliados de Tássio.

Essa afirmação veemente não se realizou no período em que Maruan esteve no GER. Após quase dois anos, Antônio foi demitido de sua função pelo mesmo diretor que o havia nomeado para o posto, seu amigo de infância. O motivo era da mais alta relevância: a pedido de um deputado, aliado do governador e presidente da Assembleia Legislativa, o novo diretor do GER seria seu cunhado. Maruan não sofreu com a saída de seu antigo protetor, pois já era um homem de Tássio e pretendia continuar no GER, mesmo que este estivesse sob nova direção. Mas as

coisas não seriam tão simples assim.

O novo chefe do GER, Manoel, que nunca havia passado por nenhuma das equipes de elite da Polícia Civil, inseguro em sua nova posição, começava as reuniões com seu time com uma frase motivacional: “O único galo deste galinheiro aqui sou eu”; todos mal podiam conter o riso. O pobre chefe era tratado com desprezo por todos, menos por Maruan, que também não era totalmente aceito pelos outros em função da disparidade socioeconômica. Quem mais desprezava Manoel era a lenda das lendas, Tássio.

Esse dia a dia policial, repleto de ações de enfrentamento com bandidos perigosos e com alta carga de tensão interna, absorvia toda a energia de Maruan, que praticamente deixou de se relacionar com sua família. Ainda que estivesse distante de pais e irmãos, nunca deixou de depositar a sua parte da ajuda mensal para o sustento dos pais. O relacionamento entre eles era essencialmente financeiro.

Certo dia, logo pela manhã, Manoel chamou todos os integrantes do GER para uma reunião. O clima estava pesado e, quando entraram, na sala já estavam Manoel, com ar triunfante, e Tássio, visivelmente furioso. Manoel não queria perder tempo e comunicou a todos a novidade: Tássio, a partir daquele dia, não fazia mais parte do GER, fora transferido para uma delegacia afastada. Por isso, ele contava, mais do que nunca, com o apoio de todos os demais integrantes do grupo.

Após minutos de silêncio, um a um, os integrantes do GER pediram sua transferência para um atônito Manoel. No final, apenas Maruan não havia pedido para sair. Todos aqueles policiais, milionários, lendas da corporação, olhavam fixamente para o mais jovem integrante do grupo. Suspirando fundo, Maruan percebeu que não tinha outra escolha: ou faria a coisa certa ou seria um pária por todos os anos que faltavam para a sua aposentadoria na polícia. Levantou-se e disse uma frase curta: “Peço também minha transferência”. Naquele dia, o GER ficou sem nenhum dos seus integrantes, e sua eficácia no combate a criminosos demoraria anos para ser recuperada. Para Maruan, aquilo era uma tristeza, mas, afinal, com a experiência adquirida e em um posto de menor responsabilidade, ele poderia pensar em dar o próximo passo com Renata.

O GARRA

Maruan estava namorando e pretendia se casar com Renata, uma jovem que conhecera na academia onde se exercitava. Mas, com o salário que recebia, e tendo de organizar sua própria casa e auxiliar seus pais, ele poderia muito bem aproveitar essa saída do GER para montar a sua própria empresa de segurança, ainda mais considerando que Renata era administradora de empresas e poderia ajudá-lo na gestão do negócio. Seguiria, assim, os passos de Tássio e das outras lendas com quem convivera no GER. Como ex-integrante do GOE e do GER, foi designado para outro grupo de elite, o GARRA. Trata-se do “Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos”, que, além de apoiar os policiais do Departamento de Investigações Criminais (DEIC), faz também rondas rotineiras.

Ainda que tenha conseguido efetivamente se casar e abrir sua empresa de segurança logo em seu primeiro ano no GARRA, era desalentador para Maruan fazer seu trabalho na Zona Norte de São Paulo em uma viatura “caindo aos pedaços”, com escassez de recursos até para a gasolina. Afastou-se completamente de Tássio e dos demais colegas do GER, pois estes foram

todos remanejados para delegacias distantes umas das outras.

Comparada com a do GER, a situação era desanimadora. Para piorar, nas delegacias que frequentava, conheceu alguns delegados e agentes que tinham o mesmo padrão de vida dos policiais do GER, ainda que não os mesmos equipamentos. Ainda que jamais tenha recebido uma proposta para se unir a algum desses emergentes das delegacias, ele e todos os demais sabiam como esses almoços eram pagos: era a corrupção, motivada por péssimos salários e nenhum controle por parte do Estado.

O tempo passou e Renata, grávida do primeiro filho do casal, começou a pedir para Maruan deixar o GARRA e assumir um posto mais tranquilo em alguma delegacia. Afinal, ele já estava havia cinco anos nos grupos de elite da polícia, tinha uma pequena e próspera empresa e, em breve, teria um filho, além dos pais idosos, que nunca deixou de auxiliar. Tudo isso era verdade, e Maruan também estava desgastado por causa da falta de apoio da instituição, das péssimas condições de trabalho e da corrupção que via grassar na corporação. Mas, ainda assim, era um legítimo policial de elite e não estava disposto a abrir mão dos seus sonhos de criança, da adrenalina de ouvir a sirene na viatura. Só quando, em uma ocorrência de rotina, pela primeira vez, recebeu um tiro, no braço, foi que realmente caiu essa ficha, e ele pediu sua transferência. Até porque ele tinha toda uma vida fora da polícia e, logo, bastava esperar mais 15 anos para se aposentar, então por que continuaria se arriscando?

Na delegacia

Acordar todos os dias para ir trabalhar na delegacia era um desprazer que só piorava ano após ano. A rotina da delegacia, onde ele passava 70% do tempo realizando trabalhos burocráticos e atendendo vítimas de furtos ou de batidas de carro que queriam fazer um boletim de ocorrência, era o oposto do que ele havia realizado no GOE, no GER e no GARRA. Um trabalho entediante, em que ele se sentia mais como um administrador de conflitos do que como o policial que sonhava ser quando criança. Muitas vezes, era agredido verbalmente por cidadãos que estavam em uma situação de muita tensão emocional e, sem as fardas dos grupos especiais, começou a perceber que era visto com desprezo e medo pela população, tanto por aqueles que moravam próximo da sua casa quanto por aqueles que pediam seu auxílio na delegacia.

O medo ele podia entender, devido à publicidade dada a casos de má conduta em ação, como aquele que ocorrera com seu antigo colega Rafael. O desprezo acontecia pela fama de corrupta da polícia. Enquanto os grupos especiais passavam mais ou menos incólumes por essas acusações, o policial na delegacia era inevitavelmente considerado um corrupto, que só fazia a engrenagem trabalhar mediante o recebimento de benefícios pessoais. Nesses momentos, ele se lembrava da dona da padaria próxima à casa dos seus pais, Débora.

A frustração por essa situação era tão grande que já não treinava mais, engordara 20 quilos, bebia depois do expediente.... Na sua vida, o que o fazia seguir adiante era a proximidade da sua esposa e do seu filho, assim como a prosperidade da pequena firma de segurança. Da polícia, só esperava a aposentadoria, que deveria chegar em pouco mais de dez anos. Pelo menos, a delegacia onde trabalhava era próxima de casa e ele podia passar mais tempo com sua família — mas, em breve, isso também mudaria para pior.

Era um dia frio e chuvoso em São Paulo, e Maruan deveria sair com a velha viatura dis-

ponível para atender a uma ocorrência que ocorrera na região. Ao tentar ligar a viatura, o motor não respondeu; o carro inútil não permitiu que ele atendesse à ocorrência. Indignado, reclamou com outro agente que estava na delegacia, José, sobre as péssimas condições de trabalho. Um comentário feito em um momento de frustração, motivado por mais um dos muitos problemas que Maruan enfrentou em sua carreira. José, todavia, que era um dos agentes que enriqueciam de modo ilícito dentro da delegacia, detectou ali uma oportunidade de se livrar do honesto e frustrado Maruan.

Na primeira oportunidade, comentou com a delegada Maricy que o agente Maruan estava insatisfeito com suas condições de trabalho e que falava mal da delegacia para os agentes. Maricy, que nunca gostou de Maruan, não só por achá-lo prepotente por ter participado dos grupos especiais como também porque ela própria fazia parte do esquema de corrupção instalado na delegacia, viu uma oportunidade de se livrar de Maruan de uma vez por todas. Queixou-se do subordinado para as pessoas certas e finalmente conseguiu a transferência dele para uma delegacia situada em Guarulhos. Quando recebeu o documento, nem se deu ao trabalho de falar pessoalmente com Maruan, apenas pediu para José dar-lhe a notícia.

Maruan recebeu aquela péssima notícia com surpreendente resignação. Era apenas mais uma situação, entre tantas pelas quais passara, na qual fora prejudicado por motivos alheios à sua competência profissional. Hoje, faltando apenas seis anos para a sua aposentadoria, muito acima do peso, trabalha na delegacia de Guarulhos com as mesmas péssimas condições a que está acostumado. Para chegar lá, são mais de duas horas no trânsito na ida e o mesmo tempo na volta. E, quando chega ao local, realiza aquele trabalho burocrático com o qual ele jamais sonhou.

Já muito experimentado, toma todo o cuidado para não dividir sua frustração com ninguém. É um policial sisudo, que cumpre suas obrigações e pouco interage com os colegas, além de não ter amigos no trabalho. Mas ele sabe que esses seis anos passarão rápido e, para ajudá-lo a passar esse tempo com alguma alegria, ele conta com a esposa, seus dois filhos pequenos e com os pais, já bem velhinhos.

Uma vez por ano, no Natal, toda a família se reúne e ele, com certa inveja, observa as condições financeiras muito mais prósperas que seus irmãos possuem. Estes não escondem o desconforto de ver seu irmão mais novo tão amargurado com a vida que leva, mas o admiram, e, certa vez, sua irmã expressou isso, pela forma estoica com que ele enfrentou a adversidade em sua carreira e pelo fato de sempre ter ajudado os pais, mesmo tendo o orçamento bem mais apertado do que eles.

São apenas seis anos e, quando se aposentar, ele poderá dedicar-se à sua querida família e à sua empresa de segurança, que, se não é uma grande empresa, assegura uma renda quatro vezes superior ao seu salário como agente de polícia. Diante de todas essas circunstâncias, qual o significado que a carreira de Maruan na Polícia Civil teve para ele em cada um dos desafios pelos quais passou? Qual influência as disputas de poder que aconteceram na polícia tiveram na sua carreira?

NOTAS DE ENSINO

Objetivo de ensino

Durante décadas, desde os primeiros estudos da teoria da Administração conduzidos por Taylor (1965), o campo da análise organizacional dedicou-se a estudar as organizações e os trabalhadores, buscando maneiras de aumentar a eficiência do trabalho e a rentabilidade das organizações. Conforme apresentam Davel e Alcadipani (2003), essa perspectiva funcionalista começou a ser questionada a partir da década de 1970, até que finalmente esse conjunto de estudos não vinculados à corrente dominante foram denominados de “Estudos Críticos em Administração” (ECA) na década de 1990. Para que seja caracterizado como um estudo crítico em Administração, segundo Davel e Alcadipani (2003), a matéria deve possuir uma visão desnaturalizada da Administração, ter sua intenção desvinculada da performance e, finalmente, possuir intenção emancipatória.

Três grandes correntes teóricas podem ser identificadas dentro dos ECA: os modernistas, fundamentados no marxismo e na Escola de Frankfurt, as teorias feministas e as pós-analíticas, entre as quais se encontra o pensamento de Michel Foucault. Para os pós-analíticos, como Foucault, a luta de classes binária, tal como é proposta pelos modernistas, é substituída por um foco nas múltiplas lutas dos indivíduos e/ou minorias que trabalham nas organizações, ou, como coloca Paula (2008, p. 26), “que focaliza as múltiplas vozes e a política local no lugar de estruturas teóricas de larga escala. Estabelecem-se também as identidades fragmentadas”.

O primeiro objetivo deste caso é, portanto, introduzir os ECA aos estudantes dos cursos de Administração, em especial o uso de Foucault para a construção da análise crítica. Dentro da vasta obra desse erudito francês, destaca-se a contribuição da sua analítica do poder para o estudo das organizações. Para Machado (1979, *apud* ALCADIPANI, 2005, p. 18), a analítica “estuda o poder como algo que possui existência própria e formas específicas em nível mais elementar, e não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza e repercute nos outros setores da vida social de modo inteiro e homogêneo”. A esse respeito, Alcadipani (2005, p. 20) explica que, segundo Foucault (1995):

Não há uma oposição entre dominadores e dominados, como a matriz geral e global das relações de poder [...], mas que, antes disso, deve-se supor que as múltiplas correlações de força que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias e nas instituições servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o corpo social como um todo.

Onde o poder existir, ele enfrentará resistência, seja em sua forma legal, a qual Foucault (1988) chama de “jurídico-discursiva”, seja quando ele acontece de forma “estratégica”, isto é, independentemente de uma autorização e suporte das instituições formais. Como estratégia de poder, segundo Foucault (1995, *apud* ALCADIPANI, 2005), pode ser composta pela escolha de meios para atingir a um fim específico, quando uma pessoa realiza algo a partir do que pensa que será a reação do outro e, finalmente, quando se tenta obter vantagem sobre o outro.

Para analisar o poder, Foucault (2014a), ao contrário daqueles que priorizam a relação de forças econômicas para esse tipo de análise, propõe uma abordagem não econômica; para tanto, ele coloca duas possíveis hipóteses. Na primeira, por ele denominada “hipótese de Reich”, o poder é basicamente algo repressivo, quando, por exemplo, uma organização reprime a na-

tureza, os indivíduos ou mesmo toda uma classe. Já na segunda hipótese, denominada por ele “hipótese de Nietzsche”, o jogo do poder acontece como se fosse uma guerra, em que os trabalhadores lutam entre si para atingir seus objetivos, por vezes conflitantes, e também resistem, às vezes de forma organizada e outras mais organicamente, às imposições que lhes são impostas.

Já o segundo objetivo deste artigo é permitir que os estudantes façam uma reflexão tanto a respeito das estratégias de poder dentro de uma organização — no caso, a Polícia Civil — quanto a respeito de quais são as hipóteses e estratégias adotadas pelos policiais para desenvolver sua carreira.

Por fim, considera-se também como objetivo deste caso permitir aos alunos que reflitam mais além da remuneração e dos indicadores de desempenho de sua atividade profissional, sobre a forma pela qual o entrevistado, Maruan, entende sua profissão de policial civil, isto é, qual o significado do seu trabalho. No que concerne a essa questão, Alcadipani e Medeiros (2016) realizaram uma pesquisa identificando sete possíveis significados do “ser policial”:

- a) ser herói, digno e honrado;
- b) sentir-se uma vergonha;
- c) enxugar o gelo e viver de ilusão;
- d) fazer parte de uma família;
- e) dormir com o inimigo;
- f) ser reconhecido e amaldiçoado; e
- g) conviver com o medo, com o perigo e com os riscos.

É possível que, na trajetória de Maruan, através de suas declarações, os estudantes identifiquem uma evolução dos significados do trabalho para o entrevistado, na medida em que ele acumulou experiência, conquistas e também muitas frustrações.

Fonte e métodos de coleta

Para a redação deste caso de ensino, foi utilizada a metodologia de pesquisa narrativa, na qual, segundo Creswell (2014), são recolhidos os dados da história de um determinado indivíduo, principalmente através de entrevistas, organizados cronologicamente. Este tipo de pesquisa permite tanto que sejam destacados determinados pontos decisivos da trajetória daquele que é pesquisado como também que sejam destacados contextos e situações específicas pelos quais ele passou.

Além disso, segundo Denzin (1989), o uso desta metodologia permite que seja abordada a vida de alguém dentro de um contexto coletivo, no qual outras pessoas que tiveram trajetórias semelhantes possam se identificar. Ademais, como proposto na pesquisa realizada por Motta e Junqueira (2017), esta narrativa, a qual parte de uma teoria previamente selecionada — a analítica do poder de Foucault —, pode ter pontos relevantes demonstrados a partir do indivíduo estudado.

Assim, um policial civil, que solicitou que seu nome e os de seus companheiros de polícia fossem alterados, aceitou participar da pesquisa. Ele foi entrevistado pelos autores durante

quatro horas, nas quais relatou sua trajetória de vida, destacando a sua passagem pela polícia. Esta entrevista foi gravada e, a partir dela, foi descrito o caso. Antes de realizar a entrevista, foi garantido ao entrevistado o seu anonimato e as considerações éticas necessárias foram observadas (FONTANA; FREY, 1994), entre as quais a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Relações com os objetivos de um curso ou disciplina

Com este caso de ensino, os autores buscam ampliar a visão dos estudantes de Administração, de maneira que possam ter outras perspectivas para analisar as organizações, além da funcionalista, que é preponderante. O caso apresenta um dos autores mais relevantes para os ECA, Michel Foucault, e como sua analítica do poder pode ser utilizada para se interpretar a trajetória de um indivíduo dentro de uma das organizações icônicas da atualidade: a polícia.

Disciplinas sugeridas para uso do caso

Sugerimos que este caso seja utilizado nas disciplinas de Ética nas Organizações, Cultura Organizacional e Teoria Organizacional.

Possíveis tarefas a propor aos alunos

O professor deverá sugerir a leitura prévia do capítulo “Genealogia e Poder”, de Foucault (2014b), e do artigo “O herói-envergonhado: tensões e contradições no cotidiano do trabalho policial”, de Alcadipani e Medeiros (2016), para que possa organizar a atividade em sala de aula.

A primeira atividade se dará em um momento individual de leitura do caso e identificação de momentos de resistência ao poder, seguida da organização da turma em grupos para debater os momentos selecionados individualmente e a sua posterior classificação, a partir das categorias de Foucault de “hipótese de Reich” ou “hipótese de Nietzsche”, acompanhada de uma apresentação para a turma de dois momentos selecionados com sua justificativa pela categorização de Foucault.

A segunda atividade solicitará a cada um dos grupos de alunos para selecionar uma das etapas da trajetória do policial Maruan (“O sonho de ser policial”, “A academia de polícia”, “O GOE”, “O GER”, “O GARRA” e “Na delegacia”) e eleger qual o significado de “ser policial”, de acordo com as categorias desenvolvidas por Alcadipani e Medeiros (2016), tendo em vista, segundo a entrevista, o que para Maruan predominava naquele momento de sua vida. Feito isso, cada grupo deverá apresentar para os demais a categorização eleita e sua justificativa para tanto.

Finalmente, após a realização dessas duas atividades, deverá ser efetuado um fechamento do docente, a partir de uma análise baseada nos ECA, bem como trazer para debate a disciplina da atividade.

Possível organização da aula para uso do caso

A aula terá duas partes, caso o professor opte por realizar as duas atividades propostas. Na primeira parte, individualmente, os alunos deverão ler o caso para identificar, na história do policial civil Maruan, os momentos em que houve resistência ao poder. (15 minutos.)

Após essa leitura e identificação individual, o professor deverá agrupar a turma em pequenos grupos, a fim de que os alunos troquem informações da primeira parte do exercício e consigam identificar de forma coletiva os momentos de resistência. (20 minutos.)

Uma vez identificados esses momentos, a turma deverá analisar de que maneira o poder foi expresso nessas situações: se de forma repressiva, denominada por Foucault (2014a) como “hipótese de Reich”, ou se através de um confronto belicoso de forças, por ele denominado “hipótese de Nietzsche”. (20 minutos.)

Por fim, cada grupo deverá apresentar para a turma dois momentos selecionados, a partir das formas de poder de Foucault. (20 minutos.)

Já na segunda parte, cada um dos grupos escolherá uma das etapas da vida de Maruan, selecionando uma das categorias de significado do “ser policial” de Alcadipani e Medeiros (2016) que, na visão deles, era a que mais se aproximava daquilo que o policial pensava sobre si e sobre sua escolha profissional. (20 minutos.)

Após o debate dos grupos, cada um deverá apresentar para o restante da classe qual era o significado escolhido e dar exemplos selecionados dentro do caso que justifiquem a escolha. Em ambas as atividades, o professor deverá fazer uma análise crítica dos momentos apresentados, realizando uma relação com o caso e o texto norteador, a fim de trazer contribuição para a disciplina do curso em que a atividade foi realizada.

Bibliografia sugerida

ALCADIPANI, R.; MEDEIROS, C. R. O. O herói-envergonhado: tensões e contradições no cotidiano do trabalho policial. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 134-153, ago./set. 2016. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/699/243>. Acesso em: 28 fev. 2023.

FOUCAULT, M. Genealogia e Poder. In: FOUCAULT, M. A microfísica do poder. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 167-178.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R. Michel Foucault: poder e análise das organizações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALCADIPANI, R.; MEDEIROS, C. R. O. O herói-envergonhado: tensões e contradições no cotidiano do trabalho policial. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 134-153, ago./set. 2016. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/699/243>. Acesso em: 28 fev. 2023.

CRESWELL, J. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa. Escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Pensa, 2014.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 72-85, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37552/36316>. Acesso em: 28 fev. 2023.

DENZIN, N. K. Interpretative biography. Newbury Park: Sage, 1989.

FONTANA, A.; FREY, J. H. Interviewing. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs). Handbook of qualitative research. Thousand Oaks: Sage, 1994. p. 361-376.

FOUCAULT, M. História da sexualidade: a vontade do saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (Orgs.). Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. A microfísica do poder. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

FOUCAULT, M. Genealogia e Poder. In: FOUCAULT, M. A microfísica do poder. São Paulo: Paz e Terra, 2014b. p. 167-178.

MOTTA, R. G.; JUNQUEIRA, L. A. P. O individual e o social: Nelson de Paula Neto e o Coronelismo. Revista SODEBRAS, [s. l.], v. 12, n. 136, p. 75-81, abr. 2017.

PAULA, A. P. P. de. Teoria crítica nas organizações. São Paulo: Thomson, 2008.

TAYLOR, F. W. Princípios da administração científica. São Paulo: Atlas, 1965



Possibilidade da relação constitucional entre segurança pública, cidadania e direitos humanos na atualidade

Pablo Assis Almeida Fraga

DOI: [10.47573/ayd.5379.2.177.7](https://doi.org/10.47573/ayd.5379.2.177.7)

RESUMO

O trabalho acadêmico aqui apresentado tem a principal característica de abordar os temas Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos nos dias atuais e se há uma possibilidade de ter uma relação constitucional entre os três temas citados. A Segurança Pública é estudada e escrita através do cenário que a sociedade Brasileira está sendo inserida nos dias de hoje, onde ocorre uma exploração sobre a forma em que a Segurança Pública tem sido modificada pela intercorrência dos atos de Cidadania e dos Direitos Humanos nas ações policiais e jurídicas com base na Constituição Federal Brasileira, sendo os mesmos atos vistos como oposição a fala e ao ato policial em si, colocando em pauta debates e discussões com foco nos segmentos das lutas pelos Direitos Humanos e pela Cidadania pessoal e social que tem grande atuação no cenário social brasileiro, a fim de criar uma compreensão e entendimento, colocando as pautas e os temas de acordo com os decretos constitucionais da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: segurança pública. cidadania. direitos humanos. constituição federal brasileira. relação constitucional.

ABSTRACT

The academic work presented here has the main characteristic of addressing the themes Public Security, Citizenship and Human Rights in the present day and if there is a possibility of having a constitutional relationship between the three themes mentioned. Public Security is studied and written through the scenario that Brazilian society is being inserted today, where there is an exploration of the way in which Public Security has been modified by the intercurrent of acts of Citizenship and Human Rights in police and legal actions based on the Brazilian Federal Constitution, , being the same acts seen as opposition to the speech and the police act itself, putting on the agenda debates and discussions focusing on the segments of the struggles for Human Rights and for personal and social citizenship that has great performance in the Brazilian social scenario, in order to create an understanding and understanding, placing the agendas and themes in accordance with the constitutional decrees of the Federal Constitution of 1988.

Keywords: public safety. citizenship. human rights. brazilian federal constitution. constitutional relationship.

INTRODUÇÃO

O Estado Democrático de Direito Brasileiro teve seu início a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, trazendo as garantias e direitos que cada cidadão tem mantido, de forma que o Estado tenha responsabilidades com eles, reconhecendo esse cidadão como portador de amplos deveres e direitos.

A partir desta criação passou a existir um conceito de segurança pública, do qual os direitos individuais e os direitos coletivos são garantidos, assim como às responsabilidades diárias e a forma de realizá-las. O quesito Segurança Pública tem sido muito discutido e preocupado a sociedade já que a violência vem crescendo em número alarmante, o que torna a mesma sociedade vulnerável e nos mostra que há uma demanda gigantesca por formas de acabar ou diminuir

a violência e a criminalidade no país.

Ari Herculano Souza em Direitos Humanos (1989), descreve:

“A lei existe para o homem e não o homem para a lei. É isso que caracteriza uma lei justa. Agir de acordo com a lei é agir legalmente. Mas não basta apenas agir de modo legal para que haja uma sociedade justa, é preciso também que se aja de modo moral. ” (SOUZA, 1989, p. 13)

Deve-se propor a sociedade algumas perspectivas de ações antiviolação, que ajude a Segurança Pública nas suas lutas por uma sociedade pacífica, onde os cidadãos tem seus Direitos respeitados através dos Programas Sociais, reconhecidos como programas modelo, relacionados aos Direitos Humanos, realizando tentativas de modificar os arquétipos de Segurança que já estão incrustados na sociedade há muito tempo, tentando criar uma nova visão social, tendo um embasamento no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNHD).

Jorge Luiz Paz Bengochea em A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã, descreve:

“A segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando a assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a aplicação da justiça na punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos. Um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos em comum; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos. ” (BENGOCHEA, 2004, p.120)

Para ter a garantia de que possa existir uma pacificidade social é necessário realizar ações preventivas contra a violência, contra conflitos, contra criminalidade, pelos órgãos competentes, sempre levando em consideração a Ordem Constitucional Brasileira. De acordo com o artigo nº 144 da Constituição Federal Brasileira de 1988:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, ...” (BRASIL, 1988)

A Segurança Pública e ordem pública estão diretamente associadas através da Constituição Brasileira, mas deve-se ter cuidado, nesta mesma associação, pois nossa sociedade muitas vezes alegando se tratar de ordem pública acaba realizando atos que ferem os Direitos Humanos, a Cidadania e a Segurança Pública Brasileira já que o Brasil se classifica como um país que vive num Estado Democrático de Direito.

Desta maneira, poder conviver em sociedade tendo todos os seus direitos e atividades preservadas e respeitadas, gozando de poder expor suas ideias, defendendo seus interesses, consideramos assim que a Segurança Pública Brasileira é respeitada e utilizada para o bem de todos os cidadãos.

DESENVOLVIMENTO

Devemos ter a certeza de que é direito, dever e responsabilidade do Estado ofertar Segurança Pública a todos os cidadãos brasileiros, mas deve-se determinar qual a diferença entre ordem pública Brasileira e segurança pública Brasileira já que, ambas as sentenças, são consi-

deradas sinônimas.

De acordo com o decreto federal de número 88.777, inciso 21, do ano de 1983, a sentença Ordem Pública Brasileira tem o seu significado descrito abaixo:

“21) Ordem Pública -. Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum.” (BRASIL, D88777/83)

De acordo com este conceito citado acima, a Segurança Pública integra a Ordem Pública, já que ela é uma parte dos elementos que preservam e conservam a Ordem Pública, sempre observando que para este fator ocorrer, de maneira efetiva e satisfatória, deve haver fiscalizações pelos órgãos competentes.

A Constituição Federal Brasileira também destaca a Segurança nos artigos 5 e 6, descritos abaixo:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]”

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL.1988)

A Segurança Pública está em discussão e debate em todo o cenário da sociedade no Brasil, pois este tema vem tendo um enorme destaque pela violência estar aumentando diariamente e ser mostrada a população nas notícias em todas as áreas em que a imprensa atua. Mostrar este cenário a todos os cidadãos, causa um medo, uma insegurança e um descrédito de que ocorra a melhoria na Segurança brasileira, pois as opções de combate a criminalidade no geral são atitudes extremamente ordeiras, sem garantias do uso correto da Constituição e suas leis e contra a democracia.

Nazareno Marcineiro (2009) no artigo Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades, descreve:

“O que se observa diante do exposto é que, desde a Constituição de 1988, ocorre no Brasil um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões de políticas públicas” (MARCINEIRO, 2009, p. 75).

Os autores Mariângela Graciano, Fernanda Matsuda e Fernanda Castro Fernandes na obra Afinal, o que é segurança pública? De 2009, nos cita qual a finalidade da Segurança Pública no Brasil: “A finalidade da segurança pública é garantir a cidadania de todos, dentro dos limites da lei.” (2009, p. 21). A demanda da Segurança Pública parte do prognóstico de que não há uma investigação de maneira separada sobre os temas de violência criminal pois ele tem sua associação com vários temas diversificados que estão no mesmo assunto: violência X problemas econômicos; violência X pobreza e miséria; violência X falta de ensino escolar.

A autora Marina Maciel Abreu escreveu em O controle social e a mediação da política de assistência social na sociedade brasileira na atualidade: indicações para o debate, sobre o controle social:

“O controle social apresenta-se como uma necessidade inerente ao movimento de acumulação do capital. O capital é, antes de tudo, segundo Meszaros (1999), uma modalidade de controle do metabolismo social, constituída mediante uma objetivação alienada dessa função, “como um corpo reificado separado e em oposição ao próprio corpo social” (MESZAROS, 1993, p. 33). Apresenta-se como uma” estrutura totalizante de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos devem se adaptar, escolhendo entre provar sua viabilidade ou perecer.” (ABREU, 2002, p. 127)

Podemos citar que o maior instrumento para controle social na Segurança Pública é a Ordem Policial que por estar relacionada diretamente ao combate da violência em todas as suas formas e na repressão ao crime, tem sua estrutura e os instrumentos de manejo estruturados para suas ações. O fato de a Ordem Policial ser a principal organização da Segurança Pública nos coloca em um debate se essa organização é viável, ou se é contraditória por todos os atos e ações que vemos noticiadas nos meios da imprensa e que muitas vezes não vai de encontro aos Direitos Humanos.

Nazareno Marcineiro (2009) também descreve:

[...] talvez se pudesse afirmar que mantendo uma conduta de respeito às regras do Estado, de observância dos princípios morais e éticos, estaria o cidadão cumprindo com a sua responsabilidade. O melhor entendimento é de que o legislador impõe ao cidadão uma responsabilidade mais abrangente, na dimensão da ordem pública. O legislador sugere uma responsabilidade social (MARCINEIRO, 2009, p. 81).

Lutar para garantir que os Direitos Humanos serão respeitados em sua totalidade e na sua compreensão é uma das ações mais complexas e que tem a necessidade de agregar diariamente os cidadãos e as organizações a fim de fazer valer a Dignidade Humana e a Cidadania, já que toda esta ação é um sistema de conquista a partir de lutas sociais, pessoais e humanas.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 é considerada um marco histórico e de vanguarda, além de seu tempo quando foi criada pois seu resultado dependeu de vários debates e discussões em todos os diversos segmentos sociais com o intuito de organizar e garantir os Direitos e Deveres dos cidadãos brasileiros em todas as esferas da sociedade civil e por estes motivos a Constituição Federal Brasileira de 1988 ganhou um apelido de Constituição Cidadã e ao mesmo tempo no momento em que foi promulgada, a mesma ofertou aos cidadãos um sentimento de que há esperança na modificação da sociedade, em sua economia e na expectativa de que TODOS tem direitos preservados e efetivados.

Ricardo Brizola Ballestreri no texto Direitos Humanos: coisa de Polícia, cita:

“[...] a polícia é o vetor que tem maior potencial no processo de redução das violações dos direitos humanos. Justificando que essa condição se dá pela autoridade moral e legal que possui, até com o respaldo para o uso da força se for necessário, destacando ainda que a polícia pode atuar no papel de principal violadora de direitos civis e políticos, mas pode igualmente transformar-se na sua maior implementadora.” (BALLESTRERI, 1998, p. 92)

Com a Constituição Federal Brasileira e o Ministério da Justiça criados no país, tornou-se imprescindível o respeito aos Direitos Humanos, do exercício da Segurança Pública para combater a violência e o crime no geral através da Ordem Policial, sempre mantendo o respeito a Dignidade Humana, usando o mínimo possível de força nas suas ações de controle e prevenção, encontrando formas de integrar comunidade com sociedade através do trabalho profissional e sendo neutro politicamente.

Não se pode esquecer que “a liberdade do ser humano está ligada a liberdade dos que o cercam”. Para obter uma democracia e uma cidadania aceitáveis e fortalecidas devemos ter

uma receptividade da diversidade em um todo, a fim de que haja respeito as diferenças e espaço para existir Liberdade e Igualdade.

MUNIZ, Jacqueline Muniz, no artigo Direitos humanos na polícia. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (org.) Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel? Nos mostra a citação abaixo:

“Tem-se, com isso, não só um estímulo à reatividade e à dissimulação como estratégias de sobrevivência organizacional mas também a fabricação artificial e heterodoxa de resultados operacionais – quase sempre prisões e apreensões –, como uma manobra para fugir da arbitrariedade das sanções disciplinares e, até mesmo, como um ardil para camuflar práticas propriamente criminosas ou ilegais.” (MUNIZ, 2006, p. 66)

Todos os direitos fundamentais da pessoa humana estão descritos nos Direitos Humanos e são respeitados como fundamentais ao ser humano, para que ele possa existir e crescer em sua vida.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no primeiro artigo, nos cita que:

“Artigo 1: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” (DUDH, 1948)

A Declaração foi realizada e construída com o intuito de fundamentar quatro Ordens de Direitos Individuais, conforme o professor e autor Celso Ribeiro Bastos nos cita no artigo online Direitos Fundamentais:

“Logo no início, são proclamados os direitos pessoais do indivíduo: direito à vida, à liberdade e à segurança. Num segundo grupo encontram-se expostos os direitos do indivíduo em face das coletividades: direito à nacionalidade, direito de asilo para todo aquele perseguido (salvo os casos de crime de direito comum), direito de livre circulação e de residência, tanto no interior como no exterior e, finalmente, direito de propriedade. Num outro grupo são tratadas as liberdades públicas e os direitos públicos: liberdade de pensamento, de consciência e religião, de opinião e de expressão, de reunião e de associação, princípio na direção dos negócios públicos. Num quarto grupo figuram os direitos econômicos e sociais: direito ao trabalho, à sindicalização, ao repouso e à educação”. (BASTOS, 2001)

Mas, mesmo tendo os Direitos Fundamentais dos Direitos Humanos em vigor, a realidade dos cidadãos brasileiros é em sua maioria muito diferente do esperado pela sociedade, já que há uma transgressão diária e metódica no que diz respeito a Cidadania, então por esta visão, que aparece em sociedade, pode-se assegurar que a Segurança Pública e sua política são contraditórias em sua principal finalidade que é de asseverar a Ordem Pública, o Patrimônio e o Direito a Vida, uma vez que há desigualdades sociais, uma distribuição de renda de maneira diferente aos cidadãos, problemas em defender, de forma ordeira, Patrimônios e áreas privadas produzindo algumas desordens de difícil manejo.

Ricardo Brizola Ballestreri (1998) nos dá a seguinte observação:

“1ª - O policial é, antes de tudo um cidadão, e na cidadania deve nutrir sua razão de ser. Irmana-se, assim, a todos os membros da comunidade em direitos e deveres. Sua condição de cidadania é, portanto, condição primeira, tornando-se bizarra qualquer reflexão fundada sobre suposta dualidade ou antagonismo entre uma “sociedade civil” e outra “sociedade policial” (BALESTRERI, 1998, p. 7).

Não se pode desistir de fazer análises historicamente da Política de Segurança Pública e de Controle Social, a fim de mensurar a movimentação da área teórica e das lutas em sociedade com a finalidade de reparar, aumentar e reorganizar os conceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há negação em reconhecer os Direitos, sejam civis, sociais ou políticos que se traduzem como uma melhoria e um avanço na formação e perpetuação da Cidadania brasileira, conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988.

Podemos dizer então que a segurança pública é um direito, um dever e uma responsabilidade de todos os cidadãos brasileiros. Um novo modelo de cidadania, que abrange as situações de quem tem direitos fundamentais e deveres, superou a parte política, sendo confundido com a existência do estado brasileiro exercida por órgãos que tem o poder e a visão de preservar a ordem pública Brasileira.

Desta forma a Segurança Pública e a Cidadania são inseparável, pois a Cidadania só pode ser exercida, de fato, quando existe uma condição tranquila e pacífica que vem da maneira como a segurança pública é exercida em sociedade, e para que ocorra efetivamente este exercício, a participação, o engajamento, a organização, a conexão dos cidadãos brasileiros nos projetos de políticas públicas da Segurança Pública são essenciais para o perfeito funcionamento.

O laço existente entre a Cidadania e a Segurança Pública, mostrou que refletem essa relação na Ordem Policial em reconhecer o ser humano, cidadão, como um ser que tem seus direitos e deve ser respeitado por isto; que cada ser humano, cidadão, tem responsabilidades com a forma que se lida com a Segurança Pública indo muito além do realizar as normas e leis; e é necessário o reconhecimento pela população brasileira, a fim de validar o laço descrito acima, a Ordem Policial como cidadão com os direitos e deveres de todos que nela se encontram.

Chega-se a conclusão então de que, precisa-se realizar modificações na forma como se enxerga a Ordem Policial, a sua formação, não permitindo que atitudes anti Cidadania e anti Dignidade venham a ser mais praticadas atualmente, colocando em pauta os valores sociais com ligação aos temas de Democracia, Direitos Humanos, Cidadania, tanto em sociedade civil quanto nas atividades trabalhistas da Ordem Policial e suas instituições, deixando claro que sempre será um enorme desafio para a sociedade em geral, realizar essas incorporações, não deixando que os temas descritos sejam esquecidos.

Assim, este trabalho acadêmico tem o intuito de debater, discutir e não deixar que acabe a pauta descrita aqui, para que a sociedade em geral veja estes temas como uma forma de melhoria social sem complexidade e limitações, trazendo sempre em cena a luta pelos Direitos Humanos, Segurança Pública e Cidadania.

Estas lutas devem ser o princípio da Dignidade, onde ocorra o debate para acabar com exclusões em todas as áreas da sociedade, devendo estar sempre com atenção as contradições que as Políticas públicas, a fim de transformar os conteúdos que nela se encontram.

Não há uma maneira de sustentar, sem parecer discriminatório, que os Direitos Humanos protegem criminosos, por causa de sua ideologia de pensamento e ação. Sim, estes seres praticaram delitos e são considerados criminosos e delinquentes pelo Sistema. Os Direitos Humanos são chamados para resolução de assuntos nacionais, internacionais, locais, estaduais, em todas as esferas, pois eles são uma rede colaborativa e integrada que garante aos seres humanos, cidadãos as garantias, os direitos, as liberdades a todos que dele necessitam.

Chega-se então a conclusão de que há um firmamento na pauta dos Direitos Humanos em junção com a Cidadania, em todos os aspectos sociais, nas últimas décadas, levando em consideração a atuação da Ordem Policial e seus atos, a forma em que aplicam as leis respeitando, ou não, a ética, a dignidade, a cidadania, a legalidade e os Direitos Humanos como um todo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. O controle social e a mediação da política de assistência social na sociedade brasileira na atualidade: indicações para o debate. *Rev. Políticas Públicas*. V. 6, N.1. São Luís: EDUFMA, p. 126-145 2002
- BALLESTRERI, Ricardo Brizola. *Direitos Humanos: coisa de Polícia*. PASSO FUNDO, RS: CAPEC, 1998.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Direitos Fundamentais*. 2001. Disponível em: [Direitos Fundamentais - Jus.com.br](http://DireitosFundamentais-Jus.com.br) | Jus Navigandi. Acesso em: 18/03/2023
- BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz, *et al.* A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, n. 18, p. 119-131, 2004.
- BRASIL. Constituição Federal Brasileira. 1988. Artigo nº 144. Disponível em: [Art. 144 da Constituição Federal de 88 | Jusbrasil](http://Art.144daConstituicaoFederalde88-Jusbrasil.com.br). Acesso em: 20/03/2023.
- BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: [Declaração Universal dos Direitos Humanos \(unicef.org\)](http://Declaraçãouniversaldosdireitoshumanos-unicef.org). Acesso em: 18/03/2023
- BRASIL. Decreto nº 88777/83: Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Disponível em: [D88777 \(planalto.gov.br\)](http://D88777-planalto.gov.br). Acesso em 18/03/2023
- GRACIANO, Mariângela; MATSUDA, Fernanda; FERNANDES, Fernanda Castro. *Afinal, o que é segurança pública?* São Paulo: Global, 2009.
- MARCINEIRO, Nazareno. *Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades*. Florianópolis: Insular, 2009
- MUNIZ, Jacqueline. *Direitos humanos na polícia*. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de. (org.) *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto, 2006
- SOUZA, Ari Herculano. *Direitos Humanos*. São Paulo. Editora do Brasil S/A, 1989.



0 imperialismo dos direitos humanos ocidentais

Ronaldo Silva Dimas

Aluno do programa de pós-graduação em direito da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.8

RESUMO

O presente estudo busca analisar a forma com que um novo tipo de imperialismo, marcado pela dominação econômica, tem na concepção de promoção e proteção dos Direitos Humanos, uma das ferramentas para a manutenção da ordem econômica e política mundial, marcada pela hegemonia dos países anteriormente pertencentes ao chamado “primeiro mundo”. Para isso, utiliza-se do método indutivo, amparado na pesquisa bibliográfica, onde se busca, primeiramente, traçar as origens da expressão “Direitos Humanos” e o seu conteúdo, bem como os interesses políticos que agiam nos bastidores de sua confecção. Depois, apresenta-se o que seria esta nova forma de imperialismo baseada não mais na conquista de colônias, mas, na construção de zonas de influência. Feito isso, objetiva-se traçar um paralelo entre esta nova forma de dominação econômica e o uso dos Direitos Humanos como estratégia de dominação. Por fim, constata-se que o ideal de um grupo de direitos existentes para impedir que opressões e tiranias ocorressem acaba conspurcado e servindo como justificativa para a permanência das relações de dominação que eles deveriam evitar.

Palavras-chave: direitos humanos. imperialismo. direito internacional. intervenções humanitárias.

RESUMEN

Este estudio busca analizar la forma en que un nuevo tipo de imperialismo, marcado por la dominación económica, tiene en su concepción de la promoción y protección de los Derechos Humanos, una de las herramientas para el mantenimiento del orden económico y político mundial, marcado por la hegemonía de países que antes pertenecían al llamado “primer mundo”. Para ello, utiliza el método inductivo, apoyado en la investigación bibliográfica, que busca, en primer lugar, rastrear los orígenes de la expresión “Derechos Humanos” y su contenido, así como los intereses políticos que actuaron detrás de su elaboración. Luego, presenta lo que sería esta nueva forma de imperialismo basada ya no en la conquista de colonias, sino en la construcción de zonas de influencia. Hecho esto, el objetivo es establecer un paralelismo entre esta nueva forma de dominación económica y el uso de los Derechos Humanos como estrategia de dominación. Finalmente, parece que el ideal de un conjunto de derechos existentes para evitar que ocurra la opresión y la tiranía termina siendo contaminado y sirviendo de justificación para la permanencia de las relaciones de dominación que debería evitar.

Palabras clave: derechos humanos. imperialismo. derecho internacional. intervenciones humanitarias.

INTRODUÇÃO

Desde o início da história da humanidade, se tem notícia de governos promovendo barbáries contra parcela de sua própria população ou de territórios rivais. Todavia, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a descoberta dos horrores perpetrados pelo regime capitaneado por Adolf Hitler, foi decidido, a nível internacional, que mecanismos deveriam ser criados para impedir que tragédias como aquela voltassem a ocorrer.

Nesta esteira, surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Idealizada como uma carta de direitos pretensamente universais e aplicáveis em todas as nações e terri-

tórios ao longo do globo, não logrou o êxito esperado por não partir de uma premissa em que o mundo não se limita apenas à experiência ocidental. Ainda que buscasse ser um documento para além das fronteiras dos Estados Nacionais, não conseguiu superar a parcialidade com que seu conteúdo foi erigido.

Neste sentido, para compreender este período da história humana e seus reflexos que perduram até hoje, consideramos importante voltar alguns anos no tempo e se debruçar sobre as revoluções liberais que agitaram o mundo no século XVIII, em especial, a Declaração de Direitos da Virgínia, nos Estados Unidos da América, e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França.

Estes documentos são a gênese da ideia de universalidade de direitos inerentes à espécie humana, presente na referida Declaração de 1948. Aqui, a liberdade é eleita como direito primeiro em uma ordem em que todos os homens devam ser tratados de forma igual, sem qualquer distinção.

De sua análise, é possível perceber que estas cartas de direitos não eram fenômenos isentos de influência política, ao contrário, representavam os desejos daqueles que as haviam produzido. A referida liberdade, direito caro às duas declarações já citadas, assim o era, pois, era do interesse dos estadunidenses serem livres para tornarem-se independentes do jugo britânico, assim como era conveniente aos burgueses franceses, se verem livre do domínio da nobreza e do clero do Antigo Regime francês.

Igualmente importante, se mostra o estudo e compreensão de uma nova forma de imperialismo surgida em meados do século passado. Este, ao contrário daquele anterior, levado a cabo no século XIX e marcado pela expansão territorial e conquista de novas colônias, tem por base, o domínio econômico e a sujeição dos países periféricos às potências do ocidente capitalista.

Este imperialismo, agora ressignificado, passou a se dar de forma menos evidente com a criação e manipulação de organismos internacionais que teriam por fito, o financiamento e auxílio dos países subdesenvolvidos para que estes alcançassem níveis desejáveis de crescimento econômico e defesa dos direitos caros ao modelo econômico-social-político do ocidente.

Uma vez realizadas estas considerações, partimos no presente trabalho, para a verificação da forma com que este neoimperialismo, marcado pela imposição de Direitos Humanos concebidos unilateralmente, através da ótica ocidental do que seja merecedor de proteção, passa a figurar como um novo modelo de dominação e imposição da visão e dos valores destes novos países imperialistas.

Neste sentido, lançamos o olhar para as formas com que este novo modelo de dominação é colocado em prática, como a composição dos membros do Conselho de Segurança da ONU, as políticas de instituições como o FMI e o Banco Mundial que tornam os países periféricos ainda mais dependentes do capital, e o engodo estadunidense, mascarado de intervenção humanitária, usado para subjugar territórios soberanos onde tenha interesse econômico.

Assim, por meio de um método indutivo, buscou-se fazer uma revisão bibliográfica em fontes nacionais e internacionais para, assim, tentar compreender a forma com que os Direitos Humanos surgem e se concretizam (ou não) no Direito Internacional, notando a influência que

esta nova forma de imperialismo pode desempenhar sobre isto. Buscamos, assim, ao final, concluir como estes processos se desenrolam.

A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE DIREITOS HUMANOS

Um marco importante para o estudo e compreensão dos Direitos Humanos foi o período do pós-Segunda Guerra Mundial, em que, findado o conflito, foram descobertas as atrocidades perpetradas pelo regime nazista alemão contra judeus, ciganos, homossexuais e outras minorias. Diante deste holocausto, tornou-se mister a criação de mecanismos que impedissem a ocorrência de um novo conflito daquela proporção, ao mesmo tempo em que se buscou eleger direitos que fossem universais a todos e que não pudessem ser violados por qualquer regime político.

Inobstante, ainda que estes direitos tenham sofrido um processo de positivação nesta época, com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a sua gênese remonta a mais de um século no passado. Estes direitos, de cariz universal, surgem com as revoluções liberais do século XVIII, marcadamente, a Declaração dos Direitos da Virgínia (1776), que precedeu a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789).

Sobre este último documento, apesar de haver sido produzido na França, em um contexto revolucionário, a Declaração de 1789 não se destinava apenas aos cidadãos franceses, mas, a todos os indivíduos. Esse caráter universalizante, caminhava em sentido à relativizar o conceito de soberania, fazendo com que os direitos ali previstos, fossem aplicados para além das fronteiras entre os Estados, alcançando todos os indivíduos da espécie humana, onde quer que se encontrassem. Por isso,

Na raiz do conceito de direitos do homem defendido por essas revoluções liberais, existe não apenas a ideia de que indivíduos teriam direitos básicos, mas sim que existiriam direitos naturais, sobre os quais, não era preciso agir em prol para merecê-los, porque seriam intrínsecos a natureza humana. Tais direitos estariam vinculados a um reconhecimento dos seus pares, e a uma universalidade que superaria divisões geopolíticas, étnicas, de classe e culturais¹.

Esta concepção parece estar em consonância com o que escreve Immanuel Kant. Para o filósofo prussiano, os seres dotados de razão teriam dignidade e não preço. Desta forma, possuiriam um fim em si mesmo, não podendo ser utilizados como meio para o alcance de qualquer fim². Aqui se estabelece o conceito de dignidade humana que, em realidades jurídicas como a brasileira pode ser vista como um valor que reclama o gozo de vários, senão todos os direitos fundamentais, que decorrem dos Direitos Humanos.

Neste diapasão, Kant que foi contemporâneo das revoluções supracitadas, também parece contribuir com o ideal de direitos universais. Quando ele entende haver dignidade em cada indivíduo, as diferenças entre os homens parecem anuladas, de forma que se estabelece a igualdade entre todos eles³, direito extremamente caro à declaração francesa e até mesmo à americana.

¹ DA SILVA, Juliana Pinto Lemos. *Imperialismo Cultural e Direitos Humanos: uma análise crítica*. Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, n. 23, p. 27-43, 2018.

² KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

³ KANT, op. cit.

Neste diapasão, é possível verificar que, tanto para os idealizadores das declarações de direitos francesa e americana, quanto para Kant, o conceito de soberania acaba sendo relativizado, uma vez que todos e em qualquer lugar nasceriam com dignidade e aptos a exercer certos direitos que não seriam concedidos por este ou aquele Estado, mas, que estariam ligados ao indivíduo por sua condição de ser humano e racional.

Estes direitos, conforme aponta Norberto Bobbio⁴, “são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de forma gradual”. Por isso, é mister analisar o surgimento destes direitos junto às mudanças políticas e sociais pelas quais passava o mundo nesta época.

A Declaração dos Direitos da Virgínia, por exemplo, foi produzida em um contexto em que as então 13 colônias, que originaram os Estados Unidos da América, descontentes com a forma de governo imposta pela Inglaterra, buscavam se livrar do seu jugo, lutando pela independência. Por isso, um dos direitos ali previstos é o de alterar o governo, sempre que este não se mostrar apropriado aos interesses da nação.

A Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão, por sua vez, foi produzida em um contexto revolucionário, em que o Antigo Regime Francês, marcado pelo fim do absolutismo monárquico e o fim de privilégios da nobreza e do clero, com diversos grupos políticos se revezando no poder. Ali, inspirados em ideais iluministas foi produzida a referida declaração que pretendia alcançar a totalidade dos homens.

Todavia, apesar de o cidadão ser visto, na declaração francesa, de forma abstrata, destacado de qualquer sociedade em particular⁵, seu caráter universalizante merece críticas. Apesar de em seu artigo inaugural, a declaração de 1789 versar sobre a liberdade e igualdade de direitos com que todos os homens nascem, a França continuou explorando a escravidão no seu império colonial, tratando seres humanos como ferramentas e mercadorias.

O desamparo a esta parcela da população francesa e de outras potências que exploravam a escravidão se deve ao fato de que os africanos, agrilhoados em sua terra natal e trazidos contra a sua vontade não eram pessoas, mas, mercadorias, assim como outros bens dotados de valor econômico. Isto posto, quando a declaração francesa se refere aos direitos do homem, não é este, todo e qualquer exemplar da espécie humana, mas, o homem livre, branco e ocidental.

Para além, conforme Norberto Bobbio⁶, apenas os direitos de primeira geração⁷ foram tutelados pela Revolução Francesa, movimento que originou a declaração de 1789. Nota-se que esta geração era composta pelos direitos civis e políticos, todos bastante caros à classe social burguesa, que emergia vitoriosa dos movimentos revolucionários e reivindicava um papel de protagonista em lugar da antiga ordem, marcada por privilégios da nobreza e do clero. Por con-

4 BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 9.

5 TOCQUERVILLE, Alexis De. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

6 BOBBIO, op. cit.

7 A terminologia “gerações”, apesar de ser comumente usada no direito sofre algumas críticas como as formuladas por André de Carvalho Ramos. Em seu entender, esta teoria sofre de quatro problemas: o primeiro seria referente ao caráter de substituição que esta teoria transmite, o que não ocorre na prática, vez que, uma geração não substitui a outra, ao contrário, todas coexistem; o segundo problema, seria o da ideia de antiguidade ou posteridade que tal teoria atrai. Segundo ele, nem sempre os direitos de primeira geração foram reconhecidos que os de segunda geração e assim sucessivamente; em terceiro, estaria o problema da fragmentação, apresentando os diferentes direitos de forma separada, em sentido contrário à indivisibilidade que lhes é característica; o quarto e último problema estaria na dificuldade em se classificar certos direitos em razão do surgimento de novas interpretações sobre eles, como por exemplo, o direito à vida, que figura na primeira geração, da classificação clássica mas que, hoje, exige certas prestações por parte dos Estados para que seja exercida com dignidade (RAMOS, André de Carvalho. *Curso de Direitos Humanos*. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.).

seguinte, não havia na Declaração de 1789 qualquer menção aos direitos de segunda geração, hoje chamados de direitos sociais, como o trabalho, a saúde e a educação.

Além disso, conforme Bobbio⁸,

Os direitos do homem constituem uma classe variável, como a história destes últimos séculos demonstra suficientemente. O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc.

Por isso, é preciso observar que os direitos não surgem de forma espontânea e idêntica em todos os lugares, vários elementos culturais, econômicos e políticos devem ser levados em consideração nessa análise. Conforme já explanado, declarações de direitos com a da Virgínia e a da França, do século XVIII vieram ao encontro das pretensões das forças políticas que estavam por detrás daqueles documentos. Os direitos civis e políticos, em especial a liberdade, eram caros àqueles grupos, ao mesmo tempo em que outros direitos, como a educação ou a proteção ao meio ambiente não eram considerados tão fundamentais assim.

Neste diapasão, conforme esclarece Bobbio⁹, “não existem direitos fundamentais por natureza. O que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas”. Por isso, ainda que seja deixado de lado o aspecto temporal, e se atente apenas ao territorial, ainda assim, seria extremamente difícil conceber uma lista de direitos que fossem considerados indispensáveis em todos os lugares ao mesmo tempo. Disto, decorre um problema ainda maior: buscar impor uma visão particular/regional do que seja estes direitos pretensamente universais sobre o mundo todo.

O IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO OU SEM COLÔNIAS

Quando se fala em imperialismo, é comum associar o termo às práticas de países colonialistas como a Inglaterra e a França que, buscando novos mercados para seus produtos, e mão-de-obra para suas fábricas, acabaram por invadir e colonizar diversos territórios ao longo do globo. Nessa época, “em fins do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, todos os Estados capitalistas se esforçaram por adquirir colônias, o que constitui um fato universalmente conhecido da história da diplomacia e da política externa”¹⁰.

Inobstante, apresentamos aqui, um novo aspecto deste imperialismo, marcado não mais simplesmente pela intervenção militar de um Estado em outro, ou pela edificação de colônias de exploração, “mas como uma complexa rede de relações econômicas e políticas de dependência econômica, financeira e tecnológica na qual uma potência hegemônica sustenta uma ordem liberal favorável a seus interesses”¹¹.

Com a realização da Conferência de Bretton Woods em meados de 1944 e a criação de organismos internacionais que existem até os dias atuais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, um novo paradigma de dominação foi criado. Agora, os conquistadores não mais levavam civilidade ou religião aos conquistados, a justificativa para as intervenções,

8 BOBBIO, *op. cit.*, p. 13.

9 BOBBIO, *op. cit.*, p. 13.

10 LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 111.

11 LEICHTWEIS, Matheus Gobbato. *O legado imperialista do direito internacional: um estudo crítico sobre o imperialismo e a constituição da ordem legal internacional contemporânea latino-americanos*. 2018.

era compartilhar o desenvolvimento alcançado pelas potências capitalistas, conforme observa Leichtweis (2014)¹²:

No âmbito econômico, a ordem liberal instaurada a partir de Bretton Woods, desencadeou a despolitização e a transnacionalização do processo de acumulação capitalista em nível global, substituindo o paradigma da “civilização” pelo paradigma do “desenvolvimento”, conservando e ocultando, assim, as estruturas imperialistas de dominação do sistema internacional.

Em síntese, conforme salientado acima, as estruturas de domínio não diminuíram ou deixaram de existir, apenas receberam uma nova justificativa para acontecer. Se antes, o argumento para a intervenção em outros territórios era a salvação dos nativos de seu estado de selvageria, em meados do século XX, o porquê passou a ser o de compartilhar os avanços tecnológicos e desenvolvimentistas por meio de instituições como o FMI que, em tese, auxiliaria em sentido econômico, o alcance de tais intentos.

Esta nova forma de imperialismo seria “a criatura do capitalismo, um sistema em que todos os atores econômicos – produtores e apropriadores - dependem do mercado para suas necessidades mais básicas”¹³. Isto posto, o domínio não é mais militar como outrora, realizado diretamente sobre a colônia, mas econômico, a supremacia sobre zonas de influência, em razão da dependência que as forças produtivas dos locais periféricos tem do mercado.

Isto acabou por criar o que alguns estudiosos chamam de teoria da dependência, pois, mesmo após a Segunda Guerra, não houve mudanças no sistema de arranjo de recursos entre os países. Mesmo com a independência de muitos territórios na África e na Ásia, esses locais continuaram a estar sobre a direção dos países capitalistas de “primeiro mundo” e das instituições que eles controlavam¹⁴.

Os países periféricos, oriundos do grupo que se convencionou chamar, durante a Guerra Fria, de “terceiro mundo” por não disporem de recursos para promoverem obras a fim de, pretensamente, alçá-los ao mesmo posto de desenvolvimento dos países de “primeiro mundo”, precisam buscar alternativas, junto a instituições como o Banco Mundial, se sujeitando às políticas do FMI, criando a supracitada relação de dependência para com estas instituições, que, na prática, são controladas por seus financiadores, as potências capitalistas.

Além disso, as formas com que os recursos são transferidos dos países explorados para os países exploradores, não é mais clara, como no período colonial¹⁵. Se em séculos passados era nítida a forma com que a Coroa Portuguesa se beneficiava da exploração de ouro na província de Minas Gerais, nos dias atuais, nem sempre é possível identificar como a dominação exercida por países como os EUA sobre a América Latina, por exemplo, se realiza. Os próprios interesses dos dominadores se tornaram mais escusos.

Ademais, essa ideia desenvolvimentista propagandeada pelos países desenvolvidos não serviu a outro intento que não o de tornar as nações periféricas ainda mais subordinadas a eles. Neste ínterim, conforme o economista Paul Baran¹⁶, foi possível compreender que o subdesenvolvimento de países periféricos de regiões como a América Latina e a África se devia às

12 LEICHTWEIS, *op. cit.*

13 WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 21.

14 CHIMNI, Bhupinder S. *Third world approaches to international law: a manifesto*. In: *The Third World and International Order*. Brill Nijhoff, p. 47-73, 2003.

15 WOOD, *op. cit.*, p. 15

16 BARAN, Paul. *The Political Economy of Growth*. New York: Monthly Review Press, 1957.

ações imperialistas advindas da própria expansão do capitalismo.

Outro aspecto importante é o que John Smith¹⁷ chama de arbitragem global do trabalho. As mega corporações multinacionais, advindas dos países do norte do globo, deslocam seus recursos atrás de locais que ofereçam mão-de-obra barata para a produção de seus bens. Um exemplo claro deste modelo de dominação econômica são as chamadas *fastfashions*, indústrias de vestuário, focadas na fabricação em grade escala de peças com durabilidade reduzida, com a produção marcada por sérias violações de direitos trabalhistas¹⁸.

Em síntese, este neoimperialismo é marcado pela dominação dos países capitalistas outrora pertencentes ao chamado “primeiro mundo”, juntamente das organizações transacionais por eles organizadas, como FMI e Banco Mundial, além das companhias transnacionais também oriundas desses lugares, que criam uma dependência, nos países periféricos, impedindo que estes locais se desenvolvam no aspecto econômico, mantendo seu *status* de subalternos na ordem político-econômica mundial.

O IMPERIALISMO DOS DIREITOS HUMANOS

Nos itens anteriores do presente estudo, analisamos o surgimento da ideia de Direitos Humanos, consubstanciada na criação das Declarações de Direitos da Virgínia e da França, no século XVIII, e os problemas para a concepção de direitos que fossem universalmente reconhecidos e aplicados. Além disso, trouxemos, também, algumas discussões a respeito da forma com que se materializa o imperialismo hodiernamente, marcado pela dominação econômica das potências capitalistas. Agora, buscaremos discutir como esta noção de Direitos Humanos universalmente aplicáveis pode figurar como uma nova forma de imperialismo no século XXI.

Conforme já citado anteriormente, com o fim da Segunda Guerra Mundial, foram criados alguns organismos internacionais que tinham por fim, evitar que novos conflitos como aquele voltasse a se repetir, dentre eles, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Conselho de Segurança. Para além, em 1948 foi criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Este documento, criado por juristas de vários países tinha o intuito de enumerar direitos que fossem universalmente aplicáveis a todos do gênero humano e em todos os lugares do planeta, em tentativa semelhante a já realizada pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, “corrigindo” certos equívocos do documento do século XVIII ao se posicionar frontalmente contrária à exploração da escravidão e prevendo os direitos econômicos, sociais e políticos.

No que diz respeito a ONU, a entidade não passa incólume à críticas, tendo em vista que, um dos seus órgãos de maior poder, que é o Conselho de Segurança tem entre seus membros permanentes as nações mais poderosas do globo há mais de 70 anos, sem que qualquer alteração tenha sido feita. Não há uma igualdade de representação no conselho. Por isso, conforme Silva¹⁹:

17 SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation, and Capitalism's Final Crisis*. New York: Monthly Review Press, 2016.

18 MATIAS, João Luís Nogueira; MATOS, Laura Germano. *Multinacionais fast fashion e Direitos Humanos: em busca de novos padrões de responsabilização*. Revista de Direito Internacional, vol. 15, n. 2, p. 255-268, 2018.

19 SILVA, Karina de Souza. *A Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU e a luta internacional contra o racismo: entre esperanças e desenganos*. In: JUBILUT, L. L.; LOPES, R. de O. (org.). *Direitos humanos e vulnerabilidade e a Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, p. 77-99, 2018.

[...] os países colonizadores foram fundadores da ONU e procuraram, desde o nascimento da Organização, preservar o sistema colonial utilizando-se, para isso, das plataformas multilaterais. Aliás, quando a ONU foi arquitetada, cerca de 750 milhões de seres humanos, ou seja, um terço da população mundial vivia sob o jugo do imperialismo, já que habitava em um território considerado não-autônomo ou administrado pelas potências coloniais.

Inobstante, a formação de um Conselho capaz de interferir militarmente em qualquer território do globo, controlado pelas maiores potências econômicas, políticas e militares preservou o mesmo sistema que vigorava há séculos, o de submissão dos países periféricos às potências do norte do planeta.

Sobre a Declaração de 1948, ainda que tenha por ideal, trazer uma carta de direitos básicos, considerados essenciais à manutenção de uma vida digna, a forma com que isso acontece não é a mais adequada. O que ocorre é uma imposição dos valores caros aos países “civilizados”, representados pelos EUA e os países da Europa Ocidental, aos Estados subdesenvolvidos, como o Brasil. A prevalência destes direitos, pretensamente universais, passariam a figurar como um objetivo a ser alcançado por toda a comunidade mundial²⁰.

Quando da confecção da referida declaração, as diferenças culturais de países não ocidentais não foram levadas em conta para a eleição de quais direitos deveriam estar ali presentes. É mister frisar, por exemplo que, um dos Direitos Humanos previstos e tido como universal, a propriedade, não somente não fazia parte do modelo socialista de governo, presente, a época, em vários Estados ao redor do globo, como era, inclusive, algo a ser combatido, segundo seus ideais.

Não é o intuito do presente texto defender os regimes socialistas do século XX, todavia, é difícil não constatar que, não somente eles, mas os países de tradição islâmica ou mesmo povos tradicionais de países da África, foram tratados como indivíduos a serem civilizados pelo que os povos ocidentais, em um ato inegavelmente etnocentrista, consideravam ser direitos de pretensa aplicação universal.

Por isso Grubba; Rodrigues(2012) :

Neste contexto, a expressão “direitos humanos” tem o poder de fazer os indivíduos aderirem a determinadas posições ideológicas. Eles são colocados como objetivo da democracia liberal ocidental, somente atingíveis dentro de um sistema de livre iniciativa. Vinculam-se, desta forma, os direitos humanos ao Estado de Direito burguês e ao capitalismo.²¹

Não há, portanto universalidade. Os direitos previstos na Declaração de 1948 não eram universais, não levaram em consideração outras experiências históricas e culturais que não a ocidental. Essa parcialidade, reflexo do já mencionado instinto civilizador destas nações, serviu também para difundir o seu modelo de Estado e de economia e suplantar possíveis resistências locais a este novo tipo de dominação, com o argumento da defesa de direitos.

Nesta esteira, conforme Juliana Silva (2018)²², é possível compreender que:

O discurso dos direitos humanos que é adotado pelo regime multilateral é uma estratégia das potências Ocidentais para legitimar seu poder político e influência por meio da tentativa de universalização desses conceitos, que são elementos fundamentais da ideologia liberal. Tal ideologia não leva em consideração valores sociais e culturais de sociedades

20 SHAW, Malcolm N. *International law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

21 GRUBBA, Leilane Serratine; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *O discurso de proteção aos direitos humanos e a dominação periférica*. Filosofia Unisinos/Unisinos Journal of Philosophy, v. 13, n. 2, p. 163-181, 2012.

22 SILVA, Juliana Pinto Lemos da . *Imperialismo Cultural e Direitos Humanos: uma análise crítica*. Ponto-e- Vírgula: Revista de Ciências Sociais, n. 23, p. 27-43, 2018.

fora da civilização Ocidental, e é através da imposição dela que o Ocidente busca bloquear qualquer oposição a sua hegemonia.

Em síntese, estes direitos, agora presentes em um documento assinado por dezenas de países passou a figurar como uma nova ferramenta de domínio, em que os países ocidentais poderiam impor os seus valores e até mesmo utilizar-se da força, quando as deliberações por eles tomadas, não fossem acatadas pelos países periféricos. Infelizmente, tal conclusão não se encontra meramente no campo hipotético, há exemplos, em um passado não tão longínquo, como quando os EUA, sem autorização da ONU, invadiram o Iraque com a justificativa de estar o país do Oriente Médio, produzindo armas de destruição em massa.

No caso em tela, não foi encontrada nenhuma prova de que as referidas armas tivessem realmente sendo desenvolvidas pelo país. Por meio da justificativa de combate ao terror, após os atentados terroristas ao *World Trade Center*, em Nova York, os EUA invadiram um país soberano, assim como também fizeram com o Afeganistão, buscando controlar as reservas energéticas de gás e petróleo, existentes nessas regiões²³.

O pesquisador estadunidense Dan Kovalik²⁴ chama ações como estas de “intervenções humanitárias”, que tem por finalidade, deixar o resto do mundo mais propício e receptivo ao domínio de potências como os EUA. Utilizando-se do subterfúgio da ajuda humanitária, essas potências ocidentais camuflam e justificam seus atos de guerra e dominação econômica, como no caso da já mencionada invasão do Iraque.

De tudo isso é possível perceber, conforme esclarece Boaventura Santos²⁵, que a globalização é um discurso criado e contado pelos próprios vencedores. Em razão disso, enquanto os direitos humanos forem tidos como um localismo globalizado, ou seja, um fenômeno local que acaba globalizado, serão estes, sempre uma arma do ocidente desenvolvido, contra os países não desenvolvidos.

Em suma, para que um ideal de direitos humanos universalmente aceitos, aplicáveis e exigíveis possa realmente existir, é preciso que haja um esforço comum em prol deste intento. Este empreendimento, entretanto, deve compreender o diálogo entre diferentes culturas e povos e o fim da busca por utilizar a defesa destes direitos para alcançar o domínio econômico e político de outros Estados. Uma vez aqui, concluímos estar ainda distantes de semelhante acontecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo dividido em mais de 190 países reconhecidos internacionalmente, e composto por cerca de 8 bilhões de pessoas, é bastante difícil encontrar elementos de ordem social e política que sejam comum a todos. Por isso, conforme constatamos ao longo deste trabalho, é deveras complicado conceber uma lista de direitos considerados aplicáveis e representativos de toda a humanidade.

23 GALLO, Rafael Mandagarn. *Política externa e ideologia: a contradição entre a missão civilizatória estadunidense para a invasão do Iraque de 2003 e seus fundamentos liberais políticos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.*

24 KOVALIK, Dan. *No more war: how the west violates international law by using “humanitarian” intervention to advance economic and strategic interests.* Nova Iorque: Hot Books, 2020.

25 SANTOS, Boaventura de Souza. *Uma concepção multicultural de direitos humanos. Lua Nova: revista de cultura e política, p. 105-124, 1997.*

Em verdade, sempre existiram formas de domínio das nações mais poderosas, sobre as mais fracas, não sendo isto, uma novidade nos dias atuais. O que muda, contudo, é que a forma com que este domínio se apresenta adquire novo verniz quando se insiste neste ideal corrompido de fazer valer direitos, em nível mundial, concebidos por apenas uma única parcela do globo.

A (boa) ideia de se imaginar direitos aplicáveis a todos os seres humanos independentemente de onde estejam acaba distorcida e transformada em uma nova ferramenta do imperialismo ocidental que busca, como já o faz a séculos, impor o seu domínio sobre territórios soberanos, explorando os seus recursos materiais e humanos.

Ademais, é ignominioso o fato de se utilizar do subterfúgio de ajuda ou intervenção humanitária para fazer valer seus interesses econômicos em locais que, não praticaram outro pecado que não o de seguir a sua cultura e costumes. Esta visão maniqueísta de mundo, que o divide entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre civilizados e bárbaros não permite que surja uma verdadeira teoria dos Direitos Humanos de aplicação verdadeiramente universal.

Para que isto ocorra, sem dúvidas, é fundamental dar ouvido e atenção às diferenças que permeiam a humanidade e a tornam este mosaico de etnias, credos e culturas. Os Direitos Humanos podem e devem sim ser concebidos como ferramentas para a proteção daqueles que sofrem violência e desrespeito de seus pares, dos Estados ou de organizações por eles regidas. Todavia, isto não pode ser uma imposição vertical, pela força, é preciso que todas as vozes, inclusive as díspares, sejam ouvidas no processo de construção.

Em suma, após tantos anos e inúmeras previsões de fracasso, o capitalismo continua sólido e com vivacidade ímpar. Esta nova forma de imperialismo, que tentamos aqui delinear, é das ferramentas mais úteis a surgir, que garantem o vigor deste sistema econômico. Isto posto, apesar de em tese figurar como trunfos dos indivíduos contra as variadas formas de opressão que podem sofrer, os Direitos Humanos, da forma com que foram concebidos e são utilizados nas relações transnacionais, parecem contribuir para a manutenção da relação entre dominadores e dominados.

REFERÊNCIAS

BARAN, Paul. *The Political Economy of Growth*. New York: Monthly Review Press, 1957. BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIMNI, Bhupinder S. *Third world approaches to international law: a manifesto*. In: *The Third World and International Order*. Brill Nijhoff, p. 47-73, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GALLO, Rafael Mandagarn. *Política externa e ideologia: a contradição entre a missão civilizatória estadunidense para a invasão do Iraque de 2003 e seus fundamentos liberais políticos*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

GRUBBA, Leilane Serratine; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. O discurso de proteção aos direitos humanos e a dominação periférica. *Filosofia Unisinos/Unisinos Journal of Philosophy*, v. 13, n. 2, p. 163-181, 2012.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KOVALIK, Dan. No more war: how the west violates international law by using “humanitarian” intervention to advance economic and strategic interests. Nova Iorque: Hot Books, 2020.

LEICHTWEIS, Matheus Gobbato. O legado imperialista do direito internacional: um estudo crítico sobre o imperialismo e a constituição da ordem legal internacional contemporânea latino-americanos. 2018.

LENIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MATIAS, João Luís Nogueira; MATOS, Laura Germano. Multinacionais fast fashion e Direitos Humanos: em busca de novos padrões de responsabilização. Revista de Direito Internacional, vol. 15, n. 2, p. 255-268, 2018.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. Lua Nova: revista de cultura e política, p. 105-124, 1997.

SHAW, Malcolm N. International law. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

SILVA, Juliana Pinto Lemos da. Imperialismo Cultural e Direitos Humanos: uma análise crítica. Ponto-e-Virgula: Revista de Ciências Sociais, n. 23, p. 27-43, 2018.

SILVA, Karina de Souza. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU e a luta internacional contra o racismo: entre esperanças e desenganos. In: JUBILUT, L. L.; LOPES,

R. de O. (org.). Direitos humanos e vulnerabilidade e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, p. 77-99, 2018.

SMITH, John. Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super- Exploitation, and Capitalism's Final Crisis. New York: Monthly Review Press, 2016.

TOCQUERVILLE, Alexis De. O Antigo Regime e a Revolução. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOOD, Ellen Meiksins. O império do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.



Percepções de feminismos e a legislação para coibir a violência contra a mulher no Brasil

João Batista Flores de Moraes

Delegado de Polícia Civil, Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, na Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Fabio Alves Gomes

Doutor em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)

Dorli João Marques

Doutor em Bioética pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

DOI: 10.47573/ayd.5379.2.177.9

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi produzir um ensaio teórico acerca dos conceitos de gênero e patriarcado a partir das teorias feministas enquanto elementos auxiliares para a compreensão das relações do ser homem e do ser mulher, como também apresentar um breve histórico da produção legislativa produzida, especialmente a partir da sanção da lei Maria da Penha até 2022. Utilizou-se o método histórico dialético para analisar a construção desse conhecimento a partir de uma pesquisa da bibliográfica e de uma pesquisa documental na legislação em vigor. Esperou-se contribuir para a compreensão de que homens e mulheres são complementares sob todas as formas, especialmente na construção de um mundo mais solidário e empático. Durante a pesquisa foi dado destaque para os conceitos de gênero, termo difundido em larga escala na sociedade brasileira e que gera diversas discussões; patriarcado, termo definido por movimentos feministas como uma estrutura de dominação masculina com fins de manter as mulheres submissas, considerado por muitos como a explicação mais evidente e sóbria a respeito da submissão do sexo feminino. Foram trazidas à discussão breves notas acerca do pensamento feminista cuja complexidade e diversidade de linhas de pensamentos nos incentivou a discorrer de forma sucinta acerca de algumas dessas correntes do pensamento e suas principais ideias. Em seguida, foi apresentado um breve arcabouço jurídico cuja construção decorreu das ideias difundidas pelo movimento feminista e por pessoas que possuem em comum com o este movimento a adesão por uma concepção de igualdade substancial entre homens e mulheres. O arcabouço apresentado se inicia com o relevante marco jurídico da igualdade constitucional insculpido na Constituição Federal Brasileira de 1988. Após rápidas digressões acerca da diferença física entre homens e mulheres e da necessidade de leis para equilibrar a relação, é realizada inserção dos diplomas de proteção contra a violência doméstica contra a mulher, cujo maior expoente é a Lei Maria da Penha que com o apoio da legislação complementar que se seguiu, como as leis: Carolina Dickman, Joana Maranhão, Lei do Dia Seguinte e Lei do Feminicídios, Pacote Basta dentre outras, muito além de auxiliar no combate à violência de gênero, se constituiu em uma potente blindagem quando sabiamente utilizadas. Ao final traz-se a conclusão de que homens e mulheres são seres que se desenvolvem que se constituem a partir do conflito dialógico.

Palavras-chave: dominação masculina. gênero. feminismo. legislação. violência contra a mulher.

ABSTRACT

The objective of the research was to produce a theoretical essay about the concepts of gender and patriarchy based on feminist theories as auxiliary elements for understanding the relationships between being a man and being a woman, as well as presenting a brief history of the legislative production produced, especially from the enactment of the Maria da Penha law until 2022. The dialectical historical method was used to analyze the construction of this knowledge based on a bibliographical research and a documentary research on the legislation in force. It was hoped to contribute to the understanding that men and women are complementary in all ways, especially in building a more supportive and empathetic world. During the research, emphasis was given to the concepts of gender, a term that is widespread in Brazilian society and that generates several discussions; patriarchy, term defined by feminist movements as a structure of male domination with the purpose of keeping women submissive, considered by many as the most evident and sober explanation regarding female submission. Brief notes on feminist thought were brought to the discussion, whose complexity and diversity of lines of thought encouraged us to briefly discuss some of these currents of thought and their main ideas. Then, a brief legal framework was presented whose construction resulted from the ideas spread by the feminist movement and by

people who have in common with this movement the adherence to a conception of substantial equality between men and women. The framework presented begins with the relevant legal framework of constitutional equality enshrined in the Brazilian Federal Constitution of 1988. After quick digressions about the physical difference between men and women and the need for laws to balance the relationship, the diplomas for protection against domestic violence against women, whose greatest exponent is the Maria da Penha Law, which with the support of the complementary legislation that followed, such as the laws: Carolina Dickman, Joana Maranhão, Lei do Dia Seguinte and Lei do Femicide, Conjunto Basta, among others, far beyond helping to combat gender violence, constituted a powerful shield when used wisely. At the end, it brings the conclusion that men and women are beings that develop and are constituted from the dialogic conflict.

Keywords: masculine domination. gender. feminism. legislation. violence against women.

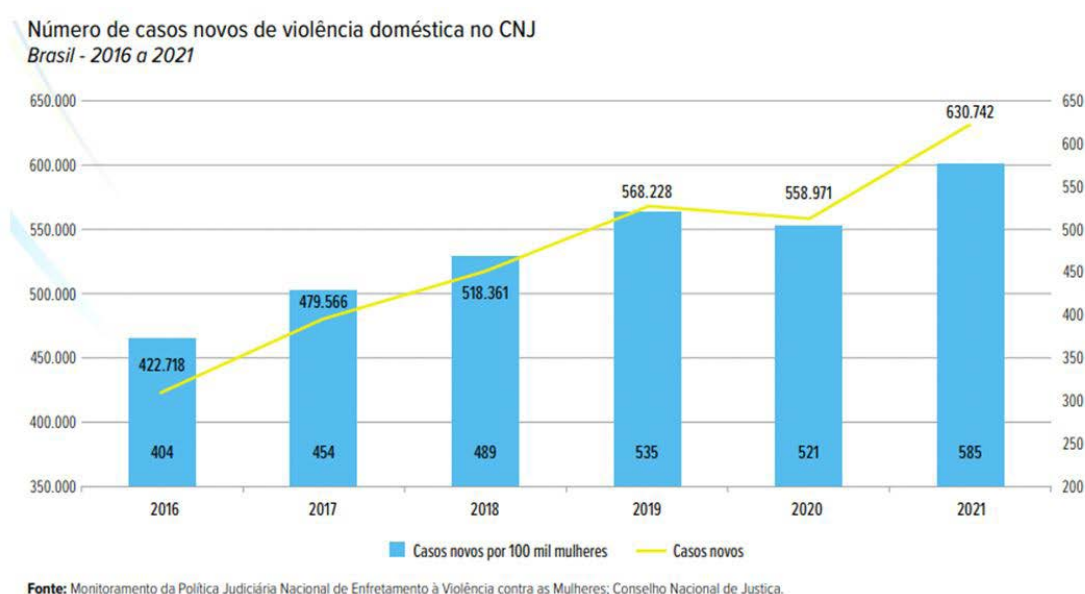
INTRODUÇÃO

Muito tem se produzido nos meios acadêmicos a respeito de violência doméstica quer em relação aos tipos de violência (GOMES, 2018, p.59; SILVA, 2020, p.65; MACHADO *et al.*, p.489), quer em relação às ações de combate a estes fatos (LURDEMIR E SOUZA, 2021, p.20; PEREIRA, 2019, p.107).

A violência não adjetivada assola difusamente a população brasileira em todos os níveis sociais, culturais e geográficos e relaciona-se com a possibilidade de toda e qualquer pessoa poderem ser vítima de violência. (BARREIRA, 2013 *apud* BARREIRA, 2015, p.57).

A partir da pesquisa realizada por Machado *et al.* (2020) pode-se depreender que a violência doméstica, por sua vez, em maior ou menor grau, também pode assolar difusamente as mulheres.

O anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, por seu turno, demonstra que a violência doméstica contra a mulher, além de difusa, se apresenta endêmica e vem aumentando ano após ano em nosso país.



Com fins de por freios nessa violência difusa, vem sendo construída, paulatinamente, há alguns anos, uma blindagem legislativa para a proteção das mulheres como: a Lei Maria da Penha, a Lei Joana Maranhão, a Lei do Feminicídios, o Pacote Basta, Lei do “Stalker” e Lei Mariana Ferrer.

Diriam alguns que tais leis não parecem justas por impor ônus somente a uma das partes, o que não é verdade, posto que as leis não imponham ônus a quem quer que seja. Ninguém é obrigado a amar, mas muitos verdadeiramente amam e não há punição por amar; por outro lado, todos são obrigados por lei a não agredir o próximo, alguns descumprem tal preceito e estes devem assumir o ônus do descumprimento, não porque a lei assim o impôs, mas porque estes tendo conhecimento do preceito legal optaram por isso.

Além de apresentar um conjunto das leis de proteção contra a violência doméstica contra a mulher, o objetivo do presente estudo é descrever algumas linhas do pensamento feminista na sua busca por expor a existência de estrutura de dominação subjacente à escolha dos papéis sociais, ao mesmo tempo em que se expõe aos homens a necessidade da construção de uma masculinidade que prime pelos respeito aos direitos humanos e a cidadania feminina e siga na direção de uma relação livre de violência, no qual as diferenças sejam resolvidas no conflito dialógico.

A partir de do método indutivo foi realizada uma pesquisa bibliográfica da legislação brasileira sendo apresentadas além da Lei Maria da Penha (11340/2006) também as leis posteriores que contribuíram significativamente para a temática da violência doméstica, sendo descrita com brevidade as principais contribuições de cada lei. As discussões sobre gênero patriarcado e feminismo contaram com um suporte teórico-bibliográfico obtido a partir da leitura de importantes pensadoras feministas. Dito esses esclarecimentos, dá-se início à discussão sobre os conceitos de patriarcado, gênero e breves notas sobre o pensamento feminista.

PATRIARCADO

O patriarcado atua dissimulado em todos os ambientes sociais, em um processo alienante que atinge em maior ou menor escala homens e mulheres. Quando o senso comum concorda que a mulher é um ser “frágil” e “doce” que somente deve vestir blusa rosa e ter os cabelos compridos; que é física e intelectualmente limitada; que foi por natureza destinada aos cuidados do marido e da maternidade está inconscientemente aceitando uma visão limitada do ser mulher. O patriarcado busca apresentar apenas um recorte da imagem feminina, aquele que interessa à manutenção da subordinação feminina, condenando implicitamente os outros recortes que não se limitam ao padrão. Não há dúvidas de que a mulher pode se expressar de forma feminina “feminina”, doce, cuidadora, vestir rosa e dedicada à maternidade, mas ela também pode ser/fazer/ descobrir/conquistar infinitas outras coisas no multiverso de todos os campos do conhecimento.

Compreender as ideias transmitidas pela categoria de análise “patriarcado” é fundamental para se entender o grau de dominação e domesticação experimentado historicamente pelas mulheres, contudo esta não é uma tarefa tão simples. Neste sentido Biroli e Miguel (2014) nos explicam que,

O uso do termo “patriarcado” é controverso dentro da própria teoria feminista. Para algumas autoras, trata-se do conceito capaz de “capturar a profundidade, penetração ampla

(pervasiveness) e interconectividade dos diferentes aspectos da subordinação das mulheres. [...] para outras percepções dentro do próprio feminismo, porém, o patriarcado é entendido como sendo apenas uma das manifestações históricas da dominação masculina. Ele corresponde a uma forma específica de organização política, vinculada ao absolutismo, bem diferente das sociedades democráticas concorrenciais atuais. Os arranjos matrimoniais contemporâneos também não se ajustam ao figurino do patriarcado, sendo mais entendidos como uma “parceria desigual”, marcada pela vulnerabilidade maior das mulheres. Em suma, instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece [...] Falar em dominação masculina, portanto, seria mais correto e alcançaria um fenômeno mais geral que o patriarcado. (BIROLI, MIGUEL, 2014, p.13)

Embora possua diversas concepções, o entendimento mais comum é no sentido de que o patriarcado seria uma estrutura de dominação social historicamente construída com fins de manter as mulheres submissas. Nesta estrutura os homens são as figuras de autoridade suprema e detêm o poder máximo, no campo político, empresarial e cultural, público e privado.

Este sistema garante essa ampla dominação social masculina, a partir de uma estrutura de dominação ideológica, forjada para ocultar a desigualdade entre os gêneros. Assim, para o pensamento patriarcal nada mais natural que as mulheres se situem em cargos de menor importância que os homens, não importando se elas possuam o mesmo preparo que eles ou não. Este sistema recomendaria ocultamente para as mulheres uma educação dirigida para a domesticação, os cuidados do lar e a resignação diante de qualquer insucesso. O patriarcado estaria inclusive implícito em programas sociais organizados pelo Estado ao oferecer oficinas de trabalho de acordo com o gênero, carpintaria, mecânica e técnicas agrícolas para um gênero, confeitaria, cozinha e costura para o outro.

Segundo Piscitelli (2002) o conceito de patriarcado responderia a origem da opressão feminina subjugada por milênios de dominação masculina solidificada na estrutura social ao ponto possuir aparência de fato natural. A luta contra o patriarcado foi extremamente útil durante certo tempo, em função de haver conseguido mobilizar e unir as mulheres sob uma bandeira de luta (igualdade), contudo, o patriarcado mais confundia que explica as causas da dominação masculina, visto tratar-se de um sistema que explica que dominação masculina decorre da diferença física oriunda da biologia humana.

O estudo desse discurso do patriarcado teve destacada importância, assim como as outras formas de explicações da dominação, posto que evidenciassem que a subordinação feminina ao contrário de ser natural ou decorrente da biologia humana é um fato engendrado no decorrer dos tempos, que existe e pode ser combatida e superada. Piscitelli, afirma que,

As hipóteses explicativas sobre as origens da opressão feminina foram sendo gradualmente questionadas e abandonadas na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar essa opressão. Esse quadro de efervescência intelectual é o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero. ” (Piscitelli, 2002, p. 07)

De acordo com Piscitelli (2002) com o tempo o conceito de patriarcado foi sendo esvaziado de sentido e tornou-se impreciso, sensocomunizado como simplesmente uma forma de dominação masculina, parecendo tratar-se de algo mítico trans-histórico e trans-geográfico, apenas parte de um caldeirão de fervente de ideias e debates intelectuais presentes num contexto mais amplo no qual é desenvolvido o conceito de gênero que viria a tornar-se o parâmetro para a análise do ser social.

GÊNERO

Gênero é uma categoria analítica que se difundiu em larga escala a partir dos anos 80 do século passado, permitindo um novo olhar sobre a realidade, auxiliando a desvelar a origem das distinções entre os papéis sociais indicados a cada sexo, entre aquilo que o senso comum acredita (va) serem “características” naturais e imutáveis da dicotomia masculino/feminino e que justificava a dominação masculina, no discurso: “isso é coisa de homem, isto é coisa de mulher”. Gênero por este prisma denota uma visível negação ao determinismo biológico que justifica a supremacia masculina baseada na força física.

Piscitelli (2002, p. 2) assevera que o conceito de gênero foi criado em um momento específico da história das teorias sociais, quando se abordavam de forma calorosa sobre essas “diferenças sexuais”. O desenvolvimento conceitual de gênero, que se deu no seio do pensamento feminista, foi inovador em diversos sentidos, posto que ao mesmo tempo em que permitisse um maior alcance das formulações do pensamento em uma categoria de análise que fosse neutra, implicasse uma interpretação conjunta e capaz de explicar, de certo modo, com maior clareza, a relação dos sujeitos homem / mulher e os significados e símbolos construídos ao redor deles. Dessa forma, em que pese não ser uma unanimidade, gênero constitui uma categoria de análise para estudo dos papéis sociais designados para homens e mulheres, meninos e meninas a partir da história de ambos para compreender a origem da desigualdade e repelir sua naturalização. No que concerne a utilização da palavra gênero enquanto Pena (2021) assevera que,

Utilizamos a palavra gênero quando queremos tratar do conjunto de características socialmente atribuídas aos diferentes sexos. Ao passo que sexo se refere à biologia, gênero se refere à cultura. Quando pensamos em um homem ou em uma mulher, não pensamos apenas em suas características biológicas; pensamos também em uma série de construções sociais, referentes aos papéis socialmente atribuídos aos grupos: gostos, destinos e expectativas quanto a comportamentos. Da mesma forma, como é comum presentear meninas com bonecas, é comum presentear meninos com carrinhos ou bolas. Nenhum dos dois grupos têm uma inclinação necessária a gostar de bonecas ou carrinhos, mas, culturalmente, criou-se essa ideia – que é tão enraizada que, muitas vezes, pode parecer natural e imutável. A atribuição de características diferentes a grupos diferentes não é, entretanto, homogênea. (Pena, *et al.*, 2021, p. 16).

Pode-se aferir tal assertiva, também, a partir das considerações e entendimento da categoria conceitual de gênero que nos é apresentado por Scott (1996, p. 266):

En su acepción más reciente, “género” parece haber aparecido primeiramente entre las feministas americanas que deseaban insistir en la cualidad fundamental social de las distinciones basadas en el sexo. La palabra denotaba rechazo al determinismo biológico implícito en el empleo de términos como “sexo” ou “diferencia sexual”. [...] utilizaron el término “género” para introducir una noción relacional en nuestro vocabulario analítico. De acuerdo con esta perspectiva, hombres e mujeres fueron definidos en términos el uno del outro, y no se podría conseguir la comprensión de uno u de otro mediante estudios completamente separados.

Ocorre que na categoria “gênero” incluiu muito mais que o masculino e o feminino, visto que gênero não se refere ao sexo biológico, mas a aspectos sociais atribuídos ao corpo biológico, estando vinculado a construções sociais realizadas, em determinado local, por determinada cultura, em determinado corte temporal. Gênero por este prisma é capaz de caracterizar o oprimido, a pessoa submetida à dominação sem nominá-lo. A interpretação da realidade a partir desta categoria analítica se desvincula das justificativas patriarcais de dominação do masculino sobre o feminino, advindas de argumentos que tenham por base tão somente a natureza, a reli-

gião, os costumes ou a cultura, para englobar uma explicação mais ampla das relações homem - mulher. De acordo com Pougy (2012, p. 156):

As relações de gênero dizem respeito às relações de poder entre sujeitos históricos, não se limitando às relações entre homens e mulheres. Para além do sexo, gênero diz respeito à construção do masculino e do feminino, processo no qual a história e a totalidade precisam ser restaurados como axiomas no entendimento dos fenômenos sociais. Há numerosas e variadas apropriações do conceito de gênero sem o sentido que sua utilização como categoria teórica, de onde deriva, qual seja a dupla dimensão categorial anteriormente mencionada, histórica e analítica.

O conceito de gênero desta forma não se trata apenas de um “construto feminista” para justificar a realidade de opressão, mas de um estudo realizado a partir de várias categorias (patriarcado, capitalismo, racismo dentre outras), do estudo da história (relações entre homens e mulheres nas civilizações antigas: Grécia, Roma, Egito, Babilônia, Índia, China), do estudo da antropologia (como se davam as relações de gênero nos povos primitivos), da sociologia (estudo dos grupos sociais e suas interações de gênero) e áreas afins. Assim, após longos debates de vários estudiosos (as) foram dando formas e contornos mais claros a esta categoria de análise. As determinações sociais das diversas culturas, dos diversos tempos históricos, do que é “ser homem” e “ser mulher” nos auxiliam a desenhar um esboço da desigualdade dos papéis atribuídos a ambos os sexos, especialmente quando estamos diante dos papéis sociais atribuídos à família e seus reflexos no meio social, na formação de novas famílias. Segundo Saffiot (2004, p. 47).,

Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias. [...] Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino.

Para uma melhor compreensão da construção dos conceitos apresentados e dos avanços realizados na legislação brasileira em benefício de uma democracia de gênero, faz-se necessário conhecer um pouco de algumas linhas teóricas do pensamento feminista.

BREVES NOTAS ACERCA DO PENSAMENTO FEMINISTA

O movimento feminista em sua origem sempre entendeu que deveria haver igualdade de direitos e deveres entre os sexos e tal fato inspirou o estudo da origem da dominação masculina com fins de se comprovar que não há razão lógica ou racional para tal opressão e desigualdade na distribuição dos papéis sociais.

A partir da segunda metade do século XX, as categorias conceituais de “sexo” e “diferença sexual” enquanto campo de embate de ideias denotava oposição. Oposição esta que por sua natureza produz e reproduz ainda mais oposição e discussões acerca das desigualdades. As teóricas feministas variam seus estudos ora a partir da categoria patriarcado, ora a partir do conceito de gênero para explicar as causas da dominação masculina. De acordo com Saffiot (2004, p. 81-82):

A rigor, todavia, os corpos são gendrados, recebem um imprint do gênero. Donde ser necessária uma especial releitura dos direitos humanos, de modo a contemplar as diferenças entre homens e mulheres, sem perder de vista a aspiração à igualdade social e a luta para a obtenção de sua completude (Facio, 1991). A consideração das diferenças só faz senti-

do no campo da igualdade. Neste sentido, o par da diferença é a identidade, enquanto o da igualdade é a desigualdade, sendo esta que se precisa eliminar.

As feministas encontraram na identidade enquanto mulheres e no respeito às diferenças um modo de combater a opressão advinda da desigualdade sexual.

O período histórico um pouco acima assinalado contou com uma atuação viral do ativismo feminista. Em contrapartida o feminismo acadêmico também viveu um momento de grande produção intelectual que veio a culminar na construção do conceito de gênero, e este, por abrigar o ser humano, nascido homem ou mulher, se apresentou como uma alternativa para aquele momento histórico, viável e adequada para a discussão das diversas teorias feministas em sua luta incessante por equidade. De acordo com Scott (1996, p. 267):

Además, y quizá sea lo más importante, “género fue un término, propuesto por quienes afirmaban que el saber de las mujeres transformaría fundamentalmente los paradigmas de la disciplina. Las estudiosas feministas pronto indicaron que el estudio de las mujeres no sólo alumbraría temas nuevos, sino que forzaría también a una reconsideración crítica de las premisas y normas de la obra académica existente.

Pode-se dizer com a certeza de um teorema, que o pensamento feminista enquanto expressão de ideia e movimento ativista não apresenta uma unidade comum nas suas abordagens, como também ao elaborar seus conceitos da gênese da dominação masculina. Contudo, grande parte desse conjunto de teorias existentes trabalha a ideia de que existe uma subordinação feminina universal que varia em função do local e da época, na medida em que em todas as partes e em todos os períodos históricos estudados é possível encontrar exemplos de tal subordinação. O que é discutido pelo movimento feminista, de forma enfática é que esta subordinação ou dominação não tem fundamento biológico e nem natural. As mulheres e os homens nasceram iguais e assim deveriam ser tratados. Nos dizeres de Beauvoir (1967, p.09),

“Ninguém nasce mulher: torna-se, nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro.”

Neste ponto concordamos também com Nogueira (2021) o qual reafirma Beauvoir ao descrever que ainda que não se nasça mulher, transformar-se e absorver o papel social feminino parece ser um exercício plural e pode-se dizer até angustiante em alguns momentos. E exatamente por existir uma divisão de papéis sociais, tão evidente e às vezes injusta, que esse binarismo de gênero ancorado em visões simplistas do sexo biológico, tentando naturalizar e distorcer a realidade, não se sustenta diante de um exame da realidade tanto mitológica quanto contemporânea.

Nogueira nos apresenta o orixá Oxumarê que encarna uma desconstrução do simbolismo sexista através de uma representação plural:

“Deusas iorubas e guaranis suspeitavam da divisão simétrica, mas nem por isso igualitaria: homens são guerreiros e racionais; mulheres são sensíveis e cuidadoras. Sem dúvida o mundo não é bicolor; rosa e azul, como parece nos alertar bem o mito de Oxumarê, orixá que passa a metade do ano como deusa e a outra metade como um deus”. (NOGUEIRA, 2021, p.16)

O movimento feminista ciente da injustiça decorrente dessa divisão desigual dos papéis sociais manifestou-se no sentido de encontrar mecanismos legais, institucionais e acadêmicos em busca de garantir isonomia, sobretudo quando a constatação da dominação/subordinação

do gênero feminino é um fato que ocorre em todos os lugares, praticamente por toda a história da humanidade, nas mais diversas culturas e, exatamente por isso não poderia mais continuar se propagando de forma alienante como vinha ocorrendo. Contudo, não existe nada mais difícil de se explicar ou de se entender para o senso comum masculino, massivamente trabalhado por muitos milênios de anos de condicionamento, qual seja, que existe alguma explicação para essa situação subordinação da mulher que não seja de origem divina ou natural. A este respeito Bourdieu (2002, p. 07) afirma:

(...) Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência dessa submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólica da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento, ou e última instância do sentimento.

Destarte, quando se dirige para um público masculino e, a depender do contexto e lugar, até mesmo para um público feminino, uma pergunta do tipo: porque existe na sociedade uma visível supremacia masculina? Não é surpresa encontrar respostas como: o homem é mais forte, mais racional e as mulheres são muito emocionais, são mais frágeis. Diante dessas respostas simplistas os movimentos feministas no decorrer da história apresentaram algumas hipóteses para responder esse questionamento. Segundo Saffiot, esta situação de opressão é contraproducente para o homem e para a mulher que não têm ambos, a oportunidade de se desenvolverem plenamente.

Esta situação não é conveniente nem para homens nem para mulheres. Segundo Jung (1992), tanto homens quanto mulheres são dotados de animus e anima, sendo o primeiro o princípio masculino e a segunda, o princípio feminino. O ideal seria que ambos fossem igualmente desenvolvidos, pois isto resultaria em seres humanos bem equilibrados. Todavia, a sociedade estimula o homem a desenvolver seu animus, desencorajando-o a desenvolver sua anima, procedendo de maneira exatamente inversa com a mulher. Disto decorrem, de uma parte, homens prontos a transformar a agressividade em agressão; e mulheres, de outra parte, sensíveis, mas frágeis para enfrentar a vida competitiva. (SAFFIOT, 2004, p. 37-38).

Diante da complexidade de todas as linhas de pensamento feministas, é apresentado um resumo de algumas dessas correntes para nos auxiliar a enxergar uma parte do caminho que foi trilhado na construção de conceitos ou categorias de análise histórica que melhor respondesse as causas da dominação masculina e que auxiliaram na construção de um arcabouço legal.

FEMINISMO SOCIALISTA

De acordo com Piscitelli (2002) o feminismo socialista apresenta uma abordagem inequívoca no que se refere à gênese da opressão feminina. Orientada pelas teorias marxistas de divisão social do trabalho, se norteiam pela ideia de que a divisão do trabalho baseada no sexo implicou desigualdade sexual tão somente a partir do momento em que surgiram as classes sociais baseadas na propriedade privada. As formas de dominação existente dentro da família seriam um reflexo da divisão de classes que somente poderia ser superada numa sociedade sem classes.

Há subdivisões dentro do feminismo socialista que não concordam com essa visão afirmando que mesmo nos países socialistas (supostamente sem classes sociais) a dominação de gênero visivelmente persistiu, de onde viria a conclusão de que a dominação-opressão masculina

na pode preceder ao capitalismo e subsistir no socialismo. Considerando que a causa motriz da dominação estaria não apenas no capitalismo, mas também no patriarcado e no racismo conforme explicitado por Saffiot que nos diz que:

“Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformam, através desse processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo”. [...] “Há uma razão muito forte para que não se proceda do raciocínio de priorização, do privilegiamento de um sistema de dominação. É que na realidade concreta, observa-se de fato, uma simbiose entre eles. Esta fusão ocorreu em tal profundidade, que é praticamente impossível afirmar que tal discriminação provém do patriarcado, ao passo que outras se vinculam ao sistema de classes e ou ao racismo.” (SAFFIOT, 1997, p. 60-61)

Saffiot considerou que a gênese da dominação do masculino sobre o feminino vai muito além de um único sistema de dominação, acreditando que o capitalismo, o racismo e o patriarcalismo se interlaçam oprimindo e dominando a mulher numa escala de classes, cor e sexo. No seu entendimento uma mulher negra operária sofre muito mais os efeitos da opressão do sistema que uma mulher branca burguesa.

FEMINISMO RADICAL

De acordo com Piscitelli (2002) este ramo do feminismo, além de exigir igualdade de direitos com o sexo masculino, possui uma visão singular e muito mais incisiva, tendo como uma das principais representantes deste pensamento Shulamith Firestone, a qual defende no livro “A dialética do sexo” que a gênese da subordinação feminina está diretamente vinculada ao processo reprodutivo. Segundo Firestone, as mulheres seriam os únicos seres humanos capazes de gerar a vida, e por isso se tornariam “prisoneiras do processo reprodutivo” que demanda longo período entre a gravidez, amamentação e período de cuidados da primeira infância do novo ser humano. Para Firestone o único meio possível para “derrotar o patriarcado” seria a assunção do controle sobre a reprodução da espécie que deveria ser substituída pela reprodução artificial, momento em que não haveria mais nenhum significado cultural nas diferenças genitais e a mulher ficaria em situação de igualdade substancial com os homens.

De acordo com Piscitelli (2002) ao contrário do feminismo socialista que acredita haver uma razão objetiva (classes sociais) para a dominação/opressão das mulheres, este pensamento feminista crê que as mulheres são oprimidas enquanto mulheres e que suas experiências eram a prova de sua opressão. Surge nesse momento uma categoria de análise bastante específica, tendo a “mulher” enquanto ponto de partida da análise da dominação e por este entendimento, todas as outras questões (patriarcado, classes, raças) seriam menores e não estariam sendo a causa fundamental da opressão feminina que seria mais profunda que a explicação encontrada por este sistema. A mulher seria agredida no lar, preterida numa vaga de emprego, teria um salário menor não por ser menos forte, inteligente ou produtiva, mas tão simplesmente pelo fato de ser mulher. Neste ponto Piscitelli acompanha o pensamento de Grant (1993) afirmando que:

A categoria “mulher” tem raízes na ideia do feminismo radical segundo a qual, para além de questões de classe e raça, as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres – pela sua womanhood”. Essa ideia foi útil em termos políticos, para desenvolver o próprio conceito de feminismo, diferenciando-o do contexto específico das discussões que tinha lugar nos Estados Unidos e na Inglaterra, do “pensamento de esquerda”. O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito a diferença entre elas. Dessa maneira a “identidade” entre elas tornava-se primária. (PISCITELLI, 2002, p. 4)

Em nosso ordenamento jurídico, a título de ilustração, tal linha de pensamento parece haver inspirado a Lei do Feminicídios (Lei 13.104/2015), visto que esta lei criou uma figura qualificadora para o crime de homicídio que se apresenta quando o delito quando for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Saffiot, pensadora, declaradamente socialista, também já propunha o uso do termo feminicídios como forma de afirmação da identidade feminina.

Dada à força das palavras, é interessante disseminar o uso de feminicídios, já que homicídio carrega o prefixo de homem. Feministas inglesas vêm difundindo este termo, embora ele ainda não conste de The Concise Oxford Dictionary, edição de 1990. (SAFFIOT, 2004, p. 50).

Com relação ao aspecto político da existência de uma dominação masculina e da necessidade de luta Saffiot concorda com o feminismo radical afirmando que “sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima legada pelo feminismo radical: o pessoal é político”. (SAFFIOT, 204, p. 58).

O ideal de que o “pessoal é político” influenciou o feminismo na busca de localizar o sistema de dominação numa abordagem indutiva, tendo como ponto de partida a mulher e suas experiências pessoais na relação com o homem. Nesse sentido Piscitelli afirma que:

Considerando que as mulheres eram oprimidas enquanto mulheres e suas experiências eram provas de sua opressão, chegou a conclusão de que a opressão feminina deveria ser mapeada no espaço em que elas a viviam, isto é, nas suas vidas cotidianas. A conhecida ideia “o pessoal é político” foi implantada para mapear um sistema de dominação que operava no nível da relação mais íntima de cada homem com cada mulher. (PISCITELLI, 2002, p. 5).

Assim o feminismo buscou meios de localizar as situações de opressão na sua base primeva, os lares, com a finalidade de captar as práticas estabelecidas e desnudar a partir desse locus a força dominante que provoca a exclusão da história política feminina. Desse modo, observou-se que cada ato de natureza pessoal perpetrado por cada homem e mulher, também representa um ato político, de afirmação ou de negação.

ANARCO-FEMINISMO

Vertente do pensamento feminista que não acredita nas instituições como objeto ou meio de transformação da sociedade. Seria um grupo de mulheres que acreditam que homens e mulheres possam viver integralmente numa sociedade sem governo, sem que nenhum dos gêneros seja colocado à margem.

Não seria uma separação por gênero ou por sexo, mas a existência de uma relação desvinculada de respostas prontas já fornecidas pelos órgãos estatais. Tais respostas contra a dominação masculina seriam produzidas na luta diária marcada pela união das mulheres em busca de igualdade, em especial, a partir da fomentação de uma educação familiar que cultivasse a igualdade entre homens e mulheres. Rago (2005) ao se referir ao Grupo Anarco-feminista Mujeres Libres (Revolução espanhola de 1937), afirmou que as anarquistas possuíam esta preocupação com educação de seus filhos:

É interessante notar como ela questiona o modo pelo qual as mulheres então criavam seus filhos, dando privilégios especiais aos meninos em relação às meninas. Segundo Liaño: “ (para) nós, as fundadoras de MM.LL., era imperativo que as mulheres compreendessem que não era impossível sacudir esse condicionamento atávico e deviam começar a modificar os esquemas a partir de si mesmas e de seu próprio lar, começando por sua descendência filial, não outorgando aos varões privilégios sobre as meninas. Por que deviam as meninas serem empregadas de seus irmãos?” (RAGO, 2005, P. 147)

De acordo com Rago (2005) outros grupos feministas gastam sua energia apenas discutindo acerca da teoria da opressão sofrida pela mulher, mas não buscam meios de se unir, especialmente em favor das causas das mulheres mais oprimidas, social e financeiramente que precisam de mais atenção “prática” na sua educação, formação e informação, para despertarem em si a compreensão da existência de uma estrutura de dominação e que também possam contribuir na busca dos meios necessários e suficientes para a superação desse domínio. Para este ramo do feminismo uma menina não deve ganhar uma boneca que chore, mas uma que lute por seus direitos.

FEMINISMO LIBERAL

Esse vertente do pensamento feminista compartilha a ideia de que todas as mulheres estão sujeitas à opressão sexista composta por padrões de sexo que privilegiam o sexo masculino em detrimento do feminino. Segundo este entendimento as opressões ocorrerem independentemente de sua localização geográfica, religião, raça ou classe social.

De acordo com Carmo, para este conjunto de pensadoras feministas a estrutura do Estado Liberal não permitia que as mulheres tivessem voz, ainda que proprietárias da força motriz, ainda assim o objetivo dessas feministas não era a mudança do Estado, mas apenas do tratamento destinado às mulheres.

Tratando-se mais da Primeira e Segunda Onda do Feminismo, pode-se afirmar que a sujeita política feminista era uma mulher branca, ocidental, residente do Norte, heterossexual e de classe média-alta, a qual estava inserida em uma prática discursiva circunscrita nos preceitos do liberalismo. A misoginia e o machismo compunham as características organizacionais de Estados liberais, logo, a contestação desses prejuízos se enxertou nessa mesma linguagem liberal. Apesar de receberem prestígio por haver galgado logros à causa feminina, precisa-se entender que estas primeiras mulheres ativistas propunham um acordo com o liberalismo, ao invés de transformá-lo enquanto sistema de ordenamento social. CARMO, 2017, p.72)

Esta corrente ao mesmo tempo em que é exortada por sua incansável luta pela isonomia de direitos e obtenção para as mulheres do poder de participação na política, na luta pelo direito ao voto popular, no chamado movimento sufragista desenvolvido durante a primeira onda do movimento feminista no final do século XIX e primeira metade do século XX, também recebe críticas de outras vertentes do feminismo, tendo em vista que carrega um discurso de pretensão positivista e liberal, demonstrando preocupação quase que exclusiva com as mulheres detentoras de propriedades e força de trabalho que enfrentavam dificuldades na condução de seus negócios que com a totalidade das mulheres.

FEMINISMO CRISTÃO

Com atuação nas igrejas e grupos religiosos com conexão entre a teologia e o feminis-

mo, fomenta a ideia de que a mulher é dona de seu corpo. Além de exigir isonomia e protagonismo dentro do movimento religioso, avança em questões “delicadas” diante da prevalência da dominação patriarcal no meio religioso, como o aborto que somente é autorizado por nossa lei penal em três situações: estupro, risco de morte para a gestante e anencefalia.

Amaral em entrevista com seis religiosas verificou uma parte do movimento cristão feminino favorável ao aborto.

“É preciso deixar claro que ninguém quer fazer o aborto. A gente quer é que essa mulher não vá parar em um presídio [por fazer aborto ilegal] que já está lotado de mulheres negras”, diz a pastora Wall Moraes, militante do Movimento de Mulheres Evangélicas do Brasil e do Movimento Negro [...] “A descriminalização do aborto é uma questão de Justiça Social. No Brasil, se uma mulher tem dinheiro, encontra várias clínicas de aborto. Agora, como faz uma mulher que mal tem dinheiro para comer e para pagar a conta de luz?”, questiona a freira Ivone Gebara, feminista, filósofa e integrante da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, que luta pela autonomia da mulher perante o seu próprio corpo. (AMARAL, 2020, p.01)

De acordo com Amaral (2020) o feminismo cristão prega que as instruções e ensinamentos bíblicos contidos no Novo Testamento são realizados por uma figura masculina que pregou contra toda a desigualdade, seja ela social, racial ou de gênero. Jesus pregava a não violência e o amor ao próximo, não havia em sua doutrina lugar para a discriminação, o ódio e a violência.

Destarte, pode-se encontrar na literatura especializada a classificação de muitas outras linhas teóricas que agregam o pensamento feminista, como o feminismo negro, indígena, queer, lésbico, construtivista, pós-estruturalismo, eco feminismo. As teorias evoluíram, algumas se inter cruzaram nas lutas e intenções. Hoje se pode encontrar um ponto em comum em todas elas, que é a disposição constante de luta por igualdade (isonomia) de direitos entre homens e mulheres na política, no trabalho ou no lar, tendo como ponto de partida sua especificidade teórica e suas vivências pessoais.

Toda ação, produz uma reação e em nosso país, a luta do ativismo feminista em suas diversas vertentes, logrou êxito na conquista de diversos benefícios para as mulheres, como o Decreto 21.076 de 1932 que ao instituir a Justiça Eleitoral enfim, permitiu às mulheres o direito de voto, como a Lei 4.121/62 (Estatuto da Mulher Casada) que permitiu que a mulher pudesse trabalhar sem a necessidade de pedir autorização expressa do marido e a Lei 6515/77 (Lei do Divórcio) que deu outra opção que não a morte para por fim a um casamento que não deu certo.

O parágrafo único do Art. 372 da CLT, previa até o ano de 2017, quando foi revogado, que o trabalho da mulher não era regido pela CLT quando ela trabalhasse em oficina familiar sob a direção de algum responsável (pai, mãe, esposo, tutor ou filho) retirando a autoridade da mulher enquanto mãe e enquanto pessoa.

A luta continuou e a Constituição de 1988 que em seu artigo 5º, I decretou que homens e mulheres são iguais e direitos e obrigações, sendo um marco importante no arcabouço jurídico para coibir a violência contra a mulher.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - BREVE ARCABOUÇO JURÍDICO

A constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988, ao decretar em seu art. 5º, a igualdade jurídica entre todos os brasileiros, e no inciso I, ao estabelecer a igualdade entre

homens e mulheres, “nos termos da constituição”, criou as condições necessárias para o estabelecimento de uma igualdade substancial, segundo a qual se devem tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, para que haja isonomia entre eles.

Homens e mulheres são fisicamente desiguais, sendo necessárias leis que equilibrassem essa desigualdade física. Sob os mais diversos ramos do direito, a mulher possui benefícios destinados a equilibrar essa desigualdade.

A guisa de exemplo, o Art. 201, § 7º, da CF, I e II, informa que a mulher pode se aposentar mais jovem que o homem quer seja trabalhadora urbana ou rural.

§7º - É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I – 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado o tempo mínimo de contribuição;

II – 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exercem suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluído o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (BRASIL, 1988)

O Art. 372 da CLT prevê que o tratamento dado à mulher trabalhadora será igual ao destinado ao homem naquilo que não colidir com a proteção especial instituída pela lei. Novamente, a título de exemplo de desigualdade no tratamento, com fins de compensar as diferenças físicas e factuais, o art. 392 da CLT prevê proteção à maternidade. O art. 198 da CLT informa que o peso máximo que pode ser exigido do homem para remoção por meio da força física é 60 (sessenta) quilos; enquanto isso, para a mulher, o art. 390 da CLT veda que ela seja obrigada a deslocar por meio da força física peso maior que 25 (vinte e cinco quilos) no trabalho ocasional e 20 (vinte) quilos no trabalho contínuo.

Tais benefícios existem para equilibrar a relação. No campo penal foram instituídas leis mais rigorosas para os homens que praticaram agressões contra mulheres com fins de desestimular a prática da violência e equilibrar a relação de forças. Não foi outro o fim da lei 14.164/2021 que instituiu a Semana Escolar de Combate a Violência contra a Mulher a ser realizada no mês de março de cada ano letivo, que além de impulsionar a reflexão crítica acerca da lei Maria da Penha, busca a promoção da igualdade entre homens e mulheres com fins de prevenir e coibir a violência contra a mulher.

Diriam alguns que tais leis penais não parecem justas por impor ônus somente a uma das partes, o que não é verdade, posto que as leis não imponham ônus a quem quer que seja. Não há leis exigindo que se ame, mas há pessoas que assumem o ônus (e especialmente os ônus) de se amar o próximo. Há leis para coibir a agressão e caso pessoa a descumpra ela é (ou pode ser) punida, por assumir o ônus do descumprimento. O ônus não é imposto é assumido.

Assim, com fins de compreensão do desenvolvimento da atual legislação penal contra a violência de gênero faz-se um breve histórico dessa produção legislativa e de como era o tratamento destinado às vítimas de violência doméstica.

Até o ano de 1995, em que pese já existir uma delegacia especializada para tratar os assuntos de violência contra a mulher, os crimes contra a mulher não possuíam uma legislação específica e eram regidos pelo código penal. À guisa de exemplo, caso ocorresse um crime de

lesão corporal de natureza leve contra a mulher, após a realização do exame de corpo de delito (se fosse este o caso), era realizada a prisão em flagrante do agressor e ele poderia ficar preso, ou não, a critério da justiça pública. Nesse tempo não existia nenhum privilégio processual para os crimes contra a mulher, a exemplo de uma vara especializada ou medidas protetivas de urgência.

Com o advento da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), os crimes de violência contra a mulher previsto no código penal cuja pena fosse inferior a dois anos passaram a ser de competência do Juizado Especial. Lesões corporais de natureza leve, vias de fato, ameaças, injúrias, perseguições passaram para a alçada do Juizado Especial e a violência contra a mulher se banalizou. A este respeito ENGEL afirma que este fato resultou em retrocesso na luta contra a violência doméstica contra a mulher.

De acordo com Santos (2010), a pauta da violência contra as mulheres foi incorporada pelo Estado brasileiro em três momentos. Primeiro, com a criação, já nos anos 1980, das Delegacias da Mulher, a qual teria traduzido (ou traído) a agenda feminista e a incorporado enquanto demanda por criminalização e por políticas em torno da violência. A segunda, com a criação dos Juizados Especiais em meados de 1990, retraduziu a questão, tirando das Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs) a competência de trabalhar com a violência doméstica. Os juizados e a perspectiva da mediação de conflitos como abordagem da violência doméstica fizeram com que ela voltasse a ser tratada como um “crime de menor potencial ofensivo”. Tal momento é compreendido como uma descriminalização da violência contra a mulher, a qual gerou uma série de protestos de feministas. [...] O processo de formulação da lei Maria da Penha teria sido, então, o terceiro momento. (ENGEL, 2020, p.46).

Essa sensação de descriminalização da violência doméstica contra mulher se deu porque na situação em que o autor fosse denunciado por violência contra a mulher não havia prisão em flagrante para os crimes mais comuns acima, bastando ao autor ir até delegacia assinar um termo se comprometendo em comparecer em juízo, quando notificado. O autor estava autorizando, sem a necessidade de nenhuma medida cautelar a retornar para casa onde poderia ameaçar, agredir e constranger a vítima a retirar a representação ou até mesmo expulsá-la do lar.

Foram muitas as situações de impunidade que existiram até que uma entrou em evidência, aquela ocorrida com Maria da Penha Fernandes. O marido a tentou matar por duas vezes em maio e junho de 1983, o processo não se desenvolvia e no dia 20/08/1998, ela apresentou denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos que em 13 de março de 2001 enviou um relatório ao Brasil recomendado ao Estado soberano que não tolerasse a violência contra a mulher e realizasse o imediato e célere processamento do responsável pelas agressões contra a vítima e a investigação dos responsáveis por tal demora. O Brasil respondeu à recomendação finalizando após 19 anos e seis meses o processo judicial com a condenação do agressor.

Com fins de que outras mulheres não fossem vítimas de situação idêntica foram recomendadas medidas de capacitação dos profissionais judiciais e policiais e a simplificação dos processos judiciais envolvendo violência contra a mulher, dentre outras medidas. Em que pese a nossa constituição já conter a previsão no § 8º do Art. 226, de que o Estado asseguraria à assistência a família criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares, tal ainda não estava ocorrendo.

Assim, o movimento impulsionado a partir das agressões contra a vítima Maria da Penha culminou com a produção legislativa da lei 11340/2006, que criou mecanismos para proteção à vida de mulheres que sofrem agressões. Uma das medidas eficazes da lei foi a desvinculação

dos crimes de violência doméstica do Juizado Especial tornando possível a prisão em flagrante delito do autor de violência contra a mulher e o seu processamento de forma célere.

Após a Lei Maria da Penha foram criados novos mecanismos de proteção da integridade física, psicológica e da intimidade das mulheres: citam-se abaixo essas inovações legislativas:

- Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012): Tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares e exposição de dados íntimos, especialmente de mulheres que são a maioria das vítimas nesse caso;
- Lei Joana Maranhão (12.650/2012): Alterou os prazos quanto a prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes. A prescrição passou a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos;
- Lei do Minuto Seguinte (12.845/2013): Oferece garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e informações sobre seus direitos;
- Lei do Feminicídios (13.104/2015): Prevê o feminicídios como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino;
- Lei da não revitimização - em 2017 a Lei 13.505/2017 promoveu a inclusão na Lei Maria da Penha do direito à mulher vítima de violência em não sofrer novo processo de revitimização por parte dos servidores dos órgãos de proteção e ao mesmo tempo ser atendida em ambiente adequado e por profissionais capacitados, preferencialmente mulheres;
- Descumprimento de Medida Protetiva. Em 2018 a Lei 13.641/2018, estabeleceu outro divisor de águas no campo protetivo, “a criminalização do ato de descumprimento de medida protetiva”, posto que até aquele momento a decretação judicial de medida restringindo o autor de se aproximar não vinha surtindo o efeito desejado, talvez tal fato possa ser atribuído em parte, a não existência de uma punição específica para ato de transgressão à ordem judicial. Com a criminalização do descumprimento, o autor caso encontrando em situação de flagrante por algum agente de segurança pode ser preso em flagrante delito por este novo tipo penal, inafiançável na seara policial;
- Em 2019 a Lei 13.827-2019, trouxe o advento da possibilidade de deferimento da medida protetiva de urgência diretamente pela autoridade policial nos municípios que não são sede de comarca, o que torna a medida ainda mais célere;
- Ressarcimento por danos. A lei 13.817/2019 impôs ao agressor a obrigação do autor ressarcir ao SUS por quaisquer custos aos serviços de saúde utilizados pela vítima de violência e a ressarcir o Estado por quaisquer dispositivos de segurança utilizados para monitoramento da vítima;
- Grupos Reflexos. Em 2020 a Lei 13.894/2020, foi incorporada ao texto da Lei a possibilidade de o agressor ser encaminhado para serviços de atendimento psicossocial individual ou grupo de apoio ou ainda a programas de recuperação ou reeducação, onde deveria ser trabalhada uma atitude reflexiva e empática com as vítimas de vio-

lência e se possível reconstruir uma masculinidade mais racional;

- Lei do Stalker. Em 2021, houve o lançamento da lei 14.132/2021, uma Lei claramente dirigida às relações de gênero, mas que não foi incorporada à lei Maria da Penha, estando prevista no art. 147-A do Código Penal. Tal fato se deve, possivelmente, à observação de que não somente os homens seriam os autores recorrentes do novo crime tipificado no direito brasileiro. O crime de “Perseguição”, conhecido no direito americano como “Stalker”, tem por característica a perseguição indiscriminada por todos os lugares, sendo praticada tanto por homens como por mulheres;
- Pacote Basta. Ainda em 2021, a Lei n.º 14.188, de 2021 — conhecida como Pacote Basta — de autoria intelectual da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Entre as diversas medidas que essa lei trouxe em termos de proteção à mulher, cabe destacar a tipificação da violência psicológica contra a mulher no Art. 147-B do CP e a inserção do tema da Violência contra a Mulher, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação com a inclusão da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher no currículo escolar;
- Lei Mariana Ferrer (Lei 14425/2021) que prevê punição para atos contra a dignidade da vítima de violência sexual e de testemunhas do processo durante o julgamento. A lei aumenta a pena para o crime de coação no curso do processo.
- Em 05/08/2022, foi aprovada na Câmara Federal a Lei do Estelionato Amoroso chamado pela doutrina e jurisprudência pátria como estelionato sentimental, situação na qual o autor induz a vítima a entregar bens ou valores, valendo-se da relação afetiva (a vítima faz transferências financeiras para supostamente ajudar o autor que estaria com algum problema de saúde, ou com alguma pendência financeira, o qual após dilapidar todo o patrimônio da vítima vai embora à procura de nova vítima).

Toda essa construção legislativa não seria possível sem que houvesse uma mobilização intensa no combate à violência de gênero. O feminismo em suas diversas vertentes, orientações e teorias, protagonizou quer na teoria, quer no ativismo, mas é necessário e justo lembrar que não teria sido conquistado o que se conquistou sem o apoio masculino.

Não se pode dizer que esses homens que auxiliam a causa feminista sejam feministas, porque os homens são incapazes de vivenciar plenamente as experiências femininas, sentir ou expressar acerca daquilo que somente uma identidade feminina é exposta, mas por outro lado, os homens podem se dizer simpatizantes das causas femininas ou de algumas delas, por acreditarem na justiça da causa. De acordo com Cortez (2018, p.01):

Um homem pode se dizer aliado do feminismo, simpatizante às lutas feministas, em processo de desconstrução à luz do feminismo. Mas se dizer feminista não faz sentido. Assim como eu, mulher branca, não posso me dizer uma feminista negra. Eu sou uma aliada do movimento negro, mas me entender como uma feminista negra não faz o menor sentido.

Desta forma, finaliza-se o arcabouço jurídico e passa-se as nossas considerações finais acerca da pesquisa realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de coibir a violência doméstica e estabelecer uma relação de respeito entre os gêneros, está sendo paulatinamente construído um arcabouço jurídico extenso e cujo acesso vem sendo facilitado para todos e todas.

Uma nova história vem sendo escrita por homens e mulheres cujo protagonismo vem sendo compartilhado a partir do entendimento que os contrários não são contraditórios, mas complementares.

Com este entendimento, mulheres buscam seu espaço que vai sendo conquistado dialeticamente no campo do conflito dialógico, do entendimento e do desentendimento, da ação e da reação, nos avanços e retrocessos, nesta dubiedade dramática e necessária, na superação do velho pelo novo, na discussão histórico-contextualizada da tese, na apresentação da antítese e na formação da síntese.

As leis de proteção contra a violência de gênero em vigência em nosso país são produto da atuação conjunta de diversas forças, nas quais estão inegavelmente incluídos homens e mulheres, determinados a não aceitar a violência doméstica como algo natural e/ou forma de expressão ou de externalização de falsos sentimentos de amor. No contexto histórico brasileiro, diversos movimentos sociais contribuíram para o desenvolvimento de projetos, efetivação de teses, discussões de matérias até a aprovação pelo poder legislativo das leis em vigor.

Em que pese diversas críticas (muitas merecidas), ao nosso poder legislativo, formado por uma maioria amplamente masculina, desde a aprovação da Lei Maria da Penha, ele vem contribuindo na discussão de pautas e aprovação de leis que se traduzem em garantias para o exercício da cidadania e direitos das mulheres.

Acredita-se que ainda há muito que avançar, especialmente no aspecto da educação e no plano político, para que homens e mulheres vivenciem de fato uma democracia de gênero, na qual todos sejam respeitados por suas capacidades e potências, onde o discurso não incite a violência e nem o ódio, mas que se busquem alternativas para o diálogo no campo da argumentação e das ideias para a superação dos discursos de ódio e dos atos de violência injustificada.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Denise Meira do. Freira, pastora e doutora: quem são as cristãs a favor do aborto no Brasil. Artigo online: PORTAL GELEDES, postado em 04/09/2020 in <https://www.geledes.org.br/freira-pastora-e-doutora-quem-sao-as-cristas-a-favor-do-aborto-no-brasil/> acessado em 05/08/2022.

BARREIRA, Cesar. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. Revista Sociedade e Estado, volume 30, número 01. Jan/abr-2015.

BEAUVOIR. Simone de. O segundo sexo. 2. A experiência vivida. (tradução de Sergio Milli, 2ª Ed: Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1967).

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e política [recurso eletrônico] : uma introdução / Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2014. recurso digital.

BRASIL. Código Penal Brasileiro (CP). Decreto-lei 4848/1940. In <https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/decreto-leo/del2848compilado.htm>.se acessado em 16/07/2022.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Decreto-lei 5452/1943. In <https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/decreto-leo/del5452.htm> acessado em 16/07/2022.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira de 1988. In <https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/constituicao/constituicao.htm> acessado em 16/07/2022.

BOURDIEUR, Pierre. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kuhner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160p.

CARMO, Jhader Cerqueira do. Girls, who run this motha?" Feminismos em processos de concertação internacional. Dissertação. Salvador-BA, Universidade Federal da Bahia Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, 2017.

COMISSAO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Relatório 54/01, caso 12051, Maria da Penha Fernandes. Brasil. In <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>.

CORTEZ, Natalha; PELLEGRINO, Antonia; RIBEIRO, DJAMILA; BORGES, Natalia. Homem tem lugar no feminismo? São Paulo: Artigo UOL, Direitos da Mulher, publicado em 03/01/2018, acessado em 20/08/2022, in <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/01/03/homem-tem-lugar-no-feminismo-feministas-dizem-qual-e-o-papel-deles-na-luta.htm?cmpid=> acessado em 08/08/2022.

SCOTT, Joan W. El género: uma categoria útil para el análisis histórico. En: Lamas Marta Compiladora. El género: la construccion cultural de la diferencia sexual. PUEG, 1996, México, p.265-302.

ENGEL, Cintia Liara. A violência contra a mulher. In Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo / org. Natália Fontoura, Marcela Resende, Ana Carolina Querino. Brasília: IPEA, 2020. In <https://www.repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1037> acessado em 04/09/2022.

FAUSTINI, Carolina Miguel Faustini; CASTRO, Helena Salim de; VIEIRA, Raissa do Vale. Dicionário de Genero e Segurança: Feminismo Pós-Estuturalista. 2021 In: <https://gedes-unesp.org/feminismo-pos-estruturalista/>

GOMES, Cintia Walker Beltrão. O Papel de Mulheres em Situação de Violência Doméstica no Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência no Município de Bragança/PA (Orientador: Prof. Dr. Marcelo Quintino Galvão Baptista, Coorientadora: Profa. Dra. Silvia Canaan Moraes de Oliveira), Belem-PA: UFPA - Universidade Federal do Pará - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, 2018

LIMA, Renato Sergio *et al.* Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 2022, p.14. in <https://forumseguranca.org.br>

LURDEMIR, Raquel; SOUZA, Flavio. Moradia, patrimônio e sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contextos de violência doméstica contra a mulher. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 23, e202126, 2021 <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202126>. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, PE, Brasil.

MACHADO, Dinair Ferreira; ALMEIDA, Margareth Almeida Santini de; DIAS, Adriano; BERNARDES, Joao Marcos; CASTANHEIRA, Elen Rose Lodeiro. Violência contra a Mulher: o que acontece quando a delegacia de defesa da Mulher está fechada? Revista Ciencia e Saude Coletiva [online] 2020, v. 25, nº

02, acessado em 18/09/2022. In <https://www.scielo.br/>

NOGUERA, Renato. Mulheres e Deusas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2021.

PENA, Ivana Farina Navarrete *et al.* Conselho Nacional de Justiça (Brasil). Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero [recurso eletrônico] / Conselho Nacional de Justiça. — Brasília : Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam, 2021. Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF 132 páginas). Disponível em: <http://www.cnj.jus.br> e www.enfam.jus.br eISBN nº 978-65-88022-06-1.

PEREIRA, Leonellea Rupturas e recomeços: percepção de mulheres sobre medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha no município de São Gabriel - BA (2006-2016). Salvador, 2019. 128 f. Orientador: Márcia Santana Tavares. Dissertação (Mestrado - Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos). Universidade Federal da Bahia, PPGNEIM, 2019.

PISCITELLI, Adriana. “Recriando a (categoria) mulher? In ALGRANTI, Leila (org.) A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH – Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48)

POUGY, Lilia Guimarães. Referências Teóricas Necessárias à Intervenção com Mulheres que Sofrem Violência. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 155-172, jan.-mar. 2012.

RAGO, Margareth. Mujeres Libres: feminismo e subjetividade na revolução espanhola. Professora no Departamento de História da Unicamp. Campinas: Revista do Nu-Sol Núcleo de Sociabilidade Libertária. Verve, 7: 132-152, 2005, in <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5023/3565>

RAUBER, Beatriz Vieira; VALDIVIESO, Cristian Daniel; MERCADANTE, Maria Aparecida Felix; RODRIGUES, Rafaela Duarte. Dicionário de Gênero e Segurança: Feminismo Liberal. IARAS – GEDES (Grupo de Estudo de Defesa e Segurança internacional). 2021. In: <https://gedes-unesp.org/feminismo-liberal>. Acessado em 08/08/2022

SAFFIOT, Heleieth I.B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1997. (coleção polêmica).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente)

SILVA, Daniel Fontinele da. Aplicação Tradicional de uma Lei Inovadora: análise dos casos de (in) deferimento de medidas protetivas da lei Maria da Penha no âmbito do TJDF-DF Entre 2013 e 2019 (sob a orientação do Prof. Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva e coorientação do Prof. Dr. Thiago Pierobom de Ávila). Brasília: UNICEUB (Centro Universitário de Brasília), Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, 2020. Dissertação.



Feminicídio: a face do machismo

Feminicide: the face of machism

Arthur Sant'Anna Ferreira Macedo

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, Pós-Graduado em Direito Civil e Processual Civil pelo CIESA, Defensor Público, Membro do Conselho Penitenciário do Estado do Amazonas, Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas.

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.10

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a ligação do machismo com a prática do crime de feminicídios, trazendo à lume considerações sobre a dominação masculina, sem olvidar de abordar sobre os movimentos feministas e a proteção legal em favor das mulheres com a tipificação como crime de homicídio em razão da condição de gênero. O texto trará aspectos atuais relevantes sobre o feminicídios e a pandemia. A metodologia utilizada para a elaboração da presente pesquisa foi a qualitativa, através da revisão bibliográfica. Desta maneira, este trabalho pretende apresentar ao leitor aspectos relevantes sobre a figura do feminicídios, incentivando a participação da sociedade na luta tanto contra o machismo quanto contra a violência fatal de gênero e contribuir como fonte de pesquisa para futuras produções acadêmicas.

Palavras-chave: feminicídios. machismo. movimentos feministas. pandemia.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate the connection of machismo with the practice of the crime of femicide, bringing to light considerations about male domination, without forgetting to address feminist movements and legal protection in favor of women with the typification as a crime of homicide on grounds of gender condition. The text will bring relevant current aspects about femicide and the pandemic. The methodology used to prepare this research was qualitative, through a literature review. In this way, this work intends to present the reader with relevant aspects about the figure of femicide, encouraging society's participation in the fight against both sexism and fatal gender violence and contributing as a source of research for future academic productions.

Keywords: femicide. chauvinism. feminist movements. pandemic.

INTRODUÇÃO

A opressão exercida sobre as mulheres não é exatamente uma novidade, vez que o machismo não é um fato recente no Brasil. É certo que a cultura do patriarcado é responsável pelo enorme número de violência de gênero contra as mulheres, entendida está em todas as suas formas, que acomete a sociedade brasileira.

Notoriamente, as mulheres vêm conquistando um maior espaço na sociedade, lugares antes ocupados tipicamente por indivíduos do sexo masculino, muito embora tais conquistas gradativas não tenham conseguido expurgar do nosso meio o preconceito em face do gênero, responsável pelo desrespeito e violação dos direitos das mulheres que acabam ceifando inúmeras vidas.

São muitas as notícias de desrespeito aos direitos das mulheres em pleno século XXI, consistente em discriminação de salários, lesões físicas e psicológicas sofridas, tolhimento de diversos direitos e, por fim, o último estágio de desrespeito, que é a morte.

Para se ter noção, segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹,

¹ O Anuário produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública se baseia em dados das secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública.

em 2020, a cada 7 horas uma mulher foi vítima de feminicídios no Brasil. Tal dado é bastante preocupante e demonstra como a mulher está em constante perigo na sociedade.

Não é possível normalizar a morte das mulheres por sua condição. Está provado que o machismo fere e mata e precisa ser combatido como meta de política pública e envolvimento da sociedade como um todo.

Este artigo tratará sobre a expressão máxima da violência de gênero, consistente na figura do feminicídios, sendo expressamente tipificado como crime no código penal através da Lei 13.104/2015.

É inegável a importância de pesquisas sobre o fenômeno da morte de mulheres em razão da condição de ser do sexo feminino por trazer conhecimento ao público de que esse tipo de crime vive em um crescente e algo precisa ser pensado, com a participação da sociedade, para que haja a extinção ou redução da criminalidade e, conseqüentemente, a proteção das mulheres como sujeito passivo desse delito.

Diante disso, o presente trabalho possui o objetivo geral de abordar a figura do feminicídios, situando-o como consequência do machismo que ainda impera na sociedade brasileira.

O MACHISMO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em que pese os avanços nas conquistas por espaço na sociedade, as mulheres ainda não conseguiram se livrar do preconceito em razão do gênero que lhes assola. Inegável que o sistema machista ou patriarcal que subjuga a mulher em relação ao homem vem de muito tempo e isso pode explicar a violência pautada no gênero.

Walby (2009, p. 20) afirma que “o patriarcado se configura num sistema de estruturas no qual o homem domina, oprime e explora as mulheres”.

A afirmação da autora é extremamente pertinente, haja vista que as mulheres têm seus direitos constantemente reduzidos, seja quando são interrompidas sem conseguirem concluir suas ideias, seja quando são impedidas de usarem determinadas roupas, seja quando são culpadas por terem sido vítimas de um crime sexual pelo jeito de serem ou de vestirem, seja quando são agredidas ou mortas por um homem que acredita que a mulher é apenas um bem que lhe pertence.

Não obstante a existência do postulado constitucional de que todos são iguais perante a lei, é certo que isso não é aplicado na prática também em relação às questões de gênero, havendo muito trabalho a ser feito para transformar esse panorama social.

O sistema machista está entranhado em diversos setores da sociedade, dentre os quais merece destaque a família, onde, geralmente, a figura masculina do pai, mesmo que de forma subconsciente, é colocada como o ponto central e soberano da casa. Nesse sentido, importantes são as palavras trazidas por Beauvoir (2016, p. 28-29):

A hierarquia dos sexos manifesta-se a ela primeiramente na experiência familiar; compreende pouco a pouco que, se a autoridade do pai não é a que se faz sentir mais quotidianamente, é, entretanto, a mais soberana; reveste-se ainda de mais brilho pelo fato de não ser vulgarizada; mesmo se, na realidade, é a mulher que reina soberanamente em casa,

tem ela, em geral, a habilidade de pôr à frente a vontade do pai; nos momentos importantes é em nome dele que ela exige, recompensa ou pune. A vida do pai é cercada de um prestígio misterioso: as horas que passa em casa, o cômodo em que trabalha, os objetos que o cercam, suas ocupações e manias têm um caráter sagrado.

Destaca-se o entendimento de Saffioti (2001, p.115) sobre o tema:

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.

O papel de submissão da mulher ao homem na esfera domiciliar possui tarefas bem definidas, sendo incumbido à mulher os cuidados com o lar e com os filhos e aos homens o trabalho fora de casa, com o objetivo de auferir renda para o sustento seu e de sua família, contribui sobremaneira para a ideia de dominação masculina. O machismo possui alta relevância dentro da educação familiar e desempenha papel claro nos crimes de violência de gênero contra a mulher.

Desde cedo, mesmo que de forma inconsciente, os pais costumam presentear as filhas com brinquedos que remetem ao papel de dona de casa, enquanto que os meninos são agraciados com carros de brinquedo e outros objetos que demonstram o papel de provedor do homem. Esses pequenos detalhes reforçam o machismo existente e contribuem para que as mulheres sejam vistas em um patamar inferior ao homem, em total descompasso com o princípio da igualdade presente na Constituição Federal.

Bourdieu (2020, p. 159-160) destaca esse ponto em seu livro ao afirmar que:

Excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especialmente dos econômicos, as mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente maternas) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente enquanto permanecem subordinadas às atividades de produção, as únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social, e organizadas em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens. É assim que uma parte muito importante do *trabalho doméstico* que cabe às mulheres tem ainda hoje por finalidade, em diferentes meios, manter a solidariedade e a integração da família, sustentando relações de parentesco e todo o capital social com a organização de toda uma série de atividades sociais ordinárias, como as refeições, em que toda a família se encontra, ou extraordinárias, como as cerimônias e as festas (aniversários etc.) destinadas a celebrar ritualmente os laços de parentesco e a assegurar a manutenção das relações sociais e da projeção social da família, ou as trocas de presentes, de visitas, de cartas ou de cartões postais e telefonemas.

Diante deste contexto patriarcal, o homem se vê como o dono da mulher e dessa relação de dominação deriva a violência de gênero, uma vez que a utilização da força se faz necessária para a manutenção dessa relação de submissão da mulher em face do homem. Como destaca Santos (2011), “com a ultrapassagem da dimensão simbólica da dominação masculina, a violência se impõe para se manter o controle sobre a mulher, pois essa subordinação não se mantém apenas se utilizando de aspectos ideológicos”.

O machismo encrustado na sociedade é tão grave que serve como justificativa para homens agressores e feminicidas. É comum ouvir que a agressão ou assassinato de uma mulher se deu por uma paixão incontrolável ou outra passionalidade qualquer. Isso nada mais é do que a ideia de que a mulher pertence ao homem como se fosse um mero objeto.

Destaca-se o conceito de violência trazido pela professora Maria Amélia de Almeida Teles (2003, p.15):

Violência, em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano. Assim, a violência pode ser compreendida como uma forma de restringir a liberdade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, reprimindo e ofendendo física ou moralmente.

Cabe destacar que a violência sofrida pela mulher em razão do gênero pode ser física, sexual, psicológica, patrimonial e moral. É cediço que, com a Constituição Federal de 1988, as mulheres foram igualadas, de fato, aos homens perante a lei, sendo reconhecidos, em favor delas, direitos e garantias individuais. Porém, de acordo com Medina (2017, p. 27), a Carta Magna não foi capaz de pôr fim à discriminação de gênero, havendo ainda enorme dificuldade para as mulheres conquistarem seu espaço na sociedade.

O Professor Renato Brasileiro Lima (2013, p. 931-932) enfatiza que:

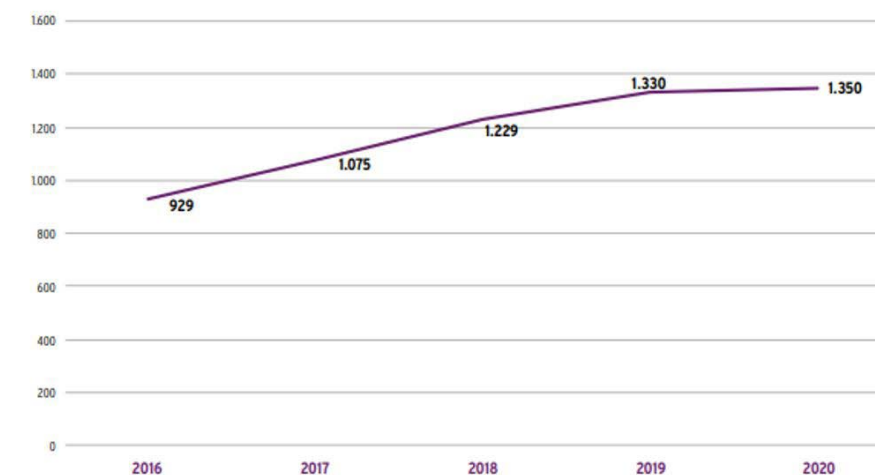
A violência contra a mulher, antes do implemento de uma legislação própria visando o seu combate no ordenamento jurídico brasileiro, já era tema de muitos tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Não obstante isso, somente no ano de 2006 entrou em vigor a Lei 11.340/2006, referente à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Mesmo com o advento da legislação própria para a proteção das mulheres em razão da violência de gênero sofrida, tais crimes não cederam e continuaram aumentando (MARQUES, 2016, p. 6), conforme apontam estudos na área. Corroborando tal afirmação, Bliguiardi e Antunes (2018, p. 21) destacam:

Em 2014, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, atendeu 485.105 chamadas realizado em todo território Nacional. Deste total de chamadas, 52.957 foram relatos de violência contra a mulher. Destes 52.957 atendimentos, 27.369 dos casos foram relatos de violência física (51,68%) e 16.846 relatos de violência psicológica (31,81%). Foram relatados 5.126 casos de violência moral (9,68%). 1.028 caso de violência patrimonial (1,94%), 1.517 casos de violência sexual (2,86%), 931 casos de cárcere privado (1,76%) e 140 relatos de tráfico de pessoas (0,26%). Comparando se esses dados com índice de registros de 2013, constata-se que em 2014 houve um aumento de 50% nos registros de cárcere privado, 18% de aumento no registro dos casos de estupro, assédios e exploração sexual.

O panorama não muda e, conforme pode ser constatado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 (2021, p. 91), do ano de 2016 até o ano de 2020, o número de violência de gênero contra as mulheres, consistente no feminicídio, continua aumentando e produzindo milhares de vítimas.

GRÁFICO 29
Número de vítimas de Feminicídio, por ano
Brasil - 2016-2020



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Verifica-se, portanto, a influência do patriarcado no contexto de violência contra as mulheres, não sendo demais lembrar que o combate a esse mal não depende apenas do Estado, mas também do apoio da sociedade para que haja uma mudança nesse sistema machista que é apresentado a todos desde o nascimento, valendo frisar sobre a importância da educação no combate ao feminicídio, visto que é um processo que se inicia na infância, momento em que se aprende a viver em sociedade e se adquire valores morais a serem observados ao longo da vida.

Aqui cabe o pensamento de Michel Wieviorka (2006, p. 1152):

Pode haver na violência aspectos que sugerem uma lógica de perda de sentido: o ator, então, vem exprimir um sentido perdido, pervertido ou impossível, ele é violento, por exemplo, porque não pode construir a ação conflitual que lhe permitiria fazer valer suas demandas sociais ou suas expectativas em matéria cultural ou política, porque não existe tratamento político para essas demandas ou expectativas.

Nesse sentido, atuação política em compasso com a atuação social são fatores necessários para o combate ao feminicídio e aos demais tipos de violência contra a mulher, focando-se em ações preventivas para evitar que tais delitos ocorram.

A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO COMBATE AO FEMINICÍDIO

A partir das lutas dos movimentos feministas em defesa dos direitos das mulheres, o assunto tem ganhado espaço nas leis, agendas políticas e noticiários, o que é bastante positivo para haver uma preocupação sobre o tema.

Há a ideia de que feminismo se opõe ao machismo e, portanto, almejaria uma sociedade onde as mulheres oprimem os homens. Porém, na realidade, o feminismo é um movimento social, político e ideológico que prega uma sociedade com igualdade de direitos entre os gêneros. Nesse sentido, o objetivo do movimento feminista é acabar com o machismo, promovendo a igualdade de gênero e, conseqüentemente, tornando a sociedade um lugar melhor tanto para os homens quanto para as mulheres, com a extinção ou redução do feminicídio, por exemplo.

A luta das mulheres por igualdade remonta da época do Brasil Colônia (2021), mantendo-se até os dias atuais, visto que ainda há muito que se conquistar. Sobre a consolidação do movimento feminista, esclarece Erika Apfelbaum (2009, p.144-145):

é na segunda metade do século XX que o feminismo se consolida como movimento de luta de mulheres, lutas que surgem a partir do reconhecimento da opressão sistemática de que são vítimas. Estes movimentos acreditam que as relações humanas não são naturais e, sim, sociais e, portanto, são passíveis de transformação. As reivindicações surgem da afirmação dos direitos iguais e a partir da realidade tão desigual de poderes entre homens e mulheres.

A busca por direitos iguais serve como guia para os movimentos feministas, sendo uma necessidade histórica e não mera conveniência, com o intuito de transformar uma característica social grave que atinge diversas mulheres nesse país.

Como visto anteriormente, o machismo é responsável direto pela violência de gênero desferida contra as mulheres, sendo bastante salutar e necessária a luta feminista por uma sociedade sem os resquícios do patriarcado e, portanto, mais justa e igualitária entre homens e mulheres.

ADVENTO LEGAL DO FEMINICÍDIO

A forma mais grave de violência de gênero está consubstanciada no feminicídio, que nada mais é do que o homicídio doloso qualificado contra a vida da mulher por razões de condição do sexo feminino, conforme definição trazida pela Lei 13.104, de 9 de março de 2015 (PLA-NALTO, 2021).

O professor Cleber Masson (2016, p.41) apresenta uma crítica a esse conceito legal de feminicídio:

O legislador não foi feliz na redação do tipo penal. No lugar de “razões da condição de sexo feminino” deveria ter utilizado a expressão “razões de gênero”, seguindo o exemplo bem-sucedido da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. A propósito, o Projeto de Lei 8.305/2014, que culminou na Lei 13.104/2015, adotava a terminologia “razões de gênero”, mas esta foi substituída em decorrência de manobras políticas da bancada “conservadora” do Congresso Nacional, com a finalidade de excluir os transexuais da tutela do feminicídio. (MASSON, 2016, p.41)

O feminicídio não possui apenas a característica de ser um crime cometido por um homem contra uma mulher, pois, aliado a isso, encontra-se a cultura do patriarcado, onde homens acreditam na existência de uma hierarquia, de um poder sobre as mulheres e, em consequência disso, elas figuram em uma posição de inferioridade.

É importante trazer à baila que nem todo assassinato de uma mulher será taxado como feminicídio, visto que para essa caracterização é essencial que esteja presente a razão de condição do sexo feminino. Corroborando com esta afirmação, pondera Cleber Masson (2016, p.42):

Nesse ponto, é importante destacar que feminicídio e feticídio não se confundem. Ambos caracterizam homicídio, mas, enquanto aquele se baseia em razões da condição de sexo feminino, este consiste em qualquer homicídio contra a mulher. Exemplificativamente, se uma mulher matar outra mulher no contexto de uma briga de trânsito, estará configurado o feticídio, mas não o feminicídio.

É importante observar a diferença entre feminicídio e feticídio, tendo em vista que am-

bos os institutos podem gerar confusão em caso de desatenção.

O sujeito passivo do crime de feminicídio necessariamente deve ser uma mulher, independentemente da idade ou orientação sexual. Já o sujeito ativo do crime pode ser um homem ou uma mulher, entretanto, o delito deve ter sido cometido por razões de condição do sexo feminino. É o que ocorre quando uma mulher mata ou tenta matar sua namorada por entender que ela não possuía o direito de querer terminar o relacionamento (MASSON, p. 44).

Cabe destacar que anteriormente à edição da Lei 11.104/2015, o Senado Federal, no ano de 1992, instalou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para investigar a questão da violência da mulher, porém, a dificuldade de obtenções de dados frustrou os planos dos parlamentares, muito embora houvesse ficado constatado que a carência de informações era sobretudo reveladora do descaso para com as mulheres (SENADO FEDERAL, 2021, p. 19).

Depois de 20 anos da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) da violência contra a mulher e observado o aumento contínuo de violência letal contra mulheres, o Congresso Nacional decidiu por instalar uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito com o objetivo de investigar a situação da violência contra a mulher. Consoante apontado no relatório final, a CPMI nasce em um contexto onde 91 mil mulheres forma mortas nos últimos 30 anos, sendo 43,5 mil mortas somente na última década, segundo dados apresentados pelo Instituto Sangari (SENADO FEDERAL, 2021, p. 20).

O relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Senado Federal, (2021, p. 1002-1003) trouxe a seguinte pesquisa implementada no Brasil:

No Brasil, entre 2000 e 2010, 43,7 mil mulheres foram assassinadas, cerca de 41% delas mortas em suas próprias casas, muitas pelos companheiros ou ex-companheiros, com quem cd2012-07693 1003 mantinham ou haviam mantido relações íntimas de afeto e confiança. Entre 1980 e 2010, dobrou o índice de assassinatos de mulheres no País, passando de 2,3 assassinatos por 100 mil mulheres para 4,6 assassinatos por 100 mil mulheres. Esse número coloca o Brasil na sétima colocação mundial em assassinatos de mulheres, figurando, assim, dentre os países mais violentos do mundo nesse aspecto.

Diante desses números alarmantes e na tentativa de evitar ou reduzir o número de mulheres mortas em um contexto de gênero, adveio a Lei 13.104, de 9 de março de 2015 (PLANALTO, 2021), mais conhecida com a Lei do Feminicídio que alterou o Código Penal para fazer constar como crime hediondo a prática de homicídio contra mulheres por razões de condição do sexo feminino e quando o crime envolver violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação de sexo feminino.

A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E O FEMINICÍDIO

A pandemia do coronavírus, que afetou sobremaneira o mundo, trouxe novos e necessários hábitos para a população, com o objetivo de frear a transmissão do vírus da Covid-19 e as mortes por ele ocasionadas.

Uma das medidas adotadas para a contenção do vírus foi o isolamento social, que fez com que as pessoas permanecessem em casa e ajudassem para a redução da transmissão. Em razão disso, muitas mulheres tiveram que ficar em casa 24 horas por dia com o seu agressor, o que contribuiu para o aumento de denúncias de crime de violência.

Embora tenha havido aumento de denúncias de crimes de violência contra a mulher no período pandêmico, ocorreu uma redução dos registros de casos de feminicídio, mas sem significar diminuição concreta do crime, conforme esclarece Lorenzetti, Passos de Sá e Silva (UFSM, 2021):

Segundo o veículo Ponte Jornalismo, desde o início da pandemia até junho de 2020, a Itália teve um aumento de 161,71% nas denúncias telefônicas entre os dias 1º e 18 de Abril. O Brasil, em contrapartida, registrou um aumento de denúncias de 34% apenas no mesmo período. Esse número não foi mais alto porque, de acordo com a ONU Mulheres, menos de 40% das vítimas buscaram ajuda ou denunciaram o crime de violência, desse número, menos de 10% iam à polícia. Com isso, registrou-se uma queda nas notificações de violência no país. A revista AzMina, porém, publicou que não se pode afirmar, de fato, que houve uma diminuição nos índices, pois somente 20 estados coletaram os dados e, ainda assim, possuem ineficiência por não apresentarem informações de raça, orientação sexual e escolaridade. Sendo assim, não é possível identificar os perfis das mulheres que morrem todos os dias.

No mesmo sentido, Thayz Guimarães relata (O GLOBO, 2021):

Entre janeiro e setembro deste ano, foram registrados ao menos 1.445 casos de feminicídio na América Latina, em comparação com uma média superior a 5.400 nos dois anos anteriores, segundo estatísticas da organização civil franco-argentina Mundo Sur. Mas a diferença não significa que os números estejam diminuindo de fato. A região vive um “apagão” de dados sobre crimes de ódio contra mulheres por razões de gênero, com informações incompletas, desatualizadas ou mesmo inexistentes na maioria dos países, um quadro que se agravou durante a pandemia da Covid-19.

As restrições impostas pela pandemia deixaram as mulheres ainda mais vulneráveis, restando cada vez mais claro a necessidade de políticas voltadas para a violência contra a mulher, evitando-se, assim, que mais mulheres sucumbam ao machismo imposto pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, nota-se que o sistema de patriarcado que impera na sociedade é um entrave bastante difícil de superar e que contribui demasiadamente para a violência de gênero cometida contra as mulheres. A sociedade necessita entender que a morte das mulheres em razão do gênero está associada a essa dominação masculina que é ensinada desde cedo no âmbito das relações familiares.

Verificou-se a importância das lutas feministas para o combate ao machismo, visando uma sociedade mais igualitária entre homens e mulheres. No Brasil, esta luta teve início desde os primórdios, datando da época do Brasil Colônia e perdura até os dias atuais, visto que, apesar dos avanços na conquista de direitos pelas mulheres, ainda há muito que se transformar na estrutura social.

O adimplemento da figura do feminicídio no Código Penal é de fundamental importância para que as mulheres se sintam acolhidas na esfera legal e um meio necessário na tentativa de coibir e prevenir a morte de mulheres aplicando sanções extremamente duras a quem praticar tal crime.

Destaca-se que mesmo com o advento legal do feminicídio, pesquisas demonstram que ano após ano, infelizmente, há um aumento desse delito, o que mostra que o Brasil ainda está longe do ideal. Nesse contexto, faz-se necessária a adoção de outras medidas preventivas, tais como educação em diretos nas famílias e nas escolas na tentativa de desconstruir as causas que

levam os homens a pensarem que uma mulher é sua propriedade.

No período de pandemia, houve uma redução de casos, mas muito pela ausência de notificação e deficiência de registro. As mulheres tiveram que passar mais tempo em casa com seus agressores e isso contribuiu sobremaneira para a prática de crime contra as mulheres, incluindo aí o feminicídio.

A criminalização da conduta sem medidas de fato para cortar o mal pela raiz não irá satisfazer o desejo de uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres, possibilitando a elas realizarem coisas básicas sem medo de serem machucadas, aviltadas ou mortas.

Por fim, a luta deve continuar para que o machismo enraizado na sociedade desapareça, sendo imprescindível a participação do Estado e da sociedade em geral na transformação de um mundo predominantemente masculino em um lugar de igualdade entre os gêneros.

REFERÊNCIAS

APFELBAUM, Erika. Dominação. In: HIRATA, Helena; *et al* (Orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo, volume 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEVILACQUA, Paula Dias. Mulheres, violência e pandemia de coronavírus. Disponível em: <<http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/artigo-mulheres-violencia-e-pandemia-de-coronavirus/>> Acesso em: 16 de nov. 2021.

BIGLIARDI, Adriana Maria; ANTUNES, Maria Cristina. Violência contra mulheres: a vulnerabilidade feminina e o perfil dos agressores. Curitiba: Juruá. 2018.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução de Maria Helena Kühner. 18ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 16 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm> Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em: 15 jul. 2021.

COM RESTRIÇÕES da pandemia, aumento da violência contra a mulher é fenômeno mundial. France Presse, 23 de nov. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/23/com-restricoes-da-pandemia-aumento-da-violencia-contra-a-mulher-e-phenomeno-mundial.ghtml>> Acesso em: 16 de nov. 2021.

Em 2020, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas no Brasil. Marie Claire, 15 de jul. 2021. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2021/07/em-2020-uma-mulher-foi-vitima-de-feminicidio-no-brasil-cada-7-horas.html>> Acesso em: 15 de jul. 2021

FÓRUM BRASILEIRO E SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2021. p. 91. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>> Acesso em 22 jul. 2021.

LORENZETTI, Caroline Schineder, PASSOS DE SÁ, Julia Caroline Selzles, SILVA, Maria Mariana do Nascimento. Pandemia escancara o feminicídio e a subnotificação no Brasil e no mundo. Disponível em: < <https://www.ufsm.br/midias/experimental/integra/2021/01/22/pandemia-escancara-o-feminicidio-e-a-subnotificacao-no-brasil-e-no-mundo/> > Acesso em: 16 de nov. 2021.

LIMA, Renato Brasileiro de, Legislação criminal especial comentada, Niterói, RJ: Impetus, 2013.

GUIMARÃES, Thayz. Pandemia agrava apagão de dados sobre feminicídio na América Latina. O Globo, Rio de Janeiro, 06 de out. 2021. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/pandemia-agrava-apagao-de-dados-sobre-feminicidio-na-america-latina-25225881> > Acesso em: 16 de nov. 2021.

MARQUES, D. J. C.; RUBIM, G. C., A influência do patriarcalismo na prática do homicídio qualificado pelo feminicídio. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, v. 2, 2016, p.6. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321952777_A_Influencia_do_Patriarcalismo_na_Pratica_do_Homicidio_Qualificado_pelo_Feminicidio>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MASSON, Cleber. Código Penal comentado. 2ª ed. São Paulo: Método, 2014.

MEDINA, J. Evolução dos Direitos das Mulheres: A Lei Nº 11.340/2006 no Decorrer de Dez Anos. In: Vilma Maria Inocência Carli (Org.). A Violência doméstica contra a mulher: um conflito na vida em sociedade e no contexto familiar. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Lumen Juris Ltda., 2017.

POLITIZE!. Movimento feminista: história no Brasil. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/movimento-feminista/>> Acesso em: 21 jul. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos pagu, n. 16, 2001.

SANTOS, A. Irenilda. Violência de Gênero e Políticas Públicas: os avanços sociais no atendimento das vítimas de violência doméstica em Cuiabá. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/jornada_eixo_2011/questoes_de_genero_etnia_e_geracao/violencia_de_genero_e_politicas_publicas.pdf> Acesso em 14 jul 2021.

SENADO FEDERAL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito: relatório final. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contras-as-mulheres>> Acesso em: 15 jul. 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2003.

VAL MORRE, do Susanna; Artigo – Feminicídio: um dos lados mais sombrios da pandemia. Correio Brasiliense, Brasília, 23 de mar. 2021. Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2021/03/4913429-artigo----feminicidio-um-dos-lados-mais-sombrios-da-pandemia.html> > Acesso em: 16 de nov. 2021.

WIEVIORKA, Michel. Violência hoje. Ciência e Saúde Coletiva, Vol. 11, 2006.

WALBY, Silvia. (1990), Theorizing patriarchy. Oxford, Brasil Blackwell WEBER, Max. (2009), Economia e Sociedade, v.1. Brasília, UnB.



Limitações de direitos fundamentais

Jair Ilídio da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.11

RESUMO

O objetivo principal desse estudo científico é demonstrar a problemática acerca da limitabilidade dos direitos fundamentais, ligados à dignidade da pessoa humana, alicerces dos direitos humanos, tendentes à limitação do poder estatal, além de discorrer sobre a evolução histórica dos direitos fundamentais, analisando os critérios para decisão nos casos em que ocorrem os conflitos, posto não termos direitos de caráter absolutos, e por fim, tecer considerações quanto a definição e delimitação do conceito de dignidade humana.

Palavras-chave: direitos fundamentais. dignidade da pessoa humana. colisão e proporcionalidade.

ABSTRACT

The main objective of this scientific study is to demonstrate the problem about the limitation of fundamental rights, linked to the dignity of the human person, the foundation of human rights, tending to limit state power, in addition to discussing the historical evolution of fundamental rights, analyzing the criteria for decision in cases where conflicts occur, since we do not have absolute rights, and finally, make considerations regarding the definition and delimitation of the concept of human dignity.

Keywords: fundamental rights. human dignity. collision and proportionality.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como escopo discorrer acerca dos limites do exercício dos direitos essenciais, o exercício de um direito fundamental de ir e vir, de se manifestar, ou quando o cidadão não concorda com a política governamental de determinado ente político, ou até mesmo, este por sua vez estiver equivocado quanto a alguma pretensão, surge aí, uma interferência estatal que dever ser combatida, uma vez que a Carta Constitucional de 1988 garante o exercício dos direitos primordiais.

No plano jurídico-dogmático, os direitos fundamentais possuem relevância, a partir do momento que sofre intervenção em seu exercício, e o cidadão tenha que ingressar com a ação correspondente para fazer uso daquilo que lhe é devido e garantido em um estado democrático de direito.

O estudo dos direitos imprescindíveis carece de titularidade prática e de profundidade teórica enquanto se limitam a produzir e a comentar o conteúdo garantido na Carta Constitucional. Somente adquiriu relevância a partir do momento em que formular e responder a pergunta sob quais condições, ou melhor, quais situações e quem pode restringir um direito fundamental de forma lícita?

Os direitos básicos adquirem relevância prática quando são unidas por duas condições: presença de impedimento ao exercício do direito fundamental e a provocação desse impedimento por norma hierarquicamente inferior ao diploma constitucional, podendo ocorrer cerceamento

ao seu exercício, quando a norma está inserida na lei em sentido formal, tratado internacional não recepcionado, medida provisória ou norma infralegal pendente de lei que verse sobre o tema; além de omissão normativa que obste o exercício de um direito. É sabido que havendo uma interferência estatal no que tange a uma norma infraconstitucional, não há se falar em cerceamento ou limitação de direitos, mas uma infringência ao princípio da legalidade.

Reconhecidas essas condições, surgem então as questões de conflito, que podem ser evidenciadas da seguinte forma: cidadão titular de direito tem sua pretensão resistida por uma ação ou omissão estatal, que ao protestar, o órgão estatal permite o cerceamento dos direitos fundamentais pelo diploma legal, a lei em sentido formal não permite o cerceamento desses direitos; logo, surge o conflito ao aproximar-se o texto constitucional à lei, e nisso um tribunal será responsável por esse controle, decidindo se a lei em questão ou sua hermenêutica viola a constituição e, conseqüentemente, o cidadão pode exercer seu direito.

Esses conflitos devem ser esclarecidos, primeiro devemos entender quais conflitos se trata, muitas vezes por se tratar de conflito direito entre titulares de direitos, como no caso de alguém que tem sua liberdade de imprensa e o direito à intimidade abalados, ocorre um conflito também, quando há um direito fundamental e um interesse geral constitucionalmente tutelado, como são o direito a segurança pública, meio ambiente equilibrado, etc.

Há, portanto, as limitações genéricas e casuísticas, conforme as lições de Dimitri Dimoulis e Leonardo Martins, em sua obra Teoria Geral dos Direitos Fundamentais:

Limitação genérica é aquela imposta mediante norma geral, independentemente da ocorrência de conflito concreto. Exemplo, o limite de velocidade legalmente estabelecido. Liberdade de ir e vir, que tem por objetivo proteger a vida, a integridade e o patrimônio no trânsito, diminuindo a probabilidade de um possível acidente. Já a limitação casuística é permitida somente após a ocorrência de um conflito concreto entre dois bens jurídicos, sendo necessária uma decisão da administração ou do judiciário sobre o direito que deverá prevalecer no conflito em apreço.

Para solucionar essas questões decorrentes do exercício dos direitos fundamentais, o operador do direito deve conhecer os limites à sua proteção definitiva, os bens jurídicos a eles contrapostas; os métodos de solução de colisões entre os direitos fundamentais.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os antecedentes históricos demonstram que as relações interpessoais eram estabelecidas pela imposição Estatal, não havendo direitos nem tampouco medidas garantidoras.

Os direitos fundamentais se originaram por meio dos períodos revolucionários que propulsionou o país, por meio de guerras e lutas sociais. A essência dos conflitos era o de conseguir o alicerçamento de tais direitos, buscando a dignidade da pessoa humana como pressuposto de existência. O poder Estatal necessitava ser limitado, uma vez que, abusos e irregularidades aconteciam frequentemente.

As transformações surgidas ao longo das revoluções fortaleceram os direitos fundamentais, normas obrigatórias que evoluíram com o decorrer dos tempos, possuindo previsão legal na Constituição de cada Estado e variando de acordo com as necessidades, a cultura e os limites de todos os povos.

O primeiro acontecimento persuasivo foi com a aceitação da ideia de direitos fundamentais do homem com o Cristianismo. Uma vez que trazia em seu bojo, a semelhança do homem com relação ao seu Deus, consagrando a dignidade da pessoa humana e alcançando a proteção do homem.

Com o surgimento da Revolução Francesa, os movimentos históricos se consolidaram, reinaugurando novos comportamentos.

As teorias contratualistas dos séculos XVII e XVIII destacaram a submissão da autoridade política ao indivíduo sobre o Estado. “O Estado serve aos cidadãos, é instituição concatenada para lhes garantir os direitos básicos” (BRANCO; MENDES, 2015, p. 136).

No Século XVIII, sobretudo com a Declaração de Direitos no ano de 1776 iniciou-se a positivação dos direitos do homem, ocorrendo à transferência dos direitos do Estado para os indivíduos.

A Revolução Industrial do século XIX levou em consideração diversos fatores que foram abandonados ao longo da evolução histórica passando para um sistema capitalista. O principal fator que foi levado em consideração foi à substituição de mão de obra por maquinários (ROSSATO, 2006). Nesse sentido Rossato (2006) disciplina:

O homem estável torna-se um migrante alojado nas novas periferias urbanas á busca de novos empregos. A cidade não é mais o lugar da convivência, mas o lugar da produção, o homo sapiens serve seu lugar ao homo faber praticamente reduzindo-o a um homo economicus (...) este novo contexto desestruturante implicou pois na busca por novas respostas aos problemas que se manifestam nos mais diversos setores e praticamente atingindo a toda estrutura da sociedade.

Seguindo o mesmo entendimento acima exposto Norberto Bobbio (1992, p. 4). menciona:

A afirmação dos direitos do homem deriva de uma radical inversão de perspectiva característica da formação do Estado moderno, na representação da relação política, ou seja, na relação Estado- cidadão ou soberano- súditos; relação que é encarada, cada vez mais, do ponto de vista dos direitos dos cidadãos não mais súditos, e não do ponto de vista dos direitos do soberano, em correspondência com a visão individualista da sociedade (...) no início da idade moderna.

Quando se é invertida a tradicional ordem seguida até então pelo Estado que os direitos fundamentais ganham espaço e reconhecimento, passando o indivíduo a possuir inúmeros direitos inerentes a condição humana, cuidando assim, das necessidades básicas que os cidadãos demandam (BRANCO; MENDES, 2015).

Com a incorporação de direitos subjetivos do homem o poder político Estatal limitou-se e passou a ter que respeitar a dignidade da pessoa humana, pois a mesma passou a ser um Fundamento e princípio essencial da República Federativa do Brasil (MORAES, 2016).

Após relatar essa breve evolução histórica torna-se indispensável conceituar os direitos fundamentais, demonstrando seu papel perante a sociedade. Nesse sentido elenca Silva (2009, p.78):

No qualitativo fundamentais acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza não convive, e as vezes, nem mesmo sobrevive; fundamentais do homem no sentido de que a todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos mas concreta e materialmente efetivados. Do homem,

não como macho da espécie, mas no sentido de pessoa humana. Direitos Fundamentais do homem significa direitos fundamentais da pessoa humana ou Direitos Fundamentais

Nesse tocante, os direitos fundamentais possuem uma dúplici função, ou seja, a de garantir uma vida digna a todos os indivíduos e ao mesmo tempo a de restringir alguns comportamentos errôneos e absurdos perante a sociedade. A respeito dessa dúplici função Bobbio (1999) expõe:

A norma constitucional enquanto por um lado atribui aos órgãos constitucionais poder de fixar normas válidas, impõe a todos aqueles aos quais se referem as normas constitucionais o dever de obedecê-las. É uma norma ao mesmo tempo atributiva e imperativa, segundo se considere do ponto de vista ao poder ao qual da origem ou da obrigação que dele nasce. Pode ser formulada da seguinte maneira: “O poder constituinte esta autorizado a estabelecer normas obrigatórias para toda a coletividade” ou: “A coletividade é obrigada a obedecer às normas estabelecidas pelo poder constituinte” (BOBBIO, 1999, p. 59).

O Título II da Constituição Federal de 1988 trouxe os direitos e garantias fundamentais, subdividindo-os em cinco capítulos específicos que vão do artigo 5º ao 17º. O primeiro capítulo compreende dos direitos e deveres individuais e coletivos, o segundo dos direitos sociais, o terceiro da nacionalidade, o quarto dos direitos políticos e o quinto dos partidos políticos (MORAES, 2016). Nesse diapasão, expõe o entendimento do referido autor:

Analisando a divisão elencada na Constituição Federal de 1988 o autor abaixo mencionado faz uma breve análise:

Direitos individuais e coletivos correspondem aos direitos diretamente ligados ao conceito de pessoa humana e de sua própria personalidade, como, por exemplo: vida, dignidade, honra, liberdade. Basicamente, a Constituição de 1988 os prevê no art. 5º [...]; Direitos sociais- caracterizam-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes, visando á concretização da igualdade social, que configura um dos fundamentos de nosso Estado Democrático, conforme preleciona o art. 1º, IV. A constituição Federal consagra os direitos sociais a partir do art. 6º; Direitos da nacionalidade-nacionalidade é o vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo deste indivíduo um componente do povo, da dimensão pessoal deste Estado, capacitando-os a exigir sua proteção e sujeitando-o ao cumprimento de deveres impostos; Direitos políticos- conjunto de regras que disciplina as formas de atuação da soberania popular. São direitos públicos que investem o indivíduo no status activae civitatis, permitindo-lhe o exercício concreto da liberdade de participação nos negócios do Estado, de maneira a conferir os atributos da cidadania. Tais normas constituem um desdobramento do principio democrático inscrito do art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal [...]. A constituição regulamenta os direitos políticos no art. 14; direitos relacionados á existência, organização e participação em partidos políticos – a constituição federal regulamentou os partidos políticos como instrumentos necessários e importantes para preservação do Estado Democrático de Direito, assegurando-lhes autonomia e plena liberdade de atuação, para concretizar o sistema representativo (MORAES, 2011, p. 22)

Diante disso, verifica-se que a Constituição Federal de 1988 previu em seu texto, de modo revolucionário, os direitos fundamentais garantidos á todos. Esses direitos apresentam um rol exemplificativo de características que impedem uma tentativa de abolição, pois eles não podem ser reduzidos, alterados ou abolidos do ordenamento jurídico vigente. A isso se dá o nome pela doutrina de cláusulas pétreas.

As cláusulas pétreas conforme mencionado na Constituição Federal de 1988 não podem ser objeto de emenda constitucional, ou seja, não suportam modificações quanto ao conteúdo protegido por elas.

Art. 60 CF: A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais.

A Constituição Federal de 1988 ao expandir os valores oriundos da dignidade da pessoa humana elevou a vida, a saúde e a integridade física e moral como bens jurídicos de valia superior. Além disso, caracterizou os direitos fundamentais como: históricos, universais, limitados, concorrentes, irrenunciáveis, inalienáveis, imprescritíveis e indisponíveis (PACHECO, 2013).

A Característica da Historicidade se dá ao fato de os direitos fundamentais possuírem origem com o Cristianismo passando por inúmeras revoluções e chegando aos dias atuais. Sobre tal característica complementa Bobbio:

Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (...) o que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas (BOBBIO, 1992, p. 7).

A universalidade quer dizer que tais direitos são destinados e assegurados a todos os seres humanos de maneira indiscriminada. A limitabilidade elenca que os direitos fundamentais não são absolutos, ou seja, cabendo muitas vezes em um caso concreto o magistrado levar em consideração os direitos fundamentais ali mencionados, relativizando-os.

O Supremo Tribunal Federal¹ expõe sua decisão sobre os direitos fundamentais não possuírem caráter absoluto, entendendo também, que eles possuem limites que devem ser respeitados por todos:

PROCESSO PENAL. PRISÃO CAUTELAR. EXCESSO DE PRAZO. CRITÉRIO DA RAZOABILIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INOCORRÊNCIA. INDIVIDUALIZAÇÃO DE CONDUTA. VALORAÇÃO DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE EM HABEAS CORPUS. 1. Caso a natureza da prisão dos pacientes fosse a de prisão preventiva, não haveria dúvida acerca do direito à liberdade em razão do reconhecimento do arbítrio na prisão - hipótese clara de relaxamento da prisão em flagrante. Contudo, não foi o que ocorreu. 2. A jurisprudência é pacífica na admissão de relaxamento da prisão em flagrante e, simultaneamente, do decreto de prisão preventiva, situação que em tudo se assemelha à presente hipótese, motivo pelo qual improcede o argumento de que há ilegalidade da prisão dos pacientes. 3. Na denúncia, houve expressa narração dos fatos relacionados à prática de dois latrocínios (CP, art. 157, § 3º), duas ocultações de cadáveres (CP, art. 211), formação de quadrilha (CP, art. 288), adulteração de sinal identificador de veículo motor (CP, art. 311) e corrupção de menores (Lei nº 2.252/54, art. 1º). 4. Na via estreita do habeas corpus, não há fase de produção de prova, sendo defeso ao Supremo Tribunal Federal adentrar na valoração do material probante já realizado. A denúncia atende aos requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal, não havendo a incidência de qualquer uma das hipóteses do art. 43, do CPP. 5. Somente admite-se o trancamento da ação penal em razão de suposta inépcia da denúncia, em sede de habeas corpus, quando houver clara constatação de ausência de justa causa ou falta de descrição de conduta que, em tese, configura crime. Não é a hipótese, eis que houve individualização das condutas dos pacientes, bem como dos demais denunciados. 6. Na contemporaneidade, não se reconhece a presença de direitos absolutos, mesmo de estatura de direitos fundamentais previstos no art. 5º, da Constituição Federal, e em textos de Tratados e Convenções Internacionais em matéria de direitos humanos. Os critérios e métodos da razoabilidade e da proporcionalidade se afiguram fundamentais neste contexto, de modo a não permitir que haja prevalência de determinado direito ou interesse sobre outro de igual ou maior estatura jurídico-valorativa. 7. Ordem denegada (HC Nº 93250, SEGUNDA TURMA, TRIBUNAL PLENO (STF), MATO GROSSO DO SUL, RELATOR: ELLEN GRACIE, julgado em: 10-06-2008).

¹ <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/14720278/> Supremo Tribunal Federal STF- Habeas Corpus: HC 93250 MS/ acesso em: 20/08/2022.

A concorrência é a característica que permite acumular direitos fundamentais, sendo assim, os indivíduos podem de acordo com suas necessidades, possuírem inúmeros direitos fundamentais, ou seja, necessitando podem desfrutar de vários direitos comutativamente, não precisando ser um por vez.

A característica da irrenunciabilidade elenca que pode ocorrer o não exercício dos direitos fundamentais, mas jamais a sua renunciabilidade (LENZA, 2011).

A inalienabilidade do direito é conferida por ele ser um direito proporcionado a todos, não podendo ser alienado por não possuir conteúdo econômico patrimonial (LENZA, 2011).

No entanto, a característica da imprescritibilidade elenca que os direitos fundamentais não são prescritíveis, isto é, podem ser exercidos a qualquer momento e tempo (LENZA, 2011).

Por último, a característica da indisponibilidade baseia-se em um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, na dignidade da pessoa humana. Em decorrência dela, o ser humano ganha potencialidade, uma vez que, os direitos que visam à vida biológica são indisponíveis devendo ser resguardados, preservando assim a saúde mental e moral. O autor abaixo mencionado expõe que:

A respeito da indisponibilidade dos direitos fundamentais, é de assinalar que, se é inviável que se abra mão irrevogavelmente dos direitos fundamentais, nada impede que o exercício de certos direitos fundamentais seja restringido, em prol de uma finalidade acolhida ou tolerada pela ordem constitucional. São frequentes e aceitos atos jurídicos em que alguns direitos fundamentais são deixados a parte, para que se cumpra um fim contratual legítimo. A liberdade de expressão cede as imposições de não divulgação dos segredos obtidos no exercício de um trabalho ou profissão. A liberdade de professar qualquer fé, por seu turno, pode não encontrar lugar propício no recinto de uma ordem religiosa específica. Da mesma forma, o indivíduo pode ver-se incluído numa situação especial de sujeição (BRANCO; MENDES, 2015, p. 146).

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Os Direitos Fundamentais da Constituição Federal referem-se a um conjunto de dispositivos contidos na Magna Carta destinados a estabelecer direitos, garantias e deveres aos cidadãos, normatizando as noções básicas e centrais que regulamentam a vida social, política e jurídica dos cidadãos que vivem no país.

Tais normas, que consubstanciam os direitos fundamentais e individuais, possuem eficácia e aplicabilidade imediata, conforme exposto no artigo 5º, §1º da Constituição Federal, in verbis: “Art. 5º, § 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Vale explicar que os direitos fundamentais são os direitos humanos positivados na Constituição Federal, assim se diferindo direitos humanos que são aqueles ligados a liberdade, igualdade e fraternidade, direitos que estão positivados no plano internacional. Note-se que o conteúdo dos dois é essencialmente o mesmo, sendo o que difere o plano em que estão legalmente previstos.

Os direitos fundamentais, liberdades Públicas ou, ainda, direitos humanos são definidos como conjunto de direitos e garantias do ser humano, cuja finalidade principal é o respeito a sua dignidade, com proteção ao poder estatal e a garantia das condições básicas e mínimas de vida e desenvolvimento do ser humano, isto é, garantir ao ser humano, o respeito à vida, à liberdade,

à igualdade e a dignidade, em prol do livre desenvolvimento do ser humano.

Não podemos deixar de mencionar que a Constituição de 1988, foi um marco nos direitos dos cidadãos, por garantir liberdades civis e impor deveres do Estado. Logo em seu início, logo após os princípios fundamentais previsto dos artigos 1º a 4º, a Constituição Federal destinou seu Título II aos direitos e garantias fundamentais, que se inicia no artigo 5.º e se conclui no artigo 17.

Assim, resta evidente a importância dos direitos fundamentais, a qual decorre da própria natureza humana e vida em sociedade, bem como que a Constituição Federal atribui a estes a merecida importância e proteção legal, por serem indispensáveis ao convívio harmonioso.

No sentido, temos o ensinamento de José Afonso da Silva:

“O reconhecimento dos direitos fundamentais do homem, em enunciados explícitos das declarações de direitos, é coisa recente, e está longe de se esgotarem suas possibilidades, já que cada passo na etapa da evolução da Humanidade importa na conquista de novos direitos. Mais do que conquista, o reconhecimento desses direitos caracteriza-se como reconquista de algo que, em termos primitivos, se perdeu, quando a sociedade se dividira entre proprietários e não proprietários” (SILVA, 1992, p.137).

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O conceito de dignidade humana é de difícil conceituação, haja vista que encerra muitos pareceres e significados.

Podemos afirmar que nunca houve uma época em que o homem esteve destituído de sua dignidade, conquanto ainda não reconhecesse como um atributo ou como uma qualidade inata e imanente da pessoa humana. “Dignidade vem do latim *dignitate* e pode ser compreendida como sendo honradez, honra, nobreza, decência, respeito a si próprio, conforme o Novo Dicionário Aurélio e Minidicionário Aurélio, ambos da Editora Nova Fronteira, e está ligada ao ser humano por uma abstração intelectual representativa de um estado de espírito.

A dignidade, por conseguinte, é um atributo humano sentido e criado pelo homem e por ele desenvolvido e estruturado, existindo desde os primórdios da humanidade, mas só nos últimos dois séculos percebidos plenamente, apesar de que quando o ser humano começou a viver em sociedades rudimentares organizadas a honra, a honradez, e nobreza já eram respeitadas pelos membros do grupo, o que não era percebido e entendido concretamente, mas geravam destaque a alguns membros.

Já para nós, e por paradoxal que possa parecer, a dificuldade que encontramos em estabelecer os estritos contornos do conceito de dignidade, não se verifica presente quando nos referimos a determinadas circunstâncias de vida onde se façam ausentes condições mínimas de dignidade; outrossim, se não logramos êxito em afirmar a partir de que momento pode-se considerar uma vida como tal “digna”, não há a menor dificuldade em se asseverar que pessoas que vivem em condições insalubres, desprovidos ou despojados dos bens da vida, sejam por qualquer condição (ausência de políticas públicas, encarceramento, tortura, criminalidade em geral, convulsões ou guerras, etc.) encontram-se em situação inequívoca de indignidade vital.

Entendemos assim que a dignidade humana não se define pelo que é, mas sim pelo seu oposto, ou seja, pelo que não é. Desta forma, afirmamos que não é digna a vida humana carente de saúde, de alimentação mínima, de saúde básica ou de educação fundamental; indigna é a

vida despojada do direito de ir e vir, do direito a um meio ambiente sadio e equilibrado, do direito ao trabalho, lazer, etc.; nesse sentido parece mais fácil inclusive falar-se em assentimento, dificultada quanto às formas precisas em face de sua apertada definição.

José Afonso da Silva (2007, p. 63) resumi bem a dignidade da pessoa humana com base na teoria Kantiana:

“A dignidade da pessoa humana constitui um valor que atrai a realização dos direitos fundamentais do Homem, em todas as suas dimensões; e, como a democracia é o único regime político capaz de propiciar a efetividade desses direitos, o que significa dignificar o Homem, é ela que se revela como seu valor supremo, o valor que o dimensiona e humaniza”.(SILVA, 2007, p. 63)

A dignidade, portanto, é parte inerente ao Homem devendo ser protegida e difundida por todos da sociedade política para que seja, efetivamente, extensível a todos, fazendo com que se difunda na interação entre a superestrutura política, jurídica e ideológica e, a infraestrutura econômica e social.

Por fim, é oportuno citar a definição de dignidade da pessoa humana de Sarlet, porque nela está presente uma nota relevante para a fundamentação constitucional da vinculação dos particulares a direitos fundamentais:

[...] temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.(SARLET,2007a)

LIMITAÇÃO OU RESTRIÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Se os direitos fundamentais são passíveis de limitação ou restrição, isso deduz que eles não possuem caráter absoluto, essa é uma premissa que foi clareada de forma categórica nas palavras de Cavalcante Filho (2015, p. 7-17) ao afirmar que: “Nenhum direito fundamental é absoluto. Com efeito, direito absoluto é uma contradição em termos. Mesmo os direitos fundamentais sendo básicos, não são absolutos, na medida em que podem ser relativizados”.

O Ministro Celso de Mello enfatiza que por razões de relevantes interesses públicos não há no nosso ordenamento constitucional direitos que se revistam de caráter absoluto:

Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas - e considerado o substrato ético que as informa - permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros.(DE MELLO, 1978)

Como visto os direitos fundamentais não são absolutos, portanto, são passíveis de restrição ou limitação, termos que podem ser melhor compreendidos nas palavras do professor Kim

(2015, p. 283), ao proferir que:

Como restrição ou limitação, há que se entender como sendo toda ação ou omissão de qualquer dos poderes públicos, ou mesmo do particular, que venha a reduzir um direito fundamental. Uma vez que os direitos fundamentais não são absolutos ou ilimitados, eles se encontram submetidos a uma série de condicionamentos, que podem ser denominados de limites ou restrições, e que delimitam o exercício válido de uma prerrogativa subjetiva em determinadas circunstâncias.

Nessa seara das restrições dos direitos fundamentais encontram-se as premissas que os direitos fundamentais são restringidos de forma direta ou indireta.

Forma direta é quando a norma restritiva vem expressa no ordenamento constitucional, forma indireta é através de norma restritiva com fundamento constitucional.

Nesse sentido, Sarlet (2009, p. 391-392) explica que:

No que diz respeito às espécies de limitações, registra-se substancial consenso quanto ao fato de que os direitos fundamentais podem ser restringidos tanto por expressa disposição constitucional como por norma legal promulgada com fundamento na Constituição. Da mesma forma, há quem inclua uma terceira alternativa, vinculada à possibilidade de se estabelecer restrições por força de colisões entre direitos fundamentais, mesmo inexistindo limitação expressa ou autorização expressa assegurando a possibilidade de restrição pelo legislador.

Como exemplos de restrições diretamente constitucionais na Constituição de 1988, encontra-se o “Art. 5º, IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; Art. 5º, XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; Art. 5º, XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar” (BRASIL, 1988, ênfase acrescentada).

Por sua vez, também se encontram no ordenamento constitucional as restrições indiretamente constitucionais, que são as restrições não expressas no texto constitucional, nas quais a Constituição autoriza o legislador através de leis infraconstitucionais. Um exemplo disso se encontra no “Art. 5º, XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; Art. 5º, XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer; Art. 5º, LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem” (BRASIL, 1988).

Como restou consignado, o ordenamento constitucional brasileiro admite restrições aos direitos fundamentais por normas não expressas em seu catálogo, porém, *é importante frisar as palavras de Novais* (2003, p. 955) observando que “esta admissibilidade não é de livre criação do legislador constituinte, depende portanto, do reconhecimento da complexa natureza estrutural dos direitos fundamentais”.

Esse conceito implica na correta interpretação por parte do aplicador de direito a uma norma de restrição indiretamente constitucional, pois o mesmo deve fazer um exercício cuidadoso de análise ao caso concreto, para que não ocorra de aplicar a norma por sua livre opção e, assim, distanciar da real intenção do legislador.

Nesse mesmo sentido é pontual o enunciado do professor Kim (2015, p.289), ao afirmar que:

[...] a correta interpretação constitucional precisa calcar-se no plano jurídico, de um lado, e, de outro, num plano político, garantindo o equilíbrio, posto que na análise da interpretação da norma constitucional espera-se dos órgãos constitucionais o ajuste do interesse público que revele o sentimento da coletividade e de justiça.

Veja que, independentemente da alternativa estabelecida para limitar ou restringir um direito fundamental, ela deverá ser pautada de forma direta ou indiretamente no ordenamento constitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colisão dos direitos fundamentais desempenham papéis dogmáticos distintos, em momentos diferentes, quanto é examinado o controle de constitucionalidade. A colisão é enfrentada no momento em que há justificação de uma possível intervenção estatal, até mesmo porque um direito fundamental de outro titular pode estar sendo colidido ou limitado seu exercício por outro.

As colisões e restrições nascem ou surgem, porque o exercício de um direito fundamental entra em conflito com o outro ou com outros preceitos constitucionais.

Por mais difícil que seja a definição de critérios para solução da colisão, convém salientar que a doutrina e os tribunais traçam os limites que permitem o exercício harmônico daqueles direitos fundamentais colidentes.

O Professor Steinmetz (2001) assevera que há colisão de direitos fundamentais quando, in concreto, o exercício de um direito fundamental por um titular obstaculiza, afeta ou restringe o exercício de um direito fundamental de outro titular.

As principais ferramentas para decidir sobre casos de conflito são duas: primeiro, a interpretação sistemática da constituição, isto é, sua interpretação como um conjunto que permite levar em consideração todas as disposições relacionadas com o caso concreto e entender quais são os parâmetros que o constituinte estabelece. Em segundo, o critério de proporcionalidade, associado aos princípios fundamentais do Estado de direito, relacionando-se com os conceitos de moderação e o sopesamento de argumentos e interesses, remetendo às aspirações de equidade e justiça.

Para exercer direitos fundamentais envolvidos em conflito será sempre necessário o sacrifício de pelo menos parte de um. Mas, nesse caso, deve-se preferir a decisão com base na medida ou no parâmetro complementar oferecido pelo direito à igualdade (análise da simetria da situação de conflito) ou, respeitando a prerrogativa política do legislador se estiver diante do controle de constitucionalidade abstrato, à aplicação da proporcionalidade em sentido estrito.

O exame da proporcionalidade diante da interpretação constitucional, em geral, devem respeitar suas próprias limitações, evitando intervir no campo do poder discricionário do legislador. O poder judiciário não é um legislador que decide politicamente em instância recursal. Ele somente pode modificar a decisão legislativa se houver um argumento racional, o qual permita fundamentar a incompatibilidade entre a lei e a constituição.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. 1ª ed. 12. tir. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 15ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 10ª Ed. Saraiva, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20/11/2021.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade. Teoria geral dos direitos fundamentais. [s.d.]. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalTvJustica/portalTvJusticaNoticia/anexo/Joao_Trindade_Teoria_Geral_dos_direitos_fundamentais.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Não é possível a quebra de sigilo de dados informáticos estáticos (registros de geolocalização) nos casos em que haja a possibilidade de violação da intimidade e vida privada de pessoas não diretamente relacionadas à investigação criminal. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/35ec253885cf090f80881b44180afb00>. Acesso em: 26/10/2022.

COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DE MELLO, Celso Antônio Bandeira. O conteúdo jurídico do princípio da igualdade. Editora Revista dos Tribunais, 1978.

DIMOULIS, D.; MARTINS, L. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 1998.

FERREIRA FILHO, M. G. Aspectos do direito constitucional contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2003.

KIM, R. P. Separação de Poderes e as Teorias Interna e Externa dos Direitos fundamentais: Direitos Sociais e a inaplicabilidade da Teoria Externa. Revista de Direito Brasileira, v. 10, n. 5, p. 275, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2MpNKcp>. Acesso em: 12 de jun. 2017.

Trecho retirado do texto “Ementa: Comissão Parlamentar de Inquérito – Poderes de Investigação (CF, Art. 58, § 3º”. Disponível em: <https://bit.ly/2MJwqft>.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 15ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, G.F.; BRANCO, P. G. G. Curso de Direito Constitucional. SP: Saraiva, 2012. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 32ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

NOVAIS, J. R. As restrições aos Direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela Constituição. Coimbra: Coimbra Editora. 2003.

PACHECO, Antonio Marcelo. Direito Constitucional. 2ª. Ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

ROSSATO, Ricardo. Século XXI: saberes em construção. 2ª ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2006.

SARLET, W.I.; MARINONI, L.G.; MITIDIERO, D. Curso de Direito Constitucional. 9ª Ed. Saraiva, 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007a.

SARMENTO, Daniel. Direitos Fundamentais e Relações Privadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 36ª Ed. Malheiros, 2012.

STEINMETZ, Wilson Antônio. Colisão de Direitos Fundamentais e o Princípio da Proporcionalidade. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2001.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2004.



A cadeia de custódia segundo a lei 13.964/2019

The chain of custody according to law 13.964/2019

Renan Matheus Mendes Cruz
Arthur Braga de Souza

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.12

RESUMO

O presente trabalho propõe a discussão acadêmica em torno do papel central da prova no contexto construtor que norteia o processo judicial e da importância que a cadeia de custódia desta prova tem dentro deste processo de perseguição da certeza e de alcance da justiça, com ênfase na Lei nº 13.964/2019, Lei Anticrime, com vistas a preservar o momento de integridade dos elementos probatórios, desde o ato de cometimento do delito, sua utilização no processo até seu descarte. Para tanto, partiu-se de uma análise conceitual do que seria a cadeia de custódia, de sua recepção pela Lei Anticrime e de sua relevância pela mesma lei para, por fim, defender a adequada preservação da cadeia de custódia como ferramenta no alcance da eficiência em matéria processual. O estudo que resultou neste trabalho partiu dos pressupostos e conceitos jurídicos já presentes no ordenamento, alinhavados com as inovações trazidas pela nova lei e o posicionamento da doutrina e jurisprudência.

Palavras-chave: cadeia de custódia. lei anticrime. princípio da eficiência.

ABSTRACT

The present work proposes an academic discussion around the central role of evidence within the constructive context that guides the judicial process and the importance that the chain of custody of this evidence has within this process of pursuit of certainty and scope of justice, with emphasis on the Law nº 13.964/2019, Anti-Crime Law, in order to preserve the moment of integrity of the evidences, from the act of committing the crime, its use in the process until its disposal. To do so, we started with a conceptual analysis of what the chain of custody would be, its reception by the Anti-Crime Law and its relevance by the same law to, finally, defend the adequate preservation of the chain of custody as a tool in achieving efficiency in procedural matters. The study that resulted in this work departed from the assumptions and legal concepts already present in the legal system, aligned with the innovations brought by the new law and the position of doctrine and jurisprudence.

Keywords: evidence chain of custody. anti-crime law. efficiency principle.

INTRODUÇÃO

Com o advento da Lei nº 13.964/2019, que passou a ser conhecida como Lei Anticrime e que foi, em parte, inspirada no sistema jurídico americano, inovações foram inseridas no ordenamento jurídico brasileiro, sendo que, uma das mais importantes versa sobre a regulamentação da cadeia de custódia da prova para reforço de sua autenticidade e a segurança das decisões a partir dela proferidas.

A investigação adotada para a produção deste artigo será predominantemente qualitativa com o uso da técnica da pesquisa documental, partindo das observações e considerações contidas em publicações sobre o assunto alinhadas com a legislação correspondente e o debate jurídico e social para a produção de suas premissas que, por sua vez, comporão a estrutura do trabalho assim que confrontadas ou alinhadas com a reflexão acadêmica do autor adquirida neste processo de pesquisa. Este tipo de pesquisa tem como grande vantagem o fato de trabalhar

questões e valores mais dinâmicos não se limitando às variáveis predefinidas pela técnica do trabalho científico.

O método de abordagem do problema foi dedutivo, procurando apontar tecnicamente, a partir da conceituação da cadeia de custódia, a sua abordagem pela nova lei reguladora e a importância de seu fortalecimento técnico e os reflexos práticos positivos da adoção desta regulação para a eficiência do processo, tudo isso a partir de informações coletadas em levantamento bibliográfico e jurisprudência para a construção dos argumentos elencados.

O método de procedimento adotado para a pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir da aplicação da técnica procedimental da pesquisa indireta produzida através da análise e interpretação de conteúdo técnico, relevante e confiável, contido em obras literárias e publicações de artigos científicos em sua forma física e digital, sendo que esta segunda alternativa, priorizou sítios eletrônicos de natureza científica e idônea no campo da pesquisa acadêmica como os portais Scielo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e outros sítios especializados no assunto. Desta forma, a bibliografia adotada buscou a orientação e o domínio sobre o problema, esquematizador fichamento e procedido seu devido registro de fontes no referencial deste estudo.

Como resultado, a pesquisa ora apresentada espera estabelecer um ponto racional de convergência acadêmica na defesa do argumento de que a Lei Anticrime trouxe, de fato, um reflexo positivo para a tratativa do material probatório com vistas e fortalecer a qualidade deste material e, como consequência, produzir decisões mais acertadas e fundamentadas.

CONCEITO DE CADEIA DE CUSTÓDIA

É evidente que a prova, no processo penal, é de crucial importância para embasar a formação do raciocínio e da convicção que se manifesta na sentença de um juiz, seja condenatória ou absolutória. Diante dos caros direitos em jogo, passíveis, em não poucos casos, de sanções graves como a restrição da liberdade, exige-se uma conduta moral e ética de especial cuidado na coleta das evidências, fragmentos, da análise da cena do crime, da transferência dos vestígios coletados para o laboratório e do adequado zelo na identificação, controle e, por fim, descarte do material coletado e que agora não mais interessa ao processo.

Esse encargo é a lógica consequência da necessidade de averiguar os vestígios das infrações penais que os tenham deixado e a esta sequência de procedimentos que podemos, em um primeiro momento, denominar cadeia de custódia. Sem o cumprimento adequado e idôneo de cada uma destas etapas seria impossível realizar uma análise da forma como foi cometido um dado crime de maneira confiável para a garantia da justiça a quem dela precise.

Este conjunto de procedimentos de tratamento dos vestígios foi inserido pelo Pacote Anticrime, estabelecendo, conforme os artigos 158-A ao 158-F da Lei 13.964/19, como seria preservado o local do crime, desde o momento da coleta até o descarte final do material ao fim do processo, exigido o respeito de várias etapas lógicas e respeitadas várias formalidades em cada uma delas.

A regulamentação da atividade probatória visa dar maior credibilidade a um sólido lastro em que se deve apoiar, tanto o aspecto demonstrativo quanto o persuasivo da prova e, dentro

deste contexto, a cadeia de custódia merece especial atenção, tendo por fundamentos constitucionais o direito à prova lícita e o direito à defesa efetiva.

Então, a partir deste raciocínio, pode-se defender que são ilícitos os elementos probatórios que não possuem uma rastreabilidade adequada, pois inviabilizam “o devido processo legal, o contraditório, a integralidade da prova, a lealdade entre as partes e, principalmente, a vedação constitucional às provas ilícitas” (EDINGER, 2016) de forma que a instrumentalização do contraditório no âmbito processual é a alternativa mais viável e segura na busca da verdade dos fatos e vale a pena ressaltar que o contraditório é, além de uma garantia defensiva, um método de formação da prova que objetiva assegurar - através do confronto dialético de posições, informações e argumentações diversas fornecidas pelas partes - a completude e a confiabilidade do procedimento probatório e dos critérios de decisão sobre os fatos (TARUFFO, 2014).

O conceito de cadeia de custódia, não é nada novo, tratando-se de matéria de legislação penal, a nova lei parte de pressuposto de algo evolutivo, visto a relevância deste dispositivo legal ao processo penal brasileiro, cujo instituto tem sua regulamentação e procedimentos tratados do art. 158-A ao 158-F do Código de Processo Penal.

O CPP conceitua a cadeia de custódia em seu artigo 158-A como:

[...] o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte (BRASIL, 1941).

Este termo foi introduzido no diploma referido pela Lei nº 13.964 de 24 de dezembro de 2019, também conhecida como “Pacote Anti Crime” que também o refere no § 3º do art. 9-A da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984) quando trata da “necessidade de viabilização ao titular de dados genéticos o acesso a dados constantes nos bancos de perfis genéticos, bem como a todos os documentos da cadeia de custódia que gerou esses dados” (MAGNO; COMPLOIER, 2021). Antes disso, tanto o conceito como as diretrizes dos procedimentos da cadeia de custódia já estavam sendo estabelecidos na Portaria nº 82 de 16 de julho de 2014 e emitida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Parafraseando a definição contida no art. 158-A do CPP e fazendo referência ao detalhamento dos procedimentos que compõem a cadeia de custódia discriminados no artigo seguinte (158-B), os autores fazem uma reflexão sobre uma conceituação de Gustavo Badaró onde, na sua visão, esta cadeia se encerrava na juntada da documentação probatória ao processo, excluídas as demais etapas até o descarte do material coletado.

Prosseguindo na análise do conceito de Badaró, Magno e Comploier (2021) argumentam que tal visão foi proposta antes da edição da lei que introduziu a cadeia de custódia no ordenamento brasileiro, mas que resta consolidado, portanto, que a cadeia só se encerra quando o vestígio relevante não seja mais do interesse do processo (Art. 158-A do CPP), sendo então, responsabilidade de todos os agentes públicos envolvidos nesta cadeia, a preservação da sua integridade.

Dias Filho (2009), dentre definições simples e complexas do que vem a ser cadeia de custódia por outros autores, compilou um conceito que observa os três elementos básicos que o devem compor, a saber: registro documental, rastreabilidade e integridade. Portanto, dispõe de:

Uma sucessão de eventos concatenados, em que cada um proporciona a viabilidade ao desenvolvimento do seguinte, de forma a proteger a integridade de um vestígio do local de crime ao seu reconhecimento como prova material até o trânsito em julgado do mérito processual; eventos estes descritos em um registro documental pormenorizado, validando a evidência e permitindo sua rastreabilidade, sendo seu objetivo-fim garantir que a evidência apresentada na corte se revista das mesmas propriedades probatórias que o vestígio coletado no local do crime. (FILHO, 2009)

A partir da discussão do papel e da responsabilidade dos agentes públicos que impulsionam a cadeia de custódia, Edinger (2016) oferece uma interessante analogia para o tema cunhada a partir do conceito de “elos” sendo, cada um destes, um agente que manuseou o vestígio de interesse do feito. Assim, para este autor, consiste no seguinte:

A cadeia de custódia é composta de elos, que dizem respeito a um vestígio que, por sua vez, eventualmente, será considerado uma prova. Um elo é qualquer pessoa que tenha manejado esse vestígio. É dever do Estado - e, também, direito do acusado, identificar, de maneira coerente e concreta, cada elo, a partir do momento no qual o vestígio foi encontrado.

Assim, fala-se em cadeia de custódia íntegra quando se fala em uma sucessão de elos provados. “[Cada um deles] proporciona a viabilidade do desenvolvimento do seguinte [elo], de forma a proteger a integridade de um vestígio do local do crime ao seu reconhecimento como prova material, até o trânsito em julgado”. (EDINGER, 2016)

Já, com foco na perseguição da idoneidade que deve revestir a prova, Geraldo Prado (2014) define a cadeia de custódia como uma forma de asseguramento da fiabilidade dos elementos probatórios contra sua exposição a interferências capazes de falsificar o resultado da atividade probatória. Essa produção encontra adequado assento no preâmbulo da Portaria nº 82/2014 da Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP:

[...] a garantia da cadeia de custódia confere aos vestígios certificação de origem e destinação e, conseqüentemente, atribui à prova pericial resultante de sua análise, credibilidade e robustez suficientes para propiciar sua admissão e permanência no elenco probatório;

Edinger (2016) portanto, utilizando como parâmetro a mesma portaria, resume seu conceito como sendo “um procedimento regrado e formalizado, que documenta o manejo do vestígio, tornando-o admissível, ou não, e apto a um juízo de valoração”.

Dallagnol e Câmara (2016), a partir do conteúdo do art. 158-A do Código de Processo Penal, conceitua a cadeia de custódia da prova como a “corrente histórica da posse de uma dada prova” e chamam a atenção para um instituto importado da lei norte-americana: a prova da cadeia de custódia que, segundo os autores, é a “reconstrução cronológica da corrente histórica da posse de uma dada prova, retratando-a desde a sua geração até seu aporte aos autos, expondo cada um dos elos dessa corrente, por cujas mãos a detenção da prova foi passada”.

Este segundo instituto, não se confunde com o objeto desta pesquisa e, por isso, cabe uma breve análise desta distinção com o fim de que se evite interpretações ou utilizações indevidas dos termos que tratam de processos diametralmente distintos.

De fato, o conceito inserido no art. 158-A do CPP, trata da definição positivada do instituto da cadeia de custódia da prova, objeto desta pesquisa e fartamente discutido até aqui. Já a prova da cadeia de custódia, obrigatória nos sistemas da *Common Law*, impõe à acusação o ônus de “provar que uma prova foi manipulada corretamente, e demonstrar sua existência e cronologia, para que ela seja admitida como prova em um julgamento”. Trata-se, portanto, de um filtro de autenticidade do que é submetido à apreciação como prova durante um processo que,

apesar de muito positivo aos fins de um processo, não é exigido ou acrescentado na legislação brasileira (DALLAGNOL; CÂMARA, 2016).

AS INOVAÇÕES DA LEI 13.964/2019 LEI ANTICRIME

A Lei Anticrime é inspirada no sistema jurídico americano e, no tocante ao objeto de estudo desta pesquisa, inovou com o dispositivo do artigo 158-A, versando sobre a cadeia de custódia da prova, determinando a prática “em que todas as provas são isoladas e impedidas de que haja qualquer alteração em seu estado, para que isso não seja contra argumentado na defesa do acusado e tornando a prova mais autêntica” (OSÓRIO, 2022).

Almeida (2021) defende que a edição da Lei nº 13.964/2019 teve como impulso uma pressão social e política com foco nos anseios populares e projetos de governos pela redução da impunidade e as necessárias reformas no sistema penal brasileiro, as inovações vieram alterando importantes institutos do direito penal, processual penal e de legislação esparsa (nada menos do que 17 leis atualmente vigentes, entre as quais o Código Penal, o Código de Processo Penal).

No Código de Processo Penal as reformas foram extremas em diversas matérias e os reflexos das inovações propostas prenunciam temas de outro projeto de lei ainda em tramitação, a saber, o novo Código de Processo Penal (Projeto de lei nº 8.045 de 2010).

O fundamento da imperativa proteção devida à integridade e idoneidade da prova, como já exposto, emana do mandamento constitucional e dali já havia irradiado para o restante do ordenamento jurídico brasileiro há vários anos, mas foi a chamada Lei Anticrime (2019), que imprimiu no Código de Processo Penal, em seus artigos 158-A a 158-F, a disciplina do assunto, descrevendo todo o procedimento da cadeia de custódia das provas (ALMEIDA, 2021).

O artigo 158-B, em especial, discorre sobre as etapas desta cadeia de custódia que são: “reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento e descarte”. Cumpridas as formalidades de cada uma dessas etapas, a cadeia de custódia estaria correta. Os agentes que atuarão na coleta dos vestígios que interessem ao processo e que serão submetidos à cadeia de custódia deverão ser “preferencialmente” os peritos oficiais (artigo 158-C do CPP) de forma que pode-se extrair a compreensão de que, em uma situação fática de deficiência ou insuficiência administrativa em que haja somente o agente público comum para realizar a tarefa e não um perito, “aquele poderá fazê-la sem problema algum” em face da inexistência ou impossibilidade deste Osório (2022). O autor segue argumentando que:

[...] o artigo 158-D inova na questão de colocar como regra como essas provas que estarão sob cadeia de custódia serão acondicionadas, no caso o caput diz que o tipo de acondicionamento será determinado pelo tipo de material da prova. Mostrando em seus respectivos parágrafos que todos os recipientes deverão ter lacres, com numeração e o lacre só poderá ser rompido pelo perito, para que a autenticidade do vestígio não seja alterada. No final, o artigo 158-E explana sobre a Central de Custódia, a qual tem o objetivo de agrupar a custódia das provas periciadas.

[...]

No final, o artigo 158-F aborda as Condições do depósito dos vestígios, tal situação ocorrerá quando a central de custódia não possuir espaço suficiente para armazenar determinado material, fazendo com que a autoridade policial ou judiciária ordene as condições de depósito do material em local diverso.

Tais inovações, evidentemente, demandam recursos e exigem para o seu atendimento, tanto dos agentes públicos como dos gestores dos órgãos periciais, uma melhor estruturação ou, no mínimo, uma melhor coordenação de suas ações de forma integrada com outros setores e áreas afins visando suprir as deficiências estruturais - tão características da administração pública em muitos lugares - para o cumprimento do mandamento legal e a devida proteção da integridade e da idoneidade da cadeia de custódia das provas no processo a que estão vinculadas (OSÓRIO, 2022) sob pena das sanções decorrentes de negligência.

Estas inovações legislativas trazidas pela Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime) buscam possíveis contribuições deste instrumento, para uma produção probatória de maior qualidade, através da confiabilidade no processo, da integralidade e autenticidade para manter e documentar a história cronológica dos vestígios coletados, garantindo a preservação de sua sequência descritiva, lógica e legal, resguardando, dessa forma a prova em sua totalidade, para fins de se evitar possíveis nulidades posteriores.

No tocante ao impulso ao cumprimento de uma diligente cadeia de custódia da prova, temos um fortalecimento das imposições de imparcialidade que o magistrado deve possuir no tocante ao tratamento e apreciação das provas em um processo que deve ser alcançada por uma idônea cronologia e adoção minuciosa dos procedimentos técnicos cabíveis.

Exemplo disto é o *caput* do artigo 157 do CPP que determina o imediato desentranhamento dos autos das provas consideradas ilícitas por violação direta das normas constitucionais e legais que foi reafirmado, ou melhor: endurecido, pelo seu § 5º, incluído pela lei 13.964/2019 determinando o afastamento daquele juiz que teve contato com prova ilícita de uma ação penal ou do processo de investigação (ALMEIDA, 2021).

O autor acrescenta que a “inovação” citada já havia sido incluída em 2008 através da Lei nº 11.690/2008, determinando que aqueles magistrados que participaram de um procedimento de investigação não poderiam ter contato com a ação penal, mas acabou sendo vetada (MENSAGEM DE VETO, 2008) sob o argumento de que:

O objetivo primordial da reforma processual penal consubstanciada, dentre outros, no presente projeto de lei, é imprimir celeridade e simplicidade ao desfecho do processo e assegurar a prestação jurisdicional em condições adequadas. O referido dispositivo vai de encontro a tal movimento, **uma vez que pode causar transtornos razoáveis ao andamento processual, ao obrigar que o juiz que fez toda a instrução processual deva ser, eventualmente, substituído por outro que nem sequer conhece o caso.**

Ademais, quando o processo não mais se encontra em primeira instância, a sua redistribuição não atende necessariamente ao que propõe o dispositivo, eis que mesmo que o magistrado conhecedor da prova inadmissível seja afastado da relatoria da matéria, poderá ter que proferir seu voto em razão da obrigatoriedade da decisão coligada (grifo nosso).

Apesar de reconhecer as razões do veto, Almeida (2021) reitera a imperativa necessidade de preservação da imparcialidade do juiz que deve ser protegida em face das inevitáveis interferências para minimizá-las, onde, o afastamento isenta o operador do direito de incorrer, mesmo que involuntariamente, em uma conduta viciada e injusta, pois, mesmo que atenda ao *caput* do artigo 157, desentranhando do processo aquele vestígio que teve sua cadeia de custódia contaminada e não o uso como fundamento em qualquer decisão do feito, não há como identificarmos eventual ‘manobra’ jurídica do juiz, que embora use outras provas, use, mesmo que inconscientemente, as provas desentranhadas dos autos. Como simplesmente, garantir que o Magistrado tire de seu pensamento algo com que teve contato?”

Ainda sobre o *caput* do art. 157, defende-se que há, contida ali, “violação ao princípio da legalidade em sua nova disposição, em razão de não ser especificado o que seria ‘prova declarada inadmissível’”. Fazendo com que os operadores do direito tenham dúvida, tornando a inovação vaga e incompleta (OSÓRIO, 2021)” e, o emprego de enunciados legislativos com excesso de abstração ou margem de incerteza podem pôr em risco, tanto a segurança jurídica, quanto o princípio da legalidade, ambos caros na perseguição da justiça almejada, isso reiterada a intenção de imprimir imparcialidade pelo agravamento dos efeitos oriundos de uma prova contaminada, como se percebe pelo § 5º do mesmo artigo, incluído pelo Pacote Anti crime, sobrando a indagação sobre o que se deve entender por “prova declarada inadmissível” (OSÓRIO, 2021 *apud* LIMA, 2020).

Almeida argumenta que, desde o isolamento da área, com relevância para o efetivo o local do crime, os peritos criminais e demais agentes que tenham contato com a cadeia de custódia das provas têm de obedecer aos procedimentos específicos elencados no CPP sempre que encontram qualquer vestígio, incluídas nisto os procedimentos técnicos de reconhecimento, da fixação, da coleta, do acondicionamento, do transporte, do recebimento, do processamento, do armazenamento e do descarte. Além do efetivo momento em que a prova é coleta, a cadeia de custódia também tutela o acondicionamento dessa prova, sendo o modo em que ela é separada e embalada, de mesmo modo, os novos dispositivos do Código de Processo Penal, transcendendo aos aspectos unicamente técnicos, tratam do recebimento deste vestígio que deve ser documentado com informações referentes ao número de procedimento, unidade de polícia judiciária que o realizou, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu.

É coerente afirmar que, em face, da revolução provocada pelas alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019, os maiores receios terão como base em como o ordenamento jurídico brasileiro, bem como as práticas dos operadores do direito, irão recepcionar os novos institutos impostos, com especial ênfase naquelas críticas feitas ao juiz de garantias, especialmente em se tratando do rodízio de magistrados por força do § 5º do art. 157 do CPP (ALMEIDA, 2021).

Osório (2021) acrescenta ainda, como um ponto positivo trazido pelas inovações do Pacote Anticrime, a cadeia de custódia da prova como instrumento de agilidade para a resolução das proposituras do Ministério Público e a valorização do papel e da profissão do perito dentro da mesma, legitimando suas ações e fortalecendo a autenticidade do conteúdo probatório produzido. Assim, “seguindo os ensinamentos do ilustre professor Geraldo Prado, tem-se aqui importante ‘dispositivo para assegurar a integridade dos elementos probatórios’ que serão apreciados pelo julgador da causa” (LEBRE, 2020, p.153).

RELEVÂNCIA PARA O PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Magno e Comploier (2021, p. 212), retomando o argumento de que o instituto da cadeia de custódia da prova, apesar de já constar de maneira esparsa no Código de Processo Penal, foi, de fato, sistematizado pela Lei 13.964/19 (“Pacote Anticrime”), indagam, dentre outras questões: A partir deste ponto temporal qual seria a relevância do mesmo no Processo Penal e quais serão seus efeitos jurídicos? Ocorrida uma quebra na cadeia de custódia de uma prova, a mesma seria considerada imediatamente ilícita com conseqüente desentranhamento dos autos?

Para os autores, “se trata de norma processual genuína, sem qualquer tipo de efeito material, aplicável ao caso o disposto no art. 2º, CPP: ‘a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior’.” Assim, os dispositivos da lei regulamentar só serão, portanto, aplicáveis às condutas de agentes praticadas a partir de 23 de janeiro de 2020, data em que a lei passou a ter eficácia. “Não há, portanto, que se falar em ‘quebra’ antes de tal data, exceto se o descumprimento tenha violado normas sobre a cadeia de custódia já anteriormente dispostas no Código de Processo Penal.”

Reiterado o importante papel da cadeia de custódia, primeiramente, na proteção do devido processo legal através da preservação da integridade do conteúdo probatório e, indiretamente, porém, de não menor relevância, instrumentalizando o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa em relação aos procedimentos realizados com a prova, sendo que, com o advento da Lei nº 13.964/2019, são muito mais detalhados e, por consequência, mais facilmente compreendidos, debatamos, e reiterar, essa relevância no processo penal brasileiro.

Almeida (2021, p. 56) alerta para as consequências processuais de uma eventual não observância dos procedimentos destinados à preservação da integridade de vestígios que interessem à demanda e, como exemplo, cita um dos mais famosos casos da história da justiça norte-americana: Orenthal James (“O.J”) Simpson (1994), foi preso e levado a julgamento pelo assassinato de sua ex-mulher, Nicole Brown, ao supostamente flagrá-la junto de um amante. O autor chama a atenção ao fato de que o principal exemplo prático da importância do instituto da cadeia de custódia da prova se deu fora da jurisdição brasileira.

No caso em questão, a “promotoria” encontrou material genético do jogador no local do crime e no corpo de sua ex-companheira, além do sangue de Nicole e da outra vítima no carro do acusado. Dada a irrefutabilidade dos resultados de exames laboratoriais a partir do material biológico encontrado, a defesa de O.J. resolveu atacar falhas nos procedimentos que compuseram a “cadeia de custódia” dessas mesmas provas, apontando erros na coleta e manipulação dos vestígios utilizados como amostras nos exames de DNA, contestando, a partir daí, a validade destas provas e excluindo-as do processo e apresentando uma tese de defesa com base nestes vícios que resultaram na absolvição de O.J. Simpsom.

A defesa chegou a apresentar aos jurados fotografias de policiais coletando materiais da cena do crime sem o uso dos devidos equipamentos de proteção individual, ratificando seu argumento de que estas violações aos procedimentos de cuidado com a prova acabaram por gerar danos ao processo. O autor salienta que “a simples constatação de vícios nos procedimentos da cadeia de custódia não implica automaticamente em uma invalidação daquele vestígio como elemento probatório, o vício deve ter causado danos à integridade da prova” (ALMEIDA, 2021, p. 57).

Quando pensamos no conceito de cadeia de custódia e sua devida implementação nas práticas probatórias do processo penal brasileiro, partimos do pressuposto de um instrumento fundamental para a redução da manipulação indevida de provas, pois, uma vez contaminados os vestígios do delito, efeitos relevantes são – ou deveriam ser – gerados nas decisões judiciais, podendo haver incriminação de uma pessoa inocente ou ainda a absolvição de um agente delituoso. Logo, trata-se de um sistema cujo objetivo é proporcionar uniformidade no processo judicial a fim de evitar equívocos, constituindo-se numa forma de elevar garantias constitucionais na observância do devido processo legal.

Conforme Prado (2014, p.34), a busca pela verdade, com o objetivo de sair de um estado de dúvida em caminho de um estado de convicção, não possui uma natureza reflexiva, de forma que conduza os sujeitos processuais em sentido ao passado, para checar os fatos como na realidade ocorreram, assim, nota-se a extrema importância do respeito à Cadeia de Custódia da Prova, de forma que se consiga, no que estiver ao alcance, a preservação desses meios capazes de relatarem os fatos ocorridos no passado. Assim sendo, é de extrema relevância entender a verdadeira função da prova no processo penal, para que, paralelamente, se consiga conceituá-la, buscando compreensão e interpretação das normas competentes, para que se possam ser estabelecidos os procedimentos utilizados na busca pela verdade, quando for imputar a responsabilidade penal a alguém, de forma que o fiel cumprimento ou adequado conhecimento da cadeia de custódia de uma prova fortalece os processos de cognição do magistrado ao visualizar tal vestígio que interesse ao feito e que, com base nessa base técnica, posteriormente poderia ser considerado ilícito ou inadmissível por conta de uma quebra na respectiva cadeia. Assim, cabe reiterar que a Cadeia de Custódia não é, portanto, inquestionável. Pode o perito errar de alguma forma ou não seguir os procedimentos como determinado na norma legal (OSÓRIO, 2021, p. 28).

Alguns autores sustentam que o descumprimento de quaisquer das regras ali impostas torna a prova inadmissível e até mesmo ilícita; outros sustentam que se trata de caso de nulidade e anulabilidade; enquanto os demais sustentam ser uma questão de autenticidade da prova e a eventual violação deverá ser avaliada caso a caso, sendo uma questão de peso, e não de validade. Em síntese, em tese, duas grandes soluções são possíveis: compreender a prova como ilegítima, não podendo ser admitida no processo, ou superar a questão da admissibilidade da prova e sanar a questão da irregularidade na questão do peso, dando menor valor àquele meio que foi produzido com alguma violação às regras da cadeia de custódia (MAGNO E COMPLOIER, 2021; p. 212-213).

Na vertente da inadmissibilidade de uma prova cuja cadeia de custódia foi quebrada, os autores citam Aury Lopes Júnior que, por sua vez, evoca a “pena de *inutilizzabilità*” do direito italiano” e Geraldo Prado que argumenta expondo os conceitos distintos de “fiabilidade” e “peso da prova” onde, a ausência do primeiro atributo inadmite a submissão para a aferição do segundo. Como defensores da segunda corrente, mais moderada, que valora o “peso da prova” (valor) em razão de um possível comprometimento da mesma a partir de um alegado descumprimento da cadeia de custódia e que justificaria sua exclusão do processo, os autores citam Guilherme de Souza Nucci, Rogério Sanches Cunha e Gustavo Badaró que acreditam mantidas a legitimidade e licitude da prova, cabendo a aferição de seu valor probatório dados os vícios apontados.

Segundo os autores, mesmo no direito estrangeiro, de onde o instituto foi importado, a quebra da cadeia de custódia não enseja, de plano, a inadmissibilidade da prova, como alguns creem. Para os Estados Unidos (*Common law*) a prova deve se revestir de adequação e, não necessariamente, de infalibilidade para ser admitida. Certo é haver uma repercussão reflexa no peso (valor) desta prova que será remetida à apreciação do júri. De igual modo, na Espanha, de tradição romano-germânica, a questão da quebra da cadeia de custódia é tratada de forma ponderada.

Uma análise de decisões do Supremo Tribunal espanhol permite encontrar sentenças absolutórias fundamentadas pela ausência de acreditação da cadeia de custódia, mas a posição majoritária atual considera que eventuais irregularidades na cadeia de custódia acarretam uma prova irregular – e não ilícita –, devendo-se, neste caso, observar-se a natureza, a gravidade e a acumulação de irregularidades e, sobretudo, a (im)possibilidade de defesa delas resultante.

Por fim, os autores encerram afirmando que a doutrina majoritária brasileira entende, portanto, que eventuais vícios na cadeia de custódia da prova não ensejam automaticamente e por si só, a inadmissibilidade ou a nulidade da prova contida nos autos. “É óbvio que cabe a responsabilização do agente público desidioso, mas não há que se excluir a prova por uma simples falha sem qualquer repercussão no cerne da prova pericial” (MAGNO E COMPLOIER, 2021; p. 215).

No liame desta mesma compreensão, por maioria de votos, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu o Habeas Corpus nº 653.515/RJ (2021/0083108-7 de 01/02/2022) e absolveu um réu acusado de tráfico de drogas porque a cadeia de custódia da prova havia sido violada, uma vez que a substância apreendida pela polícia foi entregue à perícia em embalagem inadequada e sem lacre.

Segundo o colegiado, como a origem e outras condições da prova não foram, mesmo assim, confirmadas em juízo, uma vez que o acusado não admitiu a propriedade do material, ela não poderia ser utilizada como fundamento para a condenação por conta dos vícios insanáveis que continha e impediam seu aproveitamento.

Em seu voto vencedor, o ministro Rogerio Schietti Cruz salientou que a situação seria diferente se o réu houvesse admitido a posse das drogas ou outras provas apoiassem o pedido de condenação:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA. AUSÊNCIA DE LACRE. FRAGILIDADE DO MATERIAL PROBATÓRIO RESIDUAL. ABSOLVIÇÃO QUE SE MOSTRA DEVIDA. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. HIGIDEZ DA CONDENAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA. (STJ 0083108-35.2021.3.00.0000 – Habeas Corpus 0083108-35.2021.3.00.0000, Relator: Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 23/11/2021, Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Data de Publicação: Publicado no DJE: 31/01/2022, pág. Sem Página Cadastrada).

O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA NA CADEIA DE CUSTÓDIA

Para Santiago (2009) o princípio da eficiência, embora previsto para a Administração Pública em geral, aplica-se convenientemente ao processo penal, devendo servir de mola propulsora para o processo hermenêutico das inovações trazidas ao Código de Processo Penal, nisto inclusas aquelas reformas oriundas do “Pacote Anticrime”. Para o autor, o Código de Processo Penal deve buscar sempre uma aproximação com os princípios basilares da Carta Constitucional e, dentro de sua matéria de alcance.

[...] este referencial valorativo pode ser reduzido a três princípios - que ora se convencionam chamar vetores axiológicos processuais-penais: I) princípio da dignidade da pessoa humana, orientador de todo o processo elaborativo e hermenêutico da CF e de toda a legislação infraconstitucional; II) princípio do devido processo penal, constituído por todos os direitos fundamentais insculpidos no art. 5º., CF que tenham ligação direta ou indireta com a tutela do direito à liberdade; e III) princípio da proporcionalidade, que também ressalta sua importância, notadamente na aplicação prática do processo penal aos casos penais concretos. (SANTIAGO, 2009)

Assim, o CPP se valida como norma infraconstitucional a partir de sua submissão ao crivo dos princípios que emanam do texto constitucional, ou seja, sua adequação aos três vetores axiológicos citados pelo autor. Desde as reformas de 2008 observa-se uma linha de valores nas inovações do CPP que conduzem diretamente ao princípio da duração razoável do processo

previsto no art. 5º., LXXVIII, da CF, inserido pela Emenda Constitucional nº 45 de 08 de dezembro de 2004, agregando-o aos direitos e garantias fundamentais brasileiras (SANTIAGO, 2009).

É coerente, portanto, argumentar que as inovações trazidas pelo “Pacote Anti Crime”, principalmente quanto à regulamentação da cadeia de custódia da prova, intenciona promover significativas e positivas mudanças na rotina forense, desburocratizando e agilizando os processos judiciais através do fortalecimento deste instituto como consequência da qualificação dos processos de coleta, manipulação e análise de vestígios e dos agentes envolvidos nestes atos, sem, portanto, negligenciar os princípios e garantias constitucionais já anteriormente assegurados às partes. Então, sempre que devidamente assegurados os valores constitucionais quando na prática jurisdicional contida no processo penal, promovendo a justiça e a economicidade dos recursos do erário, há de se defender que resta buscar a eficiência e, não somente a eficácia do processo.

Em outras palavras, com a minirreforma, o legislador desejou a aplicação expressa do princípio da eficiência ao processo penal. Como lembra Carvalho Filho (2009, p. 28), com a aplicação do referido princípio, inscrito no caput do art. 37 da CF como um dos cânones da Administração Pública, busca-se a produtividade e economicidade, reduzindo os desperdícios de dinheiro público, impondo-se a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional. Lembra ainda o autor que há uma relação umbilical entre o princípio da eficiência e o princípio da duração razoável do processo (SANTIAGO, 2009, p. 92).

O autor resgata o argumento de que a perseguição de regras para a celeridade devida ao processo em virtude da aplicação legal do princípio da eficiência não justifica negligenciar o mandamento do devido processo penal, garantido o contraditório e da ampla defesa, sob pena de incorrer em uma busca por “justiça” a qualquer preço, focada em resultados estatísticos e organizacionais em detrimento de resultados teleológicos e na área da persecução penal, este aparelhamento significa possibilitar maior capacidade de combate ao delito e, ao mesmo tempo, maior respeito ao cidadão que está sofrendo a imputação acusatória estatal, sem ceder à retórica simplista, cartesiana, apaixonada e pontual do aumento da repressão penal por meio de sanções mais graves e forma de execução de pena mais rigorosa, que muitas vezes direciona o debate político-legislativo-criminal, distorcendo o foco garantista que deve norteá-lo.

Magno e Comploier (2021, p. 218) observam que a lei nº 13.964/20, vigente desde 23 de janeiro de 2020, “praticamente reproduziu o texto da Portaria nº 82 de 2014, do Ministério da Justiça, que estabeleceu diretrizes, em âmbito nacional, sobre procedimentos a serem observados no tocante à cadeia de custódia de vestígios”. Por outro lado, igualmente pecou ao não estabelecer as consequências do descumprimento das diretrizes do instituto aos agentes públicos participantes da cadeia, além de não instituir, a exemplo do que ocorre no direito estrangeiro, a obrigatoriedade de um formulário de cadeia de custódia que, por sua vez, facilitaria a reconstrução da história cronológica do vestígio na cadeia de custódia. Atualmente este tipo de informação é disposta de forma pulverizada em organismos periciais, policiais e judiciários, carecendo de integração de sua base de dados.

O princípio da eficiência, incluído na Constituição Federal através da emenda constitucional nº 19/98, é tido como essencial ao instrumento da cadeia de custódia, no intuito de exigir sempre do agente público qualidade nos serviços prestados à sociedade. Embora haja um longo caminho a percorrer, visto que tal procedimento é pouco aderido por ausência de preceitos técnicos e estruturais das polícias, este princípio é fundamental para o desenvolvimento e para as mudanças legais necessárias para a implantação da cadeia de custódia.

É possível dizer que o avanço tecnológico faz com que as organizações responsáveis pela produção da prova pericial tenham que mudar e se adaptar a uma nova forma de funcionamento, o que inclui a implantação de um programa de custódia. No qual é necessário empenho e investimentos públicos para a correta aplicação e manutenção da cadeia de custódia. Sabe-se que os trâmites referentes à cadeia de custódia são usualmente descumpridos, seja por negligência ou por desconhecimento. Porém, a atual exigência de ações integradas e por maior eficiência na prestação de serviços, certamente, alavancarão maiores investimentos buscando a melhoria da qualidade do serviço prestado. O autor ainda aponta para a necessidade de mudanças nos protocolos de obtenção da prova pericial não só nas fases iniciais de investigação como nas fases posteriores (MARINHO, 2011). Como quaisquer mudanças no ordenamento jurídico, questões práticas devem ser analisadas para tais mudanças serem bem recepcionadas (ALMEIDA, 2021, p. 62). Este autor afirma ainda que:

Infelizmente, estamos em país onde a simples legislação não molda comportamentos, devendo ser necessária a correta fiscalização, logo, não basta que a nova lei anticrime venha por consolidar no nosso sistema judiciário, o sistema adversarial, mas sim, precisamos que os Magistrados, desde a primeira instância passem a agir completamente de acordo com o sistema vigente.

Tal mandamento de conduta não deve se resumir aos magistrados (como na citação) mas, com toda certeza, pode ser estendido aos demais agentes atuantes na cadeia de custódia da prova. Para Marinho (2011), no cumprimento da cadeia de custódia da prova existe a responsabilidade moral e a social. Os agentes públicos das organizações responsáveis pela autenticidade e garantia da idoneidade têm o dever de agir com a conduta no sentido da busca da qualidade e da legalidade da prova.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um olhar crítico deve ser dedicado às questões ligadas à implementação dos procedimentos de segurança e de preservação da cadeia de custódia da prova e tal conduta deve ser diligentemente inserida à rotina de trabalho das equipes que atuam na coleta e manipulação deste material. Isto significa respeitar o papel de uma unidade coesa de conhecimentos e experiências que devem ser aprimorados para proteger direitos caros de indivíduos envolvidos em delitos, considerando a complexidade das relações humanas e os riscos das atividades envolvidas no trabalho de apuração dos delitos que possam resultar dessas interações, buscando prever as múltiplas possibilidades de erros, preventivamente regulando as práticas através da padronização das condutas e processos, bem como, a demonstração da interação interdisciplinar que existe entre elas para este fim.

Além disto, a pesquisa aponta para um pensamento que não exime o agente, envolvido na coleta e manipulação, de seu papel e responsabilidade neste trabalho de busca pela verdade num processo, individual e ativamente se precavendo de erros, cobrando, fomentando, acompanhando e avaliando suas ações e resultados, bem como de sua equipe, permanentemente, voluntária e racional, entendendo que fatores externos e internos, sejam estruturais ou psicológicos do local de trabalho possivelmente exercerão pressão de modo a influenciar, em maior ou menor proporção, na sua conduta em relação ao correto cumprimento dos procedimentos a serem adotados, uma vez que este trabalho do perito busca o adequado traçado da linha lógica de relações e fatos que compõem a história do delito, interligados em uma cadeia de dependência e inter-relações: essa é a meta ideal.

A redução da manipulação indevida de provas trata de precaução e segurança jurídica para as decisões judiciais, fundada na garantia constitucional de observância do devido processo legal, evitando a incriminação de uma pessoa inocente ou a absolvição de um agente delituoso.

Isto, portanto, não enseja a inflexibilidade, isto em razão das variáveis estruturais e humanas envolvidas mesmo no processo dessa custódia, de forma que essa cadeia de custódia não é inquestionável, uma vez que é passível de erro pericial quanto ao cumprimento dos procedimentos determinados na norma legal, de forma que a doutrina majoritária brasileira entende que, sozinhos, eventuais vícios na cadeia de custódia da prova não ensejariam automaticamente a inadmissibilidade ou a nulidade da prova contida nos autos, cabendo, obviamente, a consequente responsabilização do agente público que deu causa ao vício, assunto que não foi devidamente tratado nas inovações propostas.

É defensável o papel positivo das inovações contidas no “Pacote Anticrime” quanto à regulamentação da cadeia de custódia da prova para promoção de positivas mudanças na conduta forense, desburocratizando e agilizando os processos judiciais através do fortalecimento deste instituto como consequência da qualificação dos processos de coleta, manipulação e análise de vestígios e dos agentes envolvidos nestes atos, promovendo a justiça e a economicidade dos recursos do erário e visando a eficiência e, não somente a eficácia do processo.

Assim, exige-se do agente público a devida qualidade nos serviços prestados à sociedade. Decerto, para este fim específico, há um longo caminho para percorrer, visto que tal conduta não é popular na rotina forense por ausência de preceitos técnicos e estruturais das polícias, de modo que os trâmites referentes à cadeia de custódia são usualmente descumpridos, por negligência ou desconhecimento. Espera-se que a exigência de ações integradas e por maior eficiência na prestação de serviços propostas peças inovações legais alavanquem maiores investimentos em conscientização, qualificação técnica e estrutura física, buscando a melhoria da qualidade do serviço prestado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Viana Contin de. Mudanças no Processo Penal causadas pela Lei Federal 13.964 de 2019 também chamada de Lei Anticrime. 2021. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/13610/1/TCCII_MUDAN%c3%87AS%20NO%20PROCESSO%20PENAL%20CAUSADAS%20PELA%20LEI%20FEDERAL%2013.964%20DE%202019%20TAMB%c3%89M%20CHAMADA%20DE%20LEI%20ANTICRIME%202021.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

AZEVEDO, Yuri; VASCONCELOS, Caroline Regina Oliveira. Ensaio sobre a cadeia de custódia da prova no processo penal. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941(Código de Processo Penal). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. Lei Nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13964.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. Portaria SENASP nº 82 de 16 de julho de 2014 (Estabelece as Diretrizes sobre os procedimentos a serem observados no tocante à cadeia de custódia de vestígios). Disponível em: <https://diariofiscal.com.br/ZpNbw3dk20XgIKXVGacL5NS8haloH5PqbJKZaawfaDwCm/legislacao/federal/portaria/2014/senasp82.htm>. Acesso em: 13 set. 2022.

BRÁZ, José. *Investigação Criminal: A Organização, O Método e a Prova: Os Desafios da Nova Criminalidade*. Coimbra: Almedina, 2019.

CAMARGO, Rodrigo. *Lei Anticrime – Cadeia de Custódia e Atribuições do Trabalho da Polícia Técnico – Científica*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/321637/lei-anticrime---cadeia-de-custodia-e-atribuicoes-do-trabalho-da-policia-tecnico-cientifica.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CUNHA, Pedro Luiz Lemos. *Implantação de Cadeia de Custódia de Vestígios. Implicações para a gestão da Polícia Civil do Distrito Federal*. 2012. 103f. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Brasília. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10061.html>. Acesso em: 31 mar. 2021.

DALLAGNOL, Deltan Martinazzo; CÂMARA, Juliana de Azevedo Santa Rosa. *A cadeia de custódia da prova: a prova no enfrentamento à macrocriminalidade*. 2ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.

DIAS FILHO, Claudemir Rodrigues. Cadeia de custódia: do local de crime ao trânsito em julgado; do vestígio à evidência. In: MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis; NUCCI, Guilherme de Souza (org.). *Doutrinas essenciais: processo penal*. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 404. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 883, p. 436, 2009.

EDINGER, Carlos. Cadeia de custódia, rastreabilidade probatória. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, 2016.

LEBRE, Marcelo. *Pacote Anticrime: anotações sobre os impactos processuais e penais*. Curitiba: Editora Aprove, 2020.

MACHADO, Michelle Moreira. Importância da Cadeia de Custódia para Prova Pericial. *Revista Criminalística e Medicina Legal, Minas Gerais*, v.1, n. 2, p. 8 – 12, 2017. Disponível em: <http://revistacml.com.br/2018/04/05/importancia-da-cadeia-de-custodia-para-prova-pericial.html>. Acesso em: 27 abr. 2021.

MAGNO, Levy Emanuel; COMPLOIER, Mylene. Cadeia de custódia da prova penal. *Cadernos Jurídicos da Escola Paulista de Magistratura*. São Paulo, ano 22, nº 57, p. 195-219. 2021.

MARINHO, Girlei Veloso. Cadeia de custódia da prova pericial: uma exigência do mundo contemporâneo. *Segurança, Justiça e Cidadania*, v.9, p.9-26, 2014. Disponível em: https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume9/cadeia_custodia_prova_pericial_uma_exigencia_mundo_contemporaneo.html. Acesso em: 08 abr. 2021.

MENDONÇA, Ana Cristina. *Processo Penal*. 4.ed. Salvador: JusPodivm, 2019.

OSÓRIO, Caio Monteiro Machado. *A lei anticrime (Lei nº 13964/19): suas contradições e incongruências*. 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3932/1/TCC%20-%20CAIO%20MONTEIRO%20MACHADO%20OSO%cc%81RIO.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

PEREIRA, Luiz Fernando. A Importância da Cadeia de Custódia no Processo Penal conforme o Pacote Anticrime (Lei13.694/19). São Paulo, 2020. Disponível em: <http://drluizfernandopereira.blogspot.com/2020/04/a-importancia-da-cadeia-de-custodia-no.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PRADO, Geraldo. A Cadeia de Custódia da Prova no Processo Penal. São Paulo: Marcial Pons, 2019.

PRADO, Geraldo. Prova penal e sistema de controles epistêmicos: a quebra da cadeia de custódia das provas obtidas por métodos ocultos. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. O princípio constitucional da eficiência e a minirreforma do Código de Processual Penal. Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Fortaleza, v.29, n.1, 2009, p.87-97

TARUFFO, M. A prova. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. Cadeia de Custódia da Prova. 2ª Ed. Coimbra: Almedina, 2020.

VELHO, Jesus Antonio. Polícia Científica: Transformando Vestígios em Evidências à Luz da Cadeia de Custódia. 1.ed. Curitiba: Intersaberes, 2021.



Especialização do agente de segurança de autoridades

Specialization of authorities security agent

Wellington Klimpel do Nascimento

Especialista em Segurança de Autoridades (PMESP)

Pós-Graduado em Segurança de Autoridades (FIC)

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.13

RESUMO

Este estudo trata da especialização do agente de segurança de autoridades. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica realizada em livros, monografias, periódicos e internet, mantendo assim, os pesquisadores atualizados frente a uma atividade altamente dinâmica. Demonstram-se o serviço de segurança de autoridades, através de episódios históricos internacionais e nacionais, demonstrando o trabalho do agente, as vantagens que trazem o treinamento para esse serviço e os conhecimentos necessários. Segue um relato sobre a segurança de autoridades, citando entre outros, as características e qualificações do agente de segurança, o planejamento adotado, as ações prejudiciais no serviço, atentados e prevenções e o processo de seleção e treinamento necessários aos agentes. Apresenta-se um protocolo de treinamento de especialização para agentes de segurança de autoridades, onde é apresentada uma instrução normativa de disciplinas a serem seguidas visando a orientação, padronização e alinhamento na transmissão de conhecimento aos recursos humanos que trabalham ou irão trabalhar com a segurança de autoridades.

Palavras-chave: treinamento. agente de segurança.

ABSTRACT

This study deals with the specialization of the security agent of authorities. The methodology used was bibliographical research carried out in books, monographs, journals and the internet, thus keeping researchers updated face to a highly dynamic activity. The authorities' security service is demonstrated, through international and national historical episodes, demonstrating the agent's work, the advantages that training for this service brings and the necessary knowledge. A report on the security of authorities follows, citing, among others, the characteristics and qualifications of the security agent, the adopted planning, the harmful actions in the service, attacks and preventions and the selection process and necessary training for the agents. A specialization training protocol for authorities security agents is presented, where a normative instruction of disciplines to be followed is presented aiming at the orientation, standardization and alignment in the transmission of knowledge to the human resources that work or will work with the security of authorities.

Keywords: training. security agent. training.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo desenvolver um estudo sobre a especialização do agente na atividade de segurança de autoridades.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em livros, monografias e internet, mantendo, assim, os pesquisadores atualizados frente a uma atividade altamente dinâmica.

A proteção de autoridades é uma atividade específica e possui características particulares que envolvem dois requisitos básicos para a sua execução: logística adequada e o efetivo qualificado, ambos devidamente equilibrados entre si.

O foco desta pesquisa é demonstrar como deve ser o treinamento no serviço de proteção estruturando de uma forma adequada e ideal, atendendo às necessidades da segurança das autoridades.

Não é possível trabalhar nesta área sem uma qualificação periódica, aliada a um aparelhamento material condizente com as necessidades do serviço.

O resultado do serviço de proteção de autoridades somente será o ideal a partir do instante em que se implantar um processo técnico capaz de capacitar o agente.

O desempenho eficiente na função de segurança de autoridades é resultado da qualificação do agente, corroborado com o profissionalismo específico da área de segurança.

Assim, é possível constatar que a qualidade dos serviços, muitas vezes é comprometida pelo despreparo profissional dos agentes de segurança, o que ocasiona possíveis vulnerabilidades.

O SERVIÇO DE SEGURANÇA DE AUTORIDADES

Tratando de um contexto histórico verifica-se que a segurança de autoridades se inicia no antigo Egito onde havia um serviço de segurança para garantir a vida dos faraós, monarcas absolutos ao chefiar o Estado, o Governo e exercer a função de Líder Espiritual. Esse serviço de segurança era feito por um grupo de guerreiros que tinha a incumbência de dar segurança tanto ao Faraó como a sua família. O grupo era oriundo de uma seleção feita tomando-se em conta os mais valentes homens da corte de defesa daquela autoridade egípcia.

Governado sob o regime teocrático no antigo Egito, o faraó era o monarca absoluto ao chefiar o Estado, o Governo e exercer a função de Líder Espiritual, considerado pelo povo a encarnação de Deus, transmitindo dinheiro, prestígio, posses, respeito e a utilização de um serviço de segurança para a garantia de sua vida. (QUEIROZ E SILVA, 2009, p.33)

No Brasil, a segurança de autoridades teve como embrião um corpo de proteção de autoridades oficializado após a chegada da Família Real Portuguesa, ao Rio de Janeiro, em 1808. O Príncipe Regente, por não ter sido acompanhado de parte de sua Guarda pessoal, criou esse corpo com a missão de protegê-lo.

A atividade de servir e até proteger com a própria vida pessoas importantes não é nada moderna. O que evolui são as formas de realização do serviço de segurança de autoridades apresentando pequenas modificações com o passar dos tempos, bem como, o nível de periculosidade dos atacantes.

Quando se fala em segurança de autoridades no Brasil, diversos órgãos atuam diretamente neste serviço, podendo ser citados: Gabinete de Segurança Institucional, Polícia Federal, Exército Brasileiro, Polícia Militar (Gabinete/Casa Militar) e Assessorias Militares.

Após uma análise rápida da estrutura de segurança de autoridades no que tange ao treinamento dos operadores, salienta-se a importância do preparo do efetivo especializado, objetivando dessa forma maior eficiência no trabalho, uma vez que através do treinamento, o agente torna-se capaz de realizar tarefas com o máximo de rendimento, em tempo e em qualidade, sem mesmo necessitar concentrar a sua atenção para executá-las.

Cada profissão constitui um meio “sui generis”, que reclama aptidões particulares e conhecimentos específicos, meio que é regido por certas ideias, certos usos, certas maneiras de ver as coisas; e, como a pessoa deve ser preparada em vista de certa função a que será chamada a preencher, a educação não pode ser a mesma, desde certa idade, para todos os indivíduos. Eis porque vemos em todos os países civilizados a tendência que ela se manifesta para ser cada vez mais diversificada e especializada, e essa especialização, dia-a-dia, se torna precoce (PEREIRA E FORACCHI, p. 40).

O treinamento possui diversas vantagens, sendo uma das principais a adoção de uma abordagem normativa mediante a organização das condições reais necessárias à aprendizagem que habilitam os treinados a executar a mesma tarefa de acordo com o mesmo critério.

Treinamento é o processo educacional, aplicado de maneira sistemática e organizada, através do qual as pessoas aprendem conhecimentos, atitudes e habilidades em função de objetivos definidos. No sentido usado em administração, treinamento envolve a transmissão de conhecimentos relativos ao trabalho, atitudes frente a aspectos da organização, da tarefa e do ambiente; e desenvolvimento de habilidades. Qualquer tarefa, quer seja complexa ou simples, envolve necessariamente estes três aspectos (CHIAVENATO, 1985, p.288).

Dentro do trabalho de segurança de autoridades existem alguns conhecimentos específicos para a atividade que em uma formação básica, como a do policial militar, não tem condições de atingir, podendo citar: Observação, Memorização e Descrição (OMD); Técnicas e Táticas de Imobilização; Tiro Defensivo; e Técnicas de Direção Defensiva;

É igualmente importante o adestramento de equipe, que faz interagir o desempenho individual e coletivo. Esta técnica é desenvolvida com o estudo e prática de situações hipotéticas, a partir de casos concretos. Esses e outros conhecimentos afetos à atividade de segurança pessoal só são possíveis de serem adquiridos mediante um programa de treinamento adequado, que possibilite a aquisição de automatismos. A aquisição de automatismos libera a atividade mental do homem para solução de problemas mais complexos. Os automatismos são padrões fixos de conduta que permitem ao homem enfrentar determinadas situações da profissão com agilidade, rapidez e acerto (PAULA, 1990, p.42).

Quando ocorre treinamento de segurança de autoridades devem acontecer algumas simulações de ataques contra autoridades, para que erros não ocorram durante o trabalho propriamente dito, uma vez que os custos de erros podem ser altos. No ambiente das simulações podem ser permitidos erros ou desempenho medíocre, em que é possível consertar as atitudes que levaram ao baixo desempenho.

A SEGURANÇA DE AUTORIDADES

Dignitários são também conhecidos como autoridades, quando no exercício de suas funções, podem ser alvos de ações de atentados ou ameaças contra a sua integridade. Portanto é fundamental instituir medidas de segurança para a preservação da integridade dessas pessoas.

Quanto maior é o grau da autoridade, maiores os riscos, maiores as antipatias e oposições. Os riscos crescem, resultando na necessidade de um aumento da segurança.

No planejamento de segurança de autoridades, os agentes imbuídos dessa segurança sabem da existência de uma possível falha impossível de ser eliminada, justificando assim apenas que os cuidados devam ser redobrados, porém, muitas vezes, não há compreensão por parte dos protegidos e do público em geral.

A qualificação do efetivo aliada aos meios e equipamentos adequados, sendo emprega-

dos de forma correta, são exigências para a manutenção da integridade do segurado, garantida com um mínimo desconforto do mesmo.

Os agentes de segurança devem conhecer inteiramente a doutrina de segurança de autoridades, visando desempenhar adequadamente a função, objetivando garantir a integridade física e moral do protegido.

A doutrina básica de segurança tem por finalidade adotar providências que visam à garantia da integridade física e moral de uma autoridade, bem como padronizar e orientar, no âmbito dos serviços de segurança, os procedimentos a serem aplicados nas diversas ações, levadas a efeito pela equipe de segurança pessoal (ARAÚJO, 2003, p. 51).

É primordial um planejamento prévio que seja feito, para que a autoridade esteja constantemente assistida pela segurança, evitando vazios que possam ser aproveitados por elementos adversos.

A equipe de segurança deverá estar atenta a possíveis ações prejudiciais ao segurado, antes, durante e depois da realização do evento que cerca a passagem da autoridade.

Quando se trata de segurança de autoridades e visando aperfeiçoar o serviço, periodicamente as vulnerabilidades devem ser alvos de observação e correção. Esses tipos de vulnerabilidades, tem como pontos fortes a improvisação, a desmotivação e o despreparo profissional.

As improvisações realizadas, sem uma base de informações e dados, podem acarretar em riscos à autoridade. Saber, com antecipação, e conhecer a programação da autoridade são uma imposição que o serviço de segurança não pode delegar ou relegar.

A desatenção do profissional de segurança de autoridades é gerada por uma desmotivação e o despreparo profissional ocasionando consequências negativas ao sistema de segurança.

Diversos atentados aconteceram através dos séculos, os quais tiveram várias intenções, servindo como ferramentas políticas, passando também por manifestação de obsessão, psicose e desilusão. Atualmente para minimizar a possibilidade de ocorrência de um evento criminoso ou terrorista contra o segurado, o treinamento é peça fundamental.

Com a finalidade de prevenir atentados, as medidas adotadas podem ser ocupação de pontos críticos e estratégicos, blindagem, ocultação da autoridade, utilização de colete balístico e posicionamento correto da segurança pessoal.

O agente de segurança para o seu desempenho diário deve utilizar trajes, armamentos, coldres e acessórios que o auxiliem na sua jornada e que possam trazer um melhor desempenho da sua função.

No serviço de segurança pessoal de dignitários, o agente de segurança não deve ser um simples carregador de pacotes e malas, mero criado que acompanha o seu amo, ou um guarda-costas truculento e embrutecido que, como um robô insensível, obedece a ordens sem poder do discernimento e da razão; deve ser visto antes de tudo como um fiel auxiliar, prestativo e capaz de tomar importantes decisões, quando agindo isoladamente (RAMOS, 1985, p. 26).

O agente de segurança, além de suas características físicas e preparo técnico-profissional, deve ter antes de tudo um bom preparo intelectual e capacidade de relacionar-se em qualquer ambiente.

É primordial que as pessoas que estão iniciando o trabalho de segurança de autoridades passem por um processo de seleção e treinamento antes de assumirem a função, para que a administração possa avaliar os atributos funcionais dos agentes.

Devem ser observadas nos agentes as qualidades intelectuais, morais, físicas e aptidões psicológicas necessárias ao desempenho da atividade, bem como, devem ser avaliados os seguintes pontos frente aos profissionais de segurança: confiança para tomada de decisões; bom nível intelectual e cultural; habilidades pessoais; pontualidade; asseio pessoal; apresentação pessoal; boa forma física; disciplina; zelo; capacidade de comunicação; e resistência à fome e à sede prolongada.

Essas qualificações são essenciais para o serviço, pois é o agente quem efetivamente garante a proteção da autoridade. O despreparo do segurança compromete a eficiência do sistema, uma vez que suas vulnerabilidades servem de base para uma agressão bem-sucedida. Quando ocorre um treinamento adequado, a chance de ocorrer riscos é minimizada.

Nesta seara, é aquilo que Laterza (2009, p.49) quer dizer: “A tecnologia tem demonstrado avanços significativos, portanto, devemos acompanhar, instruir e, efetivamente, fiscalizar para formar e modificar condutas comportamentais”.

PROTOCOLO DE TREINAMENTO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA AGENTES DE SEGURANÇA DE AUTORIDADES

O protocolo de treinamento de especialização para agentes de segurança é uma instrução normativa para que se possa passar uma orientação, padronização e alinhamento na transmissão de conhecimento aos recursos humanos que trabalham ou trabalharão com a segurança de autoridades.

Após ser selecionado o agente de segurança de autoridades, o próximo passo é prepará-lo para atuar nas missões, sendo fundamental que o agente de segurança seja especializado na atividade que passará a exercer, baseando-se na doutrina.

A segurança de autoridades é uma atividade muito complexa que exige do profissional um conhecimento doutrinário que abrange uma série de assuntos, objetivando torná-lo eficiente em muitas áreas técnicas.

O agente de segurança de autoridades para exercer seu trabalho deve estar preparado para dirigir em situações de fuga de emboscadas, também ter que ser capaz de efetuar disparos de arma de fogo certos e rápidos sem trazer danos a terceiros, saber se comportar em ocorrências de afogamento, prestar atividades emergenciais a uma vítima e identificar artefatos explosivos; esses são alguns exemplos do que um agente que está incumbido de proteger autoridades deve saber realizar. Somente o preparo lhe propiciará respostas iminentes e certas, as quais podem salvar vidas, ou em caso de má conduta, inviabilizar este resultado.

O comportamento do agente que irá trabalhar com a segurança de autoridades deve ser modificado com a adoção de uma conduta de treinamento e especialização. Essa mudança através do treinamento deve ocorrer levando-se em consideração a transmissão de informações, desenvolvimento de habilidades, atitudes e conceitos.

Transmissão de informações – apresentação ao agente como é o trabalho desenvolvido pela segurança de autoridades; **Desenvolvimento de habilidades** – quando são repassadas ao agente as técnicas de conduta que irão nortear toda a sua conduta operacional; **Desenvolvimento de atitudes** – a segurança de autoridades possui a característica do contato intenso, e em todos os níveis de poderes constituídos. É quando a mudança de atitudes, vícios e outros, que o agente traz consigo deverá ser trabalhada para se adaptar a nova realidade; **Desenvolvimento de conceitos** – fase considerada como final, onde o agente que passa pelo treinamento entende os objetivos do serviço, a importância da missão.

Um protocolo de treinamento deve ser aplicado visando almejar a excelência do serviço de segurança de autoridades proporcionado pelo agente, onde o mesmo tem que ter condições de responder de forma adequada e tecnicamente às diversas ações que surgirão decorrentes da rotina operacional.

Nesta linha de conduta Dendini (2009, *apud* CHIAVENATO, 1999, p.108) norteia que o processo de treinamento é composto por quatro etapas: 1. Diagnóstico: é o levantamento das necessidades de treinamento a serem satisfeitas, estas necessidades podem ser passadas, presentes ou futuras. 2. Desenho: é a elaboração do programa de treinamento para atender às necessidades diagnosticadas. 3. Implementação: é a aplicação e condução do programa de treinamento. 4. Avaliação: é a verificação dos resultados do treinamento.

Quando tratamos de diagnóstico, o agente que trabalha ou irá trabalhar com a segurança de autoridades tem que ter o seu treinamento pautado em um programa de instrução que o capacite a desenvolver o serviço com a segurança de que, o objetivo final das operações seja alcançado, que é a preservação da incolumidade física, moral e social do segurado. Para tanto, o agente deverá receber conhecimentos das mais variadas disciplinas que darão o suporte necessário.

O agente deverá estar preparado e com os conhecimentos técnicos e gerais atualizados para não errar na sua conduta, visando resguardar a autoridade. Uma ação errada, mal-educada, violenta ou agressiva no transcorrer dos eventos que envolvem a autoridade, gera uma série de consequências negativas, em relação à autoridade, ou seja, não é a simples equipe da segurança a responsável e sim a equipe de segurança da autoridade que participou do evento.

As equipes de segurança de autoridades devem se preparar para atuar dando uma pronta resposta positiva a estas expectativas, e isso só vai ocorrer se a equipe for qualificada tecnicamente.

O desenho do protocolo visa indicar um plano pedagógico para suprir as necessidades do agente que ingressa no serviço de segurança de autoridades e nunca exerceu a rotina de proteção de autoridades. Para isso desenha-se um rol de matérias, que se apresentam com relevada importância na especialização do agente. Matérias estas para um curso que propiciará o treino e a especialização do agente.

O plano pedagógico do curso deve ter como base as disciplinas: Segurança de dignitários; Gerenciamento de Crises; Técnicas e Táticas de Imobilização; Atividades Emergenciais; Tiro Defensivo Aplicado; Técnicas de Direção Defensiva, Ofensiva e Evasiva; Ações com Explosivos; Segurança em Operações Aéreas; Noções de Salvamento Aquático, em Altura e em Incêndios; Geopolítica; Segurança Física de Instalações; Cerimonial; Observação, Memorização e Descrição; Contra inteligência; Legislação de Segurança de Dignitários.

A implementação do programa de treinamento é algo possível e fundamental para a otimização dos resultados operacionais das equipes de proteção de autoridades. Para a efetivação da implementação faz-se necessário a avaliação de mecanismos logísticos e técnicos.

A avaliação vem após a implementação, a qual objetiva verificar a evolução do comportamento do agente, ou seja, até que ponto a instrução técnica foi capaz de alterar a atitude profissional do agente de segurança e prepará-lo para a missão de segurança de autoridades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado do serviço de segurança de autoridades somente será o ideal a partir do instante em que for implantado um processo técnico capaz de capacitar o agente, lembrando-se que o desempenho eficiente na função de segurança de autoridades é resultado da qualificação, corroborado com o profissionalismo específico da área de segurança.

Ressalta-se que a qualidade dos serviços muitas vezes é comprometida pelo despreparo profissional dos agentes de segurança, o que ocasiona possíveis vulnerabilidades.

É de suma importância a preparação do agente, a fim de alcançar dessa forma maior eficiência no trabalho, pois é através do treinamento que o agente se torna capaz de realizar tarefas com o máximo de rendimento, em tempo e em qualidade, sem mesmo necessitar concentrar a sua atenção para executá-las.

O agente que trabalha ou trabalhará com a segurança de autoridades tem que ter o seu treinamento pautado em um programa de instrução que o capacite a desenvolver o serviço com a segurança de que o objetivo final das operações seja alcançado, que é a preservação da incolumidade física, moral e social do segurado. Para tanto, o agente deverá receber conhecimentos das mais variadas disciplinas que lhe darão o suporte necessário.

Para que se tenha um serviço adequado e ideal, atendendo às necessidades de segurança das autoridades, o treinamento no serviço de proteção de autoridades deverá ser estruturado de acordo com um plano pedagógico. Plano esse moderno e que visa adequar a realidade da missão de proteger autoridades com disciplinas que são capazes de fazer face às exigências do serviço.

É indicado que matérias para o plano pedagógico voltado ao treinamento de especialização em segurança de autoridades, sejam: Segurança de dignitários; Gerenciamento de crises; Técnicas e táticas de imobilização; Primeiros-socorros; Tiro defensivo aplicado; Técnicas de direção defensiva, ofensiva e evasiva; Ações com explosivos; Segurança em operações aéreas; Noções de salvamento aquático, em altura e em incêndios; Geopolítica; Segurança física de instalações; Cerimonial; Observação, Memorização e Descrição; Contra inteligência; e Legislação de segurança de dignitários.

Para que o programa de treinamento indicado pelos autores reúna todas as matérias retro descritas e para que cada disciplina exerça no agente um potencial capaz de desempenhar a mudança de comportamento levando-o a atuar dentro de uma conduta protocolar de segurança de autoridades, é absolutamente necessária a adequação de uma carga horária capaz de atender a esta meta.

A carga horária especificada não foi relatada neste trabalho uma vez que deverá ser estipulada com base em conhecimentos técnicos de especialistas que militam na área específica da disciplina. Essa quantidade de tempo deve ser adequada para a assimilação dos conhecimentos de uma forma segura.

Ao final do treinamento uma avaliação deverá ser aplicada para a certificação dos conhecimentos transmitidos ao aluno.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raimundo Teixeira. Segurança de autoridades. São Paulo: Editora Summus, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. ed compacta, Ed Atlas, São Paulo, 1985.

DENDINI, Hideo Augusto. Princípios para a seleção e treinamento do policial military integrante de uma equipe de proteção de dignitários: uma visão voltada à qualidade e especialização do agente de proteção executiva do governador do estado de São Paulo. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado do Paraná. 2009.

LATERZA, Alexandre. Segurança de dignitários: o veículo blindado como meio de subsistema de proteção para a segurança e o transporte de dignitários atendidos pela Casa Militar do Estado de São Paulo. São Paulo/SP, 2009. 125 p. Monografia apresentada ao Centro de Altos Estudos em Segurança da Polícia Militar do Estado de São Paulo como parte dos requisitos para a aprovação no Programa de Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, 2009.

PAULA, Fernando Roberto Telini Franco de. Especialização do Policial Militar nas atividades de segurança pessoal de dignitário. São Paulo/SP, 1990. 68 p. Monografia apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, como requisito para aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1990.

PEREIRA, Luiz e FORACCHI, Marialice M. Educação e Sociedade. 4ª Edição, Ed. Nacional, São Paulo, 1969, p. 40.

QUEIROZ, Ana Paula Barros e SILVA, José Olimpio, Aspectos doutrinários no emprego do policial militar enquanto agente de segurança dos chefes do executivo: no âmbito do governo do Distrito Federal. Maceió/AL, 2009. 68 p. Monografia apresentada na Academia de Polícia Militar Senador Arnon de Mello, como requisito para aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2009.

RAMOS, Lourival Costa. Segurança Pessoal de Autoridades. São Paulo/SP, 1985. 102 p. Monografia apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, como requisito para aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1985.



A teoria do estado de coisas inconstitucional e a realidade das prisões brasileiras

Bruno José Vigato

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.14

RESUMO

O estado de coisas inconstitucional é uma técnica de julgamento que foi utilizada pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 347, e que tem por objetivo resolver ou minimizar uma situação fática existente na sociedade na qual há reiteradas violações de direitos fundamentais. No Brasil, as prisões representam terreno fértil para a aplicação da técnica. Partindo desta premissa, o trabalho visa conhecer a técnica de julgamento utilizada pelo Supremo Tribunal Federal à luz de sua potencial eficácia prática.

Palavras-chave: supremo tribunal federal. estado de coisas inconstitucional. prisões. eficácia da técnica de julgamento.

ABSTRACT

The Unconstitutional State of Affairs is a judgment technique that was used by the Federal Supreme Court when judging the claim of non-compliance with fundamental precept nº 347, and which aims to resolve or minimize a factual situation existing in society in which there are repeated violations of fundamental rights. In Brazil, prisons represent fertile ground for the application of the technique. Based on this premise, the work aims to deepen the study of the judgment technique used by the Federal Supreme Court in the light of its potential practical effectiveness.

Keywords: federal supreme court. unconstitutional state of affairs. prisons. effectiveness of the judgment technique.

INTRODUÇÃO

O estado de coisas inconstitucional é uma técnica de julgamento que não tem por escopo a declaração de inconstitucionalidade de uma norma jurídica. O que se busca através dele é atestar que um fato social está maculado por uma violação generalizada de direitos fundamentais básicos, e que há uma inércia prolongada das autoridades competentes em não implementar políticas públicas necessárias à solução ou redução do problema. Posteriormente, após a constatação, o intuito é a criação de um diálogo com os poderes públicos a fim de se estabelecer uma série de medidas a serem adotadas, no sentido de se suprimir ou minimizar os problemas identificados (SARMENTO, 2008, p. 553-586).

O Supremo Tribunal Federal se valeu desta técnica de julgamento na arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 347, e concluiu que o sistema prisional brasileiro é caracterizado como um estado de coisas inconstitucional.

No bojo da ADPF nº 347 restou demonstrado que as prisões brasileiras são superlotadas e insalubres, e submetem seres humanos a situações extremamente degradantes, que refletem em prejuízos pessoais que se estendem para muito além do cárcere, demonstrando que as consequências do encarceramento, seja qual for o período de sua duração, se prolongam no tempo, estigmatizando aquele que a ele se submeteu.

Após a caracterização do sistema carcerário brasileiro como um estado de coisas inconstitucional, diversas foram as reflexões acerca do tema. Entretanto, necessário se faz promover um debate acerca de sua eficácia prática, sendo este o objetivo do presente trabalho. Utiliza-se, para tanto, as metodologias quantitativa e qualitativa.

PROBLEMAS CRÔNICOS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: CAUSAS E SOLUÇÕES

O sistema prisional brasileiro é extremamente problemático, e não cumpre, nem de longe, a finalidade pela qual existe, que é, primordialmente, a ressocialização por meio da educação e do trabalho.

Os problemas são dos mais variados tipos: Assistências médica, jurídica e psicológica deficitárias, alimentação de péssima qualidade, desrespeito aos direitos de visitas, celas insalubres, violência estatal e violência entre os próprios presos são apenas alguns exemplos.

A causa apontada com mais frequência é a rápida elevação da população carcerária nas últimas décadas.

De fato, dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública dão conta de que a população carcerária no Brasil passou de 233.000 pessoas no ano 2000 para mais de 773.000 em dezembro de 2020, ou seja, uma elevação de mais de 230% em duas décadas (BRASIL, 2020)

Enquanto os outros países vêm obtendo êxito em reduzir gradativamente suas populações carcerárias, o Brasil caminha em sentido oposto, ou seja, vem insistindo cada vez mais numa alternativa de ressocialização que possui resultados práticos muitos fracos.

Como para a grande maioria dos juristas brasileiros a causa primária da precariedade do sistema prisional brasileiro é o crescimento do número de pessoas presas, muito se tem debatido sobre como reduzir o número de prisões.

Levando-se em consideração que aproximadamente 40% (quarenta por cento) da população carcerária brasileira é formada por presos provisórios, ou seja, pessoas que estão com a liberdade restringida mesmo antes de terem sido julgadas, o foco inicial foi a tentativa de reduzir essa espécie de prisão (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, em 2011, foi editada a Lei 12.403, que dentre diversas alterações promovidas no Código de Processo Penal, criou as chamadas medidas cautelares diversas da prisão.

Após o advento da Lei 12.403/11, Luiz Flávio Gomes passou a defender que a prisão cautelar não é apenas a última ratio. Ela passou a ser a extrema *ratio* da última *ratio*. A regra é a liberdade, e a exceção são as medidas cautelares. Somente em último caso é que se justificaria a decretação de uma prisão preventiva (GOMES, 2017).

A ideia era simples. Ao invés de se decretar a prisão cautelar, deveria o magistrado avaliar a possibilidade de se impor uma ou algumas das medidas cautelares previstas no artigo 319 do código de processo penal. Contudo, o que se percebe é que as medidas cautelares não foram suficientes para reduzir o número de prisões cautelares, e estão sendo aplicadas para os casos em que antes a liberdade provisória era concedida sem nenhuma restrição, ou seja, no geral, a

inovação legislativa gerou um efeito contrário ao esperado.

Outra inovação que tinha como intento diminuir o número de prisões foi o advento, em 2015, das audiências de custódia. Não há dúvidas de que o contato do preso com o juiz permite uma melhor avaliação acerca da necessidade de se decretar uma prisão cautelar. Porém, as audiências de custódia, sozinhas, não foram capazes de minimizar o problema carcerário brasileiro.

Para tanto, é necessária a edição de medidas corajosas e efetivas, dotada de certa flexibilidade, e que derivem de um compromisso interinstitucional, pautado pelo esforço conjunto de todos os poderes e instituições ligados ao sistema carcerário, sendo este o princípio básico no qual se funda a técnica de julgamento objeto de estudo neste trabalho (CAMPOS, 2015).

EFICÁCIA PRÁTICA DA TÉCNICA NO BRASIL: COMO VENCER AS BARREIRAS POLÍTICAS, SOCIAIS, CULTURAIS E JURÍDICAS

O maior entrave ao sucesso da técnica desenvolvida na ADPF nº 347 é o fato de que ela não depende exclusivamente da atuação do Poder Judiciário. Outros fatores são essenciais, tais como, boa vontade política, cumprimento irrestrito das leis e das normas constitucionais, e, acima de tudo, conscientização social.

O dogma existente na sociedade de que a prisão é a única solução para a criminalidade precisa ser desfeito. Acreditar que o aumento de prisões reduz a criminalidade não é o melhor caminho. Os dados apresentados no capítulo anterior, no sentido de que a população carcerária brasileira cresceu mais de 230% em duas décadas, demonstram que essa relação de proporcionalidade inversa é equivocada, já que o número de crimes não reduziu no mesmo período.

Não obstante os dados disponíveis, o senso comum que prevalece é o de que a criminalidade crescente é consequência da impunidade, e que a precariedade das prisões brasileiras, na verdade, deve servir para punir os criminosos. O discurso é o de que, quanto mais lotadas as celas, maior será o sofrimento da pessoa presa. Direitos básicos previstos em lei, como alimentação adequada, atendimento médico/odontológico e visitas, são vistos como regalias.

Parte da mídia auxilia na formação desse senso comum. Seja por meio do rádio, da TV ou da internet, o discurso amplamente majoritário é aquele que prega a tolerância zero com pessoas que estão submetidas à justiça criminal, não importando se a pessoa está sendo apenas investigada, se está sendo processada ou se já foi condenada.

A mera sujeição de uma pessoa a uma investigação, ou até mesmo a intimação para prestação de esclarecimentos acerca de algum fato, já é suficiente para que ela seja colocada na posição de culpada, fazendo com que ela sofra por antecipação um julgamento social do qual jamais se recuperará, por mais que seja absolvida no fim do processo.

A pressão midiática, aliada ao discurso punitivista verberado pela sociedade, tem feito com que os poderes executivo, legislativo e judiciário ajam com respostas duras e imediatas, que culminam sempre no aumento no número de prisões.

O poder legislativo, por exemplo, nos últimos anos, tem expandido cada vez mais o espectro de atuação do direito penal, criando tipos penais abstratos ou aumentando a pena para tipos penais já existentes, visando, com isso corresponder com uma sociedade que clama por

segurança pública.

Reflexo dessa política foi a edição da Lei 13.964/19, popularmente conhecida como pacote anticrime, que, dentre diversas alterações em normas de direito penal, processual penal e execução penal, majorou penas, dificultou progressões de regime e ampliou o rol de crimes hediondos, elevando sobremaneira a tendência de crescimento da população carcerária em solo nacional.

Já o poder executivo, nos últimos anos, elegeu a segurança pública como uma das bandeiras mais importantes em termos política eleitoral, fazendo com que o investimento em segurança pública repressiva cresça vertiginosamente, ao passo que a aplicação de recursos em medidas preventivas e na melhoria do sistema carcerário é sempre posta de lado.

Um exemplo que ilustra bem essa distorção é forma como se combate ao tráfico de drogas no país. Para tanto, utiliza-se de forte aparato estatal, formado pelas polícias civil, militar, federal e rodoviária, apoiadas pela força de segurança nacional e pelo exército, instituições que atuam de forma primordialmente repressivas, e que demandam significativa aplicação de recursos. Contudo, quando se parte para a análise acerca da existência de algum programa governamental de prevenção e recuperação de pessoas dependentes de drogas, constata-se que o cenário é desolador, sendo os investimentos públicos nessa área praticamente inexistentes.

A justificativa para a manutenção dessa distorção está na forma como a questão das drogas é tratada, o que faz com que grande parcela da sociedade cobre dos governantes o encarceramento dos dependentes químicos, e não a sua reabilitação.

Portanto, o que se percebe é que a eficácia, no Brasil, da técnica de julgamento utilizada pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 347 dependerá de uma mudança na conscientização social, algo que não será obtido com medidas de curto prazo, mas sim e tão somente por meio de campanhas educativas que, ao longo do tempo, informem a população que a criminalidade é um problema de natureza complexa, que se resolverá somente através da conjugação de esforços de diversos setores da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração os aspectos desenvolvidos no âmbito do presente trabalho, denota-se que a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 347 representa significativo avanço não só no modo de decidir, mas também na forma de se buscar a efetivação de um precedente judicial. A forma apresentada pela técnica denominada estado de coisas inconstitucional é focada justamente na eficácia, ou seja, na solução do problema colocado sob discussão.

No caso da APDF nº 347, a técnica está sendo colocada à prova no enfrentamento da realidade caótica do nosso sistema prisional. A princípio, considerando a complexidade do problema posto, é cedo para se chegar a uma conclusão quanto à sua influência na solução do problema. Todavia, já é possível afirmar que a sua eficiência não dependerá somente da boa vontade dos poderes e instituições da república, mas sim de uma ampla conscientização social, focada na necessidade de adoção de medidas menos repressivas e mais preventivas.

REFERÊNCIAS

NUNES, Adeildo. Da Execução Penal. 3ª edição. Ed. Forense.

ARRUDA, Andrey Stephano Silva de. Estado de Coisas Inconstitucional: uma nova fórmula de atuar do STF. Disponível em: <http://estadodedireito.com.br/estado-de-coisas-inconstitucional-nova-formula-de-atuar-do-stf/>.

BARCELLAR, Roberto Portugal; BIANCHINI, Alice; GOMES, Luiz Flávio. SABERES DO DIREITO 53-MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM. Saraiva Educação SA, 2017.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. O Estado de Coisas Inconstitucional e o Litígio Estrutural. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-set-01/carlos-campos-estado-coisas-inconstitucional-litigio-estrutural>

GRAVITO, César Rodríguez; FRANCO, Diana Rodríguez. Cortes y Cambio Social. Cómo la Corte Constitucional transform el desplazamiento forzado en Colombia. Bogotá: Dejusticia, 2010, p. 15.

Lênio Streck, Estado de Coisas Inconstitucional é uma nova forma de ativismo. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-out-24/observatorio-constitucional-estado-coisas-inconstitucional-forma-ativismo>.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível para consulta em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal>.

FILHO, Nicola Patel, Estado de Coisas Inconstitucional sob a Perspectiva da Omissão Parcial. Disponível em: <http://emporiadodireito.com.br/o-estado-de-coisas-inconstitucional-sob-a-perspectiva-da-omissao-parcial-parte-1-por-nicola-patel-filho/>

AVENA, Norberto. Execução Penal Esquematizado. 1ª edição. Ed. Método

MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal, 12ª edição, página 130. Ed. Saraiva.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. Direito e Prática Histórica da Execução Penal no Brasil. Ed. Revan.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. Execução Penal – Teoria Crítica. 2ª edição. Ed. Saraiva.

VIEIRA JUNIOR, Ronaldo Jorge Araujo, SEPARAÇÃO DE PODERES, ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E COMPROMISSO SIGNIFICATIVO: Novas balizas à atuação do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td186>.

SARMENTO, Daniel. A proteção judicial dos direitos sociais: alguns parâmetros ético-jurídicos. Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 553-586, 2008.

Sustentação oral em plenário, realizada pelo Prof. Daniel Sarmento, no dia 09/09/2015.



Importância e necessidade de políticas públicas de inclusão social

Importance and need for public policies for social inclusion

Simone Isabel Timm dos Santos

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.15

RESUMO

Pensar a inclusão social trata-se de pensar os danos causados pela exclusão social, deve-se trabalhar os dois conceitos concomitantemente pois assim a compreensão da necessidade da inclusão se torna clara. Este estudo tem seu embasamento fixado na análise teórica de publicações na área. Diversos são os motivos que levam os sujeitos a sofrerem a exclusão, entre eles ressaltam-se a deficiência física ou cognitiva, credo ou religião, etnia e classe social, percebe-se que em muitos aspectos as minorias sócias são afetadas com a exclusão e com o preconceito. Assumir o local de cada indivíduo em sociedade e permitir e realizar a manutenção da sua organização em instituições e socialmente é um dever social, pois trata-se do direito de cada cidadão de assumir-se em sociedade e sentir-se livre, pleno em seus direitos.

Palavras-chave: inclusão. exclusão. sociedade.

ABSTRACT

Thinking about social inclusion is thinking about the damage caused by social exclusion. Both concepts must be worked together, side by side, as this understanding of the need for inclusion is clear. This study is based on the theoretical analysis of publications in the area. The reasons that lead individuals to suffer exclusion are diverse, including physical or cognitive disability, religion, ethnicity and social class. We can see that in many ways, social minorities are affected by exclusion and prejudice. Understanding and assuming the place of each individual in society allows maintaining their organization in institutions and this is a social duty, as it is the right of every citizen to be integrated into society and to feel free and fulfilled in their rights.

Keywords: inclusion. exclusion. society.

INTRODUÇÃO

Através da necessidade se faz presente a criação de novos e melhoradas políticas de inclusão, assim como o estudo e o pensamento crítico sobre estas e seus papéis na sociedade. Tendo em vista a importância de distinguir corretamente a inclusão da integração, para fins de melhor compreensão do tema, podemos observar de acordo com os trabalhos de Mantoan (1993) Integração e Inclusão por mais que nos pareçam termos semelhantes, possuem significado prático destoante, e se diferenciam muito no comprimento das metas que propõem, mesmo que ambas estejam relacionadas a políticas sociais de convívio.

A Inclusão se apresenta em defesa da normalização do sujeito, retirando-o de espaços segregados e permitindo o posicionamento entre todos os demais sujeitos, modificando o espaço para comportar o indivíduo com deficiência de forma que ele possa interagir e conviver com os demais da forma mais natural e saudável possível.

A Dinamarca inclui na sua legislação o conceito de “normalização”, definido como a “possibilidade de o deficiente mental desenvolver um tipo de vida tão normal como possível”. (SANCHES E TEODORO, 2006, p. 65). Os autores ainda nos apontam as consequências desse ato, que se espalharam por toda Europa e América do Norte. Tendo como principal objetivo atuar

no meio escolar, possibilitando maior integração nas práticas escolares e desinstitucionalizando os indivíduos chamados deficientes.

Sendo a escola, depois do ambiente familiar, na maioria dos casos, o local de primeira integração social do indivíduo e local onde a criança irá passar grande parte do seu tempo, pode-se pensar a sua importância para a formação deste, não apenas em termos educacionais, mas de interação social, desenvolvimento de personalidade e convívio com os demais, sendo um microcosmos social para o jovem em formação, requer que prestemos especial atenção ao seu ambiente e a forma como a pessoa com deficiência física, mental, cognitiva ou sensorial passa a habitar nesse espaço, pois para estes a adaptação ao local pode não ser tão simples, devido as barreiras estruturais do ambiente, assim como o despreparo dos colegas, professores e demais trabalhadores do campo escolar para saber lidar com as diferenças.

A adaptação no aprendizado se mostra necessária para algumas condições humanas, como ressaltam Sanches e Teodoro (2006), o código de Braille, para a comunicação escrita da pessoa com deficiência visual, ou a linguagem gestual para a comunicação com o deficiente auditivo são exemplos de adaptação importantes para a inclusão adequada, pode parecer complicado e dispendioso de trabalho, mas para os autores é apenas mais uma possibilidade de inovar e descobrir a aprendizagem humana e possibilitar ao outro melhor qualidade de vida.

DESENVOLVIMENTO

Para compreender a inclusão social, deve-se primeiro conhecer o seu antagônico, a exclusão social. São dois conceitos que passaram a ser pensados e pesquisados na modernidade, no entanto seus pensadores muitas vezes propagam o discurso sem cientificá-lo, devido ao caráter emocional e cotidiano ao qual esse se apresenta.

A exclusão social ou a desigualdade, se apresenta vinculada a organizações e estruturas sociais, para Rodrigues e colaboradores (2017) a exclusão existe quando as desigualdades se tornam muito presentes, gerando uma oposição aqueles que mobilizam seus recursos para participar socialmente de algum contexto, contra aqueles que por falta destes recursos não conseguem ingressar nesse mesmo contexto. Essa formação resulta em uma desarticulação por parte da sociedade ou do indivíduo, que se encontra impossibilitado de atuar na mesma esfera que outros sujeitos. Desvinculando estes dos benefícios mínimos que são de direito de todo sujeito presente nessa sociedade.

Acresce o facto da exclusão ter um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, encerrando no seu núcleo processos de reprodução (através da transmissão geracional) e evolução (pelo surgimento de novas formas), que garantem as suas vias, de persistência, constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas rupturas na coesão social, implicando manifestações de dualismo e de fragmentação social. (RODRIGUES *et al.*, 2017. p. 65)

Portanto a inclusão passa a ser questão de grande importância para os sujeitos, tendo em vista a sua ligação com a dignidade e o direitos de cada indivíduo. Pode-se pensar os fatores de dificuldade no âmbito da inclusão social, e o que poderia provocar desgaste nesse processo. Avaliando ambientes institucionais nos deparamos com o despreparo dos agentes sociais, funcionários, professores e demais indivíduos institucionalizados para lidar com sujeitos que apresentem deficiência física, visual ou cognitiva, ou alguma outra organização que provoque

a exclusão. Alguns fatores que provocam desajuste tratam-se de questões ligadas ao ambiente físico do local e os materiais de apoio, que para alguns sujeitos, deve ser redefinido para comportar as necessidades individuais.

Para pensarmos no ambiente físico que comporte adequadamente todos os sujeitos, independentemente das suas limitações passamos a pensar em acessibilidade, no entanto podemos estar sendo equivocados quanto ao termo correto a usar-se. Nicholl e Filho (2001) fazem uma citação da Norma Brasileira NBR 9050-1994 e esclarecem o uso correto da linguagem nessa questão.

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos... (§3.1). Considerado assim, um objeto acessível é aquele que pode ser alcançado para uso. Uma vez alcançado, supõe-se que seu uso, seguro e autônomo, não seja mais uma questão de acessibilidade, e sim de usabilidade. (NICHOLL E FILHO, 2001, p. 1)

Os autores discorrem sobre o uso correto do termo, ao qual acreditam que “usabilidade” pode ser empregada de forma mais correta a questão, tendo em vista que o termo tem por significado a facilidade de utilização e de aprendizagem, relacionada também a possibilidade do usuário alcançar suas metas nos locais que desejar. A acessibilidade teria o papel de aumentar os locais de atuação do sujeito, aumentando a sua usabilidade, no entanto a usabilidade como conceito e prática, tem por objetivo criar a informação necessária para o uso funcional das instalações.

O processo de exclusão social acarreta grande dano e causa sofrimento ao sujeito que se vê impossibilitado de conviver adequadamente com os demais, frequentar de forma plena instituições e locais de seu agrado. Para Maciel (2000) a sociedade inabilita os portadores de deficiência desde os seus primórdios, marginalizando-os e privando-os de liberdade. Compreende-se essa liberdade como o direito básico de agir e movimentar-se no espaço social, atingindo todos os espaços que qualquer outro indivíduo possa percorrer. A autora salienta que essas pessoas sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas. Ainda aponta que, para este sujeito, o preconceito inicia-se no momento do nascimento, quando é percebido algum tipo de deficiência mental ou física, pois a rotina familiar fragiliza-se, surge o processo de culpa e o medo do futuro e da rejeição.

Pode-se pensar nas consequências que estas atitudes geram para todo meio familiar, que em muitos casos sofre por falta de conhecimento e preparo para lidar com a condição do sujeito com deficiência, não conseguindo incluir adequadamente ele ao convívio familiar.

O dependente químico causa no seu meio familiar e nas instituições que frequenta um grande dano, pois tona os ambientes instáveis, devido ao seu comportamento alterado e muitas vezes busca nesses espaços mais substâncias psicoativas ou dinheiro para poder comprar estas substâncias, afetando seu grupo de iguais e a sociedade como um todo.

Os hábitos de um dependente químico podem gerar aumentos significativos no índice de violência. Mostra-se importante compreender como a sociedade pode contribuir para a recuperação do sujeito, assim como a análise da sua importância nesse processo. Migotto (2007) salienta que para compreender e tratar o fenômeno da dependência química, é necessário uma intervenção biopsicossocial. A interdisciplinaridade, social, psicológico e biológico se mostra o mais adequado, dessa forma as políticas de inclusão social e de saúde podem proporcionar um espaço diferenciado para o tratamento e inserção social destes sujeitos.

A família, possui um papel importante nesse processo de acolhimento e intervenção pois reproduz, em parte, as organizações sociais e pode exercer sobre o sujeito influência positiva, ao mesmo tempo que fornece amparo para que o mesmo seja inserido novamente no contexto social e no mercado de trabalho, após o tratamento adequado. No entanto é importante salientar que a família precisa de apoio do social para realizar a intervenção da forma correta, sem que os demais membros da família adoçam. Carvalho *et al.* (2011) apontam que ao inserir o sujeito novamente na família ocorre uma modificação de companhias, e esse aspecto possui fatores negativos e positivos. O sujeito se separa de outros indivíduos dependentes químicos e não sofre mais com influência, no entanto pode se sentir segregado e excluído, para isso os autores afirmam que os tratamentos que auxiliam no desenvolvimento de novas habilidades de enfrentamento de problemas sem o uso de drogas são indispensáveis, assim como desenvolver novas formas de relacionamento com a família, amigos e com a sociedade, para tanto as políticas de inclusão podem auxiliar com espaços de interação e acolhimento

A recuperação de indivíduos e grupos familiares que estão as margens da sociedade devido a vícios e ao uso de substâncias químicas ou ilícitas é um mecanismo de prevenção da violência, tendo em vista que devido a estados alterados de consciência e por estarem, muitas vezes, em situação de rua, podem apresentar um risco para a sociedade, para os seus grupos familiares, sua comunidade e para si mesmos. Rigotto e Gomes (2002) apontam alguns fatores que colaboram com a remissão do uso de drogas, dentre eles está a modificação de comportamento que causam danos ao sujeito para comportamentos que tragam benefícios e saúde para o mesmo e que possam competir com o uso da droga. Dessa forma percebe-se como positivo para a recuperação quando o sujeito tem a disponibilidade para receber supervisão de outro, como a adesão em projetos de cunho positivo que possam auxiliar na recuperação da autoestima e na inclusão social.

Sendo estes fatores e hábitos que podem ser desenvolvidos pela família e por instituições e projetos sociais e de inclusão social, preparadas para acompanhar o indivíduo. Sendo necessário estabelecer uma rede de apoio social, tendo em vista que estes fatores de remissão não podem ser facilmente realizados com facilidade apenas pela família, o acompanhamento de profissionais da saúde se mostra de grande valia, assim como o auxilia da assistência social e de projetos.

A exclusão social manifesta-se de muitas formas, são diversos os sujeitos vulneráveis a pratica da exclusão e do preconceito, podendo ocorrer devido a classe social, etnia, credo e religião, assim como por outros inúmeros motivos que levem um grupo de sujeitos a identificar o outro como sendo diferente. Em muitos casos trata-se de uma construção social, desenvolvida onde os indivíduos estão inserido, como o bairro, a escola, a família, o centro comunitário, entre outros, sendo que a influência de grupos sobre o indivíduo é muito forte e pode-se criar construções culturais solidas, difíceis de se modificar.

Em diversos momentos estes sujeitos, vítimas desta violência, passam a evitar frequentar determinados locais prevendo a maneira como serão tratados, devido a acontecimentos passados ou a uma crença social sobre local de atuação de cada indivíduo. Limitando-se previamente, tomados por um pavor social de rejeição e desafeto, sendo que, nunca vivenciaram experiência alguma nesse local especifico, demonstrando o poder do preconceito e a exclusão social sobre o psicológico das vítimas.

Em muitos momentos como aponta em seus estudos Maciel (2000), a realidade do sujeito deficiente, é conturbada, pois a família não aceita a sua realidade, essa negação agrava-se devido ao falta de vinculação dessa realidade pelas mídias e meios sociais, e quando abordam o tema, muitas vezes, é de modo superficial e preconceituoso, sem nem ao menos mencionar o processo de inclusão social que os sujeitos poderiam adotar.

Percebe-se a exclusão em diversos âmbitos da vida do sujeito, até mesmo no que tange a representação midiática, retirando o direito de inclusão de todos os indivíduos, independente da sua classe social, etnia, credo, religião ou limitação, essa falta de visualização sobre os sujeitos e seus requerimentos trata-se de uma forma de violência que deve ser combatida através da inclusão social, permitindo ao sujeito adentrar a vida social de forma plena, alcançando todo o seu potencial nas instituições e no seu cotidiano, participando da vida pública e assumindo seu local de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância das políticas de inclusão social se apresenta através dos danos causados pela exclusão social. Percebemos o espaço e quem o ocupa, no entanto não conseguimos notar a ausência de determinados indivíduos, pois fomos condicionados em não convivência e falta de representação desses sujeitos, limitando a sua existência no nosso campo de interação social. Limitar o espaço de atuação de indivíduos na sociedade e em instituições, é limitar o desenvolvimento da sociedade, pois cada sujeito possui suas capacidades de influenciar e desenvolver o ambiente em que se insere de forma positiva e benéfica.

Os indivíduos são constituídos por suas experiências, vivências, contatos com o outro e percepções internas, sendo muito complexo trabalhar com as necessidades individuais dos sujeitos, no entanto entendemos que como seres sociais que somos se faz necessário desenvolver espaços e oportunidades para estarmos na companhia e no convívio com os demais, a segregação e a exclusão social são formas de violência contra o sujeito e contra a sua humanidade, sendo fundamental a integração a inclusão do mesmo na sociedade para que se tenha saúde e desenvolvimento.

O direito de ser como o outro e assumir suas próprias características, habitar o mesmo espaço que os demais é imprescindível, trata-se de constituir-se como igual e assumir esse local de fala, que deve ser comum a todos. Assim como, impedir o indivíduo, ou limita-lo dentro de qualquer espaço trata-se de uma forma de violência, pois fere o sujeito e a sua humanidade, posicionando-o em um espaço limitado, burlando a sua liberdade e seus direitos como parte integrante de uma sociedade.

Constituindo uma sociedade inclusiva, onde os sujeitos tenham pleno acesso a locais comuns, a todos e sejam recebidos nesses locais de forma a serem amparados nas suas necessidades, para que, então desfrutem de forma honesta do que lhes é direito trata-se de um ato social. A sociedade possui deverem com esses sujeitos, assim como, com as minorias sociais, tendo em vista que a sociedade é lugar de todos. Dentro das capacidades individuais de cada cidadão, pode desenvolver-se o trabalho, o dever e a coletividade, que em uma organização social será benéfico para todos.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, F. R. M., BRUSAMARELLO, T., GUIMARÃES, A. N., PAES, M. R., MAFTUM, M. A. Causas de recaída e de busca por tratamento referido por dependentes químicos em uma unidade de reabilitação. Colomb Med. 2011.
- MANTOAN, M. T. E. Integração x Inclusão – Educação para Todos. Pátio, 5, 48 – 51. 1998.
- MIGOTTO, A. M. B. Dependência química: problema biológico, psicológico ou social? Caderno Saúde Pública. 24(3):710-11. 2008.
- SANCHES, I. & Teodoro, A. Da Integração à Inclusão Escolar: Cruzando Perspectivas e Conceitos. Revista Lusófona de Educação, 08, 63-83. 2006.
- RIGOTTO, S. D., GOMES, W. B. Contextos de Abstinência e de Recaída na Recuperação da Dependência Química. Psicologia: Teoria e Pesquisa v.18, n.1, p.95-106, janeiro/abril 2002.
- RODRIGUES, E.V. et al. A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. in Sociologia, 63-101, Porto. 1999.
- NICHOLL, A. R. J. O Ambiente que Promove a Inclusão: Conceitos de Acessibilidade e Usabilidade. Revista Assentamentos Humanos, Marília, v. 3, n. 2, p. 49-60. 2001.
- MACIEL, M. R. C. Portadores de Deficiência: a Questão da Inclusão Social. São Paulo. Perspect; 14(2): 51-6. 2000.



A influência do clima sobre a violência no sertão paraibano o clima espanta o crime

Gutemberg José da Costa Marques Cabral

Possui graduação em direito pela UFPB, especialista em geografia pela UFPB, mestrado em direito pela UFC, doutorado pela UMSA-Argentina, professor de direito da FACET e delegado de polícia do estado da Paraíba.

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.16

RESUMO

O presente estudo versa sobre a influência do clima no resultado da violência na região de Princesa Isabel-PB. Demonstram com base em pesquisa de dados oficiais essa vertente. Observam que em período de chuvas se registram quedas acentuadas na quantidade e no grau de crimes de alta periculosidade. Utilizam dados de ocorrências policiais para comprovar essa constatação e descreve claramente que há outros fatores que influenciam essas diferenças. E apontam que o conhecimento do espaço geográfico e dos fatores ambientais, econômicos e sociais é indispensável para uma melhor atuação no combate ao crime organizado pelos que compõem as forças de segurança pública na busca da ordem e da paz social.

Palavras-chave: clima. incidências criminais nas estações do verão e inverno. relação do clima com crime. comparação das ocorrências entre o período chuvoso e de seca.

INTRODUÇÃO

Apresenta este estudo a constatação da existência desse fenômeno do clima sobre as incidências criminais, tendo como base concreta um levantamento de dados das ocorrências policiais numa comparação do período de tempo de mais estiagem (a seca) com a época de mais chuvas.

Mas começa antes em descrever a importância teórica que embasa a necessidade de dominar o saber sobre o espaço territorial, os fatores geofísicos para ajudar na investigação criminal, de buscar as variantes que podem influenciar no resultado dos ilícitos criminais para poder dominar e combatê-lo com o sentido de minimizar ou até mesmo evitar esses impactos que trazem prejuízo constante a sociedade, do bem-estar coletivo e da sensação de segurança pública de forma geral.

Demonstra que o fenômeno das chuvas no sertão paraibano e a seca são capazes de exteriorizar o tamanho da violência na região, ou é apenas uma mera coincidência de resultados. Que aliados a outros estudos comprovam esses fatores externos do comportamento climático nas convivências das pessoas ou é apenas mais uma vez obra do acaso em que o clima não tem muito a ver com as incidências criminais?

É o que se descreve na conclusão do presente artigo, de uma incrível coincidência, repetido, ou é mesmo um fator que deve ser levado em consideração na investigação criminal, ao lado de outros conhecimentos científicos que possam abeberar para polícia no uso da inteligência a fim de atuar de forma moderna no domínio de todas as partes da ciência possível de interagir com a atividade policial, na apuração e nos caminhos que devem percorrer para prevenir, reprimir e ajudar na justiça retributiva aos que praticarem as diversas tipicidades de crimes antigos e atuais.

EMBASAMENTO DOUTRINÁRIO INICIAL

Antes de comentar sobre a possível interferência do clima sobre as consequências de trazer como resultado mais ou menos crimes, se faz necessário que abordamos numa análise

doutrinária do que a literatura acadêmica jurídica nos fornece para poder valorizar a importância do estudo sobre esse tema.

Inicialmente Michel Foucault (1926-1984) diz que:

"Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação àquele se referem noções, como campo, posição, região, território"¹.

Já Franz Von Liszt adverte em seu Tratado de Direito Penal Alemão (2003)² que na sociologia criminal teria por objeto descrever o crime como fenômeno que se produz na vida social, mas a influências desses fatores sociais, de relações exteriores que o circundam sobre as inclinações criminosas só pode se desenvolver se política social não atuarem como meio para combater o crime.

Não olvidando a importância do trabalho da polícia judiciária e de investigação criminal presidida pelo delegado de polícia que deve levar em consideração esses fatores externos, além de buscar a verdade real, agindo de forma preventiva, mas também atuando de forma repressiva na busca de elementos que irão identificar a autoria e a materialidade do crime para sua elucidação, respeitando sempre os direitos fundamentais, em especial o da liberdade, como descreveu Thiago Hauptmann Borelli Thomaz (2016)³

Que no dizer de Wellington Clay Porcino Silva⁴. "Quase todas as questões humanas guardam relação com o espaço geográfico". E a primeira preocupação da inteligência geoespacial policial seria "a descoberta do dispositivo do inimigo no terreno" (op.cit.) que esse novo modelo de policiamento que ele propõe vieram como consequência das mudanças sociais, de polícias comunitárias que entre outros objetivos se tem a redução dos crimes, pesquisando e entendendo o policiamento orientado ao problema de natureza preventiva em ajudar no combate cotidiano aos crimes.

E uma das ações do delegado de polícia que mais se denota é a atuação tática preventiva, que resulta no "comprometimento com a resolução dos problemas locais e com a construção da capacidade comunitária de resistir ao crime"(op.cit.) que na prática se denomina delegado conciliador⁵. Imbuído na "paz social conquistada, através da pacificação e solução amigável do conflito"(op.cit.) no cotidiano da população envolvida em delitos de pequeno porte, praticando de fato a não judicialização ou o desafogamento da justiça evitando transformar em crimes maiores.

Depreende-se ao exposto que, a questão do fenômeno das chuvas na violência no sertão paraibano está inserida dentro do estudo que embasa o entendimento de que os temas estão relacionados e não se descarta nada, para cada vez mais, preparar a instituição policial, no enfrentamento, com cunho científico as vertentes dos crimes, levando em consideração as variantes do espaço geográfico.

1 Foucault, Michel, 1926-1984. *Microfísica do Poder*. Org. Roberto Machado-25ª ed., - São Paulo, 2012.

2 Liszt, Fran Von. *Tratado de Direito Penal Alemão*. Traduzido por José Higino Duarte Pereira-Campinas: RusselEditores, 2003.

3 Bezerra, Clayton da Siva. II. Agnoletto, Giovani Celso, organizadores. *Temas processuais penais da atualidade: doutrina e prática: a visão do delegado de polícia*. Cap. 20/Thiago Hauptmann Borelli Thomaz. Ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2016.

4 Porcino, Wellington Clay/Bezerra, Clayton da Siva. II. Agnoletto, Giovani Celso, organizadores *Inteligência Geoespacial seu impacto e contribuições nos modelos de gestão policial*-Rio de Janeiro; M.Mallet Editora, 2016.

5 Beaubrun. Jr. Antonio Carlos/Bezerra, Clayton da Siva. II. Agnoletto, Giovani Celso, organizadores *Delegado Conciliador*. 1 ed.- Rio de Janeiro-Mallet Editora, 2017.

A COMPARAÇÃO DAS INCIDÊNCIAS CRIMINAIS NAS ESTAÇÕES DO CLIMA DO VERÃO E NO INVERNO NA REGIÃO DE PRINCESA ISABEL-PB.

Os dados extraídos do Processo Judicial Eletrônico-PJE.TJ.PB dos crimes praticados no período de seca, de maior estiagem (setembro e outubro de 2021) e o período de chuvas (fevereiro e março de 2022 apurados em inquéritos policiais relatados abrangendo a 16ª região de Princesa Isabel que inclui também os municípios de Tavares, Manaíra, São José de Princesa, Juru, Água Branca e Imaculada. Descrevem os seguintes resultados:

Quadro 1

Data	Tipicidade dos crimes	Quantidade
Setembro/outubro/2021	Roubo	3
Setembro/outubro/2021	Lesões corporais/ameaças(c/c lei Maria da Penha)	6
Setembro/outubro/2021	Feminicídio	1
Setembro/outubro/2021	Homicídio	1
Setembro/outubro/2021	Tortura	1
Setembro/outubro/2021	Incêndio e maus tratos aos animais(contra a natureza)	2
Setembro/outubro/2021	Tráfico de Drogas	3
Setembro/outubro/2021	Estupro	1
Setembro/outubro/2021	Vias de fato, perturbação de sossego, algazarra, ameaça simples. (TCOs)	9

Quadro 2

Data	Tipicidade dos crimes	Quantidade
Fevereiro/março/2022	Ameaça	2
Fevereiro/março/2022	Assédio sexual	1
Fevereiro/março/2022	Ato infracional (envolvendo menor, semelhante a furto)	2
Fevereiro/março/2022	Ato infracional (envolvendo menor, semelhante a lesão)	1
Fevereiro/março/2022	Desobediência (TCO)	1

Assim, analisando os dados do período de maior escassez das chuvas, quadro 1 e comparando com os dados do período de incidência de mais chuvas, quadro 2, se observa perfeitamente que no período de seca, ou seja, de menos chuvas, os crimes atingem um patamar superior em quase de 300 % (trezentos por cento) de acréscimo em comparação com o período de mais chuvas.

E mais, os crimes de morte violenta, letais e hediondo se registram no período de escassez de chuvas, como feminicídios, homicídio, estupro, tortura e roubos.

É de uma clara evidência o tamanho da diferença entre os dois períodos, de um lado um lance temporal que a meteorologia aponta um rigor do clima, onde prevalece calor e pouca precipitação pluviométrica, o qual registram ocorrências de delitos graves e de alta periculosidade e do outro lado, um tempo mais de chuvas, o qual se contabiliza crimes menores de pequeno porte e de redução drástica em relação ao período anterior.

ESTUDOS INDICAM COMO É CLIMA DO SERTÃO DO ESTADO DA PARAÍBA

No interior do estado as chuvas diminuem drasticamente. O Clima na Paraíba é bem diferente em suas regiões. O período de chuvas no sertão paraibano ocorre basicamente no mês de março. A seca mais forte ocorre entre agosto a outubro. A temperatura máxima varia

entre 24°C no inverno e 30°C no verão. As mínimas estão entre 18°C e 20°C durante todo o ano. No Nordeste do Brasil, em particular sobre o estado da Paraíba, inicia-se a pré-estação das chuvas na região do Sertão nos meses de fevereiro e março.

Os sistemas meteorológicos responsáveis pelas chuvas são formados nos altos níveis da atmosfera, destacando-se os Vórtices Ciclônicos e os Cavados que interagem com Sistemas Frontais oriundos do sudeste do Brasil. Entre fevereiro a maio, que pode até ir no início de junho é considerado o período mais chuvoso das regiões do Cariri/ Curimataú e Sertão. O principal sistema meteorológico responsável pelas chuvas neste período é a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT).

Conforme a AESA, os meses menos chuvosos, pouca precipitação são setembro e outubro e os meses mais chuvosos fevereiro e março com muita precipitação. Esta estação se caracteriza pela ocorrência das temperaturas mais elevadas do ano. No território da Paraíba, elas atingem valores mínimos de 19,6°C, na região do Cariri/Curimataú a 37,5 °C, no Sertão.

Os maiores níveis de precipitações acumuladas no trimestre janeiro, fevereiro e março concentram-se na região do Sertão e variam de 400,0mm a 700,0mm.

Em sua dissertação: Análise e tendências de padrões climáticos para mesorregião do sertão paraibano, no mestrado pela UFPB, em 2018, Suzana Eterna Leite Medeiros, revelam que de todas as mesorregiões climáticas do sertão, apenas a estação meteorológica da região de Princesa Isabel nos meses de setembro com apenas 8,03 mm teve uma evolução negativa, com valores mínimos e de tendência pluviométrica de 0,00 ns (não significativo) compensada em março com índice pluviométrico acima de 715 mm.

Nesse sentido percebe-se que a informação sobre o clima na região do sertão paraibano bate com as estatísticas apontadas na comparação dos períodos secos e chuvosos. Demonstrando o acerto dos dados usados para pesquisa realizada em dados do PJE, utilizando elementos comparativos do clima referente as suas estações secas e chuvosas que resultam em maiores ou em menores índices de incidências criminais, dependendo das ocorrências de precipitações pluviométricas na região de Princesa Isabel-PB.

OUTROS ESTUDOS INDICAM A INFLUÊNCIA DA RELAÇÃO DO CLIMA SOBRE O CRIME

Assim numa dimensão maior como a influência do homem com suas ações antrópicas interferem na mudança climática que está provocando o aquecimento global, também a natureza intervém no comportamento humano. Como exemplo, numa comparação com um ecossistema da natureza, a influência do clima sobre o manguezal revela:

“As condições meteorológicas no seu conjunto influenciam e determinam a formação das regiões de mangues, tendo em vista que esse ecossistema é mais peculiar ao sistema tropical, portanto os aspectos climáticos são inerentes a sua existência.”

“Daí registrando uma temperatura que deve obedecer a uma média acima de 20° C e nunca inferior a uma média de 15° C, concomitante a uma precipitação pluvial acima de 1.550 mm/ano, renegando períodos de estiagem prolongada.”

“Porquanto se explica o desenvolvimento estrutural máximo dos manguezais ocorridos

próximos da linha do equador e menor desenvolvimento nas regiões de clima mais rigoroso, como ocorre no sul do Brasil.” (CABRAL, NA OBRA: DIREITO AMBIENTAL DO MANGUE) 6.

Porém, não é possível afirmar que o clima pressiona o comportamento humano, como faz num ecossistema natural acima citado, a tal ponto que o ser humano pode praticar ou não o crime, se realmente é influenciado pela pluviosidade, pois a correlação, por si só, não denota causalidade.

“Outros fatores podem ter influenciado a mudança de comportamento. Festas em diferentes épocas do ano, variação do valor do salário (décimo terceiro) e diversos outros fatores podem sim alterar o comportamento humano. Mas a forte correlação existente nos faz acreditar que há uma grande possibilidade de os dados criminais serem influenciados pela pluviosidade em Rio Claro, especificamente.” (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –Toledo. Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de Bacharel em Ecologia. Rio Claro 2008)

Nesse estudo aponta que entre os componentes ambientais, o clima é um dos que merecem destaque. Ele afeta os processos geomorfológicos, os da formação dos solos e o crescimento e desenvolvimento das plantas, e as principais bases da vida humana, como o ar, a água, o alimento e o abrigo dependem do clima.

Pensando de maneira simples, sentimos as diferenças, em nós mesmos, quando existe uma mudança de tempo considerável. Um frio extremo, um calor extremo ou uma tempestade, faz com que os seres humanos, assim como os outros seres vivos, tenham a tendência de se abrigarem.

Portanto podemos partir do pressuposto que o tempo e o clima têm uma influência direta em nossas vidas, e conseqüentemente em nosso comportamento. Sabemos que com temperaturas mais elevadas temos uma maior quantidade de mosquitos vetores de doenças, o *Aedes aegypti* que transmite a dengue, a *chikungunya* e a zika virus, malária, etc.

Toledo *apud* Francisco Mendonça. Mendonça (2001) comparou a temperatura com os índices de criminalidade em dez cidades brasileiras. O autor constatou que na porção norte do país, onde a variabilidade climática é pouco expressiva entre Manaus e Belém, apenas Manaus mostrou boa correlação entre o aumento da temperatura e o aumento da criminalidade.

Já na porção central do Brasil, onde a sazonalidade é maior que na porção norte, as cidades de Cuiabá, Goiânia e Teresina evidenciaram alguma correlação em alguns meses apenas, embora a análise estatística aplicada não tenha comprovado isso.

E na terceira porção de cidades, que compreendeu Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, foi apresentado evidente paralelismo entre as linhas de temperatura e criminalidade comprovada pela análise estatística. Porém Curitiba não apresentou correlação entre as variáveis e São Paulo mostrou uma correlação baixíssima.

Em outro estudo se revela que o calor aumenta a violência; as pessoas se sentem que ficam irritados quando está mais quente, e, é o que confirma um estudo americano divulgado, que constata que a temperatura mais elevada é acompanhada do aumento da violência.

Essa relação pode ter consequências desastrosas se o aquecimento global continuar e advertem pesquisadores das Universidades de Berkeley e de Princeton, responsáveis pela publicação do estudo na revista “Science”

“Acreditamos que os efeitos que temos observado são suficientemente importantes para que os levemos a sério e nos perguntemos se o que fizemos hoje terá influência sobre o grau de violência no mundo dos nossos filhos”, afirma o principal autor do estudo, Solomon Hsiang.

Para chegar à conclusão da relação entre as temperaturas mais elevadas e o aumento da violência, os cientistas fizeram uma “meta estudo”, partindo de pesquisas que realizavam a mesma pergunta em diferentes disciplinas, como Arqueologia, Climatologia, Ciência Política e Economia. Uma delas, por exemplo, revela que a violência de ordem criminal - agressões, mortes, estupros, ou violência doméstica - é maior quando a temperatura é mais alta.

A explicação desse fenômeno continua sem ser muito evidente, embora existam diversas teorias, segundo os cientistas. Uma delas estabelece vínculos entre colheitas afetadas por uma seca e uma propensão maior dos homens a tomar as armas para garantir seus meios de subsistência. Além que o calor também pode ter efeitos fisiológicos e provocar reações violentas.

“Os conflitos violentos podem se manifestar por toda uma série de razões, mas se produzem, mais frequentemente, quando o clima se deteriora”, acrescenta Solomon Hsiang. (<https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/clima/estudo-revela-que-calor-aumenta-violencia>).

“No Brasil, por exemplo, segundo Lemgruber (2004) entre 1980 e 2001, houve 646.158 homicídios dolosos no país, equivalente a mais de 30.000 assassinatos por ano”.

“O mesmo autor afirma que apesar do Brasil não estar em guerra, no município do Rio de Janeiro 3.937 adolescentes foram mortos à bala entre dezembro de 1987 e novembro de 2001 sendo que nos combates entre Israel e Palestina no mesmo período, 467 adolescentes morreram como resultado da ação de armas de fogo.” (TOLEDO, RAFAEL GODOY DE A INFLUÊNCIA DO CLIMA SOBRE A CRIMINALIDADE NA CIDADE DE RIO CLARO, ESTADO DE SÃO PAULO / RAFAEL GODOY DE TOLEDO. – RIO CLARO: [s.n.], 2008)

Continua Toledo:

“Essa investigação tem a principal intenção de averiguar se existe ou não relação aparente entre o clima e a criminalidade na cidade de Rio Claro, através de comparações entre parâmetros climáticos (temperatura, umidade relativa do ar e pluviosidade) e ocorrências criminais (homicídio, roubo, furto, roubo de veículos e furto de veículos). As ocorrências criminais escolhidas foram essas cinco por serem as mais importantes. O furto de veículos deixou de ser considerado apenas como furto pela sua grande importância e grande número de ocorrências, assim como o roubo de veículos, que deixou de figurar como roubo somente.”

Sendo assim, existe, neste estudo, a tentativa de entender o comportamento humano e auxiliar na manutenção da segurança da área pesquisada, por menor que possa ser a influência do clima sobre a complexidade do comportamento humano. Observando que pesquisa nesse sentido do objeto do estudo deve ser feito com cuidado, a fim de não se basear no determinismo. O clima jamais deve ser colocado como sendo o único e exclusivo fator causador de violência.

Toledo (*apud* BARON, 1977)

“Demonstrou que exposições prolongadas a temperaturas entre 80 e 90 graus Fahrenheit (26,7 a 32,2 graus Celsius) aumentaram a irritabilidade e deixaram as pessoas mais impacientes, assim criando um ambiente propício para a violência coletiva.”

Toledo (*apud* ANDERSON E ANDERSON, 1984):

“Afirmaram, em pesquisa feita em duas diferentes cidades dos Estados Unidos, que o número de crimes violentos está diretamente relacionado com o aumento da temperatura, porém os crimes não violentos não demonstraram ter essa correlação.”

Entretanto, não é possível afirmar que o crime realmente foi influenciado pela pluviosidade, pois a correlação, por si só, não denota causalidade, como já citamos. Outros fatores podem ter influenciado a mudança de comportamento. Como festas em diferentes épocas do ano, variação do valor do poder do salário, dívidas, desemprego, desalento e diversos outros fatores podem influenciar o comportamento humano.

Assim, como Toledo, nos faz acreditar que a forte correlação existente que há uma grande possibilidade de que os dados criminais serem influenciados pela pluviosidade em Rio Claro, especificamente. Como também, se constatou a influência do clima sobre as ocorrências criminais na região de Princesa Isabel-PB e adjacência, o qual incluem os municípios de São José de Princesa, Manaíra, Tavares, Juru, Água Branca e Imaculada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao exposto acima, denota-se que foi pincelado a capacidade de compreender a possibilidade de que fatores externos possam ser usados como objetos de estudos, análise e compreensão na investigação policial no campo climático; da intervenção da natureza que ritma o ser humano no agir, na ação negativa ou positiva quando pratica ilícitos criminais.

E ao mesmo tempo admiti uma visão holística de gestão policial quando se observa e aceita as partes sem serem fragmentadas, mas como um todo uníssono, como por exemplo, o uso da inteligência geoespacial que é uma arma moderna no combate permanente ao crime, utilizando a forma exata e compreendendo todas as correlações de forças das diversas variantes, sendo assim é possível ajudar a polícia investigativa na elucidação dos crimes, em termo de prevenir a criminalidade em determinada época do ano.

No analisar das estáticas, comparando as ocorrências policiais por causa de um fator externo, dar-se à luz ao entendimento de que outros fatores externos, como os meios ambiental, social e econômico possam também contribuir a preparação do policial no combate e na manutenção da ordem e da paz social no seio da sociedade.

Quando se comparou o resultado da quantidade crimes ocorridos no mês de mais estiagem (setembro de 2021) e no mês mais chuvosos (março de 2022) se constatou que a redução foi mais de 300%(trezentos por cento) e dos crimes mais violentos como feminicídio, homicídio, estupro e tortura ocorreram também no período de seca. E baseando-se nessas informações preliminares podem as forças de segurança disponibilizar mais equipamentos e pessoal em determinada época do ano e poupar gastos em outras épocas.

A análise realizada em caráter comparativo nos meses mais secos e nos meses mais chuvosos da região física da Serra de Teixeira, especificamente, o município Princesa Isabel-PB e adjacentes, prevê a necessidade de termos mais estudo nas demais áreas científica que possam auxiliar no combate permanente aos crimes. Tanto nas áreas do sertão, como em outras regiões do complexo estado da Paraíba que tem essa peculiaridade de possuir em seu território uma diversidade de ecossistemas.

Por conseguinte, é por demais consentâneos a necessidade de continuarmos na busca de resultados por meio de estudos e de mecanismo capaz de melhor aperfeiçoar as forças de segurança do estado. Na intenção única de colaborar na manutenção da confiança e perquirir caminhos para diminuir os crimes contra a sociedade.

REFERÊNCIAS

BEAUBRUN. Jr. Antonio Carlos/Bezerra, Clayton da Siva. Il. Agnoletto, Giovani Celso, organizadores Delegado Conciliador. 1 ed.- Rio de Janeiro-Mallet Editora, 2017.

BEZERRA, Clayton da Siva. Il. Agnoletto, Giovani Celso, organizadores. Temas processuais penais da atualidade: doutrina e prática: a visão do delegado de polícia. Cap.20/Thiago Hauptmann Borelli Thomaz. Ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2016.

BRASIL.(AESAs)<http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/img/cima.jpg>.Clima.Acesso>internet 03.04.22.

BRASIL. PJE | Tribunal de Justiça da Paraíba. <https://www.tjpb.jus.br> > pje. Acesso> em 25.05.2022.

CABRAL. Gutemberg Jose da Costa Marques. O Direito Ambiental do Mangue. 2 ° ed. João Pessoa/PB: Ed.Sal da Terra.2006.

_____. Tópicos de Direito Ambiental: Acompanhado de legislação brasileira atualizada. Amazon Kindle Edition Portuguese Edition by Gutemberg José da Costa Marques Cabral (Author) Format: Kindle Edition,518 p, 2018.

FOUCAULT, Michel,1926-1984. Microfísica do Poder. Org. Roberto Machado-25ª ed,- São Paulo,2012.

MEDEIROS, Suzana Eterna Leite. Análise e tendências de padrões climáticos para mesorregião do sertão paraibano, dissertação de mestrado pela UFPB, João Pessoa: Biblioteca Central, 2018.

PORCINO, Wellington Clay./Bezerra,Clayton da Siva.II. Agnoletto,Giovani Celso, organizadores Inteligência Geoespacial seu impacto e contribuições nos modelos de gestão policial-Rio de Janeiro; M.Mallet Editora, 2016.

LISZT, Fran Von. Tratado de Direito Penal Alemão. Traduzido por José Higino Duarte Pereira-Campinas: Russel Editores,2003.

SOLOMON, Hsiang. [https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/clima/estudo-revela-que-calor-](https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/clima/estudo-revela-que-calor-aumentaviolencia) aumentaviolencia. Acesso em 03.04.22.

TOLEDO, Rafael Godoy. A influência do clima sobre a criminalidade na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo / Rafael Godoy de Toledo. – Rio Claro-SP: 2008. (TCC apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de Bacharel em Ecologia.)



Análise crítica quanto ao descumprimento do direito à educação das crianças em fase inicial da primeira infância de 0-3 anos

Denise Cristina Ferreira Leite

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.17

RESUMO

Este estudo pretende realizar uma reflexão a respeito do direito à educação da criança em fase da primeira infância de 0-3 anos. Para tanto, foi empregado o método científico-dedutivo de pesquisa bibliográfica. O objetivo é a discussão sobre

Palavras-chave: direito. criança. educação.

ABSTRACT

This study aims to develop a reflection about social and access to education of children in first... For this, we used the deductive method of scientific literature.

Keywords: law. child. education.

INTRODUÇÃO

A educação é um meio de ingresso ao pleno exercício da cidadania, previsto no artigo 6º da Constituição Federal um direito fundamental essencial dos direitos sociais, dentre de inúmeras convenções e tratados internacionais, abordam esta temática. A educação é um direito público subjetivo, seja ela pública ou privada. O artigo 205 da Constituição Federal aborda que educação é um direito de todos.

O artigo 208 da CF exige que o Estado, através do Poder Público cumpra este dever jurídico e deverá ser básica e gratuita dos quatro aos dezessete anos, do ensino infantil ao ensino médio.

Atualmente, a educação de qualidade é um dever que corresponde à democratização do conhecimento com a implantação de políticas públicas, meios de fiscalização sobre o Poder Público e fiscalização da frequência dos alunos. A evolução dos direitos à educação das crianças vem acompanhada com a evolução de tratados internacionais.

O artigo 227 da Constituição Federal, assegura que o direito a educação é papel da familiares, comunidade e Estado na promoção da educação.

No Brasil, o direito à educação é uma prática constante de fiscalização do Judiciário sobre o Executivo e Legislativo para que se cumpram os direitos respectivos à educação.

A conquista do direito à educação das crianças

Em 1920, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, foi adotado pela União Internacional Salve as Crianças, como sua própria a Declaração dos Direitos da Criança.¹

¹ FEDOZZI, Angela. *Educazione e Diritti Umani*. Bari: Edizioni Giuseppe Laterza, 2004. Elaborata da Englanty Jebbe, fervente sostenitrice delle tesi di Helen Parkhurst, la pedagista statunitense Che da tempo aveva formulato una lista dei principali e fondamentali diritti del bambino. Aveva infatti affermato Che "il bambino há: Il diritto del parlare, il diritto di essere ascoltato; il diritto che la propria opinione sai tenuta in considerazione; il il diritto di um trattamento paziente e obiettivo; il diritto, forse più prezioso fra tutti, di avere um segreto".

O mesmo documento foi então adotado e difuso da Liga das Nações, criada no final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), organismo universal que garante da paz universal entre todos os Estados do mundo.²

Segundo Jacob Dolinger, a Convenção Internacional do Trabalho de 1919, na qual foi abordada a idade mínima do trabalho e logo após em 1921 surgiu a Convenção sobre Supressão do Tráfico de Mulheres das Crianças, a qual foi adotada pela Liga das Nações. Mas, a Declaração de Genebra de 1924, que enalteceu o direito da criança e intitulada como “Carta da Liga sobre a Criança”.

Após, a Guerra Fria, os direitos de 1ª e 2ª geração separaram o que sempre andaram juntos, a separação é 1946, pois neste período durante a Guerra Fria, os países de visão capitalista garantiram a liberdade, já os países de inspiração socialista optaram por garantir a igualdade.

Em 1948, percepção da comunidade internacional foi deixar para os Estados decidirem livremente sobre os direitos fundamentais. Após, a guerra vem a Declaração de 1948, que gerou posterior a Declaração Universal do Direito das Crianças.³

A Declaração Universal do Direito das Crianças de 1959⁴, que foi ratificada pelo Brasil, através do art. 84, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e 1º do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961.⁵ O princípio 7º da Declaração defende a educação gratuita e obrigatória a educação básica. A educação, que contribua a uma cultura geral e que garanta condições de chances, seu juízo geral, ao menos de torná-la a um membro útil à sociedade.

A educação prioritária aos pais o interesse superior da criança com vistas aos seus atos, com vista no princípio 7º:

“A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade. Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais. A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.” (UNICEF, 1959)

A ONU optou por um mecanismo de controle da aplicabilidade destes pactos, através de um grupo de direitos humanos da ONU, que fosse capaz de analisar a administração destes trabalhos através de comitês. O Pacto de Estrasburgo, Pacto de São José da Costa Rica e Sistema Africano vieram em decorrências as inúmeras mudanças.

² Segundo a doutrina de Tommaso Woodrow Wilson, ex-presidente dos Estados Unidos.

³ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A humanização do direito internacional*. Del Rey.

⁴ GONZÁLES, Stella Maris. *La protección de la Infancia en el marco del Derecho Internacional*. Madrid: Editora Cruz Roja Española, 1991. *Muchos de los derechos y libertades enunciados en la Declaración reiteraban párrafos de la Declaración Universal de Derechos Humanos de 1948 y otros documentos anteriores, pero la comunidad internacional tenía la convicción de que las necesidades especiales del niño eran tan urgentes que requerían una declaración separada y más concreta. El conjunto de estos derechos está dominado por tres principios fundamentales: protección especial del niño, no discriminación y desarrollo físico y moral sano del niño. Estos principios se repiten muchas veces en los instrumentos internacionales relativos al niño, y parecen las motivaciones de toda reglamentación internacional del estatuto del niño. Esto justifico la actitud de los Gobiernos que han pedido la inserción de estos principios en el Preámbulo de la Convención.*

⁵ Outorga como um direito de socorro, conforme a proporcionalidade e razoabilidade das circunstâncias decorrentes daquele período. Em 1948 e 1959, tudo ficou mais sensível, diante deste argumento e fatos, pois direitos que deveriam ser recebidos e aceitos pelos Estados.

A igualdade dentre os direitos da educação foi evoluindo como uma sociedade justa tem que planejar, pois a igualdade deve ser construída e não será um dado.⁶

A partir de inúmeros dispositivos internacionais foi capaz de garantir a luta pelo direito à educação das crianças através de declarações e convenções, que viabilizou uniformizar o tratamento protetor das crianças de todos em prol dos direitos humanos das crianças. Segundo Gustavo Ferraz de Campos Monaco, os demais tratados internacionais têm a criança como objeto direto ou indireto de proteção.

Dispositivos à educação e exige do Estado o seu cumprimento:

A Declaração Universal dos Direitos do Homem em seu artigo 26⁷ diz: Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. Os pais têm um direito preferencial para escolher o tipo de educação que será dada aos seus filhos.

A Declaração dos Direitos da Criança resolução nº 1386 e a Declaração de Genebra, 1924. O Pacto de Direitos Políticos de 1966, em seu artigo 18, nº 4; “Os Estados Partes no presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais e, em caso disso, dos tutores legais a fazerem assegurar a educação religiosa e moral dos seus filhos e pupilos, em conformidade com as suas próprias convicções.”

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em 1996 e ratificada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992 nos artigos 13 e 14: “Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e a fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. §2. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem que, com o objetivo de assegurar o pleno exercício desse direito: 1. A educação primária deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos. 2. A educação secundária em suas diferentes formas, inclusive a educação secundária técnica e profissional, deverá ser generalizada e tornar-se acessível a todos, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito. 3. A educação de nível superior deverá igualmente tornar-se acessível a todos, com base na capacidade de cada um, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito. 4. Dever-se-á fomentar e intensificar, na medida do possível, a educação de base para aquelas pessoas não receberam educação primária ou não concluíram o ciclo completo de educação primária. 5. Será preciso prosseguir ativamente o desenvolvimento de uma rede escolar em todos os níveis de ensino, implementar-se um sistema adequado de bolsas de

⁶ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

⁷ FEDOZZI, Angela. *Ancora più importante e significativo è però quanto viene affermato nell'art. 26, Che riguarda il "diritto all'istruzione."*

estudo e melhorar continuamente as condições materiais do corpo docente. 6. Os Estados-partes no presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais e, quando for o caso, dos tutores legais, de escolher para seus filhos escolas distintas daquelas criadas pelas autoridades públicas, sempre que atendam aos padrões mínimos de ensino prescritos ou aprovados pelo Estado, e de fazer com que seus filhos venham a receber educação religiosa ou moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. 7. Nenhuma das disposições do presente artigo poderá ser interpretada no sentido de restringir a liberdade de indivíduos e de entidades de criar e dirigir instituições de ensino, desde que respeitados os princípios enunciados no parágrafo 1º do presente artigo e que essas instituições observem os padrões mínimos prescritos pelo Estado. Artigo 14. Todo Estados-partes no presente Pacto que, no momento em que se tornar Parte, ainda não tenha garantido em seu próprio território ou território sob a sua jurisdição a obrigatoriedade ou a gratuidade da educação primária, se compromete a elaborar e a adotar, dentro de um prazo de dois anos, um plano de ação detalhado destinado à implementação progressiva, dentro de um número razoável de anos estabelecido no próprio plano, do princípio da educação primária obrigatória e gratuita para todos.”

A Convenção sobre os direitos da Criança 20 de novembro de 1989, ratificou a referida Convenção em 24 de setembro de 1990 os artigos 28 e 29: “1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e, a fim de que ela possa exercer progressivamente e em igualdade de condições esse direito, deverão especialmente: a) tornar o ensino primário obrigatório e disponível gratuitamente para todos; b) estimular o desenvolvimento do ensino secundário em suas diferentes formas, inclusive o ensino geral e profissionalizante, tornando-o disponível e acessível a todas as crianças, e adotar medidas apropriadas tais como a implantação do ensino gratuito e a concessão de assistência financeira em caso de necessidade; c) tornar o ensino superior acessível a todos com base na capacidade e por todos os meios adequados; d) tornar a informação e a orientação educacionais e profissionais disponíveis e acessíveis a todas as crianças; e) adotar medidas para estimular a frequência regular às escolas e a redução do índice de evasão escolar. 2. Os Estados Partes adotarão todas as medidas necessárias para assegurar que a disciplina escolar seja ministrada de maneira compatível com a dignidade humana da criança e em conformidade com a presente convenção. 3. Os Estados Partes promoverão e estimularão a cooperação internacional em questões relativas à educação, especialmente visando a contribuir para a eliminação da ignorância e do analfabetismo no mundo e facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos e aos métodos modernos de ensino. A esse respeito, será dada atenção especial às necessidades dos países em desenvolvimento. Artigo 29. 1. Os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de: a) desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física da criança em todo o seu potencial; b) imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas; c) imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem, e aos das civilizações diferentes da sua; d) preparar a criança para assumir uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena; e) imbuir na criança o respeito ao meio ambiente. 2. Nada do disposto no presente artigo ou no Artigo 28 será interpretado de modo a restringir a liberdade dos indivíduos ou das entidades de criar e dirigir instituições de ensino, desde que sejam respeitados os princípios enunciados no parágrafo 1 do

presente artigo e que a educação ministrada em tais instituições esteja acorde com os padrões mínimos estabelecidos pelo Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, em artigo 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Já, os artigos 53 e 54 abordam que: A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

A Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação do período de vigência de 25.06.2014 a 25.06.2024, dez anos para melhoria da qualidade da educação brasileira.

E graças à todas estas normas são possíveis denunciar e exigir o cumprimento do direito à educação. Ainda existe no sistema interamericano, através do Protocolo de São Salvador é a possibilidade de denunciar violação ao direito à educação perante os órgãos do Sistema Interamericano.⁸

A educação e abandono intelectual

A Convenção sobre os direitos da Criança, em seu artigo 29 resguarda o direito ao respeito e o conhecimento à educação. O direito a educação, correlação quanto a sua formação no seu interesse garantia e resguardo. Preocupação com os princípios, com isso a garantia da formação integral da criança com o interesse integral.⁹

⁸ MARRUL, Indira Bastos. *O fortalecimento da indivisibilidade dos direitos humanos no sistema interamericano: efetiva garantia para o direito à educação*. Revista IIDH/ Instituto Interamericano de Derechos Humanos. São José da Costa Rica: El Instituto, 1995.

⁹ CABALERRO, Susana Sanz. *Los efectos del calentamiento global en los derechos del niño. Uma perspectiva desde el derecho internacional*. Vol. 65. n. 2. jul-dez/2013. Madrid: Revista Española de Derecho Internacional, 2013.

A participação da família no processo educativo, que compre normas internacionais e internas, para o melhor desenvolvimento da criança.¹⁰

Ao viabilizar o melhor interesse da criança na sua coletividade ou individualmente, no artigo 18 da convenção estabelece a educação e o desenvolvimento da criança, no entanto, ainda assim fica também sob resguardo os pais a procura pela educação e cumprimento do Estado. No direito internacional, classifica como criança, abaixo de 18 anos de idade.

Portanto, os pais ou responsáveis têm o dever de matricular suas crianças nas escolhas sob responsabilidade do Estado prover educação de qualidade para todos em conformidade com artigo 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O legislador estabeleceu o direito de fiscalizar, como direito e o dever que os pais ou responsáveis, pelas crianças têm igualitariamente de acompanhar e participar da educação e da manutenção de seus filhos.

A Lei 9394/1996 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que a educação é dever da família e do Estado, para o preparo da cidadania e qualificação para o trabalho.

Assim, com o apoio da sociedade entre familiares e Estado, diminui abandono intelectual, quando não existe a assistência familiar. A configuração do crime no artigo 246 do Código Penal, abandono intelectual sob pena, portanto, é dever dos familiares de matricular as crianças na escola.

O Tribunal de Justiça, em recente julgados, sufragou o entendimento do abandono intelectual, omissão de dever legal. Neste sentido, vejamos o seguinte julgado:

Abandono intelectual - evasão escolar. (...) Resta provado, ante o conjunto da prova ter a ré praticado o delito denunciado, de abandono intelectual, omitindo-se no seu dever legal em manter seu filho estudando, tendo a vítima deixado de frequentar a escola na segunda série do ensino fundamental, exatamente no período em que preponderava a vontade dos pais. (TJ-RS - Rec. Crim. 71001667039 - Rel^a Juíza Angela Maria Silveira - Publ. em 10-7-2008)

Ressalto também o que dispõe o artigo 55 do ECA, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabelece a obrigatoriedade da matrícula de crianças em idade de cursar o ensino fundamental regular.

O artigo 227 da Constituição Federal estabelece é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, dentre os inúmeros direitos sociais o direito à educação.

Em outro entendimento do tribunal sobre o abandono intelectual. Vejamos outro posicionamento:

Justiça da infância e da juventude - educação dos filhos - conceito. Promover a educação dos filhos é dever inerente ao pátrio poder, assim como a subordinação dos filhos ao mando paterno. Por educação compreende-se o esforço tendente a promover o desenvolvimento físico, intelectual e moral do indivíduo e ajustá-lo às normas comuns de comportamento. A transição do indivíduo para o cidadão é fruto das práticas educativas, implícitas no instituto em estudo. O Código Penal, art. 246, reprime o crime de abandono intelectual, informado pelo fato

¹⁰ WEINBERG, Inés M. *Convección sobre los derechos del niño*. Buenos Aires: Rubinzal Culzoni Editores, 2002.

de deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar... Fora de dúvidas que a subordinação do filho ao mando paterno se inclui no curso ativo da educação. (TJ-SP - Ap Cív 28180- 0/5 - Acórdão COAD 76534 - Rel. Des. Pereira da Silva - Julg. Em 29-8-1996)

Deverá existir a preservação das garantias de permanência da criança na escola em cumprimento com os direitos fundamentais.

O direito à educação da criança deve caminhar juntamente com o princípio do melhor interesse da criança, já que o descumprimento de tal premissa implica como um crime. Todavia, todas as análises devem ser feitas conforme os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, o Estado verificará a melhor vertente, para a criança que preencha proteger o melhor interesse da criança.

Direito ao acesso a creche

O Brasil tem como obrigação de incluir crianças de 4 anos na escola infantil até 17 anos no ensino médio, já existem muitas crianças que ainda não estão matriculadas, antes a obrigatoriedade era para crianças entre 7 a 14 anos deveriam estar matriculadas no ensino fundamental agora a obrigação está desde a pré-escola até o ensino médio para crianças entre 4 a 17 anos e as crianças de 0 a 3 anos, a estas ainda não existe muitas crianças em creches. No entanto, para as creches, ainda, continua um processo em proporção de acompanhamento com o investimento nas unidades infantil e criação de leis que obriguem a implantação de novas creches.

No entanto, não existe obrigatoriedade de matrícula de crianças de até três anos em creches. Mas, todos os anos iniciam uma corrida ao judiciário para que se cumpra o pedido de inserir crianças em creches.

A Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014, estabelece dentre as metas está ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. E, como estratégia está em realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta, estabelecer, no primeiro ano de vigência do PNE, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches, manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes; articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública, promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior, estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no

atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada, priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica; implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade; preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental, fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, o Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento, estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Enquanto, ainda são metas e estratégias as crianças estão à espera de uma vaga em alguma nova unidade infantil. Diversos pais ou responsáveis pelas crianças procuram unidades infantis para deixar as crianças de faixa etária entre 0 e 3 anos para que possam trabalhar, com a inexistência de vagas suficientes e sem uma obrigatoriedade de que estas crianças sejam matriculadas nestas unidades infantis, os municípios se isentam de criar novas unidades.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada na Conferência realizada em março de 1990, em Jomtien, na Tailândia, em seu item 20, existe a pré-condição a equidade, eficiência e qualidade da educação na primeira infância.

O artigo 208, IV da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 53/2006, prevê que a criança de até cinco anos de idade terá atendimento em creche e em pré-escola, para educação infantil, que é assegurado pelo próprio texto constitucional. Assim, a educação é um dever jurídico cuja execução se impõe ao Poder Público, ao município, artigo 211, §2º da Constituição Federal.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão recente, decidiu que o Poder Executivo trabalhou de forma omissa em resguardar o direito à vaga em creches, onde foi permeada a decisão judicial para correção do descumprimento a garantia do direito à Educação de crianças de 0 a 3 anos, trata-se de suspensão de liminar ajuizada pelo Município de Santa Bárbara D' Oeste/SP,

contra liminar concedia nos autos do Agravo de Instrumento 2070577-81.2014.8.26.0000 em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

SL 822/SP – São Paulo. Suspensão de Liminar. Requerente: Município de Santa Bárbara D’ Oeste. Procurador. Procurador Geral do Município de Santa Bárbara D’Oeste. Requerido: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Intimado ministério Público do Estado de São Paulo. Procurador: Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo. O Ministério Público recorreu e solicitou que fosse apresentada a lista de crianças que aguardavam e solicitou a lista de crianças que aguardavam a concessão de vagas em creche e pré-escola, observando-se a antiguidade quanto à data de inscrição, bem como sua inserção no ensino infantil, sob pena de multa-diária e o Ministro Ricardo Lewandowski compreendeu que o pedido era pertinente, e suspendeu recurso interposto pelo município de Santa Barbará d’Oeste/SP. (STF, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe- 225 Divulgado em 14/11/2014 e Publicado em 17/11/2014).

A esse respeito, o RE 600.419/SP, rel. Min. Celso de Mello também se manifesta neste sentido em outro processo:

“Criança de até cinco anos de idade. Atendimento em creche e em pré-escola. Educação infantil. Direito assegurado pelo próprio texto constitucional (cf, art. 208, iv, na redação dada pela ec nº 53/2006). Compreensão global do direito constitucional à educação. Dever jurídico cuja execução se impõe ao poder público, notadamente ao município (cf, art. 211, § 2º). Recurso extraordinário conhecido e provido.” (MELLO, 2012)

Em decisão de Repercussão Geral o Supremo Tribunal Federal, aplicou:

Auto-aplicabilidade do art. 208, IV, da Constituição Federal. É dever do Estado de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. (AI 761908 RG, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 24/05/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-155 DIVULG 07-08-2012 PUBLIC 08-08-2012).

A responsabilidade do Estado no cumprimento de suas atividades em garantir o direito à educação um direito fundamental e promover políticas públicas adequadas, deverá estar em consonância com leis que a apliquem e dentro do orçamento dos Estados e Municípios.

Segundo Lauro Luiz Gomes Ribeiro, ao Estado ficará com a competência de fiscalizar os responsáveis pelos alunos, na tarefa de guiar a educação, que incumbirá da matriculo até a permanência na escola, conforme o artigo 227 da Constituição Federal.

A análise do direito à educação dependerá do estudo acerca de sua estruturação correta dentre a preparação e estruturação adequada.¹¹

Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri, o direito a educação também estará sujeito como um serviço e sujeito ao Código de Defesa do Consumidor, o qual o descumprimento também estará sujeito a penalizações.

O controle jurídico dos direitos fundamentais e a fiscalização de políticas públicas têm sido muito recorrentes com a divulgação de informação¹², o cidadão procura o Poder Judiciário para denunciar as irregularidades do Executivo e o cumprimento de direitos públicos subjetivo, como é o caso do direito à educação.

Segundo Kim e Peres, a principal causa do Poder Judiciário exercerá a fiscalização so-

¹¹ TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

¹² Lei de Acesso às Informações (Lei 12.527/2011) e portais da transparência.

bre as atividades desenvolvidas dos Poderes Executivos e Legislativos, no controle de legalidade dos atos por eles praticados analisando o mérito das decisões.

Assim, é possível coibir práticas de corrupção no país, com a promoção da cidadania e educação.

O Ministério Público tem controlado as políticas públicas judicialmente, na efetividade do direito à educação, pois o artigo 127, da Constituição Federal, atribui ao Ministério Público à incumbência de defesa de interesses sociais indisponíveis, ou seja, na fiscalização e na execução de políticas educacionais. Para Eduardo Cambi e Giovana Zaninelli, o Ministério Público, atua como articulador e fiscal da implementação de políticas públicas juntamente com outros sujeitos políticos coletivos, para o resguardo dos direitos sociais e efetivação dos direitos fundamentais.

Segundo Draibe, o desenvolvimento social será composto por princípios de direito social e direito humano, surgirá o desenvolvimento humano. Assim, para que se torne realidade deverá, portanto, que existam políticas públicas efetivas sem corrupção.

O Plano Nacional de Diretrizes e Bases orientam em seu artigo 8º, sob a responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios elaborem seus Planos de educação para acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE.

As vagas deveriam ser mais próximas as residências das crianças, para melhor facilidade na permanência das crianças e de auxílio aos familiares e responsáveis. As crianças são vulneráveis, dependência das crianças e um desenvolvimento adequado a escola em seu processo de formação é fundamental, sempre visando o melhor interesse da criança.

A ineficiência, demora de comunicação e qualidade de oferecer a vaga à criança desrespeita o superior interesse da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade dos pais e Estado em matricular e oferecer as vagas na escola. No caso, da primeira fase da primeira infância na idade de 0 a 3 anos não há lei que obrigue ao Estado em realizá-la, apenas existência de jurisprudência e decisões. No entanto o Plano Nacional de Educação colocou meta e estratégias para a amplie o número de vagas de creches. As penalizações estão sujeitas ao crime da Administração Pública pelo descumprimento de suas responsabilidades sejam estas objetivas ou subjetivas.

A corrupção provada ao direito à educação por parte da Administração Pública, as penalizações são previstas nos artigos 312 a 326 do Código penal, dos crimes contra a administração pública e sofrerá o processo de improbidade administrativa, como para coibir ações e penalizar práticas de imoralidade e ilegalidade desenvolvidas pela poder público. A Lei de Responsabilidade Fiscal serve também como um meio para que orçamento público seja fiscalizado, todos os gestores de políticas públicas.

O direito à educação quando for desrespeitado pelos pais ou responsáveis da criança pelo não cumprimento de um dever, o abandono intelectual, poderá proporcionar a não continuidade do Estudo e desestimular o prosseguimento da educação. No caso, da creche o crime só será compactuado se a criança, seja retirada da creche e não matriculada em fase posterior em

escola infantil para dar continuidade a dos 4 a 5 anos. A justiça tem efetivado inúmeras ações para cumprimento do direito à educação através de políticas públicas eficientes.

Aguarda-se, que com as expectativas do Plano Nacional de Educação, sejam criados nos próximos anos novas vagas para inserção das crianças de 0-3 no ensino infantil.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CABALLERO, Susana Sanz. Los efectos del global em los derechos del niño. Uma perspectiva desde el derecho internacional. Volume 65. n. 2. jul-dez/2013. Madrid: Revista Española de Derecho Internacional, 2013.

CAMBI, Eduardo; ZANINELLI, Giovana. Direito fundamental à educação, exclusão social e cidadania. Ano 15. v. 59. jul-set/2014. São Paulo: Revista de Direito Privado. Revista dos Tribunais: 2014.

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. A criança no direito internacional. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.

DRAIBE, Sônia M. O estado do bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. Políticas Públicas no Brasil. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Fio Cruz, 2011.

GONZÁLES, Stella Maris. La protección de la Infancia em el marco del Derecho Internacional. Madrid: Editora Cruz Roja Española, 1991.

KIM, Richard Pae; PEREZ, José Roberto. Organização Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude. Todos pela Educação. Justiça pela Qualidade na Educação. Responsabilidades públicas, controles e exigibilidade do direito a uma Educação de qualidade. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

LINHARES, Mônica Tereza. O direito à educação como direito humano fundamental. Ano 7. n. 13. Franca: Revista Jurídica da Universidade de Franca, 2004.

MARRUL, Indira Bastos. O fortalecimento da indivisibilidade dos direitos humanos no sistema interamericano: efetiva garantia para o direito à educação. Revista IIDH/ Instituto Interamericano de Derechos Humanos. São José da Costa Rica: El Instituto, 1995.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2012.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. A proteção da criança no Cenário Internacional. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2005.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2012.

PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. 2.ed. São Paulo: Max Limond, 2003.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. O direito educacional no sistema jurídico brasileiro. Organização Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da

Juventude. Todos pela Educação. Justiça pela Qualidade na Educação. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. Direito Educacional. Educação Básica e Federalismo. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SILVA, Fábio de Souza. Análise crítica quanto efetivação do direito fundamental à educação no Brasil como instrumento transformador social. Ano 10. n. 20. jul-dez/2007. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: 2007.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

UNICEF *et al.* Declaração universal dos direitos das crianças. 1959. Adotada pela Assembléia das Nações Unidas de, v. 20, 2019.

WEINBERG, Inés M. Convección sobre los derechos del niño. Buenos Aires: Rubinzal Culzoni Editores, 2002.



Acordo de não persecução penal como reflexo da nova onda da justiça negociada

Ramon Oliveira de Azevedo

Universidade Federal do Amazonas Faculdade de Direito

João Thomas Luchsinger

Professor Orientador

DOI: 10.47573/aya.5379.2.177.18

TEMA DA PESQUISA

Alternativas jurídicas a sanções penais tradicionais. Delimitação do tema: O acordo de não persecução penal como reflexo da nova onda da Justiça Penal Negociada.

PROBLEMÁTICA E HIPÓTESES

A justiça penal Negociada como tendência na Sistemática Judiciária, e seus reflexos no Direito Criminal.

A inovação legislativa do art. 28-A de Processo Penal, trazida pela lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime).

O Acordo de Não Persecução Penal como um importante instrumento de economia processual na Política Criminal Brasileira.

JUSTIFICATIVA

A temática que será abordada neste Projeto de Pesquisa é relevante por se tratar de um dispositivo atual, que mesmo com sua expressa e extensa previsão no CPP ainda é cabível de comentários pertinentes que esmiúcem a temática, para que seja possível melhor interpretá-lo para que assim seja aplicado de maneira mais eficaz tornando a Justiça mais eficiente.

OBJETIVOS

Geral

Fazer uma análise da mudança de paradigma da política criminal brasileira.

Específicos

Explicar a onda da Justiça Penal Negociada no Direito Brasileiro.

Demonstrar que o ANPP disposto no art. 28-A do CPP é uma ferramenta disponível em desenvolvimento para o Controle Social Formal no que tange a Política Criminal Brasileira em aspectos ressocializadores.

METODOLOGIA

A pesquisa deste projeto será do tipo exploratória, pois estas são realizadas quando o objetivo é estudar um tema pouco explorado, o que se encaixa na problemática principal deste trabalho. Em regra geral, a pesquisa exploratória é o tipo de pesquisa realizada quando o tema escolhido é pouco explorado, sendo difícil a formulação e operacionalização de hipóteses. Muitas vezes, esse tipo de estudo se constitui em um primeiro passo para a realização de uma pesquisa mais aprofundada. (OLIVEIRA, 2018).

O objeto principal deste estudo é O acordo de não persecução penal como reflexo da nova onda da Justiça Penal Negociada, sendo este objeto investigado e destrinchado através de uma pesquisa com uso de dados qualitativos, bem como jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a qual será confrontada com as opiniões e pontos de vista dos profissionais mais qualificados no tema, buscando-se aqui um aprofundamento e desenvolvimento de senso crítico acerca da temática explorada.

A primeira etapa deste estudo consiste no estabelecimento de conceitos e institutos importantes na dinâmica. A segunda parte se revela no desenvolvimento histórico dos institutos. A terceira etapa será um estudo de Acordo de Não Persecução Penal no ordenamento pátrio. Na quarta e última etapa será feita uma análise da aplicabilidade do instituto no Amazonas.

O presente trabalho utilizará livros acadêmicos e artigos científicos, não tendo pretensão de esgotar tais fontes. Fará uso também da jurisprudência, em que casos já julgados e seus respectivos métodos para a aplicação do acordo, que serão usados como base de informações e comparações.

A reunião das fontes de pesquisa será feita através de revisões bibliográficas, com fontes complementares tiradas da Constituição Federal, legislações ordinárias, complementares, decretos, tratados internacionais e doutrinas.

O método utilizado será o dedutivo, pois essa forma de pesquisa parte de generalizações aceitas do todo, de leis abrangentes, para casos concretos, partes da classe que já se encontram na generalização. (MARCONI; LAKATOS, 2017).

REFERENCIAL TEÓRICO

Da pena

Primeiramente, quando tratamos da Justiça no âmbito Criminal, imediatamente nos vem a ideia de um Estado punitivista que se utiliza dos instrumentos Institucionalizados para encarcerar criminosos de forma cruel.

Contudo, em uma análise técnico-científica, precisamos estabelecer parâmetros e delimitar conceitos, e o primeiro deles é o de pena, que segundo Rogério Sanches (2022)¹:

“Pena é uma espécie de sanção penal, isto é, resposta estatal ao infrator da norma incriminadora (crime ou contravenção), consistente na privação ou restrição de determinados bens jurídicos do agente. Sua imposição depende do devido processo legal, através do qual se constata a autoria e materialidade de um comportamento típico, antijurídico e culpável não atingido por causa extintiva da punibilidade. ”

Portanto, de imediato podemos observar que a pena não é apenas a mão do estado opressor punindo a população indiscriminadamente, e sim um instrumento de controle social formal para o convívio harmônico da sociedade.

Quanto à finalidade da pena, existem inúmeros autores tal qual correntes criminológicas que debatem a tese da função da pena na sociedade e no ordenamento jurídico, e são de maior relevância:

¹ CUNHA, Rogério Sanches. *Manual de direito penal: parte geral (art. 1º ao 120).* - 11.ed.rev., e atual. - São Paulo: JusPODIVM, 2022. Página 535.

Francesco Carrara da Escola Clássica, que versava que a pena surgiu como forma de prevenção de novos crimes, defesa da sociedade: *“punir ne peccetur”*, e necessidade ética, reequilíbrio do sistema: *punitur quia peccatum est*.

Cesare Lombroso juntamente com Rafael Garofalo, expoentes da Escola Positiva, tinham a ideia de que a pena se fundava na defesa social, com o objetivo da prevenção de crimes, devendo ser indeterminada, para que pudesse se adequar ao criminoso no intuito de corrigi-lo.

Franz Von Lizst, representante da Escola Moderna Alemã, dizia que a pena se tratava de instrumento de ordem e segurança social.

E para Filippo Gramatica, representante da Escola da Nova Defesa Social, em uma análise mais contemporânea, versava que a pena é uma reação social com objetivo de proteção do cidadão.

Vale ressaltar que a imposição da pena é da natureza do ser humano, tanto que existem desde a antiguidade clássica, contudo seu estudo sistemático se intensificou apenas na Idade Média, o que desenvolveu um intenso debate com três correntes² em destaque:

Para os absolutistas, a imposição da pena é uma decorrência lógica da delinquência, visando apenas retribuir o mal causado.

Já para os utilitaristas, a pena atua como um instrumento de prevenção, um meio para alcançar determinadas finalidades.

E para os ecléticos, responsáveis pela reunião das teorias absolutistas e preventivas. Entendem que não é possível dissociar uma e outra finalidade da pena, porque a imposição da sanção penal é sempre um castigo e um meio para prevenir.

Portanto, diante da abrangente e complexa teoria, o Brasil não tem uma posição unânime no que tange a função da pena, contudo modernamente, entende-se que no ordenamento pátrio a pena tem tríplice finalidade: (A) retributiva; (B) preventiva; (C) reeducativa.

Diante desses três pilares que regem a Política criminal brasileira, podemos observar três modelos de resposta ao cometimento do crime³:

A) Dissuasório clássico: inspirado pela ideia de retribuição, consiste na simples imposição da pena, medida suficiente para retribuir o mal causado pela prática criminosa e evitar o cometimento de novos delitos.

B) Ressocializador: tem a finalidade de reintegrar o delinquente a sociedade.

C) Consensuado: tem o propósito de trazer à Justiça criminal modelos de acordo e conciliação que visem à reparação de danos e à satisfação das expectativas sociais por justiça. Tendo dois modelos principais de aplicação:

a) Modelo pacificador ou restaurativo, voltado à solução do conflito entre o autor do crime e a vítima (reparação de danos)

b) Modelo de justiça penal negociada, em que o agente, admitindo a culpa, negocia

² CUNHA, Rogério Sanches. *Manual de direito penal: parte geral (art. 1º ao 120)*. - 11.ed.rev., e atual. - São Paulo: JusPODIVM, 2022. Página 536.

³ GOMES, Luiz Flávio. *Justiça conciliatória, restaurativa e negociada*. Disponível em <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/justica-penal-restaurativa-conciliacao-mediação-e-negociação/>

com o órgão acusador detalhes como a quantidade da pena, forma de cumprimento, a perda de bens e também a reparação de danos.

Diante dessa delimitação de conceitos, podemos observar uma clara evolução no direito Criminal no que tange a aplicação da pena, que no decorrer da história apresentou um caráter extremamente dissuasório impositivo com uma ideia simples de punir para servir de exemplo e para que não se repetisse.

Com o avançar das ciências criminais, percebemos que o indivíduo que cometeu delitos, sanada sua pena, tornaria a sociedade, surgindo a preocupação de sua reintegração à sociedade de forma menos traumática para ambas as partes. Nesse sentido o Doutor Luís Carlos Valois⁴, em sede da doutrina da Nova Defesa Social diz que:

“É um dever da sociedade, por ser a garantidora de um bom convívio entre os cidadãos, promover uma espécie de ressocialização do antissocial, principalmente com medidas preventivas.” (VALOIS, 2020, p.94)

Por fim, no atual momento da Justiça Criminal, surge uma forte corrente de caráter inovador que é a Justiça Negociada, cada vez mais relevante no ordenamento e que será explorada no tópico seguinte.

Da justiça penal negociada

No bojo do cenário jurídico-penal surgiram três correntes⁵ nessa onda atual: (A) Justiça Restaurativa; (B) Justiça Reparatória e; (C) Justiça Negociada, que é o objeto principal do nosso estudo.

A primeira, baseada num procedimento de consenso envolvendo os personagens da infração penal (autor, vítima e a comunidade), sustenta que a solução do crime passa pela restauração, ou seja, pela reaproximação das partes envolvidas para que retornem ao *status quo ante*.

No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 225/2016 para disciplinar a justiça restaurativa, prevendo os princípios da corresponsabilidade, da reparação dos danos, do atendimento às necessidades de todos os envolvidos, da informalidade, da voluntariedade, da imparcialidade, da participação, do empoderamento, da consensualidade, da confiabilidade, da celeridade e da urbanidade.

Já a justiça Reparatória se faz por meio da conciliação promovida pelos órgãos integrantes do sistema criminal, como ocorre na transação penal, na suspensão condicional do processo, dispositivos previstos na Lei 9.099/95.

Por fim, na Justiça Negociada, proveniente sobretudo do direito americano, o agente e o órgão acusador acordam acerca das consequências da prática criminosa, o que, evidentemente, pressupõe a admissão de culpa. A doutrina americana denomina de *plea bargaining*, podendo consistir na negociação sobre a imputação, sobre a pena e todas as consequências do delito, como por exemplo o perdimento de bens e a reparação de danos.

Diante de tal evolução no direito americano o Brasil começou a introduzir sutilmente a

⁴ VALOIS, Luís Carlos. *Conflito entre a ressocialização e o princípio da legalidade penal*. -1. ed.-Belo Horizonte. São Paulo: D'Plácio, 2020. Página 94.

⁵ CUNHA, Rogério Sanches. *Manual de direito penal: parte geral (art. 1º ao 120)*. - 11.ed.rev., e atual. - São Paulo: JusPODIVM, 2022. Página 539.

Justiça Penal Negociada no ordenamento pátrio com institutos como o acordo de colaboração premiada (art. 3-A e ss da Lei 12.850/13) e mais recentemente o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), previsto no art. 28-A da CPP.

Do acordo de não persecução penal

O instituto Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) foi inserido pela Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime) no art. 28-A do Código de Processo Penal, e consiste no ajuste celebrado, em determinadas circunstâncias e presentes os requisitos legais, entre o Ministério Público e o investigado (acompanhado de seu advogado) por meio do qual são estipuladas condições cujo cumprimento implicará no não ajuizamento de ação penal e extinção da punibilidade.

Sendo assim é inegável a vertente negocial do dispositivo, visto que o Membro do Ministério Público tem o poder de propor o acordo de forma que o acusado, assistido pelo seu advogado, participe de forma ativa da negociação para resolver o litígio, e nesse sentido o mestre Aury Lopes Jr versando sobre o assunto consagrando o entendimento:

Portanto, é um poderoso instrumento de negociação processual penal que requer uma postura diferenciada por parte dos atores judiciais, antes forjados no confronto, que agora precisam abrir-se para uma lógica negocial, estratégica, que demanda uma análise do que se pode oferecer e do preço a ser pago (prêmio), do timing da negociação, da arte negocial.⁶ (LOPES JR, 2021, p.285)

E nesse ponto a doutrina é pacífica quanto seu encaixa como um instrumento negocial penal diante da Política Criminal Brasileira. Contudo, o dispositivo ainda é rodeado de polêmicas quanto sua origem, natureza e sua aplicação.

Quanto à sua origem, o ANPP surgiu como uma alternativa à justiça reparatória que pregava a Lei 9.099/95, por ser uma proposta inovadora prevista na Resolução n. 181/17 do Conselho Nacional do Ministério Público. Nesse sentido, Renato Brasileiro de Lima elenca três justificativas⁷ para o surgimento: (A) a exigência de soluções alternativas no processo penal que proporcionem celeridade em casos menos graves; (B) priorização de recursos financeiros e humanos do Ministério Público e do Poder Judiciário para processamento e julgamento de casos mais graves; (C) minoração dos efeitos deletérios de uma sentença penal condenatória aos acusados em geral, que teriam mais uma chance de evitar uma condenação judicial, reduzindo os efeitos sociais prejudiciais da pena e desafogando os estabelecimentos prisionais.

Diante de todo esse contexto o Ministério Público com a Resolução 181/17 começou a aplicar o ANPP como se procedimento fosse, para poder ter legitimidade em seu uso visto que o dispositivo não se encaixava nas balizas constitucionais legislativas, previstas no Art. 22 cc Art. 61 da Constituição Federal (CRFB).

Diante de tal cenário, visto a importância do dispositivo, veio o legislador pátrio implantando o ANPP no Código de Processo Penal para sanar a discussão de norma procedimental, dando natureza processual, desta vez respeitado o devido processo legislativo com a positivação da Lei 13.964/19 no ordenamento.

Contudo, na redação final que a lei veio prevista no CPP, abriu margem para discussão de uma natureza penal (material) da norma. Esse imbróglio tomou corpo pois a jurisdição co-

⁶ LOPES JR., Aury. *Direito Processual Penal - 18ª ed. - Saraiva Educação, 2021. Página 285.*

⁷ LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de Processo Penal: vol. Único. 10ª edição. Ed. JusPodivm, 2021. Página 246.*

meçou a questionar as possibilidades de aplicação do dispositivo nas ações já em andamento anterior à publicação.

Para analisar a questão, Norberto Avena parte das premissas que: (A) a circunstância de que não é impeditivo para a celebração do acordo de não persecução penal o fato de o delito ter ocorrido antes da instituição e o regramento deste pacto pela Lei 13.964/19; (B) e que o art. 28-A é uma norma híbrida (ou mista).

No que tange a natureza híbrida⁸ da norma vale dizer, insere tanto conteúdo de natureza material (confere ao investigado que firma o acordo benefícios de ordem penal, assegurando-lhe, inclusive, com o cumprimento das condições estabelecidas, a extinção da punibilidade, conforme art. 28-A, §13, permite que seja alcançada a reparação do dano causado à vítima, antecipando, portanto, efeito que seria próprio de sentença condenatória, ex vi do art. 91, I, do Código Penal e possibilita, a título de condições do ajuste, a aplicação de obrigações análogas às penas restritivas de direito de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e de prestação pecuniária independentemente de condenação) quanto de natureza processual (trata-se de instituto previsto no âmbito do Código de Processo Penal, viabilizado quando não for hipótese de arquivamento da investigação, afastando quando cumpridas as condições ajustadas; o desencadeamento do processo criminal).

Sendo assim, tornando a questão dos processos criminais em andamento, na polêmica da aplicação, duas correntes formaram-se acerca da aplicação do art. 28-A do CPP. A Primeira versa que deve ser facultada a proposta de acordo de não persecução penal em relação a processos criminais em curso; e a segunda aduz que não ignorado a retroatividade da norma híbrida quando for o seu conteúdo material favorável ao réu, tal retroação deve ser limitada ao Âmbito de incidência daquela norma, não se podendo estender o seu alcance a situações não tratadas na regra nova.

O dispositivo previsto no art. 28-A do CPP que versa sobre o Acordo de Não Persecução Penal ainda é muito recente no ordenamento e como instituiu basicamente um processo a parte anterior ação penal, ainda há diversos pontos a serem esclarecidos, dada a tamanha complexidade e extensão da medida, com seus requisitos, impedimentos e a própria homologação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

AVENA, Norberto. Processo Penal, 14ª ed. Método, 2022.

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de direito penal: parte geral (art. 1º ao 120).- 11.ed.rev, e atual. São Paulo: JusPODIVM, 2022.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal: vol. Único. 10ª edição. Ed. JusPodivm, 2021.

⁸ AVENA, Norberto. *Processo Penal*, 14ª ed. Método, 2022. Página 280.

LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal - 18ª ed. - Saraiva Educação, 2021.

VALOIS, Luís Carlos. Conflito entre a ressocialização e o princípio da legalidade penal. -1.ed.-Belo Horizonte. São Paulo: D'Plácio, 2020.

Organizadores

André Luiz Nunes Zogahib

Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado em Administração Pública. Especialização em Administração Pública. Graduação em Direito. Graduação em Administração Pública. Graduação em Administração de empresas / Comércio Exterior. Atualmente é Reitor da Universidade do Estado do Amazonas.

Dorli João Carlos Marques

Doutor em Biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialização em Administração e Planejamento para Docentes pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Graduação em Estudos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC). Graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC)

Maxwell Marques Mesquita

Doutorando em Gestão da Informação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Direito Administrativo e Econômico. Especialista em Gestão e Planejamento Urbano. Especialista em Direito Ambiental. Especialista em Administração Estratégica. Especialista em Gestão de Projetos. Especialista em Inteligência Policial. Especialista em Gestão da Tecnologia da Informação. Especialista em Gestão e Segurança. Bacharel em Sistemas de Informação e em Segurança Pública. Atualmente é Capitão QOPM da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

Ailton Luiz dos Santos

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Gestão Pública aplicada à Segurança. Especialista em Direito Administrativo. Especialista em Ciências Jurídicas. Especialista em Polícia Comunitária. Especialista em Segurança Pública, Atividade de Investigação e Inteligência. Especialista em Segurança Pública e Inteligência. Especialista em Direito, Segurança Pública e Organismo Policial. Especialista em Segurança Pública e Direito Penitenciário. Especialista em Direito Penal e Processo Penal. Bacharel em Direito. Bacharel em Segurança Pública. Atualmente é Major QOPM da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

Flávio Carvalho Cavalcante

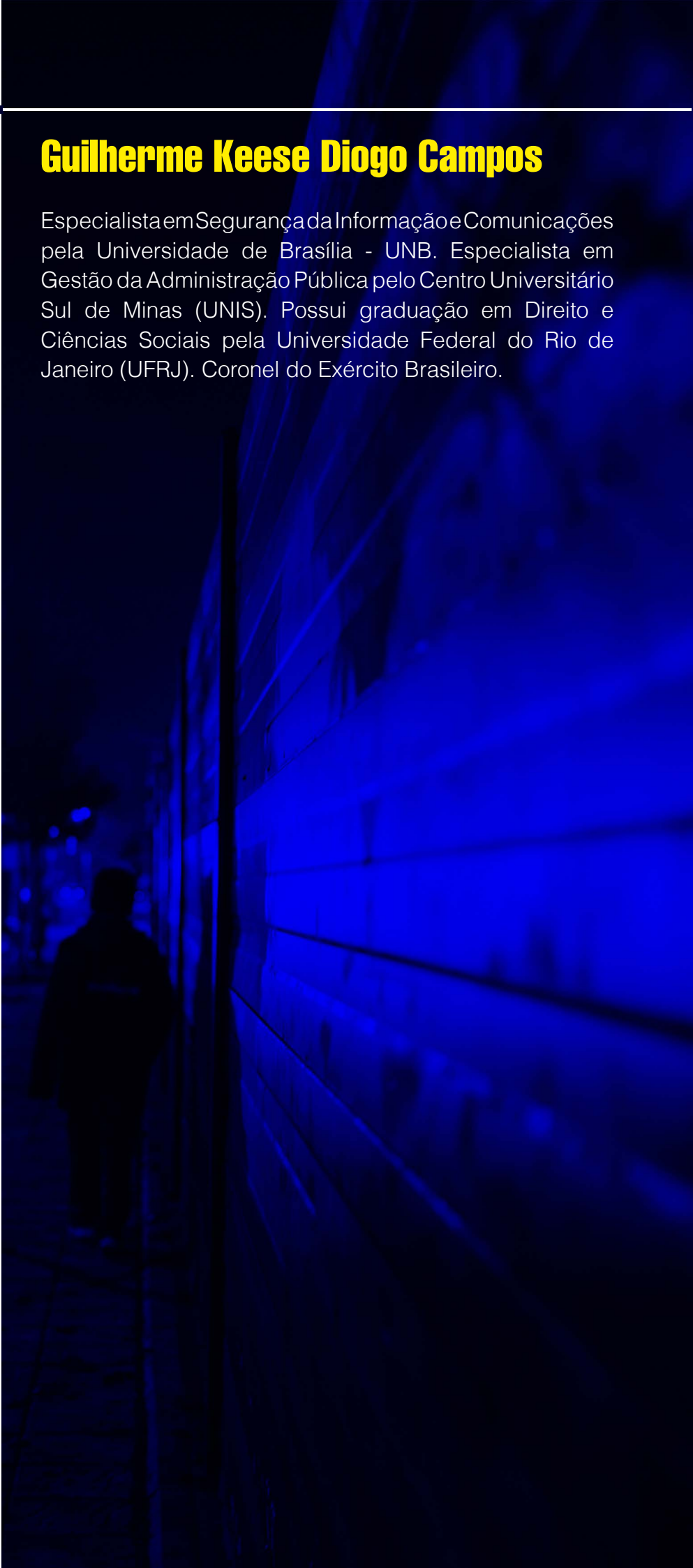
Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Gestão Pública aplicada à Segurança. Especialista em Segurança Pública e Inteligência Policial. Especialista em Direito Militar. Especialista em Ciências Jurídicas. Bacharel em Direito. Bacharel em Segurança Pública. Atualmente é Major QOPM da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

Romulo Garcia Barros Silva

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Direito Público e Privado pela Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (EMERJ). Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes (UCAM RJ). Atualmente Juiz Titular da 2ª Vara da Comarca de Tefé/AM e integra o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Guilherme Keese Diogo Campos

Especialista em Segurança da Informação e Comunicações pela Universidade de Brasília - UNB. Especialista em Gestão da Administração Pública pelo Centro Universitário Sul de Minas (UNIS). Possui graduação em Direito e Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coronel do Exército Brasileiro.



Índice Remissivo

A

administração 19, 33, 35, 36, 37, 62, 75, 76
Amazonas 209, 210
Amazônia 4
anticrime 142, 153, 155

C

cadeia 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156
carcerário 11, 12, 13, 14
cidadania 10, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84
clima 69, 80, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187
conceitos 13, 23, 44, 46, 47, 82, 93, 98, 100, 103, 104, 105, 138, 142, 150, 162, 163, 173, 174, 203, 205
condenado 12, 15
constituição 46, 78
criança 63, 65, 70, 174, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199
criminalização 46, 47, 49, 50, 55, 56, 58
criminologia 44, 48, 50, 52, 54, 55, 59, 60
custódia 14, 44, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156

D

dignidade 16, 17, 27, 28, 29, 30, 38, 67, 82, 84, 88, 89, 113, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136
direito 13, 15, 16, 17, 19, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 44, 46, 48, 51, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 108, 109, 110, 112, 113, 124, 129, 130, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 169, 170, 173, 174, 175, 177, 179, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 207
direitos 10, 13, 15, 24, 28, 29, 32, 34, 35, 39, 40, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 58, 60, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 103, 106, 108, 109, 112, 114, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 151, 152, 153, 167, 168, 171, 173, 174, 177, 181
direitos humanos 10, 13, 48, 49, 50, 60, 77, 78, 81, 85, 86, 93, 94, 95, 96
drogas 20, 21, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58,

E

educação 17, 37, 60, 80, 82, 90, 101, 107, 108, 114, 120, 122, 125, 135, 160, 168, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200
encarceramento 12, 13, 14, 17, 31, 37, 44, 45, 47
estatísticas 19, 20, 21
estudos 21, 48, 50, 53, 54, 59, 62, 63, 72
exclusão 38, 58, 107, 150, 173, 174, 175, 176, 177
execução 12, 13, 15, 17

F

feminicídios 107, 112, 118, 119
feminismo 55, 59, 98, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 115, 116

G

gênero 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59

H

homicídio 107, 112, 118, 123, 124, 127
humanitárias 86, 94
humanos 10

I

imperialismo 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96
inclusão 15, 16, 36, 112, 113, 172, 173, 174, 175, 176, 177
inconstitucional 37, 166, 167, 168, 170, 171

J

judicial 16, 44, 45
julgamento 13, 14, 113, 116, 145, 149, 167, 169, 170, 206
jurídicas 35, 78, 88, 131, 202
jurisprudência 46, 113, 133, 142, 143

L

legislação 22, 27, 28, 32, 36, 38, 45, 97, 98, 100, 103, 110

lei 12, 13, 21, 23, 28, 29, 33, 35, 36, 50, 52, 59, 65, 67, 79, 80, 98, 100, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 126, 130, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 154, 155

M

machismo 108, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126

método 12, 13, 15, 16, 17, 27, 28, 47, 86, 87, 98, 100

metodologia 15, 20, 50, 73, 118

mulher 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60

O

organizações 21, 34, 55, 58, 62, 63, 72, 74, 75, 76

P

pandemia 118, 124, 125, 126, 127

penal 12, 13, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 25, 28, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

poder 33, 40, 44, 45, 46, 47, 53, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 71, 72, 73, 74, 75, 76

polícia 21, 23, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74

preconceituoso 27, 31, 33

presídios 12, 14, 17

preso 12, 14, 15, 16

princípio 13, 45, 46, 68, 82, 83, 105, 120, 131, 136, 139, 142, 148, 151, 152, 156

prisão 13, 14, 17, 21, 25, 29, 31, 33, 43, 44, 45, 46, 47

prisões 12, 13, 14, 17, 22, 37, 48, 51, 52, 55, 82, 166, 167, 168, 169

processo judicial 111, 142, 149

proteção 12, 17

pública 10, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 33, 35, 36, 44, 45, 46, 47, 48, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84

R

ressocialização 12, 17, 18, 20, 22, 23, 27, 28, 29, 31, 32,

33, 37, 38, 39, 40

S

segurança 19, 20, 21, 22, 23, 24, 34, 45, 46, 62, 68, 69, 70, 71, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84

segurança pública 10

sistema 5

sistema prisional 12, 14, 16, 19, 20, 21, 26, 27, 33, 37, 38, 40, 41, 42

social 13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 50, 54, 56, 58, 72, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 87, 89, 94, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 112, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 132, 134, 136, 137, 142, 146, 153, 163, 164, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 203, 204

sociedade 12, 13, 15, 16, 19, 22, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 44, 51, 53, 56, 58, 62, 63, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 89, 98, 104, 105, 107, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 131, 132, 135, 136, 152, 154, 173, 174, 175, 176, 177, 203, 204, 205

superlotação 12, 14, 17

supremo tribunal federal 167

T

trabalho 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

tráfico 20, 21, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

treinamento 65, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

V

violência 13, 15, 16, 17, 25, 37, 55, 57, 60, 78, 79, 80, 81, 95, 97, 98, 99, 100, 105, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127

